

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA PÚBLICA
NÍVEL DE MESTRADO**

TATIANA LARISA MOYANO

**MEMÓRIAS DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES E O PROCESSO ADOÇÃO EM CAMPO MOURÃO:
UM CALEIDOSCÓPIO DE EXPERIÊNCIAS**

**CAMPO MOURÃO – PR
2024**

TATIANA LARISA MOYANO

MEMÓRIAS DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O PROCESSO ADOÇÃO EM CAMPO MOURÃO: UM CALEIDOSCÓPIO DE EXPERIÊNCIAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP, nível Mestrado, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Memórias e espaços de formação

Área de Concentração: História Pública

Orientador: Dr. Federico José Alvez Cavanna.

**CAMPO MOURÃO – PR
2024**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Moyano, Tatiana Larisa

Memórias do acolhimento institucional de crianças e adolescentes e o processo de adoção em Campo Mourão/Paraná: um caleidoscópio de experiências / Tatiana Larisa Moyano. -- Campo Mourão-PR, 2024.

235 f.

Orientador: Federico José Alvez Cavanna.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação

Mestrado em História Pública) --
Universidade Estadual do Paraná, 2024.

TATIANA LARISA MOYANO

**MEMÓRIAS DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O PROCESSO ADOÇÃO EM
CAMPO MOURÃO: UM CALEIDOSCÓPIO DE EXPERIÊNCIAS**

BANCA EXAMINADORA

Dr. Federico José Alvez Cavanna - Doutor em História – UNESPAR/Paranaguá

Dra. Claudia Priori - Doutora em História – UNESPAR/Curitiba

Dra. Divânia Luiza Rodrigues – Doutora em Educação – UNESPAR/ Campo Mourão

BANCA SUPLENTE

Dr. Fábio André Hahn - Doutor em História Social – UNESPAR/Campo Mourão

Data de Aprovação

05/07/2024

Campo Mourão – PR

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade do estudo e toda fortaleza durante cada etapa do programa.

Agradeço a minha família por todo amparo, apoio e cuidado comigo durante todos estes anos quando precisei me ausentar e dedicar à pesquisa. Meu cachorro Bobby por todo companheirismo e carinho.

Agradeço ao meu noivo pelo apoio incondicional, paciência e auxílio diário para conseguir concluir todas as etapas.

Agradeço aos meus professores por inspirarem como profissionais, em especial ao meu orientador que teve uma paciência e cuidado com todos os desafios superados.

Agradeço aos meus colegas e amigos por todo apoio e palavra amiga.

Agradeço aos meus avós, meu “abuelo” em especial que na fase do luto da sua partida, criei forças para ingressar no programa. A minha “abuela” e avó que muitas vezes não entendiam minha ausência física e dedicação ao estudo, mas sabiam que era importante para a minha vida.

Agradeço a cada um que passou pela minha vida e me inspirou a ser melhor a cada dia.

Amo vocês.

RESUMO

MOYANO, Tatiana Larisa. **Memórias do acolhimento institucional de crianças e adolescentes e o processo de adoção em Campo Mourão: um caleidoscópio de experiências**. 98f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Pública – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2023.

Resumo: A presente pesquisa, vinculada à linha de estudo “Memórias e Espaços de Formação”, procura um caleidoscópio de memórias que englobam a relação do processo de adoção com os abrigos institucionais de crianças e adolescentes como espaços de experiência, dialogando com história pública e produzindo conhecimento histórico silenciado socialmente e anulado nas bibliografias existentes. Em decorrência das transformações históricas e sociais os abrigos institucionais e casa lar para crianças e adolescentes e o instituto da adoção foram moldando-se a cultura e local de cada país para sanar as lacunas históricas com reflexões acerca de sua eficácia diante os anseios atuais. Tendo em vista o processo histórico dos abrigos institucionais e da adoção, assim como as realidades e mitigações que o acompanham, é fundamental propiciar aqueles que vivenciaram esse processo a oportunidade de acolher/relatar suas experiências, utilizando os recursos da conversação como *maneira* de produção de conhecimento histórico, ao mesmo tempo é importante difundir na sociedade o trabalho realizado nos abrigos institucionais e todo o processo adotivo. A partir desta reflexão foram criados momentos de conversação com os públicos dos abrigos institucionais de Campo Mourão, participantes do processo adotivo, equipe de apoio da Vara da família de Campo Mourão e o público que viveu em abrigos institucionais, os quais contribuíram em relatar suas experiências promovendo diálogos com as amplas audiências através dos acolhimentos de suas histórias frente às riquezas que podem ser apresentadas, corroborando ou confrontando com os fatos até então tido como únicos conhecimentos.

Palavras chave: História Pública; Adoção; memórias; experiências; conversação.

Abstract

MOYANO, Tatiana Larisa. **Memories of institutional care for children and adolescents and the adoption process in Campo Mourão: a kaleidoscope of experiences.** 98f. Dissertation. Postgraduate Program in Public History – Master's. State University of Paraná, Campo Mourão Campus. Campo Mourão, 2023.

Abstract: This research, linked to the line of study “Memories and Training Spaces”, seeks a kaleidoscope of memories that encompasses the relationship between the adoption process and institutional shelters for children and teenagers as spaces of experience, dialoguing with Public History and producing historical knowledge that is socially silenced and annulled in existing bibliographies. Because of historical and social transformations, institutional shelters and homes for children and teenagers and the adoption institute were shaped by the culture and location of each country to fix historical gaps with reflections on their effectiveness considering current concerns. According to the historical process of institutional shelters and adoption, as well as the realities and mitigations that accompany it, it is essential to provide those who have experienced this process with the opportunity to report their experiences, using the resources of conversation as a way of producing historical knowledge, at the same time it is important to disseminate the work carried out in institutional shelters and the entire adoption process in society. From this reflection, moments of conversation were created with the public in institutional shelters in Campo Mourão, participants in the adoption process, support team from the Campo Mourão Family Court and the public who lived in institutional shelters, who contributed reporting their experiences and promoting dialogues with broad audiences through their stories in light of the richness that can be presented, corroborating or confronting the facts previously considered the only knowledge.

Keywords: Public History; Adoption; memories; experiences; conversation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
CAPITULO 1: A CRIANÇA E A SOCIEDADE: A ADOÇÃO E O ACOLHIMENTO.11	
1.1 Histórico do processo de adoção e o acolhimento institucional para crianças e adolescentes.....	17
1.2 O processo histórico e jurídico da adoção e o Programa de Acolhimento Institucional no Brasil.....	23
CAPÍTULO 2: ABRIGOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CAMPO MOURÃO: AS MEMORIAS SENSÍVEIS.	36
2.1 Lares de acolhimento e sistema de adoção em Campo Mourão/Paraná.....	40
2.2 A presença da memória nos abrigos de acolhimento institucional.....	45
2.3 A memória e o processo de adoção	52
CAPÍTULO 3: CONVERSAS SOBRE AS EXPERIENCIAS NOS LARES.....	57
3.1 Caleidoscópio de experiencias nos lares de acolhimento e adoção.....	63
3.1.1 Serviço Auxiliar da Infância e da Juventude – SAIJ: “é a construção de um laço”.....	64
3.1.2 Lar de Acolhimento Mão Cooperadora: “mas em relação a relatos, assim...”.....	68
3.1.3 Espaço Dona Jacira: “um grão de feijão com amor”.....	70
3.1.4 Crizielli: “Não, desistir não”.	74
3.1.5 Polleana: “muita intensidade e normalmente quando as crianças vão para ali elas tão vulnerável”.....	79
3.1.6 Maria: “me acompanhou para comprar uma geladeira um fogão as coisas, sabe?”.....	82
3.1.7 Fernando e Priscila: “então a gente fazia tudo em silêncio”.	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	917
REFERÊNCIAS	914
APÊNDICES.....	100
APENDICE A.....	103
APENDICE B.....	110
APENDICE C.....	113
APENDICE D.....	127

APENDICE E.....	146
APENDICE F.....	150
APENDICE G.....	153
APENDICE H.....	191
APENDICE I.....	214

INTRODUÇÃO

A prática da adoção, que envolve o processo legal e afetivo de acolhimento de outrem que não tenha sido concebido de forma biológica pela pessoa ou família, acompanha os primórdios da sociedade sendo importante fenômeno histórico e social. Sua temática pode ser percebida em discussões nas diversas áreas do conhecimento, por juristas e profissionais da área de psicologia, serviço social, sociologia, no entanto ainda se encontra lacunas em suas abordagens por historiadores e historiadoras.

Na antiguidade, relatos, memoriais, pinturas, descreviam e expressavam o abandono infantil. Crianças e adolescentes não desejados por sua família de origem, em decorrência de alguma deficiência física, intelectual, necessidade especial ou, até mesmo, pelo fato de aquelas famílias não conseguirem sustentar o básico, eram deixados à mercê da sociedade, em situação de abandono.

Já na sociedade moderna, com o conceito de família e tutela que se mantem na atualidade, junto às crianças abandonadas por falta de interesse, também se somaram aquelas cujos pais perderam a guarda por não cumprirem com as obrigações básicas de assistência, ou pela prática de maus tratos, revelando a cruel realidade de filhos fadados ao afastamento do convívio familiar.

Conforme o Conselho Nacional de Justiça, no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, em junho de 2023, existe, no Brasil, um total de 31.922 crianças acolhidas, sendo 4.371 disponíveis para adoção, 777 disponíveis para busca ativa, 5.433 crianças em processo de adoção, 33.895 pretendentes disponíveis e 6.239 serviços de acolhimento. No Estado do Paraná, podem ser encontrados 509 serviços de acolhimento de crianças e adolescentes. Quanto aos dados de crianças acolhidas, depara-se em 2.875, sendo disponíveis para adoção 394, das quais 309 já se encontram em processo de adoção. Ainda, os dados revelam que, até junho de 2023, existem 62 crianças disponíveis para busca ativa e 2.430 pretendentes disponíveis.

Afunilando a busca, a Vara de Família do município de Campo Mourão informou que os dados referentes às crianças e/ou adolescentes disponíveis para adoção, até junho de 2023, são superiores a 12 crianças e/ou adolescentes. No ano de 2020, foram adotados, neste município, 2 crianças e/ou adolescentes do sexo masculino e 3 do sexo feminino; já em 2021 o número de adoções diminuiu para 1 criança e/ou adolescente do sexo masculino e 2 do sexo feminino; quanto ao ano de 2022, não foram disponibilizados dados referentes à adoção; até

junho de 2023, os números de crianças e/ou adolescentes adotados correspondem a 2 do sexo masculino e 2 do sexo feminino.

Nos relatos acadêmicos, dissertações, teses e artigos, evidencia-se o expoente crescimento quanto ao tema da adoção e suas modalidades, apresentado pelo viés jurídico com conotação romantizada para os objetivos que a legislação apresenta. A maioria dessas produções acadêmicas/científicas de áreas como Direito, Psicologia, Sociologia e História figuram o público adotante e suas singularidades que motivam o ato adotivo, e quase inexistentes são os relatos dos que fazem com que o sistema aconteça, seus personagens da linha de frente, os responsáveis pelos abrigos institucionais, os que trabalham com os crianças e/ou adolescentes, e, principalmente, as crianças e/ou adolescentes que viveram nesses espaços.

Desse modo, do verdadeiro público que participa e que está nesses espaços pouco se tem relatado nos trabalhos acadêmicos, os quais poderiam contribuir com suas experiências, de riquíssimas histórias e fundamentais na desmistificação de tabus que se perduram. Dado isso, muitas vezes é negligenciado conjuntamente o papel significativo das historiadoras e historiadores públicos, essenciais na formação da compreensão do passado e do presente, incumbidos de interpretar, preservar e apresentar essas narrativas aos demais públicos.

Nota-se que os desafios dialógicos da história se alteram frente às transformações e aos anseios sociais no tempo em que são frisadas, ou seja, a historicidade em que foi produzida, desse modo, compreender o contexto histórico nos ajuda a entender a complexidade dessas questões e sua relevância para os desafios contemporâneos em seus diversos espaços. Neste cenário, ao incorporar as mitigações no contexto histórico e desmistificá-los, as historiadoras e historiadores públicos desempenham um papel fundamental na promoção do diálogo aberto e da compreensão, pois têm experiência em contextualizar tabus sociais dentro de estruturas históricas.

Propondo maneiras mais horizontais de se relacionar com seus “objetos” de estudo surgiu a história pública e a denominação apareceu inicialmente em 1976 nos Estados Unidos com o historiador Robert Kelley. Conforme os pesquisadores Jurandir Malerba (2017) e Ricardo Santhiago (2016) a história pública emergiu devido à crise de empregabilidade que atingia o país originário a qual procurava em outros espaços públicos como museus, governo, meios de comunicação, espaços privados, entre outros setores, a atuação de historiadoras e historiadores. A partir desse momento, surgiram conferências e programas voltados aos trabalhos com história pública, sendo posteriormente ampliado para demais partes de mundo, e com atenção especial em países anglo-saxões.

Mas como definir então História Pública? Conforme Carvalho, “Não é tarefa das mais simples definir o que vem a ser História Pública” (CARVALHO, 2017). Esta pode ser conceituada como uma subárea da História, uma metodologia, objeto de estudo que atua com campo de trabalho diferenciado tendo sempre o público e suas participações no centro da pesquisa. Para Robert Weible (2006), a história pública pode ser denominada como um conjunto de procedimentos voltados ao desenvolvimento do conhecimento histórico para além dos muros da universidade: nos lugares históricos de preservação da memória, como arquivos e museus, em projetos de história da comunidade, em agências governamentais, ou em empresas privadas.

A História Pública é um campo de História que compreende posicionamento político – e não se confunda com este termo com partidarismo ou doutrinação -, responsabilidade e compromisso em relação à produção, divulgação e circulação sobre os acontecimentos históricos, entendidos não mais na sua dimensão exclusiva do macro história e nem do privilégio de poucos, mas em experiências cotidianas que são valorizadas e significam as vidas de “pequenos e grandes”. (ROVAI, 2018, p. 186).

A história pública é apresentada também a este desafio de humanizar o conhecimento histórico, oportunizando multiplicidade de narrativas em uma comunicação horizontal e compartilhada com os públicos que a produzem e a consomem. Por meio desta descrição denota-se as abrangências de atuação da historiadora e historiador como forma a posteriori de divulgação do conhecimento histórico integrada a divulgação das identidades coletivas. No entanto, Sonia Meneses (2018) reflete sobre a crise de distanciamento da produção histórica com o público e sua divulgação devido a sua forma rebuscada. A vista disso, o trabalho a ser realizado pela historiadora e historiador público perfaz na construção do conhecimento pluridisciplinar democrático, **oportunizando histórias silenciadas, algumas anuladas pelo tempo histórico e que estão vivas nas memórias de cada indivíduo que as vivenciou**. Este trabalho realizado de maneira horizontal e propriamente construído com o público, corrobora com o conceito de “autoridade compartilhada” elaborado por Michael Frisch, onde o público constrói juntamente com a pesquisadora e pesquisador, sem um sobrepor autoridade (domínio) frente ao outro, mas sim dialogam na produção e construção do conhecimento, “o processo de interpretação e construção de significados, é, por definição, compartilhado” (FRISCH, 2016, p. 64).

Refletir sobre esses conceitos fundamentam os percursos da pesquisa, de que forma o trabalho irá compreender a história pública perante os públicos? Uma história pública para o público? História e público? Ou uma história com os públicos? Questões estas refletidas por

Ricardo Santhiago (2016) pertinentes que engrenem o processo de construção do trabalho e os norteiam para uma produção dialógica do conhecimento. Assim, referido autor apresenta: “A divulgação científica pode sugerir a transmissão de um certo conjunto de conhecimento de forma mais simples, de modo a atingir um público mais amplo – para informa-lo, entretê-lo, diverti-lo. Isso consiste numa simplificação dos padrões já existentes (...)” (Santhiago, 2016, p.29).

Trata-se de uma história colaborativa: o público, em vez de consumir os resultados de um processo, tomaria parte nele ativamente. Essa linha dialoga com outras tendências historiográficas na qual o envolvimento com grupos e comunidades os converte de assunto da história em seus agentes e produtores [...]” (MAUAD, SANTHIAGO, ALMEIDA, 2016, p. 91).

Por meio desse trabalho humanizado realizado pela historiadora e historiador público, foi percebido que se poderia adentrar em assuntos, até então, não relatados no município de Campo Mourão/Paraná, os abrigos institucionais de crianças e adolescentes, apresentado pelos seus públicos. Assim, o presente trabalho apresenta os relatos desses personagens do processo de acolhimento, focalizando nas experiências. Para que essa coleta fosse possível, optou-se por utilizar a metodologia pautada na conversa, sem formulários pré-estabelecidos, de forma que os participantes se sentissem acolhidos pela conversa e conseguissem transmitir o que mais lhes parecia caro.

Atualmente este município possui dois abrigos institucionais de crianças e adolescentes: *Casa-lar Infantil Miriã* (crianças do sexo masculino e feminino até os doze anos de idade e adolescentes do sexo feminino até os dezoito anos de idade) e a *Mão Cooperadora* (adolescentes do sexo masculino dos doze aos dezoito anos de idade). Além dos dois abrigos institucionais, existe uma casa de referência histórica, conhecida popularmente pela sociedade como o *Lar da Dona Jacira*, que já acolheu muitas crianças e adolescentes no município e nunca foi institucionalizada, funcionando de forma filantrópica e sob supervisão da Vara de Família do município.

Esses espaços foram por anos os únicos abrigos de muitas crianças e/ou adolescentes, espaços de formação, com histórias únicas vivenciadas e personagens muitas vezes anulados. São inúmeros os motivos que levam crianças e adolescentes todos os dias aos abrigos, e permanecem por lá por determinado tempo, cessando o acolhimento por meio da adoção ou completado a maioridade civil. Abordar temas sensíveis (“geralmente envolvendo vivências em passados traumáticos, ou de passados que não passaram” GOMES, 2020a, p. 8) exige da historiadora e do historiador um preparo aos limites e maneiras que serão desenvolvidas,

assim como conhecimentos específicos para adentrar nesses espaços. Tendo em vista o processo histórico da adoção e as realidades nos abrigos institucionais, mitigações que o acompanham, é fundamental propiciar a essas pessoas que vivenciaram esse processo a oportunidade de relatar suas experiências, produzindo assim conhecimento histórico.

As lembranças resguardadas na memória são fragmentos que sobreviveram ao tempo podendo ter marcado o indivíduo de maneira voluntária ou involuntária, as quais podem ter consequências positivas ou negativas na trajetória individual. Destaca-se que esta compõe a relação do sujeito com o ambiente e com o meio social e por isso trata-se de um fenômeno também cultural. Essas memórias contextualizam com o tempo histórico vivido, reescrevendo a história por quem a fez, contada pelo público. Neste sentido, a memória nunca é a mesma, pois “[...] é a reflexão do homem sobre sua vida e seu tempo.” (DELGADO, 2006, p. 48). Atualmente, denota-se que as histórias que perfazem o tempo são resguardadas, muitas vezes, por interesses meramente midiáticos e enfatizadas em determinados pontos que possam favorecer a política ou grupos econômicos, tornando o conteúdo histórico limitados àquelas memórias. Assim, cabe à pesquisadora e ao pesquisador o desafio de reconstruir essas histórias através das lembranças.

Tendo como base essas problematizações o presente trabalho tem por objetivo recuperar histórias de agentes do processo de acolhimento em Campo Mourão e, para isso, está subdividido em 3 capítulos. No capítulo 1, tem-se a apresentação de uma pesquisa bibliográfica sobre o surgimento das práticas adotivas em determinados públicos e países. Além disso, discute-se o programa de acolhimento institucional, o Instituto da Adoção e o surgimento dos espaços de acolhimento institucional no Brasil, bem como todo o trâmite legal que é realizado para o acolhimento até chegar na concretização da adoção dentre as suas modalidades e a relação que essas crianças desenvolvem com o processo educacional. O capítulo 2, por sua vez, apresenta um breve histórico do município de Campo Mourão correlacionado à criação dos espaços de acolhimento, assim como a importância da memória como recurso fundamental para a história e as características dessa faculdade humana em relação ao público dos abrigos institucionais e sendo efetivado na adoção. Já no capítulo 3, destaca-se a experiência como parte fundamental do histórico de cada pessoa, a forma como cada indivíduo experimentou aquele momento e como este a relata. Para acolher essas experiências foi utilizada a metodologia da *conversação*, a qual torna o diálogo mais humanizado, fundamental ao abordar assuntos sensíveis com o público.

Desta forma será construída uma história ainda não relatada/cristalizada/institucionalizada, omissa pela população e fundamental para que novas

práticas não fiquem inertes, observado sobre o olhar jurídico ao comparar legislações que acompanharam o processo de formação e constituição de um lar de acolhimento até o ato da adoção.

CAPÍTULO 1

A CRIANÇA E A SOCIEDADE: A ADOÇÃO E O ACOLHIMENTO.

O sentido é a relação da palavra com o problema.

(LOPEZ, 2008, p. 83)

Antes de adentrar nas questões concernentes à adoção, é necessário entender a forma como a infância é e foi vista pela sociedade ao longo do tempo. A relação entre adultos e crianças se alterou conforme a relação entre os sujeitos e a organização social e entre sujeitos e formas de trabalho se alteraram. Das sociedades feudais ao capitalismo moderno, muitas foram as organizações familiares e, conseqüentemente, as definições de criança e adolescente que se teve. Nem sempre a criança foi vista da mesma forma por todas as sociedades. A concepção de infância como se tem atualmente é fruto da Era Moderna e destaca o cuidado e a atenção que se deve dispensar aos sujeitos recém-nascidos, algo impensável durante a Idade Média, quando a criança era vista como um pequeno ser humano.

O pesquisador Philippe Áries se ocupa em averiguar as modificações pelas quais o conceito de infância passou, em seu livro *História social da criança e da família* (1986). Ele inicia seu texto discorrendo sobre a divisão das idades da vida, que apesar de não serem as mesmas em todas as épocas, costumam apresentar a infância, a juventude, a fase adulta e a velhice. Essas quatro fases são expressas por idades diferentes ao longo dos séculos e, muitas vezes correspondem ao tipo de atividade social ou laboral desenvolvida por cada etapa. (ÁRIES, 1986). Áries afirma que “Até o século XVIII a adolescência foi confundida com a infância” (ÁRIES, 1986, p. 41), fato que se deu em grande medida pela influência da Idade Média e pela evolução do latim para as línguas modernas. Em latim se reconheciam seis fases da vida (*infantia, pueritia, adulescentia, iuventus, gravitas, senectus*) que foram reduzidas a 3 no francês (*enfance, jeunesse, vieillesse*) com a perda da adolescência e da fase adulta nessa transposição. Nesse contexto, as palavras relacionadas à infância também eram utilizadas para se referir a pessoas já com mais idade, mas que ainda ocupavam posições sociais inferiores, como criados e servidores do exército.

Assim, a ausência de vocabulário que definisse essas etapas sugere que a própria noção dessas eram inexistentes ou pouco utilizadas. A adolescência, como fase de desenvolvimento entre a infância e a juventude, passou a ter destaque somente com a consciência pós-guerra de 1914, quando a juventude combatente se opôs em massa às velhas gerações da retaguarda: “Daí em diante, a adolescência se expandiria, empurrando a infância

para trás e a maturidade para a frente (ÁRIES, 1986, p. 47). Dessa forma, foi o comportamento rebelde e contrário ao que defendia os adultos e jovens-adultos que permitiu que essa fase da vida fosse reconhecida.

Para falar sobre a infância, Áries (1986) percorre um caminho de certa forma cronológico e evolucionista sobre o tratamento que as crianças receberam ao longo dos séculos. Vale destacar que se apresenta as ideias do pesquisador por ser um livro basilar sobre as concepções de infância, contudo entende-se aqui que as mudanças são frutos do desenvolvimento econômico e da mudança na organização social, que influenciaram diretamente no conceito de família e no tratamento para com a infância.

Segundo ele,

A descoberta da infância começou sem dúvida no século XII, e sua evolução pode ser acompanhada na arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII. (ÁRIES, 1986, p. 65).

Há, portanto, todo um percurso que o pesquisador refaz entre os séculos afim de entender como se dava o tratamento para com as crianças que se inicia no século XII e termina ao final do XVII. Para realizar sua pesquisa sobre a presença e a concepção de infância, Áries (1986) recorre às representações artísticas dos períodos que estuda. Dessa forma, “Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo.” (ÁRIES, 1986, p. 50). Já com as artes posteriores, até o século XIII, as pinturas representavam as crianças como homens em miniatura. Essa representação era feita por meio da mudança de escala aplicada a cada figura, assim, as crianças eram humanos pequenos, que tinham a metade da altura dos adultos representados, sendo que suas musculatura e traços corporais eram os mesmos dos adultos.

Nessa época, o sentimento da infância não existia, o que não significa dizer que eram deixadas à própria sorte desde o nascimento, mas que assim que tinham a mínima condição de exercerem alguma tarefa doméstica e cuidarem de si próprias, estavam prontas para ingressar na sociedade dos adultos. Esse ingresso significava desenvolver trabalhos físicos e participar das conversas, algo que já realizavam, mesmo que de forma indireta, desde o nascimento. Além disso, é destacado o fato de haver poucos retratos de crianças, fato que Áries atribui à

brevidade da vida infantil na época perdura ainda pelos séculos XIV e XV. Poucas representações são encontradas que registrem os filhos, sejam de famílias ricas ou pobres.

Ninguém pensava em conservar o retrato de uma criança que tivesse sobrevivido e se tornado adulta ou que tivesse morrido pequena. No primeiro caso, a infância era apenas uma fase sem importância, que não fazia sentido fixar na lembrança; no segundo, o da criança morta, não se considerava que essa coisinha desaparecida tão cedo fosse digna de lembrança: havia tantas crianças, cuja sobrevivência era tão problemática. (ÁRIES, 1986, p. 56)

Outro fato que o autor assinala é a falta de pudor com a qual as crianças eram tratadas e, conseqüentemente, com a qual agiam, até o início do século XVII. Como Áries (1986) relata, não havia ainda o sentimento de infância e da proteção que se deveria direcionar a esse período frágil da vida, de forma que insinuações sexuais eram comuns ao cotidiano infantil. No mesmo período, contudo, havia moralistas que já condenavam as práticas de exposição sexual das crianças, condenando tal tipo de comportamento como pecaminoso e defendendo a necessidade da modificação dos hábitos para com as crianças e do estabelecimento de uma nova forma de comportamento social. Nesse sentido, ele destaca Gerson, um moralista francês que defendia que:

Dever-se-á falar-lhes sobriamente, utilizando apenas palavras castas. Dever-se-á evitar que as crianças se beijem, se toquem com as mãos nuas ou se olhem durante as brincadeiras. Dever-se-á evitar a promiscuidade entre pequenos e grandes, ao menos na cama, não devem dormir na mesma cama com pessoas mais velhas, mesmo que sejam do mesmo sexo. (GERSON apud ÁRIES, 1986, p. 133)

A existência de normal que asseguravam a necessidade atesta a forma controversa, pensando nos parâmetros atuais de tratamento da infância, que eram aplicadas na educação das crianças. A forma de tratamento defendida por Gerson passaria a ser amplamente difundida entre as famílias a partir de meados do século XVII. A noção da inocência infantil seria incorporada no seio familiar, junto ao sentimento de proteção destinado às crianças. Além disso, as recomendações se estendiam também aos colégios, onde, principalmente, a proibição de que duas crianças partilhassem da mesma cama foi implantada, assim como a seleção de leituras e assuntos adequados às crianças. Ainda nesse período surge um novo sentimento em face da infância. Por sua ingenuidade, gentileza e graça, a criança acabava se tornando uma fonte de distração e de relaxamento para o adulto, que via nos seus gestos ações engraçadinhas que lhe despertavam o que Áries (1986, p. 151) denomina como sentimento de “paparicação”. Além da disso, o século XVII vê surgir o interesse psicológico pelas crianças,

ressaltando a importância das escolas para o bom desenvolvimento infantil. Nessa época, a escola não estava preocupada tanto com a aprendizagem de conteúdo que as crianças pudessem ter, mas na sua formação moral, no respeito e na disciplina que deveriam desenvolver, algo que contrasta com as atitudes infantis do século anterior.

Dando um certo destaque à relação da família com a criança, Áries (1986) afirma que era costume na Inglaterra medieval enviar as crianças para casas de estranhos ao completarem sete anos de idade, ao passo que recebiam na própria casa, crianças provenientes de outras famílias. A razão que justifica esse ato era de que na casa de terceiros as crianças seriam mais bem-educadas e aprenderiam um ofício, de modo que os sete ou nove anos em que permaneciam fora eram chamados de aprendizes. Nesse contexto, nota-se que não havia o apego sentimental que se vê hoje com as crianças, visto que ainda muito jovens já saíam de casa e, provavelmente, não mais retornariam, pois aos dezoito anos já estariam constituindo a própria família. Dessa forma, “A família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental.” (ÁRIES, 1986, p. 231).

Foi só a partir do século XVII, com a popularização e o desenvolvimento das escolas que as famílias assumiram contornos mais sentimentais. Passou-se a ter preocupação com a educação das crianças que não mais eram enviadas à casa de outras famílias, mas à casa de mestres e professores encarregados de educá-las. Não mais havia o desligamento completo da criança com a sua família, ao passo que essa retornava esporadicamente para a casa onde seus pais se interessavam em saber sobre sua educação. Vale ressaltar que esse movimento era destinado às crianças do sexo masculino, enquanto as meninas permaneceram sendo enviadas à casa de parentes ou conventos onde aprenderiam os ofícios domésticos. A pesquisa conduzida por Áries (1986), todavia, foi desenvolvida em contexto Europeu de modo que a relação entre infância e sociedade no Brasil se deu de modo um pouco distinto. De início, antes da vinda dos portugueses, pouco ou nada se sabe sobre a infância das crianças indígenas, devido à ausência de registros desse período, assim, os comentários e pesquisas que se desenvolveram sobre o tema são voltadas para as crianças a partir da colonização.

Segundo Mary del Priore (2007), o que diferencia a constituição da infância no Brasil do contexto já apresentado por Áries (1986, p. 10) é que “entre nós, tanto a escolarização quanto a emergência da vida privada chegaram com grande atraso”. Assim, o envio de crianças para escola que tanto influenciou na emergência de uma proteção da infância demorou para ocorrer no Brasil, visto que somente por volta do século XIX a obrigatoriedade do estudo foi instaurada. Até então, devido à grande taxa de pobreza existente no país, a maior parte das crianças se via obrigada a trabalhar desde muito cedo e em condições precárias.

No Brasil, foi entre pais, mestres, senhores e patrões, que pequenos corpos tanto dobraram-se à violência, às humilhações, à força, quanto foram amparados pela ternura dos sentimentos familiares mais afetuosos. Instituições como as escolas, a Igreja, os asilos e as posteriores Febens e Funabens, a legislação e o próprio sistema econômico fizeram com que milhares de crianças se transformassem precocemente em gente grande. (DEL PRIORE, 2007, p. 14)

Para entender esse contexto é necessário retornar às origens da civilização brasileira, quando já era possível vislumbrar a falta de cuidado com a infância. Nas embarcações da Companhia Brasileira já se registrava a presença de crianças que embarcavam como grumetes para servirem de apoio à tripulação do navio. Contudo, essas crianças eram provenientes de famílias pobre portuguesas que as enviavam, como recurso para arrecadar alguns tostões e se livrar de outra pessoa para alimentar, mesmo sabendo que muito provavelmente essa criança não sobreviveria à viagem.

Além disso, o percurso em alto mar promovia adversidades à sobrevivência infantil, como a alimentação precária, os trabalhos perigosos e extenuantes e os abusos sexuais sofridos por essas crianças. Ressalta-se que as crianças que embarcavam para trabalhar como grumetes nos navios eram do sexo masculino, as meninas, até os 16 anos, eram embarcadas como esposas predestinadas a casarem-se com os homens da colônia, sendo que muitas delas eram provenientes de abandonos ou de famílias pobres cujo um dos pais morrera. Essas meninas, conhecidas por “órfãs do rei” faziam a viagem sob a mesma condição precária dos meninos, contudo eram vigiadas constantemente por um pároco, ou outro encarregado, para que não fossem abusadas durante a viagem e pudessem manter a virgindade para o casamento.

Já as crianças em terras brasileiras recebiam cuidados diferentes daqueles destinados às crianças europeias. Del Priore (2007) comenta que aqui as crianças eram alimentadas com as mais diversas formas de papinhas e outros alimentos, além da importância dada ao aleitamento materno, algo que segundo ela representa o cuidado com os recém-nascidos e o medo de perde-los. No entanto, apesar do cuidado, as condições econômicas acabavam por ceifar diversas vidas infantis todos os anos. São as condições econômicas, também, que geram outro problema acerca do desenvolvimento infantil no Brasil colonial. O abandono de crianças devido á falta de condições econômicas ou de uma gravidez indesejada faz com que o governo, investido no papel do rei durante esse período, crie um sistema de abandono oficializado que preservasse a identidade da mãe, a “Roda dos Expostos”, que perduraria no Brasil por vários séculos. Financiada pelo Estado e gerenciada pelas Santa Casas de

Misericórdia, o registro das “Rodas do Expostos” deixa entrever outra forma de abandono para com as crianças, a falta de cuidado e de apreço para com a vida dessas crianças. Conforme um relato de Maria Graham, pintora e ilustradora inglesa que esteve no Brasil em algumas ocasiões, dentre elas acompanhando Maria Leopoldina, já no século XIX:

A primeira vez que fui à roda dos expostos achei, (parece impossível) sete crianças com duas amas; nem berços, nem vestuários. Pedi o mapa e vi que em treze anos tinham entrado perto de 12.000 e apenas tinham vingado 1.000, não sabendo a Misericórdia verdadeiramente aonde eles se achavam. (GRAHAM, 1956, p. 286)

Já em uma visita posterior, ela complementa seu comentário:

Fui ao asilo de órfãos, que é também o hospital dos expostos. Os rapazes recebem instrução profissional em idade adequada. As moças recebem um dote de 200 mil réis que, apesar de pequeno, as ajuda a estabelecerem-se e é muitas vezes acrescido por outros fundos. A casa é extremamente limpa, como também o são as camas para as crianças expostas, das quais somente três estão agora sendo criadas por amas de leite dentro da casa. As demais estão colocadas fora, no campo. Até ultimamente têm morrido numa proporção apavorante em relação ao seu número. Dentro de pouco mais de nove anos foram recebidas 10.000 crianças: estas eram dadas a criar fora, e de muitas nunca mais houve notícia. Não talvez porque todas tenham morrido, mas porque a tentação de conservar uma criança mulata como escrava deve, ao que parece, garantir o cuidado com sua vida; mas as brancas nem ao menos têm esta possibilidade de salvação. Além disso, as pensões pagas para a alimentação de cada uma eram, a princípio, tão pequenas, que as pessoas pobres, que as recebiam, dificilmente podiam proporcionar-lhes meios de subsistência. Um melhoramento parcial já foi feito e ainda maiores ampliações deverão ser realizadas. Há grande falta de tratamento médico. Muito dos expostos são colocados na roda, cheias de doenças, com febre, ou, mais frequentemente, com uma espécie terrível de comichão, chamado sarna, que lhes é frequentemente fatal. Por outro lado, aparecem também crianças mortas, a fim de que sejam decentemente enterradas. (GRAHAM, 1956, p. 354, 346)

Esse relato deixa estampado a falta de preocupação com as crianças pobres que entravam nos lares de Misericórdia, visto que uma porcentagem muito pequena sobrevivia e os que tinham a sorte de não morrer, em pouco tempo eram deixados à própria sorte. O abandono e o pouco caso com a situação dos orfanatos é algo que ainda vai perdurar na história brasileira, como será discutido em tópico posterior desta pesquisa.

Mesmo no período republicano, a condição econômica do país ainda seria fator desencadeante para outra forma de violência contra a criança, o trabalho infantil. “No século XIX, a alternativa para os filhos dos pobres não seria a educação, mas a transformação em

cidadãos úteis e produtivos na lavoura, enquanto os filhos de uma pequena elite eram ensinados por professores particulares” (DEL PRIORE, 2007, p. 10), assim, os pequenos se viam sujeitos à trabalhos extenuantes na lavoura e posteriormente, no século XX, na indústria têxtil, onde trabalhavam cerca de 12 horas diárias e condições análogas à escravidão.

O século XX, assim, apresenta a figura do “menor de rua” e a relação de crianças de baixa condição econômica com a criminalidade, um estereótipo que ainda repercute no imaginário atual. Nesse contexto, a infância se dividiria entre as crianças de classe alta, cuja infância era envolvida em tenros cuidados e a infância das crianças pobres, que persistiriam lutando pela sobrevivência. O trabalho segue com foco nas crianças que por diversos motivos foram abandonadas ou precisaram ser entregues aos cuidados do Estado, assim, o próximo tópico discute a história da adoção em contexto geral e depois no Brasil.

1.1 Histórico do processo de adoção e o acolhimento institucional para crianças e adolescentes

As práticas de acolhimento de crianças e pessoas em estado de abandono familiar acompanham o processo histórico da sociedade desde a mais remota antiguidade. Os primeiros relatos que referenciam a adoção surgiram concomitante às crenças religiosas que possuíam como característica perpetuar o culto doméstico, sendo imprescindível para isso a existência de um filho para manter a linhagem. Tais práticas oriundas, inicialmente, da Índia, percorreram o Egito, depois os povos persas, hebreus, gregos até chegarem aos romanos, sendo possível identificar na Bíblia passagens litúrgicas que citam a prática adotiva.

Na narrativa Bíblica de Moisés, meados de 1526 a.C, relata-se que a filha do faraó Seti I não conseguia de forma natural dar continuidade à linhagem biológica e, devido às frustrações provenientes dos abortos espontâneos, pega como seu filho um bebê que apareceu flutuando em um cesto sobre o rio Nilo (VICENTE apud RIBEIRO, 2019). No livro de Gênesis, capítulo 48, versículo 5, Jacob, o patriarca, apresenta:

os teus filhos, que te nasceram na terra do Egito, antes que eu para aqui viesse a ti no Egito, são meus: Efraim e Manassés serão meus, como Rubens e Simeão. Mas a tua descendência que gerarás depois deles. será tua; segundo o nome de um de seus irmãos serão chamados na sua herança (BÍBLIA, 2023, s.p.)

Evidencia-se desde aqui a primeira característica da adoção, frequentemente usada para garantir um herdeiro para um casal sem filhos ou para estabelecer alianças políticas. Em

alguns casos, crianças também foram adotadas como forma de escravidão ou servidão. Sófocles (497 a.C – 406 a.C), famoso dramaturgo e escritor grego, viveu a experiência de ser entregue por sua mãe a outro lar e, futuramente, apaixonou-se pela mesma. Na mitologia, depara-se com demais história de prática adotiva, como a vivenciada por Rômulo e Remo na criação de Roma, os quais foram atirados ao rio para morrer e sobreviveram ao serem criados por uma loba, sendo depois adotados pelo pastor de ovelha Fáustulo.

Quanto aos primeiros escritos que referenciavam o acolhimento de crianças e adolescente, os quais principiam-se na primeira dinastia Babilônica com os escritos do Código de Hamurabi¹, seção XI – “Adoção, ofensas aos pais, substituição da criança”, o qual descrevia em onze dispositivos como ocorreria a adoção e, concomitantemente, as atribuições do ato para substituição das crianças e adolescentes. Apesar da Lei do Talião ser a principal forma pela qual se é lembrado este código, a maior parte das suas normativas são dedicadas a regulamentar a sucessão, a herança, a adoção, o casamento, entre outros temas das relações familiares. Este foi o primeiro código que descreveu as condições para os adotantes e as consequências para o adotado, caso o último não honrasse a oportunidade do novo lar. Quanto ao código, destacam-se os seguintes trechos:

§ 185 Se um awilum adotou uma criança desde o seu nascimento e a criou: essa criança adotada não poderá ser reclamada.

§ 186 Se um awilum adotou uma criança e, depois que a adotou, ela continuou a reclamar por seu pai ou sua mãe: essa criança adotada deverá voltar à casa de seu pai.

§ 191 Se um awilum, que adotou uma criança e a criou, constituiu um lar, em seguida teve filhos e resolveu despedir o filho de criação: esse filho não partirá de mãos vazias, seu pai de criação deverá dar-lhe de seus bens móveis um terço de sua parte na herança e ele partirá. Ele não lhe dará nada de seu campo, pomar ou casa.

§ 192 Se o filho adotivo de um gerseqqûm (termo acádico correspondente a funcionário do palácio, geralmente um eunuco) ou o filho adotivo de uma ZI.IK.RU.UM (termo acádico correspondente a uma classe sacerdotal feminina ou sacerdotiza-meretriz) disse a seu pai que o cria ou à sua mãe que o cria: —tu não és meu pai, tu não és minha mãe!: cortarão sua língua.

§ 193 Se o filho adotivo de um gerseqqûm ou o filho adotivo de uma ZI.IK.RU.UM descobriu a casa de seu pai, desprezou seu pai que o cria ou sua mãe que o cria e partiu para a casa de seu pai: arrancarão o seu olho.

¹ Código de Hamurabi é entendido como um código de leis que resumia uma série de determinações legais que eram tradicionais na Mesopotâmia. Foi elaborado durante o reinado de Hamurabi, rei babilônico no século XVIII a.C. Possuía um total de 282 artigos, que se baseavam no princípio da Lei do Talião. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/babilonia/codigos-penais-hamurabi.htm>

Posteriormente, influenciado pelo ordenamento do Código de Hamurabi, o sistema jurídico do povo Hindu o Manusmrti² ou Código de Manu (200 a.C e 200 d.C) apresentava em seus escritos a permissão da adoção, exclusivamente para casos em que o casal não tivesse filhos, e, assim, adotando teriam quem continuasse a linhagem familiar nas cerimônias fúnebres. As leis do Código de Manu regulam a conduta em termos sociais e religiosos, tendo como referência o princípio ético universal do *dharma*, conjunto de obrigações que cada indivíduo membro de uma das castas deve necessariamente obedecer (NAEGELE, 2008).

Na Grécia antiga, a adoção se fez presente com o intuito de continuar a herança familiar e culto doméstico. Para Silvio Venosa:

A ideia fundamental já estava presente na civilização grega: se alguém viesse a falecer sem descendente, não haveria pessoa capaz de continuar o culto familiar, o culto aos deuses-lares. Nessa contingência, o pater famílias, sem herdeiro, contemplava a adoção com essa finalidade (2004, p.329).

Ainda na Roma antiga, com a criação da Lei das Doze Tábuas (451 a.C), a adoção continuou sendo baseada em características formais, com o objetivo de eternizar o sobrenome de família. Esta característica de perpetuar o culto doméstico ficou evidenciada durante todo o período pré-romano, tornando a adoção um instrumento para perpetuar a relação com os deuses, divindades na família, sendo entendida como: “adotar é pedir à religião e à lei aquilo que da natureza não pôde obter-se” (COULANGES, apud NETO, ROSA E MAIA, 1957, p. 75).

Quanto a isso, Coulanges³ explica:

Adotar um filho, portanto, era velar pela continuidade da religião doméstica, pela salvação do fogo sagrado, pela continuação das ofertas fúnebres, pelo repouso dos manes dos antepassados. Como a Adoção não tinha outra razão de ser além da necessidade de evitar a extinção do culto, seguia-se daí que não era permitida se não a quem não tinha filhos. (COULANGES, 2006, p. 46)

A cerimônia do fogo sagrado/doméstico possuía significado com o divino e era adorada pelos povos em Roma (ritual denominado “vesta”), Itália, Índia (casta dos brâmanes), Hindus (ritual denominado “agni”), alavancando o poder da religião perante as instituições

² Manusmrti ou Código de Manu é um dos textos jurídicos mais antigos de que se tem notícia. As leis do Código de Manu regulam a conduta em termos sociais e religiosos, versando sobre leis criminais e civis, regulando as relações familiares, tipificando os crimes e cominando as respectivas penas.

³ COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. Tradução de Frederico Ozanam Pessoa de Barros. São Paulo: Editora das Américas S.A. 2006. E-Book, p. 46.

sociais com os povos antigos. Segundo o mesmo autor, “O fogo doméstico era assim a providência da família [...] Sacrifícios eram oferecidos a ele; ou, a essência de todo sacrifício consistia em conversar e reativar esse fogo sagrado, em alimentar e desenvolver o corpo de deus [...] O deus recebia essas oferendas e as devorava” (COULANGES, 2006, p.28).

Assim como a cerimônia do fogo, o culto aos mortos acompanhou os povos antigos por muitos séculos, sendo um dos principais motivos para a prática adotiva e para a perpetuação da família, haja vista que estes acreditavam que cada família possuía um “deus” e por isso a existência dele dependia das descendências daquele grupo familiar. O culto aos mortos era praticado pelos filhos vivos aos pais mortos, e a não realização desta prática geraria fome pela eternidade, uma vez que se acreditava na continuação da vida pós morte junto ao deus. O fogo sagrado era interligado ao culto aos mortos, pois era símbolo de representação da presença da divindade no lar. Corroborando ao exposto, Coulanges explana:

Havia uma troca perpétua de bons serviços entre os vivos e os mortos de cada família. O ancestral recebia de seus descendentes a série de repastos fúnebres, ou seja, os únicos prazeres que podia gozar na segunda vida. O descendente recebia do ancestral o auxílio e a força de que tinha necessidade nesta vida. O vivo não podia passar sem o morto, e este não podia passar sem o vivo. Disto resultou um liame poderoso, que se estabelecia entre todas as gerações de uma mesma família, fazendo desta um corpo eternamente inseparável (2001, p.35).

Tais atos consolidaram o ordenamento jurídico que disciplinava sobre adoção difundindo suas tutelas por todos os demais povos do reino. Neste período a esterilidade era motivo para divórcio, haja vista que a finalidade do casamento era perpetuar a espécie.

[...] o primeiro divórcio que houve em Roma, no ano 523 desta cidade, foi o de Spurio Corvillio, pessoa nobre que, embora amando ternamente a esposa, com a qual viveu na harmonia mais perfeita, repudiou-a afinal a despeito de seus mais ardentes e cordiais sentimentos, somente porque ela era estéril, quando ele se casara no intuito jurado de ter filhos (AULOGELLIO apud JORGE, 1975, s.p.)

Neste período, denota-se três características diferentes para a adoção: a *arrogatio*, a *adoptio* e a *adoptio per testamentum*. Na *arrogatio*, o pai de família deveria ter idade superior a sessenta anos e o adotado tinha que ser 18 anos mais novo que este e perderia todo seu patrimônio para a nova família. Na segunda forma de adoção, a *adoptio*, a família só poderia adotar caso não tivesse filhos biológicos e o adotado tivesse 18 anos de diferença dos adotantes. Já na terceira forma de adoção, *adoptio per testamentum*, os efeitos eram após a

morte dos adotantes, o qual possuía exclusiva finalidade de destinar os bens sucessórios ao nome e aos deuses do adotado, nitidamente criado com o intuito de culto aos mortos.

Essas práticas adotivas sustentaram-se até o início da Idade Média, quando a expansão do catolicismo influenciou diretamente os princípios norteadores da adoção, não sendo reconhecidas como um processo legal. As crianças e adolescentes eram frequentemente acolhidos pelas famílias informalmente, e não pelos canais oficiais. Em alguns casos, as crianças que ficaram órfãs ou abandonadas foram acolhidas por parentes ou amigos próximos da família. Noutros casos, as crianças podem ter sido acolhidas por famílias que queriam assegurar-se de que teriam alguém para cuidar delas na velhice ou para ajudar nas tarefas domésticas. Também houve casos de crianças que foram acolhidas por instituições religiosas, como mosteiros ou conventos, onde seriam criadas e educadas.

Em muitas sociedades, durante o período medieval, a prática adotiva ficou em desuso, pois não eram bem vistos os filhos que não fossem da linhagem biológica, devidos aos princípios cristãos deste período. Assim os que não possuíssem filhos legítimos eram obrigados a destinar seu patrimônio à Igreja, pois era mais digno perante o direito canônico e enriquecia o triunfalismo católico. Desta forma, a adoção não foi contemplada na legislação canônica devido à prática ter se tornado contrária aos ditames religiosos, não sendo verificadas, assim, novas resoluções jurídicas relacionadas ao Instituto.

No entanto, prática similar à adoção era realizada em algumas culturas medievais, como no mundo islâmico, onde era usada para cuidar e proteger crianças órfãs. Entendimento este que foi perpetuado com o tempo, pois, atualmente, o islamismo defende a aplicação do instituto da *kafala*⁴, que se caracteriza por acolher e dar assistência espiritual e material para as crianças e adolescentes sem que estes percam seu vínculo biológico, prática diferente da “adoção” no Ocidente. Nas palavras de Cambiotti (2005, p. 25), o Profeta Maomé “proibiu os pactos de sangue entre pessoas que não fossem da mesma família e, em geral, não era favorável ao estabelecimento de ditos laços por meios contratuais ou judiciais”.

Neste sentido o Alcorão (33:4-5) determina:

4 Deus não pôs no peito do homem dois corações; tampouco fez com que vossas esposas, as quais repudiáveis através do zihar, fossem para vós como vossas mães, nem tampouco que vossos filhos adotivos fossem como vossos próprios filhos. Estas são vãs palavras das vossas bocas. E Deus disse a verdade, e Ele mostra a (verdadeira) senda.

⁴ *Kafala*, acolhimento legal, cuja finalidade é proteger o menor, não se criando vínculos de filiação entre o menor e as pessoas a quem ele é entregue" (RODRÍGUEZ VÁZQUEZ, 2005)

5 Dai-lhes os sobrenomes dos seus verdadeiros pais; isto é mais equitativo ante Deus. Contudo, se não lhes conheceis os pais, sabeis que eles são vossos irmãos, na religião, e vossos tutelados. Porém, se vos equivocardes, não sereis recriminados; (o que conta) são as intenções de vossos corações; sabeis que Deus é Indulgente, Misericordiosíssimo. (ALCORÃO, 2005)

Verifica-se que o acolhimento e a proteção de menores permanecem nas regras do livro sagrado do islamismo, mas não podem ser criados vínculos de filiação com estes, ou seja, apenas irmãos na fé muçulmana. Assim, de acordo com o direito muçulmano, registrar-se como sua a prole biológica de outrem significaria falsear a ordem social (GHAFFAR, 2005). As regras não se delimitam apenas à herança e ao sobrenome, as regulamentações acontecem também com a convivência das partes acolhidas com a família biológica que estará tutelando, sendo que a menina acolhida deve vestir o *hijab* (cachecol) na presença do acolhedor e dos filhos deste e quem acolhe, assim como suas filhas, deve vesti-lo na presença do menino acolhido (RIZVI, 2005).

A adoção como a conhecemos hoje começou a tomar forma no século 19, após um longo período de desuso na Idade Média causado pelas influências cristãs preponderante do Direito Canônico. Quem resgata o instituto foi o Código Civil Francês, de 1804, popularmente conhecido por Código de Napoleão, que atendeu as manifestações dos reformadores do bem-estar infantil, defendendo a criação de leis e regulamentos para proteger as crianças e garantir que fossem colocadas em lares seguros e estáveis. Isso levou ao estabelecimento de agências de adoção e à formalização do processo de adoção. Conforme Wald (1999, p. 188):

Coube à França ressuscitar o instituto, dando-lhe novos fundamentos e regulamentando-o no Código Napoleão, no início do século XIX, com interesse do próprio Imperador, que pensava adotar um dos seus sobrinhos. A lei francesa da época só conheceu a adoção em relação a maiores, exigindo por parte do adotante que tenha alcançado a idade de cinquenta anos e tornando a adoção tão complexa e as normas a respeito tão rigorosas que pouca utilidade passou a ter, sendo de rara aplicação. Leis posteriores baixaram a idade exigida e facilitaram a adoção, permitindo que melhor desenvolva o seu papel na sociedade moderna.

Observa-se que o referido Código não atendeu apenas ao clamor público, mas também aos interesses pessoais do seu imperador, Napoleão, o qual não possuía filhos e manifestava interesse em adotar o seu sobrinho para sucessão e expansão do império Napoleônico. Tanto era do interesse do próprio, que o primeiro artigo que tutelava a adoção esclarecia que este só

era permitida se o adotado fosse maior de idade e com uma diferença de 50 anos do seu adotante, características as quais o Imperador resguardava.

Segundo Veronese e Petry, o referido Código Civil Francês:

[...] só admitia a Adoção dos maiores de idade (art. 346), com a reforma de 1923 passou-se a admitir a Adoção de menores. Em 1939, ocorreu outra profunda reforma com a criação do instituto da “legitimação adotiva”, dando tal modificação nova redação ao art. 343, do Código Civil Francês: “A Adoção não pode ter lugar a não ser que haja justos motivos e que apresente vantagens para o adotado. (2004, p. 17)

No entanto, mesmo atendendo a interesses particulares, foi a partir deste código que os avanços legislativos a respeito da adoção e seus lares de acolhimento alavancaram na Idade Moderna. As regulamentações nortearam o direito francês por décadas e inspiraram a maioria dos Códigos Civis do Ocidente, sendo a base para as normativas atuais, inclusive nas legislações brasileiras. Entretanto, denota-se que “O instituto da adoção é vetusto, presente nos fragmentos das legislações mais remotas que se tem notícia. A reiteração em todas as eras, evidência o enorme significado de utilidade e importância com que se apresentou ao longo da história”. (RIBEIRO; SANTOS E SOUZA, 2012, p. 67).

1.2 O processo histórico e jurídico da adoção e o Programa de Acolhimento Institucional no Brasil

A prática da adoção no Brasil acontece desde o período da colonização, quando crianças órfãs eram cuidadas por parentes, padrinhos, ou senhores com melhores condições financeiras. Posteriormente, junto às Igrejas e Santas Casas de Misericórdia apareciam bebês abandonados em cestos nas portas dos locais. A primeira legislação brasileira de que se tem notícia foi promulgada em 1693 e abordou conceitos de acolhimento e o cuidado de crianças desamparadas na rua, chamados de expostos pelo Governo, os quais poderiam ser recolhidos e criados por famílias caridosas. Já em 1738, ocorreram algumas alterações na legislação para o acolhimento, sendo criado, pela Ordem Régia de 10 de maio, o “Sistema de Rodas”, que eram instaladas em cidades e vilas, tendo como responsável o “Mordomo dos Expostos”, que fazia a mediação entre os locais de acolhimento e os futuros interessados em adotar a criança.

O Sistema de Rodas ou Rodas dos Expostos, era composto por um espaço externo, adjunto ao estabelecimento acolhedor, de formato cilíndrico, instalado de forma que metade

do mecanismo teria acesso à parte interna e a outra metade ficava no lado externo, possuindo uma abertura na qual se colocavam os bebês ou crianças pequenas e, ao girar o mecanismo, a parte externa com a abertura dava acesso ao ambiente interno da instituição, garantindo a entrega da criança de forma anônima. Após entregues, os menores eram registrados no livro intitulado “Matrícula dos Expostos” e “Vencimentos de Amas”, neste último mantinha-se o registro das “Amas de Leite”, mulheres responsáveis por amamentar os menores órfãos da instituição que, após o período de amamentação, iriam ser destinados para adoção ou para algum espaço de acolhimento, conforme direcionado pelo Mordomo dos Expostos.

Conforme Maria Luiza Marcílio:

A Roda, esse cilindro rotatório instalado num dos muros do hospital para recolher discretamente a criança que se abandonava tinha como finalidades: 1. garantir o batismo ao inocente abandonado; 2. preservar o anonimato do expositor, para que assim estimulado, não deixasse a criança em qualquer lugar, com risco de morrer sem batismo (MARCÍLIO, 2010, p.23).

A responsabilidade pelos acolhimentos dos expostos e dos órfãos era da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, e quando esta não supria a responsabilidade era transferida para as Câmaras Municipais. A roda dos expostos acompanhou as instituições brasileiras desde o Período Imperial, passando pelo Período Republicano, sendo condenada somente em 1923, por meio do Decreto nº 16.300, de 31 de dezembro, o qual proibia o funcionamento das Rodas dos Expostos/Enjeitados, pois não atendia aos princípios humanos vigentes. No entanto, a prática foi realmente extinta em algumas localidades brasileiras somente após o ano de 1950, com as reformas jurídicas no instituto da adoção.

Observa-se que, até início do século XX, as práticas adotivas aconteciam sem tutela jurisdicional específica brasileira, sendo as normativas aplicadas resultado das alusões às Ordenações Filipinas, Ordenações do Reino de Portugal (Lei 22 de setembro de 1828) presente na Consolidação das Leis Civis de Teixeira Freitas (Decreto nº 181 de 24 de janeiro de 1890), na Consolidação das Leis Civis de Carlos de Carvalho, juntamente às interpretações do direito romano realizadas pelos magistrados. Referido processo acompanhou diversas modificações no cenário histórico até conseguir espaço no âmbito jurídico, perpetuando-se na sociedade conforme a época. Sobre esse assunto, tem-se ainda que:

No Brasil, o direito pré-codificado, embora não tivesse sistematizado o instituto da adoção, fazia-lhe, no entanto, especialmente as Ordenações Filipinas, numerosas referências, permitindo, assim, a sua utilização. A falta de regulamentação obrigava, porém os juízes a suprir a lacuna com o direito

romano, interpretado e modificado pelo uso moderno (GONÇALVES, 2012, p. 379).

As Ordenações Filipinas apresentavam poucos e dispersos dispositivos que abordavam o tema. A palavra “adoção” era apresentada no corpo do texto como “*adrogação*”, “*perfilhação*” e “*adoptio*”, palavras herdadas do Direito Romano. Essa legislação era composta por 5 livros, sendo que no Livro II estabeleciam-se as regulamentações entre o Estado e a Igreja, que em seu artigo 12º apresenta: “[...] 12. Terceira dúvida. Se a dita Lei haveria lugar no filho, ou neto natural, ou espúrio legitimado per autoridade Real, ou per nomeação feita pelo pai em seu testamento, nomeando-o por filho, ou no filho perfilhado, que se chama em direito adotivo, ou arrogado? [...]” (PORTUGAL, 1985)

Conforme o disposto nesse ordenamento, a adoção só aconteceria se confirmada pelo Desembargo do Paço, supremo tribunal português, o qual era responsável também em declarar se os(as) filhos(as) adotivos(as) poderiam suceder às terras da coroa, uma vez falecido seus pais, decisões que acompanharam o período do Brasil Império. As Ordenações deixavam esclarecidas as distinções quanto à filiação, que poderiam ser legítimas ou ilegítimas. As legítimas eram os(as) filhos(as) nascidos do matrimônio do casal, já as ilegítimas eram os(as) filhos(as) das relações extra matrimoniais e, dentre estes, existia a subdivisão dos ilegítimos naturais, nascidos quando os genitores não possuíam impedimentos para casamento, e os ilegítimos espúrios, oriundos de concubinato, sacrilégios ou incestuosos.

Conforme a análise do texto das Ordenações Filipinas, percebe-se que essa não disciplinou a adoção, porém recebeu na sua regulamentação a prática adotiva e o reconhecimento destas, ficando ainda para o Direito Romano e Francês legislar de forma subsidiária a matéria. Também não pode ser entendido que o acolhimento aos expostos e órfãos foram abordados como temas adotivos, mas sim como práticas consequentes do que regulamentava o texto lusitano. Segundo Bevilacqua (1923):

[...] a adoção antes do Código Civil, encontrava em nossas leis simples referências mantendo o instituto; não lhe davam organização completa. Os autores corriam ao direito romano para preencher as lacunas do direito pátrio. Criando a adoção a condição de filho não podia ser revogada por testamento. Além disso a adoção não era um ato puramente particular, nela intervinha a autoridade pública para completar pela confirmação do juiz como determinava a lei de 22 de setembro de 1828, art. 1.º.

Sob as influências das mudanças do século, a partir de 1900 as práticas adotivas seguiam de maneira não regularizada, porém as necessidades da época emergiam por legislação própria, o que acontece apenas em 1916 com o Código Civil, que regulamentava

precisamente o Instituto nos artigos 368 a 378. Compreende-se, nos artigos dispostos, características contratuais bilaterais, tendo por principal objetivo dar um filho ou uma filha a quem não o tinha gerado de forma biológica. Conforme Gonçalves: “O Código Civil de 1916 disciplinou a adoção com base nos princípios romanos, como instituição destinada a proporcionar a continuidade da família, dando aos casais estéreis os filhos que a natureza lhes negara” (2009, p. 343).

Referido Código criou o Instituto da Adoção, formalizando a sua estrutura e constituindo esta por meio de escritura pública. Nesta legislação, os direitos e deveres da família natural permaneciam, podendo continuar com o nome originário, direitos e deveres alimentícios com a família biológica, sendo o poder familiar o único transferido para o adotante. O processo também exigia que os pais adotivos tivessem mais de 50 anos, sendo 18 anos de diferença entre adotante e adotado, não possuíssem filhos biológicos, fossem casados ou tivessem a aprovação do cônjuge assim como meios para sustentar o adotado. Caso a pessoa fosse criança ou adolescente, deveria ter o consentimento do responsável pela guarda que autorizasse o processo.

Ainda eram abordados casos específicos no Código, os quais revogariam a adoção entre as partes. Um dos motivos para isso seria a ingratidão do adotado com o adotante, ou também, caso as partes assim convencionassem. Existiam impedimentos para convolar núpcias entre estes, ficando estabelecido o impedimento formal entre adotado e adotante. Observa-se ainda nesta legislação que, com o nascimento de filhos legítimos, a herança do adotado seria reduzida à metade do que correspondia a cada um dos filhos biológicos do casal. Denota-se que as disposições sobre adoção no Código Civil de 1916 representaram uma mudança significativa na cultura jurídica brasileira, pois a adoção passou a ser reconhecida como um processo formal e legítimo, e não como um fenômeno social. Essas disposições também abriram caminho para novos desenvolvimentos legais na área do direito de família, incluindo mudanças nos procedimentos de adoção em códigos civis subsequentes.

No ano de 1953, ocorreu outra significativa alteração quanto ao Instituto da Adoção, por meio da criação do Projeto de Lei, instituído pelo Senador Mozart Lago, que, apenas em 1957, transformou-se na Lei nº 3.133/57 e teve significativos impactos sobre o Código Civil vigente. Esse tinha por característica atender de forma eficiente as necessidades do adotado, fato não verificado na legislação anterior, que tinha por intenção suprir a necessidade do adotante. A principal alteração se deu na redução da idade mínima para adotar, que era de 50 anos e passou a ser de 30 anos, e, diminuída a diferença etária entre as partes, antes de 18

anos, passava a ser de 16 anos, incentivando, assim, a prática adotiva para públicos mais abrangentes. Quanto a matéria Silvio Rodrigues destaca:

A Lei n.º 3.133/57 alterou aquela concepção de 1916, pois permitiu a adoção por pessoas de 30 anos, tivessem ou não prole natural. Portanto, o legislador não teve em mente remediar a esterilidade, mas sim facilitar as adoções, possibilitando que um maior número de pessoas, sendo adotado, experimentasse melhoria em sua condição moral e material (2002, p.337).

A natureza jurídica passou a ser assistencial, permitindo que casais com filhos biológicos pudessem adotar, mas não era reconhecido, ainda, o direito sucessório, caso já tivessem filhos legítimos, legitimados ou reconhecidos conforme o artigo 377 da referida Lei. Mantinha-se os parentescos com a família natural, porém podia ser incluído o sobrenome do adotante no adotado e uma atenção maior as necessidades das crianças e adolescentes por meio do Estado. Característica esta que obteve atenção do Estado a partir de 1965, com a Lei 4.655/1965, a qual admitiu a emblemática e criticada modalidade de adoção denominada de “Legitimação Adotiva”, que permitia a adoção dos filhos legitimados.

Sobre o assunto, explana Carlos Roberto Gonçalves:

A Lei n. 4.655, de 2 de junho de 1965, introduziu no ordenamento brasileiro a ‘legitimação adotiva’, como proteção ao menor abandonado, com a vantagem de estabelecer um vínculo de parentesco de primeiro grau, em linha reta entre adotante e adotado, desligando-se dos laços que o prendiam à família de sangue mediante inscrição da sentença concessiva da legitimação, por mandado, no Registro Civil, como se os adotantes tivessem realmente tido um filho natural e se tratasse de registro fora do prazo (2009, p.344)

Os filhos legitimados eram integrados à família por meio da adoção com caráter irrevogável e tinham os mesmos direitos que os filhos legítimos, só não concorreriam com esses em sucessão hereditária. Tal modalidade visava proteger as crianças e adolescentes em estado de abandono, seja por vivências sofridas, abandonos, condutas, infrações, maus-tratos familiares ou descaso social. Ressalta-se que a Legitimação Adotiva não teve boa aceitação social, além de possuir maior rigor nos seus requisitos, o que afastava o público de aderir a modalidade, extinguindo-a com o advento do Código de Menores.

Em outubro de 1979, por meio da Lei nº 6.697, foi criado o Código de Menores, uma legislação que norteou o Instituto, ao trazer, precisamente, modalidades adotivas respeitando as necessidades das crianças e adolescentes. Para que a adoção acontecesse, era necessária a participação do Estado, que autorizava judicialmente o processo, tutelando pelo melhor

interesse do adotado, uma vez que os adotantes deveriam comprovar, de forma documentada, se possuíam as mínimas condições econômicas, mentais e físicas para adotar uma pessoa.

As modalidades de adoção estabelecidas foram: adoção plenária e adoção simples. A adoção plenária, também conhecida como adoção plena, foi a forma mais abrangente de adoção. Extinguiu todos os vínculos jurídicos entre o filho adotivo e sua família biológica, inclusive os direitos sucessórios. A adoção plenária exigia o consentimento de ambos os pais, ou do pai sobrevivente, se um já tivesse falecido. Na ausência de consentimento dos pais, a adoção ainda poderia ser concedida se os pais tivessem sido privados de seus direitos parentais, ou se a criança tivesse sido abandonada ou não tivesse pais conhecidos. Esta modalidade substituiu a legitimação adotiva tutelada na lei anterior (Lei nº 4.655/65).

Já a adoção simples, por outro lado, não rompeu todos os vínculos jurídicos entre a criança adotada e sua família biológica. A criança adotada manteria seus sobrenomes e direitos de herança, mas os pais adotivos assumiram a autoridade parental e seriam responsáveis pelo cuidado e educação da criança. A adoção simples poderia ser concedida com o consentimento de apenas um dos pais, ou nos casos em que os pais tivessem sido privados de seus direitos parentais. Conforme Souza (2013, p. 23), “mesmo com todo o avanço que o código de menores provocou não havia uma legislação que atendesse de forma plena as carências e necessidades das crianças brasileiras”.

Somente com a Constituição Federal de 1988 profundas alterações ocorreram, consagrando a proteção à criança e ao adolescente, por meio da proteção integral com prioridade absoluta, na qual as crianças adotadas passaram a dispor dos mesmos direitos que os filhos biológicos do casal, conforme dispõe o artigo 227: “Os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação” (BRASIL, 1988). A partir de então, ficou proibida qualquer forma de discriminação entre os(as) filhos(as) do casal, atendendo o interesse do adotando com total prioridade e não mais as necessidades do adotante. Tal tratamento jurídico é abordado por Maria Regina Fay Azambuja na obra “A criança no novo Direito de Família”:

O art. 227 da Constituição Federal de 1988 elucida o compromisso do Brasil com a Doutrina de Proteção Integral, assegurando às crianças e aos adolescentes a condição de sujeitos de direitos, de pessoas em desenvolvimento e de prioridade absoluta. Inverteu-se, desde então, o foco da prioridade. No sistema jurídico anterior, privilegiava-se o interesse do adulto. Com a Nova Carta, o interesse prioritário passa a ser o da criança. (2004, p. 279)

Referida tutela despertou das entidades sociais e estatais atenção aos direitos das crianças e adolescentes como um todo e, em 13 de julho de 1990, por meio da Lei 8.069, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual revogou o anterior Código de Menores, ao tutelar em suas especificidades os direitos e proteção das crianças e adolescentes regulamentados pela Constituição Federal. Perante o estatuto, a adoção passa a ser irrevogável, extinguindo o vínculo com a família biológica, os adotados possuem igualdade de direito aos demais filhos biológicos e é aplicada a todas as crianças e adolescentes até os 18 anos.

[...] não há mais filho adotivo, mas adoção entendida como meio de filiação, que é única. A partir do momento em que a adoção se conclui, com sentença judicial e o registro de nascimento, o adotado se converte integralmente em filho. (LOBO, 2008, p. 247)

Em 2002, com a promulgação do Código Civil, a adoção passou a ser regularizada nos artigos 1.618 e 1.629, subsidiária ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Tais normas jurídicas presidiram o Instituto da Adoção até o ano de 2009, quando foi reformulado o Estatuto através da Lei 12.010 de 03 de agosto de 2009, conhecida como “Lei Nacional de Adoção”, que surgiu para desburocratizar, fiscalizar e dar mais segurança ao processo adotivo. Referida lei realizou alterações nas terminologias apresentadas no Código Civil de 2002 e demais normas, suavizando expressões que designam crianças e adolescentes, como ao alterar o termo “pátrio poder” para “poder familiar”, assim como a utilização do termo “união estável”. Quanto às alterações no início do século XXI, explana Monteiro:

As profundas transformações na sociedade no decorrer do século XXI receberam a devida proteção no plano constitucional, tendo em vista que a almejada e merecida proteção aos membros de uma família, como se verifica na consagração dos princípios da absoluta igualdade entre pessoas casadas, dá total isonomia entre os filhos, independente de sua origem, da proteção à união estável e a família monoparental. (2004, p. 11)

Dentre as alterações, observa-se a adequação da maioria dos dispositivos do Estatuto, a criação do Programa de Acolhimento Familiar/Institucional, o atendimento psicológico gestacional àquelas mães que manifestem interesse em entregar os(as) filhos(as) para adoção, a família extensa ou ampliada, a família substituta, a inclusão de guarda compartilhada para casais divorciados, a adoção conjunta, o estágio de convivência, a legislação sobre a adoção internacional, o acesso irrestrito ao adotado sobre o processo

judicial, assim como, a criação do Cadastro Estadual/Nacional de adotantes e crianças e adolescentes aptos à adoção.

Conforme Galdino (2010, s.p.):

Que Lei 12.010/09 não facilita, mas sim torna mais segura a adoção, pois a adoção não pode ser resolvida com uma lei, pois o problema é cultural. Infelizmente, a maioria dos brasileiros sempre quer adotar crianças recém-nascidas e claras, saudáveis, sem qualquer tipo de necessidade especial, sendo que o maior problema é com as crianças superiores a 7 anos de idade, que geralmente eram adotadas por estrangeiros. A referida Lei veio trazer à adoção no Brasil uma nova concepção, introduzindo a este campo do Direito, novas perspectivas e trazendo às crianças e adolescentes que vivem em abrigos uma esperança de possuírem efetivamente uma família.

Em meios a todas essas mudanças no cenário do Instituto da Adoção e na sociedade, no ano de 2011, o Supremo Tribunal Federal reconheceu como entidade familiar a união estável homoafetiva, a partir da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº4.277, um grande avanço no Direito de Família, que resultou também no campo da adoção, sendo concedida aos casais do mesmo sexo que comprovassem a união e respeitasse o melhor interesse do menor, este tipo de adoção foi denominada de Adoção Homoparental.

Após 6 anos desse fato que marcou o sistema de adoção, diminuindo significativamente as filas de crianças a espera de um lar, em 22 de novembro de 2017, por meio da Lei nº 13.509/2017, ocorreram outras alterações que influenciaram, não apenas o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas também matérias no âmbito do Direito do Trabalho, ao modificar artigos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Foi incluído, por meio do artigo 391-A da CLT, a estabilidade provisória após a confirmação do estado de gravidez no curso do contrato de trabalho, tendo no parágrafo único especificação de que este direito, também, aplica-se ao empregado adotante, a quem foi concedida a guarda provisória e verifica-se os mesmos direitos que aos filhos sanguíneos.

Verifica-se na Lei os direitos quanto ao apadrinhamento, o qual estabelece vínculos de convivência comunitária e familiar às crianças e adolescentes que aguardam na fila de adoção, podendo ofertar visitas passeios ou custear cursos/tratamento em caso de necessidade. Além disso, é abordado na Lei a entrega voluntária de crianças e adolescentes, o acolhimento, a destituição do poder familiar, assim como a guarda e a adoção. O artigo que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a devolução de crianças e adolescentes após a adoção, tendo por consequência ao adotante que realiza a devolução a exclusão do cadastro de adoção, salvo justificativa judicial.

Destaca-se que, desde o ano de 2008, foi criado o Cadastro Nacional de Adoção (CNA) sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça, tendo por objetivo unificar as informações no processo resguardando o melhor interesse das crianças e adolescentes, assim como dar celeridade e efetivação a todo o processo facilitando os perfis habilitados. Referido cadastro é fiscalizado pelas Promotorias da Infância e Juventude e Varas responsáveis. Atualmente a legislação brasileira permite sete tipos de adoção, conforme os perfis dos adotantes e adotados, sendo estes: Adoção Unilateral, Adoção Legal, Adoção Homoparental, Adoção por Testamento/Adoção Póstuma, Adoção Bilateral/Conjunta, Adoção de Maiores e a Adoção Internacional.

A modalidade de Adoção Unilateral encontra previsão legal no artigo 41, §1º do Estatuto da Criança e do Adolescente e ocorre quando não consta na certidão de crianças/adolescente o nome de um dos genitores, ou no caso de um desses terem perdido o poder familiar. Nessa modalidade, se um dos genitores se encontra em outra relação, o seu cônjuge/companheiro pode adotar essa criança ou adolescente. Esta modalidade contempla também casos específicos em que o genitor falece, podendo o cônjuge/companheiro adotar o filho deste(a).

Na modalidade de Adoção Legal, a parte, seja solteiro(a) ou casal, que tenha interesse em adotar procura os serviços da Vara da Infância e Juventude de sua comarca de residência e solicita a habilitação no processo de adoção por meio do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), onde terá as etapas do processo a serem respeitadas. Também, verifica-se a Adoção Homoparental, onde um casal do mesmo sexo, ou uma só pessoa que mantém relação homoafetiva, inscrevem-se no Sistema Nacional de Adoção, igual à modalidade de Adoção Legal, sendo tal normativa reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal.

A modalidade de Adoção Póstuma acontece quando a pessoa manifesta em vida a vontade de adotar, inicia o processo no Sistema Nacional de Adoção e, por ventura, chega a falecer. Nesse caso, é reconhecida a filiação da adoção. No entanto a Adoção por Testamento não encontra previsão legal, apenas pode ser reconhecido, no testamento, a vontade do *de cujus* em reconhecer alguém como filho, sendo assim, tal fato é considerado no momento de partilha da herança e demais medidas judiciais.

Já a Adoção de Maiores de idade é permitida no ordenamento jurídico quando o(a) adotado(a) é maior de 18 anos e encontra-se sob tutela ou guarda do(a)/ dos(as) adotante(s), sendo que a diferença de idade entre estes deve ser de no mínimo de 16 anos, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A modalidade de Adoção Internacional apresenta regulamentos próprios e os critérios ocorrem quando os adotantes residem e possuem domicílio fixo em outro país, sendo esta modalidade uma medida excepcional no Sistema Nacional de Adoção, permitida após esgotarem a possibilidades da adoção nacional.

Verifica-se, ainda, na sociedade brasileira, a prática adotiva ilegal conhecida popularmente como “Adoção à Brasileira”, que consiste em registrar um filho alheio como próprio, esquivando-se de todo o processo legal que tutela as normas para deferimento da guarda ou adoção. Tal prática nunca foi legalizada, porém acompanha o histórico do instituto, e ainda pode ser encontrada em algumas famílias. Diante desta prática ilegal, foi necessário, em 1981, por meio da Lei 6.898 de 30 de março, a tipificação como crime perante o Código Penal no seu artigo 242. Quanto ao tema Eunice Ferreira, destaca:

Os motivos que levam alguém a registrar filho alheio como próprio, por esse método, são os mais variados, mas de fácil é intuir que, dentre eles, estão a esquiva a um processo judicial de adoção demorado e dispendioso [...] [...] Com efeito a Lei 6.898, de 30.03.1981, passou a tipificar o “registrar como seu o filho de outrem” como crime do art. 242 do Código Penal, com pena de dois a seis anos de reclusão, mas excepcionando, no parágrafo único: *“se o crime é praticado por motivo de reconhecida nobreza: Pena – detenção de um a dois anos, podendo o juiz deixar de aplicar a pena”*. (FERREIRA, 1005, p.133)

Neste sentido, a legalização da adoção no Brasil tem-se mostrado de extrema importância ao fornecer uma estrutura legal e processos simplificados, desmistificando tabus quantos a sua burocracia inicial, e promovendo maior segurança aos menores acolhidos salvaguardando os direitos inerentes de cada criança e adolescente, garantindo que sejam entregues a pessoas capazes e responsáveis. Além disso, a adoção legalizada promove o progresso social ao quebrar barreiras e preconceitos, promovendo uma sociedade mais inclusiva e solidária.

O Acolhimento Institucional é um dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ele foi instituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, para assegurar os direitos fundamentais dessa população, ou seja, tem como objetivo garantir a proteção integral de crianças e adolescente em situação de vulnerabilidade, assegurando moradia, alimentação, higiene, proteção e educação.

A utilização do termo “Acolhimento Institucional” foi adotado com o advento do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à

Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), o qual designou os programas de abrigo em entidades. Conforme o PNCFC, as modalidades de Abrigo de Acolhimento Institucional oferecidas são: Casa de Passagem, Abrigo de pequeno porte, Casa-lar e República.

As Repúblicas/Pensionato para adolescentes maiores de 16 anos ofertam serviço de moradia subsidiada para um grupo de até 10 jovens, organizadas em unidades femininas e masculinas, que visam à transição da vida institucional para a vida autônoma. Já no abrigo, é oferecido o acolhimento para o desenvolvimento sócio educacional para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, servindo como moradia provisória até o retorno à família de origem, ou para o processo adotivo. Nos abrigos institucionais, podem ser acolhidos até 20 crianças/adolescentes, com mais de 2 psicólogos, assistentes sociais e educadores que se revezam no espaço.

Já as casas de passagem ou casas transitórias possuem como objetivo oferecer acolhimento em caráter emergencial e imediato, com equipe preparada para acolhimento a qualquer horário. Tal medida de acolhimento possui curta duração, sendo, nesse período, avaliadas as crianças e adolescentes e seu contexto, para depois serem encaminhadas aos seus familiares ou a outros serviços de acolhimento. Na modalidade casa-lar, verifica-se um acolhimento institucional limitado a até 10 crianças e/ou adolescentes de 0 a 18 anos de idade incompletos, com uma equipe mínima de profissionais (1 psicólogo e 1 assistente social) que acompanham diariamente o espaço, além do educador residente que acompanha em tempo integral o espaço.

O serviço de acolhimento em família acolhedora surgiu em 2005 e, em 2009, entrou para o Estatuto da Criança e Adolescente. Nesse serviço, uma família acolhe uma criança e/ou adolescente em sua residência, sendo acompanhado por uma equipe profissional, que em conjunto com a família acolhedora oferecem suporte aos acolhidos, promovendo suporte as participações sociais da vida, para um futuro processo de transição.

O programa de Acolhimento Institucional, nesse sentido, enquadra-se como uma medida socio-protetiva, como previsto pelo artigo 101, inciso VII, do ECA (1990). O artigo prevê o acolhimento institucional como uma das medidas cabíveis caso seja verificada a existência de qualquer das hipóteses do art. 98 do mesmo estatuto. Portanto, o afastamento da família de origem é realizado em casos de negligência, abandono, maus-tratos, abusos, entre outras formas de violação dos direitos infantis. Após esse afastamento, as crianças são acolhidas em abrigos na modalidade de Acolhimento Institucional, definida como de caráter provisório e excepcional, que fornece uma proteção especial para as crianças e adolescentes.

Além disso, como previsto no art. 101 § 3º, a criança e o adolescente só podem ser encaminhados para instituições de acolhimento institucional mediante uma Guia de Acolhimento a ser expedida pela Autoridade Judiciária. Em casos específicos, a criança pode ser acolhida, cabendo ao lar comunicar ao poder judiciário em até 24 horas do feito, sob pena de ser responsabilizado.

O Estatuto da Criança e do Adolescente no ano de 2017, em seu artigo 19-A incluiu a previsão legal para a entrega voluntária de bebês para a adoção. Tal normativa vem em consonância para proteção das crianças e adolescentes, evitando práticas de aborto que não se enquadram em lei. Nesta situação, a mãe procura a Vara da Infância e da Juventude e manifesta o interesse em entregar o menor recém-nascido, o qual é acolhido nos abrigos institucionais.

Vale ressaltar que o acolhimento institucional ocorre em casos excepcionais, visto que, como assegura o artigo 19 (ECA, 1990), é direito da criança crescer junto de sua família. O parágrafo segundo do mesmo artigo afirma que o período de permanência das crianças nos lares de acolhimento não deve ser superior a 18 meses, podendo ser prolongado segundo determinação judicial. Nesse sentido, os programas devem sempre priorizar o convívio familiar, de forma que visitas, ligações e a manutenção de irmãos na mesma instituição também são previstas por lei.

Para que o afastamento seja realizado, conforme as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, documento aprovado em 2009 pelo Conselho Nacional de Assistência Social e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, deve ser realizado um estudo diagnóstico sobre as condições de vida e os vínculos familiares da criança, com a finalidade de tomar a melhor decisão, visto que o acolhimento é realizado em último caso.

A manutenção da criança/adolescente no abrigo de acolhimento institucional exige que esse se comprometa com a elaboração de um Plano Individual de Atendimento (PIA), que deve ser expedido assim que a criança começa a ser atendida. Segundo as Orientações da CONANDA (2009), no plano devem constar os objetivos, estratégias e ações a serem desenvolvidas com o adolescente objetivando as superações dos motivos que os levaram ao afastamento do convívio familiar.

Além disso, a Lei 8.069 de 1990 estabelece princípios que as entidades de acolhimento institucional devem respeitar para com os direitos dos assistidos:

Art. 92. As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios:

- I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;
 - II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;
 - III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;
 - IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
 - V - não desmembramento de grupos de irmãos;
 - VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
 - VII - participação na vida da comunidade local;
 - VIII - preparação gradativa para o desligamento;
 - IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo.
- (ECA, 1990)

Conforme o exposto pelo art. 92, um dos principais objetivos é a manutenção dos vínculos entre a criança e o adolescente com uma família, seja ela sua família de origem ou uma família substituta. Nesse sentido, o trabalho nos abrigos de acolhimento institucional é realizado de acordo com a Lei 12.010 de 2009, que prevê o menor tempo possível de afastamento da criança de sua família biológica e a tentativa de reinserção dessa junto aos familiares.

O respaldo legal para os abrigos de acolhimento institucional ou familiar, previsto pela Lei 12.010/09, prevê a tentativa de reintegração na família biológica ou o preparo e o amparo emocional e legal para a introdução da criança em uma nova família. Sendo assim, os abrigos de acolhimento institucional de crianças e adolescentes têm também o dever de preparar essas crianças/adolescentes para que sintam o menos possível a separação de suas famílias e a reintegração social, oferecendo o apoio necessário para esses processos. Dessa forma, quando a reintegração não for possível, a criança é preparada para ser inserida em uma nova família, obedecendo então aos princípios da Lei de Adoção e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

É a legislação, também, que assegura e assevera que as crianças devam permanecer no âmbito da educação formal durante todo o processo de acolhimento e adoção. Contudo, até que ponto essa legislação respalda as vantagens e as problemáticas que as crianças podem enfrentar enquanto são movidas de um lar a outro?

CAPÍTULO 2

ABRIGOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CAMPO MOURÃO: AS MEMÓRIAS SENSÍVEIS.

Dentre os direitos que possuem as crianças e os adolescentes, encontra-se o direito a escolarização desde a primeira infância. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LBD) nº 12.7960 (BRASIL, 1996), que determina os modos de funcionamento da educação no país, o ensino é considerado obrigatório para crianças entre quatro e dezessete anos e tem como objetivo o desenvolvimento integral do sujeito. Isso se aplica a todas as crianças e cabe aos responsáveis assegurar que esse direito seja garantido sob pena de acusação criminal. Conforme disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, privar as crianças e jovens do acesso à educação é considerado crime e se enquadra no chamado abandono intelectual, disposto no art. 246 do Código Penal, que estabelece pena de detenção de 15 dias a um mês ou multa. Sendo assim, as crianças e adolescentes tem assegurado o seu direito em frequentar regularmente as instituições de ensino.

No entanto, pouco se fala sobre as condições que as crianças em situação de acolhimento institucional encontram para frequentar a escola. Isso porque, os lares asseguram que as crianças sejam encaminhadas e que tenham sua frequência escolar mantida, como prevê a Constituição Federal, de 1988 (BRASIL, 1988), e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996 (BRASIL, 1996), mas quais são os impactos que a troca de ambiente familiar tem sobre a aprendizagem? As crianças são encaminhadas aos abrigos devido a problemas no ambiente familiar, seja por ausência de cuidados, violência, situação de risco ou abandono. Seja qual for o motivo, a criança é retirada de seu ambiente doméstico e levada para um Lar de Acolhimento, onde deverá ficar até que sua situação seja resolvida, ou pelo regresso à família, ou pelo encaminhamento a uma família adotiva. A Lei 12.010 de 2009 prevê que esse processo deva ser realizado no menor tempo possível, para evitar que a criança fique fora de ser lar por muito tempo.

No entanto, a depender do motivo que ocasionou a ida para o Lar de Acolhimento, a criança pode permanecer por meses, e até anos, à espera da solução de seu caso. Durante esse período, a instituição de acolhimento faz o máximo possível para que essa criança tenha o necessário para seu desenvolvimento integral, como previsto pelo ECA. Isso significa assegurar os direitos fundamentais de um cidadão, como vida, saúde, liberdade, respeito, dignidade, convivência familiar e comunitária, educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização e proteção no trabalho, conforme a Lei 8.069 (BRASIL, 1990).

De acordo com o art. 3 da Lei já referida:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990, p. 15)

Segundo é atestado por esse artigo, e ao decorrer de todo o texto legal, a criança tem direito ao pleno desenvolvimento de suas faculdades físicas, mentais, morais e religiosas. Dessa forma, não basta assegurar, somente, a integridade física, é necessário que ela continue frequentando a escola, em razão de assegurar o cumprimento da Lei. A escola, assim, continua a fazer parte da rotina das crianças e adolescentes, mesmo quando esses são afastados do convívio familiar e se encontram em Instituições de Acolhimento.

Por esse motivo, é importante conhecer o papel da escola e dos educadores em face ao processo de acolhimento e de adoção das crianças e jovens. Sabe-se que a escola é o espaço frequentado por crianças, adolescentes e jovens-adultos com o objetivo de serem instruídos sobre os mais diferentes objetos do saber. O papel inicial da escola, portanto, é assegurar que seus alunos tenham acesso aos conhecimentos referentes às matérias básicas previstas no art. 26, §1, da LDB (Lei 9.394): “o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente da República Federativa do Brasil” (BRASIL, 1996). Esses são, portanto, os conhecimentos básicos que os alunos devem adquirir ao longo de sua jornada educacional, no entanto, como se sabe, a escola desempenha um papel que vai muito além da simples transmissão de saberes.

A escola é um dos principais ambientes de socialização pelo qual o sujeito passa na fase inicial do seu desenvolvimento e, muitas vezes, é tão importante quando a família na formação da identidade. Depois do contato com a família, na primeira infância, as crianças são encaminhadas para as escolas, ou centros de educação infantil, e passam a ter contato com educadores e outras crianças. Por meio desse contato, a criança percebe outras realidades que até então não havia experienciado, por só conviver em seu círculo familiar, de forma que aprende a desenvolver o senso de percepção do outro e, conseqüentemente, delimitar a própria identidade.

Nesse sentido, a escola não é somente o espaço de aprendizagem formal frequentado pelas crianças, ela passou a ter um papel fundamental na sociedade ao passo em que muitas crianças convivem mais tempo em ambiente escolar do que com a própria família. Essa

alteração no paradigma familiar e escolar provem, principalmente das mudanças econômicas e sociais pelas quais passa a sociedade. A ampliação das jornadas de trabalho, ou as jornadas duplas enfrentadas pelos pais faz com que as crianças frequentem a escola em período integral, de modo que sua socialização se dá em maioria nesse ambiente.

Devido à intrínseca relação entre o papel desempenhado pela família e o papel da escola na formação do sujeito, faz-se necessário entender, também, a relação que essa mantém com as instituições de acolhimento. Como afirma Teixeira (2019), por se tratarem de instituições com caráter de transitoriedade, não havia a profunda preocupação com a educação das crianças e dos adolescentes que passavam por esses locais, justamente por se pensar que o pouco tempo de permanência não afetaria o desenvolvimento escolar. Todavia, como mencionado, a escola não atua somente no quesito de ensino regular, ela também é parte importante do desenvolvimento social, moral e identitário dos jovens e por isso é um importante espaço para todas as crianças. No que tange às crianças em situação de acolhimento institucional, Teixeira comenta:

[...] a escola é o segundo espaço de interação social que se frequenta, sendo o primeiro a família. Nesse sentido, a relação escola-família é primordial para o desenvolvimento do sujeito. No caso de crianças e adolescentes em acolhimento, esse papel é exercido pela instituição responsável. Considera-se que, quanto mais próxima, amigável e colaborativa a relação entre os dois espaços, melhores as oportunidades de articulação para atender às especificidades dos estudantes em acolhimento institucional (TEIXEIRA, 2019, p. 11).

Como as crianças em situação de acolhimento institucional estão afastadas do convívio familiar, cabe ao Lar de Acolhimento e à escola atuarem como agentes socializadores e auxiliar na formação social e cultural das crianças. Essas crianças que de repente se veem recolhidas de seu ambiente de costume podem ainda encontrar na escola um local de segurança e estabilidade. Muitas vezes, a criança que passa a viver em um Lar de acolhimento é mantida na mesma instituição de ensino, pois como previsto pelo ECA (BRASIL, 1990), o acolhimento deve ser realizado em instituição mais próxima possível do ambiente de origem da criança. Dessa forma, a equipe pedagógica, em contato com a Instituição acolhedora deve assegurar que a criança consiga processar o que está acontecendo.

Em outros casos, contudo, ocorre de a criança precisar ser transferida para uma escola mais próxima à Instituição acolhedora. Isso faz com que além de se adaptar ao novo local de moradia, a criança precise se adaptar à nova escola e todos os pré-conceitos atribuídos às crianças que se encontram em situação de acolhimento institucional, como apresentado:

Infelizmente, no imaginário da maioria das pessoas, as crianças e adolescentes acolhidos ainda são vistos com resquícios de um tempo histórico, ou seja, órfãos, menores abandonados, pobres, delinquentes etc. E na escola não é diferente. Muitas vezes, esses alunos são vistos como *crianças de abrigo*, ora como coitados, ora como perigosos, alunos-problemas que colocam em risco o bom andamento da escola. (MORENO e SUDARIO, 2022, p. 34)

Esses estereótipos atrelados às crianças que vivem em lares de acolhimento, em muito, são frutos da longa trajetória dos abrigos, no Brasil. Essas instituições que inicialmente eram responsáveis por cuidar de crianças não desejadas pela família ou contraventores e, muitas vezes, aplicando da violência e maus-tratos com os jovens, que viviam em abrigos superlotados, acabaram criando um imaginário popular que ainda reflete esse desconhecimento sobre a situação atual.

Ainda que as crianças que se encontram em acolhimento institucional precisem de um maior cuidado em relação ao psicológico, isso se deve pelas condições emocionais provenientes da separação que ela enfrenta, ou enfrentou, e não justificam atribuir-lhes uma defasagem educacional intrínseca a sua situação. Conforme Moreno e Sudario alegam:

O fato de a criança ou adolescente ser adotado ou estar em um abrigo não justifica por si só o fato de ele ter dificuldade em aprender, mas infelizmente professores encontram nessas situações a principal razão para justificar o fato do não aprendizado do aluno, sem ao menos analisar seu próprio trabalho como professor e tentar de alguma forma ajudar o aluno. (2022, p. 36, 37)

É necessário, portanto, que os profissionais da educação saibam como lidar com crianças provenientes de diversos contextos, incluindo o contexto de acolhimento institucional, principalmente quando se trata da realização de atividades que envolvam a história de vida ou datas comemorativas familiares. Ter a formação necessária para lidar com essas divergências não significa deixar de realizar a atividade ou sentir pena do aluno, mas saber adaptá-la para que faça sentido no contexto familiar em que a criança se encontra, reforçando que as diferentes configurações familiares existem e devem ser respeitadas.

Todo esse processo afeta diretamente uma faculdade essencial no desenvolvimento da identidade, a memória. Esse é um dos elementos pouco mencionados no âmbito dos lares e do processo de acolhimento e adoção, mas influencia na vivência e na reintegração das crianças. Por mais que diversas leis visem respaldar e tornar esse processo mais tranquilo para as crianças, a memória permanece. Assim, os abrigos de acolhimento institucionais se tornam

espaços em que os silêncios, o esquecimento e as memórias habitam, como será tratado no próximo tópico. A continuação, será realizado um estudo sobre memória, discutindo as características dessa faculdade humana, sua relação com a história e com os abrigos de acolhimento institucional para crianças e adolescentes.

No próximo tópico, as histórias de fundação dos dois abrigos de acolhimento institucional para crianças e adolescentes oficiais de Campo Mourão serão apresentadas. Além disso, a cidade conta com um terceiro lar, uma instituição filantrópica, que apesar de não ser registrada junto à prefeitura, merece ser abordada, visto a sua importância junto à memória da população.

2.1 Lares de acolhimento e sistema de adoção em Campo Mourão/Paraná

Atualmente, Campo Mourão possui dois abrigos de acolhimento institucional para crianças e adolescentes e uma instituição filantrópica que atuam no amparo de crianças. Como o objetivo desta pesquisa é apresentar as instituições oficiais de acolhimento de crianças e adolescentes, a Instituição filantrópica não será abordada nesse trabalho. Os abrigos de acolhimento institucional para crianças e adolescentes realizam um trabalho de apoio ao Conselho Tutelar e ao judiciário, atuando na proteção e no amparo da criança e do adolescente. O objetivo desses é promover um espaço de desenvolvimento físico, social e afetivo seguro para crianças que devido a situações de risco são afastadas do convívio familiar.

Uma das instituições infantis abordada nesta pesquisa é a Casa-lar Infantil Miriã. Localizada na zona rural da cidade de Campo Mourão, a casa conta com um espaço amplo, tanto de alojamento quanto de área recreativa, para abrigar crianças e adolescentes. Essa instituição tem como objetivo acolher, proteger, valorizar e reintegrar a criança ao meio familiar e social. Para isso, a Casa realiza um trabalho de acolhimento e abrigo das crianças, que recebem os cuidados necessários para que tenham um crescimento digno.

A Casa, nesse sentido, atua por meio do Acolhimento Institucional para crianças e jovens vítimas de abandono, abusos e maus tratos, apoiando as Autoridades Judiciárias e os Conselhos Tutelares da cidade. Seu respaldo legal está previsto no artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), que prevê a existência de programas de proteção e programas sócio educativos para crianças e adolescentes. No entanto, segundo o plano de ação elaborado pela instituição, seus fundamentos vão além do simples cumprimento do previsto pela lei. Seu objetivo fundamental é promover a proteção e a reparação do sofrimento

vivenciado pelas crianças nas situações que levaram à necessidade do acolhimento institucional, visando a reestabelecer os vínculos da criança com a família de origem ou a vinculação com a família substituta.

A história da Casa-lar Infantil Miriã se dá com a sua fundação em 1990 com o nome “Lar Infantil Miriã”. Inicialmente, era uma instituição filantrópica, cuja mantenedora era a Associação da Igreja Luterana Livre do Brasil, que contava com as doações de pessoas físicas para a manutenção de 20 crianças de 0 a 6 anos, tendo apenas uma pessoa por essas. Já no ano de 2001, a instituição se organizou para a criação de um Estatuto e a formação de uma diretoria para que pudesse se desvincular da Missão Luterana e assim se tornar uma instituição independente, adotando o nome atual. A partir de então, a Casa-lar Infantil Miriã passou a atender meninos de 0 a 6 anos e meninas de 0 a 9 anos de idade que precisassem ser recolhidas momentaneamente do convívio familiar por situações de abandono, negligência ou maus tratos.

Em 2006, o Conselho Tutelar e a Vara da Família de Campo Mourão apresentaram a necessidade de um espaço de Acolhimento Provisório por meio da medida protetiva de abrigo para atender meninos de 0 a 11 anos e meninas de 0 a 17 anos. A partir de então, a Casa-lar Infantil Miriã passa, também, a atender esses jovens que se encontram em situação de abandono ou cujas famílias se encontram temporariamente impossibilitadas de cumprir suas funções de cuidado e proteção. O atendimento das crianças na Instituição se dá por meio do encaminhamento realizado pelas autoridades judiciárias, ou pelo Conselho Tutelar. As crianças ali presentes se encontram em regime de Acolhimento Institucional, podendo frequentar o lar por um total de 18 meses (ECA, 1990). O intuito é reintegrar essas crianças às suas famílias de origem ou, em certos casos, em famílias substitutas, por meio de programas de adoção.

Durante o tempo em que frequentam a casa, as crianças possuem uma rotina que se assemelha ao convívio doméstico. Para aquelas que estudam no período da manhã, o lar propõe o café da manhã e a ida para escola; já no período da tarde elas devem almoçar, descansar, fazer suas lições escolares, lanchar, brincar, jantar, tomar banho e se preparar para dormir. Dessa forma, as crianças têm um cronograma equilibrado entre as obrigações e os períodos de descanso, interação social e brincadeiras, que permite um melhor desenvolvimento e uma estadia mais acolhedora para elas.

Além da parte concernente ao cotidiano assistidos, a instituição também conta com uma equipe de apoio às crianças, sendo considerada uma instituição de referência ao atendimento à criança no Paraná. Dentro do espaço de acolhimento institucional encontra-se à

disposição para o atendimento: dois psicólogos, dois pedagogos, assistente social e voluntários da igreja luterana. Toda essa estrutura visa contribuir para o amparo das crianças e adolescentes na superação dos traumas das violências sofridas e na adaptação em menor tempo possível com o local e seu regresso à família biológica ou substituta.

Atualmente, a Casa-lar Infantil Miriã é mantida por verbas provenientes do governo, de assistência da Igreja Luterana Livre e, também, de arrecadações de fundações privadas. As verbas são destinadas para a manutenção da estrutura física, aquisição de materiais e de alimentos e para despesas médicas dos assistidos.

O segundo abrigo de acolhimento institucional abordado por esta pesquisa é Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil, conhecido como “Mão Cooperadora”. O instituto da cidade de Campo Mourão foi fundado em 1993 pela Igreja de Deus no Brasil, sendo uma filial da instituição de Curitiba. O fundador da instituição foi o pastor Lucio, junto com sua família e membros da igreja que arrecadaram doações de toda a comunidade para que o prédio da instituição pudesse ser construído, tendo sua inauguração em 1995.

Mesmo sem estar com as suas instalações finalizadas, a instituição já realizava o acolhimento de jovens, abrigando-os na casa da Pastoral da Igreja de Deus e contando com o apoio da igreja e da comunidade para a manutenção dos assistidos. A partir do ano 2000, a Mão Cooperadora passou a receber fundos da Igreja de Deus na Alemanha por meio do apadrinhamento de adolescentes acolhidos. Além disso, a igreja alemã auxiliou na instituição brasileira com recursos para a reforma da casa pastoral e com a aquisição de um sítio, que atualmente é utilizado como espaço para a recreação dos jovens e para locações particulares com objetivo de captação de recursos.

Já no ano de 2003, a Mão Cooperadora passou, também, a ofertar cursos de informática, violão e mosaico aos adolescentes carentes da comunidade próxima à entidade. Dessa forma, além do serviço de acolhimento, a instituição apoiava o desenvolvimento dos adolescentes da região. Entre os anos de 2005 e 2010, a oferta desses cursos foi ampliada, incluindo cursos de panificação, corte de cabelo, artesanato, reforço escolar, karatê, fanfarra e artes circenses, em contraturno escolar, possibilitado o desenvolvimento dos jovens, alguns dos quais passaram a trabalhar com os conteúdos aprendidos na instituição.

Para sua manutenção, além dos recursos provenientes da Igreja de Deus, a Mão Cooperadora firmou parcerias financeiras com a prefeitura da cidade de Campo Mourão e com os entes Estadual e Federal, além do recurso anual da destinação do Imposto de Renda. Esse suporte financeiro auxilia a instituição nas despesas de custeio do abrigo e dos cursos profissionalizantes. Atualmente, o programa oferece serviço de Acolhimento Institucional

para adolescente exclusivamente do sexo masculino na faixa etária de 12 a 18 anos, conforme a caracterização que o ECA (1990) faz desses. Esses jovens são encaminhados ao lar por meio de medidas do Conselho tutelar, visando ao afastamento do convívio familiar em casos de abusos e maus-tratos, garantindo a esses a possibilidade de um desenvolvimento em ambiente seguro.

O abrigo institucional Mão Cooperadora tem seu trabalho fundamentado nos preceitos do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. Dessa forma, o abrigo busca a construção de um vínculo de confiança entre o adolescente e o seu espaço, para que esse possa se expressar de forma livre sobre sua história de vida, sentimentos, dúvidas e sobre o afastamento de sua família. A meta da instituição é oferecer acolhimento personalizado e humanizado para os atendidos, por meio do atendimento das necessidades físicas e da oferta de materiais básicos. A Mão Cooperadora oferece um ambiente acolhedor, a preservação dos direitos fundamentais, visando um convívio saudável entre os abrigados e a equipe. Além disso, conforme proposto pelo plano pedagógico da instituição, objetiva-se similar a vida em família, priorizando o acesso à educação, à saúde, às programações culturais, recreações e esportes.

A metodologia de ação da Mão Cooperadora inicia-se por meio de uma conversa entre o adolescente e a equipe técnica que visa a elaboração de Plano Individual de Atendimento. Durante a estadia os jovens têm uma rotina semelhante ao espaço doméstico, com períodos de estudo e de organização do abrigo. Além disso, eles são acompanhados diariamente por uma equipe composta por um assistente social, um psicólogo, quatro educadores e os demais membros que atuam na manutenção do abrigo.

Toda a rotina seguida pelos abrigados é pensada preparando-os para o momento do desligamento, pois, segundo as leis que regem o acolhimento institucional, a criança e o adolescente devem permanecer o menor tempo possível separada de sua família de origem ou de uma família substituta. O acolhimento é realizado como uma medida provisória e excepcional, quando todos os outros recursos de se manter o adolescente em sua família de origem já se esgotaram. O adolescente é então encaminhado ao programa, onde recebe apoio até que possa ser reintegrado à família de origem ou família substituta, ou ainda, até que esteja apto para a autonomia e o protagonismo social.

O outro espaço que foi conhecido e possui grande relevância no município de Campo Mourão devido ao seu trabalho de doação é o Lar Dona Jacira que teve início no ano de 1969, por meio da iniciativa da sua fundadora Jacira Brandão, na época enfermeira no hospital, acolhia as crianças e adolescentes que recebiam alta e não conseguiam contato/comunicação

com os genitores/responsáveis. Jacira relata, transcrição em anexo, que nesse período o hospital atendia muitos menores oriundos da área rural de diversos municípios da região, os quais deixavam seus filhos para atendimentos/cuidados especiais por meses, devido a dificuldade de acesso do local em que residiam até o hospital.

Verificando essa situação Jacira acolhia em sua residência essas crianças e adolescentes até os genitores retornarem para busca-los, ficando na residência da mesma por meses e até anos. Ocorre que nem todos os responsáveis retornavam, então essas crianças e adolescentes ficavam sob cuidados e guarda da Sra. Jacira, e posteriormente eram adotados por ela. Tendo em vista suas práticas acolhedoras famílias buscavam a Sra. Jacira para que cuidassem dos seus filhos, haja vista todo o atendimento que esta dedicava às crianças e adolescentes com necessidades especiais, desde então, a mesma precisou ampliar seu espaço para acolher mais “filhos” (como esta os denomina) em suas dependências.

No presente o espaço conta com estrutura adaptada para acolhimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais, tendo já passados por este local mais de 100 pessoas acolhidas. A mantenedora conta com o auxílio de suas 2 irmãs e mais 2 funcionárias no atendimento das crianças e adolescentes que residem hoje no espaço. Todo o recurso para manter o local é fruto da aposentadoria das irmãs e de doações particulares, pois a responsável afirma que não tem interesse em regularizar o espaço para que se enquadre como abrigo institucional, pois até o momento funciona muito bem com as iniciativas dos envolvidos.

Questionamos junto com o filósofo italiano Roberto Espósito (2023, p. 109) sobre se: “a vida se deixa instituir? Ou é ela que penetra nas esferas das instituições, regenerando-as?”. Pois, a história das Casas de Acolhimento de Campo Mourão vai além do que podemos encontrar nas suas atas institucionais e seus regulamentos e a legislação vigente. Do gesto de escavar em outras direções pode emergir uma “vida institucional” com dinâmicas ativas e movimentos em direção ao aberto. Consideramos com Espósito que as instituições possuem em seu interior contradições, conflitos e “energias instituintes” que geram um contraste entre ordem institucional e “movimento” que exige pensar a necessidade de escutar as razões dos outros, dos sujeitos que passaram pelas Casas em complemento com a “imóvel, monumental e sem vida” história institucional (PESSOA, 2023, p. 21). A partir dos desafios que apresenta a história pública e, como complemento ao debate entre história e memória, gostaríamos também tensionar a relação entre *vida e instituições*.

2.2 A presença da memória nos abrigos de acolhimento institucional

Inicialmente, é importante apresentar uma definição do que se entende por memória, sendo, nas palavras de Le Goff (1990, p. 424), “[...] a propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. A definição apresentada por Le Goff (1990) destaca a relação que a memória tem com o passado, ou seja, ela está intrinsecamente relacionada aos eventos que já não fazem mais parte do presente, mas que podem ser recuperados graças ao trabalho memorialístico. O inspirador texto de Eclea Bosi sobre Memória e Sociedade fala em “burilar, lapidar, trabalhar o tempo e nele recriá-lo constituído como nosso tempo” (BOSI, 2023, p. 22). Assim, a faculdade memorialística é o que permite a ligação dos sujeitos com aquilo que já não faz mais parte do presente, mas que não se perdeu, pois pode ser lembrado.

Nesse sentido, as experiências do sujeito são armazenadas e podem ser recuperadas segundo a vontade de ser portador em revisitar o passado. Apesar de na maioria das vezes a lembrança estar condicionada ao desejo voluntário, pode ocorrer de gatilhos despertarem centelhas de memória sem a vontade de seu portador, memória das quais, muitas vezes, ele nem se dava conta de ter armazenado. Dessa forma, apesar de sua estreita relação com o passado, o presente se mantém indissociável da memória, como defende Assmann (2011), por ser o momento que permite o despertar desse passado armazenado.

Além disso, Le Goff (1990) salienta que nem todas as informações preservadas pela memória são exatas, visto que o sujeito pode armazenar aquilo que ele “representa” como passado. Isso significa que a memória não preserva as informações tais quais se deram no momento em que ocorreram, mas ela é influenciada por diversos fatores que modificam a forma como o sujeito encara o fato e conseqüentemente o modo pelo qual irá se recordar.

Isso ocorre porque a memória é construída, principalmente, sobre bases sociais, fazendo com que esteja diretamente relacionada ao grupo social que a sustenta. A faculdade memorialística armazena o passado conforme as impressões pessoais que o sujeito tem daquele fato, as quais são construídas segundo a sua posição social, ideologia e crença (HALBWACHS, 1990). Portanto, o mesmo evento pode ser lembrado de diferentes maneiras por seus participantes, visto que cada um deles terá uma percepção, ainda que o todo seja o mesmo. Conforme um exemplo apresentado por Halbwachs (1990), ainda que um sujeito viaje sozinho para uma cidade turística, suas impressões, e conseqüentemente as lembranças

que vão se formar, serão permeadas por informações prévias que ele adquiriu a respeito desse lugar, como leituras que fez sobre a arquitetura, conversas para saber as opiniões de outros viajantes sobre o local, dentre outros.

As memórias, nesse sentido, podem não ser a reprodução exata do fato ocorrido, pois não armazenam apenas o que se deu, mas a perspectiva individual que o sujeito teve daquele fato, somada às singularidades das vivências de cada um. Dessa forma, muitas vezes, atribui-se à memória o caráter de desconfiança, visto que às lembranças estão relacionadas as incertezas sobre os eventos anteriores, que podem não ser recordados exatamente como ocorreram. Essas flutuações da memória (POLLAK, 1989) ocorrem, principalmente, devido a sua relação com os sujeitos, pois uma lembrança só sobrevive enquanto persistem aqueles que dela se recordam.

As incertezas sobre a memória fazem com ela seja fruto de desconfianças, de forma que as informações armazenadas na mente sempre necessitem de provas materiais para serem creditadas. Por esse motivo, tem-se a concepção de que a história traz a verdade sobre o passado, enquanto a memória fica sujeita aos círculos privados, sendo uma fonte secundária e contestável de informações. Devido a isso, a complexa relação entre memória e história faz com que sejam ora utilizadas como sinônimos, ora aplicadas como termos opostos. Neste trabalho, utiliza-se os conceitos com base na explicação que Pierre Nora (1993) apresenta em seu ensaio *História e Memória*. Segundo o historiador, enquanto a memória se relaciona com os grupos sociais vivos e atuantes na sociedade, a história se relaciona com os documentos, com aquilo que está registrado em papel, fazendo com que a principal diferença entre ambas esteja na sua transmissão e armazenamento.

Apresenta-se, na sequência, um excerto um pouco extenso do ensaio de Nora (1993, p. 9), mas que explicita essa distinção:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.

A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo

que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quanto grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal.

Conforme o exposto por Nora (1993), a memória é marcada pelas presenças sociais, ela sobrevive pela transmissão oral e é marcada pela afetividade. Em contrapartida, a história se relaciona aos arquivos, a um passado que não existe mais entre os sujeitos e por isso precisa ser registrado. Justamente por se relacionar com o escrito, as informações apresentadas pela história recebem mais credibilidade, uma vez que os meios de registro físico aparentam maior estabilidade em comparação à memória. Desta forma, costumou-se confiar naquelas informações que se encontram por escrito, trazidas nos registros cartoriais e em documentos e excluindo-se as informações que são passadas oralmente. A necessidade de armazenamento de informações por escrito se dá pelo fato de essas serem mais duradouras que a própria memória, pois elas permanecem mesmo após o desaparecimento do grupo social.

No entanto, apesar de não ser tão exata quanto os registros oficiais, a memória é capaz de carregar detalhes que os registros muitas vezes não possuem. A transmissão memorialística é carregada de afetividade, ela ocorre sob uma atmosfera de confiança e conexão entre os sujeitos envolvidos. Quando se busca falar de narrativas familiares, mesmo que registros físicos sejam capazes de informar, são as narrações da memória que carregam de significado esses registros, que podem explicar o ambiente em que uma fotografia foi tirada, que recordam a recepção de uma determinada notícia e que são capazes de recontar os assuntos delicados que jamais seriam registrados em papel, visto que são “segredos de família”.

Desta forma, analisa-se como o processo da memória do público que trabalha nos espaços de acolhimento institucional, assim como os acolhidos, atua nos movimentos de separação pelos quais as crianças que chegam aos abrigos de acolhimento institucional passam, além de investigar como a memória circula por esses espaços em que as crianças ficam separadas de sua família, aguardando um futuro que pode ser incerto.

Feitas as considerações iniciais sobre o conceito de memória, cabe questionar-se como essa faculdade psíquica humana se desenvolvem nos públicos que trabalham e residem nos abrigos de acolhimento institucional. Alguns fatores devem ser levados em conta para se começar a refletir de forma social a atuação da memória nesses espaços, tais como: a situação que levou a criança ao acolhimento institucional, a condição física e emocional presente nos lares, o tempo de permanência dessa criança afastada da família, dentre muitos outros fatores

psicológicos inerentes à criança. Em seu artigo, Marchant (2019) revisa estudos de psicólogos e psicanalistas que trabalharam com a separação de crianças de suas famílias. Segundo o pesquisador, por mais que os abrigos suprissem as necessidades físicas dos internos, com exceções, esses ainda sofriam com a ausência de afeto e de contato familiar. Por esse motivo, muitas crianças que passavam pelos lares de acolhimento acabavam desenvolvendo doenças psicológicas em consequência dessas lacunas que a separação familiar criava.

Além disso, o pesquisador discorre que:

um discurso que nos fizeram pensar por séculos, segundo o qual as crianças não têm memória, ou sua memória é manipulada a vontade, ou, em todo caso, sua memória é tão frágil que pode ser apagada e substituída pelas ficções que os adultos as desejam impor. Em outras palavras, é pensar que as crianças não são sujeitos de memória por si sós e que, portanto, seria possível manipular suas histórias de vida e sua memória. Tal raciocínio permite as adoções ilegais e a manutenção de segredos que dizem respeito à história pessoal das crianças. (MARCHANT, 2019, p. 101)

Essa concepção fez com que as crianças fossem tratadas como objetos no processo de adoção, não tendo suas vontades e direitos respeitados. Consoante a isso, Nakamura (2019) recuperou o Código de Menores, de 1979, uma legislação em que os direitos da criança eram submetidos ao adotante, priorizando a inserção de crianças em famílias adotivas, ao invés de respeitar seus laços biológicos. Nesse contexto, as crianças que estivessem em situação irregular eram submetidas a um processo simplificado de adoção, inclusive realizado por escritura pública em cartório, semelhante a um processo de compra e venda.

Dessa forma, pouca ou nenhuma importância eram dadas à afetividade e à memória que a criança carregava de sua família biológica, acreditando que com o passar do tempo esses laços seriam esquecidos e ela passaria a integrar naturalmente o seio de sua nova família. No entanto, as relações de primeira infância são importantes na constituição social da criança enquanto sujeito. Segundo Halbwachs (1990), a família é o primeiro grupo social com o qual o indivíduo, ainda criança, tem contato. É esse o grupo responsável por moldar e dar as bases necessárias para a construção que o sujeito faz de si mesmo em relação ao mundo. Além disso, ele ressalta que é à família que se pode recorrer sempre que se deseja lembrar de alguma informação já obscura do próprio passado.

Quando a criança é retirada de seu círculo familiar, há um rompimento entre passado e presente, criando um futuro de incertezas para essa. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei da Adoção (2009), a criança passou a ter direitos fundamentais assegurados, assim como os adultos, e a adoção passou a ser regulamentada, de forma que

prevalecesse o melhor para ela. Assim, há sempre a tentativa de mantê-la em sua família biológica e reduzir o tempo que elas passam nos abrigos de acolhimento institucional.

Os motivos que levam as crianças a serem encaminhadas para os lares de acolhimento institucional ou que levam os familiares a deixar uma criança para a adoção são os mais diversos. Segundo Fávero et al (2008), um dos principais motivos que levam ao acolhimento temporário é a falta de recursos materiais necessários para as famílias promoverem o crescimento digno dessas crianças. Apesar de esse ser um fator que, segundo o ECA (1990), não justificaria a separação familiar, é o que, na maioria das vezes, leva ao Acolhimento Institucional, como relatada pelos pesquisadores após uma pesquisa de campo conduzida em São Paulo:

os maiores índices relativos aos motivos de abrigamento de crianças e adolescentes relacionam-se a impossibilidades materiais da família para mantê-los em sua companhia — objetivadas, geralmente, pela ausência de trabalho, renda e pelas condições de acesso à educação, saúde, habitação, assistência social, lazer. (Fávero et al., 2008, p. 203)

As lembranças formadas nesse período, portanto, serão capazes de denunciar que a supressão da família se deu pela ausência de suporte financeiro, que segundo a justiça deveria ser provido pelo o governo, justamente para evitar essas separações. Quando a criança já possui uma certa idade, ela é capaz de lembrar por si mesma as situações que a levaram à separação, no entanto, com recém-nascidos, na maioria dos casos, dificilmente, os motivos são revelados para as crianças. Além disso, inúmeras crianças sequer sabem que são adotadas, de modo que têm todo um passado que jamais lhes é revelado.

Isso se dá porque muitas informações são esquecidas ou propositalmente apagadas, já que, como afirma Marchant (2019), costumou-se atribuir à criança a ausência de uma memória significativa. Dessa forma, a memória que se desenvolve nos abrigos de acolhimento institucional atua como um espaço de silêncios e não ditos, pois muitas informações são omitidas devido ao desejo de preservar a criança, ou ainda os genitores, de modo que o passado se torna uma zona sensível.

A memória, nesse sentido, apresenta-se em uma estreita relação com o silêncio. Segundo Pollak (1989), ao falar sobre o retorno dos prisioneiros dos campos de concentração nazistas, o silêncio não é um esquecimento, mas uma estratégia de sobrevivência adotada pelos portadores de memórias, muitas vezes traumáticas, para que pudessem sobreviver em paz consigo e com os demais. Além disso, o esquecimento, ao contrário do que se costuma pensar, não é o oposto da memória, mas ambos são complementares (SELIGMANN-SILVA,

2003), visto que muitas vezes esse atua na preservação do indivíduo, suprimindo memórias traumáticas.

Conforme mencionado, os motivos para silenciar o passado são os mais diversos e podem afetar, ou não, o presente da criança. Para aquelas que permanecem nos abrigos de acolhimento institucional até certa idade em que a consciência sobre o contexto social é maior, os questionamentos sobre o passado passam a ser feitos. Assim, perguntas sobre a família e os motivos de estar naquele lugar se originam. As respostas para essas questões podem vir tanto de documentos, quanto da própria memória, pois a sociedade documenta em cartório as informações, para evitar que essas se percam com o desaparecimento dos envolvidos nos acontecimentos, como normalmente ocorre com as memórias.

Visto que muitas dessas informações eram perdidas com a morte ou desaparecimento dos envolvidos, a partir de 2009 foram incluídas no Estatuto da Criança e do Adolescente, com a Lei 12.010, disposições que assegurassem o registro escrito das informações sobre as crianças encaminhadas aos abrigos de acolhimento institucionais para crianças e adolescentes. Assim, o ECA apresenta em seu artigo 101, §3 que:

§ 3º Crianças e adolescentes somente poderão ser encaminhados às instituições que executam programas de acolhimento institucional, governamentais ou não, por meio de uma Guia de Acolhimento, expedida pela autoridade judiciária, na qual obrigatoriamente constará, dentre outros:

- I - sua identificação e a qualificação completa de seus pais ou de seu responsável, se conhecidos;
- II - o endereço de residência dos pais ou do responsável, com pontos de referência;
- III - os nomes de parentes ou de terceiros interessados em tê-los sob sua guarda;
- IV - os motivos da retirada ou da não reintegração ao convívio familiar.

O registro desses dados sobre a criança e o adolescente é uma forma de assegurar uma base de dados confiável, estabelecendo uma rede de ligações, inclusive com a família extensa, para evitar que ela perca o contato com o seu passado. Assim, como o objetivo primeiro dos abrigos de acolhimento institucional para crianças e adolescentes é reestabelecer o convívio da criança com a sua família biológica, a presença desses dados é importante para que se possa fazer a busca pelos parentes.

No entanto, mesmo com a presença de dados oficiais sobre a chegada dessas crianças aos abrigos de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, o registro escrito não é capaz de prover a afetividade e os pormenores presentes nas lembranças. Desse modo,

detalhes, histórias sobre os antepassados e narrativas familiares são conteúdo da memória. Para muitos, esse conhecimento sobre o próprio passado é essencial para entender o presente e assim, ao sofrer o desligamento desse passado, com a ida para um abrigo de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, muitas dessas crianças podem vir a se questionarem sobre o fato que as levaram até ali.

Essas inquisições sobre o próprio passado, que normalmente afligem os indivíduos, ocorrem porque a memória é parte integrante do sentimento de identidade, como afirma Le Goff (1996, p. 435), “[...] a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje na febre e na angústia.”. Assim, a memória dos sujeitos é construída pela imagem que ele próprio tem de si, pela imagem que os outros fazem dele e pelas memórias que ele acumula ao longo da vida (POLLAK, 1989).

Dessa forma, o conhecimento sobre o próprio passado é essencial para que se possa construir o sentimento de identidade. Para as crianças que foram levadas para os abrigos de acolhimento institucional para crianças e adolescentes com mais idade, há o trauma causado pela separação ou pelos motivos que as fizeram ir parar nesses espaços, pois “a destituição do poder familiar remove a ligação jurídica entre pais e filhos, mas não remove instantaneamente esses personagens da vida psíquica de cada um” (PEITER, 2011, p. 78). Assim, o que se fixou na memória não é retirado com a decisão judicial e pode levar muitos anos para que essa criança assimile a separação. Por esse motivo, o trabalho dos grupos de assistência psicológica é muito importante na chegada das crianças aos abrigos de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, trabalhando para que elas entendam a situação e para que as memórias formadas desse momento não venham a constituir traços traumáticos no futuro.

O tempo que essas crianças passam afastadas de suas famílias biológicas também consistirá em um fator presente em suas identidades futuras. Nos abrigos de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, elas experimentam diversos tipos de emoções relacionadas ao afastamento. O sentimento de solidão, proveniente da ausência de seus pares, a incerteza sobre o que acontecerá com sua vida e com o mundo que ela conhece e, ainda, a necessidade de se adaptar a um ambiente totalmente novo e a uma rotina preestabelecida são algumas das dificuldades enfrentadas por essas crianças e/ou adolescentes.

Quando as possibilidades de reinserção na família biológica se esgotam, a criança inicia um novo ciclo dentro dos abrigos de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. Ela passa a esperar por uma nova família, processo que pode demorar anos ou

sequer acontecer. No próximo tópico serão discutidas algumas considerações sobre a memória das crianças e adolescentes nesse período de espera pela adoção.

2.3 A memória e o processo de adoção

Entre o ouvinte e o narrador nasce uma relação baseada no interesse comum em conservar o narrado que deve poder ser reproduzido.
BOSI, 2023, p. 93

Os abrigos de acolhimento institucional para crianças e adolescentes atuam como espaços de passagem para as crianças, pois o objetivo primeiro é fazer com que essas tenham um lugar seguro até que possam voltar para suas famílias. Quando são recolhidas de suas famílias biológicas, a intenção dos programas de acolhimento é solucionar os problemas que levaram a essa separação, para que as crianças possam ser reinseridas em suas famílias no menor tempo possível. No entanto, a reinserção na família de origem nem sempre é a melhor opção para o desenvolvimento saudável da criança. Dessa forma, quando as possibilidades de retorno à família de origem se esgotam, ela entra para o cadastro nacional de adoção e passa a esperar que surja uma nova família.

Nesse processo, a criança é exposta novamente a uma situação de ruptura. A primeira ruptura é a retirada dessa do núcleo familiar em que estava inserida. Por mais que as condições fossem ruins, esse ambiente era onde a criança teve suas memórias registradas e a separação precisa de um cuidado para não constituir uma situação ainda mais traumática. Com a chegada ao lar, a criança recebe o apoio do grupo de atendimento, que a ajuda a entender e a assimilar a situação pela qual está passando. Nos primeiros momentos, há a tentativa de reinserção dessa criança junto de sua família biológica, porém, com a impossibilidade, a criança é mais uma vez desligada desse núcleo ao ser informada de que passará a esperar por uma nova família.

Pode-se destacar duas situações que caracterizam a passagem da criança pelo lar de acolhimento: as rupturas e os momentos de espera. Quando a criança passa pela segunda ruptura, sabendo definitivamente que não mais retornará para seu lar biológico, há o início de um processo de espera por uma nova família. Nesse tempo, a criança lida com o rompimento dos vínculos com o passado e com a ansiedade por conhecer a nova família. Cabe ressaltar que junto com a ansiedade tem-se as incertezas sobre o futuro, uma vez que a adoção pode ou não acontecer e, caso não aconteça, há ainda o questionamento do porquê de não ter sido adotada.

As crianças em espera de adoção são amparadas pelas instituições até completarem 18 anos. Nesse período, elas recebem os suportes materiais necessários para o desenvolvimento e são preparadas para conseguirem se sustentar quando atingirem a maioridade. Embora os espaços de acolhimento já sejam mais responsáveis pelo abrigo de adolescentes que completaram 18 anos, muitos desses espaços ainda continuam os mantendo, como é o caso do espaço denominado Mão Cooperadora em Campo Mourão, mantém um centro de apoio para esses jovens poderem estabelecer uma vida digna após a saída da instituição.

Em uma tentativa de reduzir o número de crianças nos abrigos de acolhimento institucional para crianças e adolescentes esperando por serem adotadas, o Governo Federal criou em 2017 o Estatuto da Adoção. Esse se trata de um conjunto de leis dissociadas do ECA (1990), visando a facilitar o processo de adoção. Mesmo que em primeira vista possa parecer um avanço constitucional para reduzir a permanência em abrigos de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, conforme atestado por Nakamura (2019), o novo estatuto rompe com os direitos básicos da criança, privilegiando o rompimento de laços com a família biológica em prol de um processo adotivo, permitindo que o governo se exima de suas tarefas de assistir às famílias necessitadas. Nas palavras do autor:

o “Estatuto da Adoção” propõe uma série de reduções das garantias atuais em nome de uma maior possibilidade de a criança e o adolescente serem adotados, principalmente por simplificar procedimentos que extinguem o poder familiar e pelo estreitamento do conceito de família extensa. (NAKAMURA, 2019, p. 191).

Dessa forma, apesar de tornar o processo de adoção mais fácil para aquelas crianças cujas chances de regresso para a família biológica foram esgotadas, o novo estatuto também antecipa o rompimento de laços para aquelas crianças que podem ter ido para o acolhimento devido à falta de condições financeiras da família.

Ao pensar especificamente nas memórias envolvidas no processo de adoção, responsáveis administrativamente pelos abrigos de acolhimento institucional, equipe de trabalho, crianças e adolescentes acolhidos, ou seja, a memória do público que reside pode-se traçar um paralelo: se na chegada das crianças aos abrigos de acolhimento há um processo de ruptura da memória individual com a memória de seu grupo familiar, o processo de adoção atua como um religamento, uma (re)inserção da criança em um novo grupo e, conseqüentemente, em novas memórias. Dito isso, cabe pensar nas formas e nas conseqüências que esse religamento causa nas memórias.

O processo de adoção é composto por duas partes, ambas constituídas de uma história de vida que as levou até o momento. De um lado os adotantes, que decidiram tornar-se responsáveis pela gestão de uma nova vida e, com isso, assumir as dificuldades que lidar com um sujeito pré-construído podem apresentar. Por esse motivo, muitos adotantes optam por crianças mais jovens, o que torna as chances de uma criança com mais de 7 anos ser adotada bem mais reduzidas, como apontado pelo site do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania⁵. Constatou-se, assim, que a disponibilidade de crianças é inversamente proporcional ao interesse dos cadastrados, de forma que a preferência se dá por recém-nascidos, enquanto a maior quantidade de crianças disponíveis está com mais de 10 anos.

Do outro lado, tem-se o adotado, com os anseios e as incertezas sobre o próprio futuro, vivendo ao lado de outras crianças que também aguardam serem escolhidas por uma nova família. O ambiente dos lares de acolhimento, nesse sentido, torna-se um espaço de experiências, memórias possíveis, pois as crianças vão se moldando junto ao anseio de reconstruir uma família, muitas vezes se culpando por ainda não terem sido escolhidas. Quando são incorporadas a uma família adotiva, elas devem lidar com a inserção a uma nova rotina e de uma realidade, na maioria das vezes, bem diferente da que estava acostumada. Nesse processo, são histórias de vida diversas que agora precisam se ligar e criar um ambiente denominado família, com novas experiências a serem relatadas.

Nas palavras de Ghirardi (2015, p. 123), “a crença na própria bondade implica na atribuição de maldade àqueles que abandonaram a criança, os representantes das origens biológicas que, por sua vez, são vistos como desqualificados”. Nesse sentido, há a invalidação do passado das crianças, o que pode vir a gerar conflitos identitários futuros, uma vez que ela tem seu passado silenciado pelos grupos sociais que deveriam acolhe-los. Por esse motivo, é importante que assim como as crianças, os adotantes também recebam apoio psicológico para saber acolher a criança, sem invalidar ou menosprezar o passado, visto que esse é parte de quem elas são.

A continuação, apresentaremos diversas conversas sobre este sensível assunto procurando uma aproximação com essas memórias “não enquanto método de pesquisa, mas como um instrumento para a criação de comunidade de escuta e compartilhamento de

⁵ “Segundo o cadastro do SNA, há um total de 34,4 mil pretendentes dispostos a adotar, 2 mil em processo de adoção e 9,8 mil que já adotaram alguma vez. Mesmo com o elevado número de interessados, ainda há 5 mil crianças e adolescentes disponíveis. A diferença se deve, principalmente, ao fato de que somente 0,3% desejam adotar adolescentes, que representam 77% do total. Neste contexto, das adoções realizadas, 51% foram de crianças com até 3 anos completos, 26% na faixa etária de 4 até 7 anos completos, 16% de 8 a 11 anos e 7% de adolescentes. A idade média dos adotados é de 4 anos e 11 meses, sendo que a média dos disponíveis é de 9 anos.” (BRASIL, 2020).

histórias”. (SANTIAGO, 2018, p. 146). Nos permite constituir um caleidoscópio de olhares sobre o assunto desde as próprias experiências e buscando impedir -com sua aparição pública- que as memórias e as sensações sejam irremediavelmente perdidas ou fiquem privadas ao mundo interior de cada pessoa:

...na configuração não de uma cultura autobiográfica, mas de uma cultura de transmissão e compartilhamento de experiências... a reconfiguração de uma cultura narrativa e testimonial pública...tem como pressuposto o reconhecimento do valor da experiência do outro, a qual para ser apreendida merece um investimento de tempo... reconhecer os pressupostos da escuta e do olhar dirigidos para fora de si” (RODGERO, EM SANTIAGO, 2018, p. 149).

A História Pública como um movimento de luta contra a privatização das memórias e carregando o compromisso com a construção de um espaço público, compartilhado, onde apareçam várias vozes. Pensando junto com Le Goff nos interessa que nas conversas surja “aquele vasto complexo de conhecimentos não-oficiais, não-institucionalizados, que ainda não se cristalizaram em tradições formais (...) que de algum modo representam a consciência coletiva de grupos inteiros (...) ou de indivíduos (recordações e experiências pessoais)” (ANDRADE e ALMEIDA, 2018, p. 143).

No plano dos movimentos da memória poderíamos distinguir dois diferentes: o plano do instituinte e o plano do instituído: “no plano do instituinte, o pensamento se abisma no ilimitado, defronta-se com o fundo movediço em que se sustentam todas as formas. Nesse lugar incerto os sentidos são forjados e refundidos numa espécie de fogo primordial”. (VALERIO LOPEZ, 2008, p. 73). Por isso, as conversas e as memórias que surgem sobre os Abrigos de Acolhimento e os processos de adoção tem algo de selvagens em oposição as memórias institucionais que muitas vezes pretendem “administrar o que pode ser feito, mas também o que pode ser dito, visto, escutado, pensado, etc.” (VALERIO LOPEZ, 2008, p. 79).

As conversas, nas quais emerge o caleidoscópio de vozes implicam “...manter uma relação aberta com a exterioridade selvagem e afirma a verdade na relação de abertura, na exposição ao fora, na experiência”. (VALERIO LOPEZ, 2008, p. 81). Essas memórias não são nem pretendem ser definitivas, mas nascidas na confiança que considera os acontecimentos singulares e intensos onde uma

...escuta atenta possibilita uma resposta igualmente singular e intensiva. O sentido é inseparável de um presente vivo. Paradoxalmente, a palavra própria é a mais efêmera das palavras, a mais vital e transitória, aquela que precisa ser renovada a cada vez na intimidade com aquilo que ainda não sabemos pensar. (VALERIO LOPEZ, 2008, p. 101).

As conversas apresentam um olhar sobre os Abrigos e sobre os processos de adoção que ao se tornar públicas e compartilhadas permitem “propor novas interpretações, socialmente partilhadas e circuladas, sobre o passado” (SANTHIAGO, 2018, 152). Desse modo, a memória não deixa de pertencer ao processo adotivo e, muito menos, cessa quando ocorre a adoção. As conversas, apresentadas no próximo item, pretendem recuperar essas lembranças que ainda estão presentes nos ex-moradores de lares e nos adotantes, além de conhecer o posicionamento daqueles que trabalham diretamente com essas crianças e jovens.

CAPÍTULO 3

CONVERSAS SOBRE AS EXPERIÊNCIAS NOS LARES

...revitalização de uma cultura pública de escuta
e de compartilhamento de história abraçada
por muitos sujeitos...
porque creem que as histórias individuais,
a memória social e a empatia narrativa
fazem diferença no mundo”.
SANTHIAGO, 2018, p. 155

Neste capítulo foram realizadas uma série de conversas com pessoas que tenham passado pelos lares de acolhimento de Campo Mourão, para que apresentem suas experiências. A *conversa* foi a *maneira* proposta para levar adiante esse trabalho, pois considera-se que a experiência “[...] não pode fundamentar nenhuma técnica, nenhuma prática, nenhuma metodologia” (LARROSA, 2017, p. 13).

Assim, as experiências se opõem a qualquer ar metodológico/padronizado para tentar arriscar na *maneira* (como a *conversa*) que tende a caminhos mais imprecisos, titubeantes e frágeis. Este distanciamento com a palavra metodologia tem menos relação com a própria palavra em si do que com seu emprego pela tirania das tendências das competências próprias da razão mais instrumental. Na conferência que deu início ao “1º Congreso Internacional de *História Pública y Divulgación*”⁶, Thomas Cauvin destacava três valores básicos para a História Pública: a) o processo de elaboração não é um “fato metodológico”, mas uma maneira; b) o processo deve ser participativo entre aliados que não são considerados meras fontes; c) sempre inspirada na pergunta para que fazer história no sentido de vincular o trabalho com a relevância social e a justiça social. Esses elementos levam a pensar que não existe uma receita, uma metodologia, um caminho linear e que a história não é somente histórica, mas uma “ciência cidadã”⁷. Sendo assim, pensando desde a História Pública, à diferença de uma pesquisa “tradicional”, na qual “a população pesquisada é considerada passiva ou um simples reservatório de informações, incapaz de analisar a sua própria situação e procurar soluções para seus problemas” (LE BOTERF, 1987, p. 51), este estudo parte do ponto de vista dos indivíduos acerca da situação que vivem:

Durante anos aprendemos que boa parte de uma metodologia científica adequada serve para proteger o sujeito de si próprio, de sua própria pessoa, ou seja: de sua subjetividade. Que entre quem pesquisa e quem é pesquisado

⁶ Universidad Nacional de Quilmes. 22 ao 24 de maio de 2023.

⁷ Termo utilizado por Thomas Cauvin na mesma conferência.

não exista senão uma proximidade policiada entre o método (o sujeito dissolvido em ciência) e o objeto (o outro sujeito dissolvido em dado) (RODRIGUES BRANDÃO, 1987, p. 07).

Dessa forma, arrisca-se pensar a *maneira* de fazer história com as características básicas que Rodriguez Brandão propõe para a “pesquisa participante” (RODRIGUES BRANDÃO, 1987, p. 08), só se conhece em profundidade alguma coisa da vida social ou da cultura quando se pesquisa através do envolvimento pessoal; a estratégia de uma pesquisa depende tanto de pressupostos teóricos quanto da maneira como o pesquisador se coloca na pesquisa e, a partir daí, constitui simbolicamente o outro. Por fim, devemos colocar como parte dessa *maneira* a intenção que pretende mais compreender para servir do que conhecer para explicar.

Inspirados nas reflexões de Walter Kohan (2017, p. 71) sobre os caminhos da pesquisa, considera-se que o movimento da História Pública “... não se trata apenas de um enunciado teórico, de uma eventual contribuição aos estudos sobre a pesquisa acadêmica, mas de uma prática, um exercício, uma forma de habitar a universidade... e o mundo”. A marca mais destacada é a tentativa por gerar espaços de “*comunização*” que “não tem a ver com a comunicação, mas com comunismo, ou seja, com a operação de converter em um bem comum (de todos e para todos) algo que estava relativamente privatizado” (LARROSA 2017a. p. 123). Por isso fala-se aqui em *maneiras* e não em metodologias e, em *conversações* e não em entrevistas, porque o desafio da História Pública não é só pensar o que se diz, mas como é dito: “hablar, escuchar, leer y escribir, no es una herramienta que se domina con mayor o menor habilidad sino un problema en el que se juegan cosas mucho más graves que la eficacia de la comunicación”⁸ (LARROSA, 2017, p. 46).

A pesquisa dialoga com a História Pública, ao trabalhar com vidas na construção de uma história colaborativa, em que o público, ao invés de consumir os resultados de um processo, toma parte nele ativamente. Para Santhiago (2016, p.29), isso implica pensar não apenas na questão de uma linguagem que seja comunicável ao público, mas requer também, e principalmente, pensar nas “modificações durante todo o processo da pesquisa, não apenas o momento do seu escoamento”. Por isso a proposta é conversar, tentar superar uma língua acadêmica que leva como marca constitutiva ser uma língua que não conversa:

⁸ “falar, ouvir, ler e escrever, não é uma ferramenta que se domina com maior ou menor habilidade, mas um problema em que estão em jogo coisas muito mais sérias do que a eficácia da comunicação.” (LARROSA, 2017, p. 46, tradução própria)

...a maioria das vezes tenho a impressão de que aí funciona uma espécie de língua de ninguém, uma língua neutra e neutralizada da qual se apagou qualquer marca subjetiva. Então o que me acontece é que me dá vontade de levantar a mão e de perguntar *há alguém aí?* Além disso, sinto também que essa língua não se dirige a ninguém, que constrói um leitor ou um ouvinte totalmente abstrato e impessoal. (LARROSA, 2017, p. 59)

Foi pensado na contramão desta língua “sem ninguém dentro”, em uma língua para a conversação que seja um dispositivo de acolhida e não de exclusão e rejeição, que proponha “...una invitación a caminar”⁹ (MASSCHELEIN, 2016, p. 22) e “mirar el mundo con interesse”¹⁰ (MASSCHELEIN, 2016, p. 76) Que seja uma linguagem aberta e exposta às experiências e que também fique exposta aos sentidos, a própria linguagem e a ao pensamento, renunciando “seriamente a qualquer posição enunciativa que, por segura e assegurada, impede a experiência” (LARROSA, 2018, p. 206). Uma conversa implica pensar na companhia de outro, então o principal é o outro, é o que a outra pessoa tem para falar desprovido de interesses e propósitos, esses estão mais implícitos, o que não quer dizer que não exista, mas estão implícitos e não existe o confronto, as discordâncias podem acontecer, mas não um confronto direto. Os rumos podem mudar, a conversa tem algo de incerta, de falar “de verdade” (não “a verdade”) onde pode se improvisar, ou não terminar o que se havia proposto e seguir para outro tema, os desvios acontecem com o fluir da conversa. A conversação, diferente de uma entrevista, é mais comum em lugares amigáveis e mais familiares e embora possa ser formal e bem elaborada, geralmente opera na informalidade ou, como aqui nos interessa, na horizontalidade. As perguntas também podem ser realizadas, mas a diferença é que as respostas não necessitam estar em uma ordem, e elas acabam sendo formuladas na medida que a conversa acontece, o que possibilita uma maior riqueza na narrativa, com mais detalhes. Um ouvir a partir da experiência e não da competição, sempre frágil e sempre inconclusa.

Para isto, a pesquisa deve se posicionar em oposição à lógica de evacuar e ocultar nossas experiências nessa forma paradoxal de memória: o “arquivo”. Quando as instituições literalmente “arquivam” sua história (no presente com meios sem precedentes de registro e de conservação) “la vamos dejando así en manos ajenas. Los otros... conservan el recuerdo de lo que no vivimos”¹¹ (ALBA RICO, 2004, p. 20). Longe de arquivar, esta pesquisa pretende que

⁹ “um convite para caminhar” (MASSCHELEIN, 2016, p. 22, tradução própria)

¹⁰ “olhar para o mundo com interesse” (MASSCHELEIN, 2016, p. 76, tradução própria)

¹¹ “vamos deixando-a assim em mãos alheias. Os outros... conservam a recordação do que não vivemos” (ALBA RICO, 2004, p. 20)

as experiências possam ser compartilhadas, expostas, escutadas e observadas com atenção e em comum, abertos e balbuciantes:

não podemos contemplar o dedal enquanto costuramos, não podemos pintar as nossas botas enquanto subimos uma montanha, não podemos admirar o martelo enquanto pregamos pregos. Poderíamos dizer que as coisas de usar somente voltam o mundo, à cultura, à presença, quando se tornam anacrônicas (quando, distantes do tempo em que eram usadas, museificam-se) ou quando se quebram (no momento em que deixaram de estar embebidas de sua função, quando se fazem inúteis e deixam de servir), ou seja, quando se suspende ou se interrompe o seu uso, ou quando se colocam à distância e se tornam interessantes em si mesmas. (LARROSA, 2021, p. 85-86)

O desafio consiste em conversar, colocar em cima da mesa coisas que se transformam em maravilhas, em matérias de estudo para cuidar e para prestar atenção, algo interessante por si mesmo apresentado de forma pública. Relaciona-se assim com a operação de *profanar*, no sentido que lhe outorga Agamben (2005, p 59), ou seja, aquilo “que, de sagrado ou religioso que era, é devolvido ao uso e à propriedade dos homens”, no qual tudo deve perder sua aura de intocável, de sacralidade. Atribuindo uma perspectiva educacional à esta noção de profanação, os filósofos belgas Jan Masschelein e Maarten Simons afirmam que a História Pública pode ser um lugar e um tempo para a “profanação” representado pelo “confronto com as coisas públicas disponibilizadas para uso livre e novo” (2018, p. 42). Profanar é “colocar algo sobre a mesa” como um objeto de estudo, transformando algo em matéria de estudo, que exige “nossa atenção, que nos convida a explorá-lo e engajá-lo, independentemente de como ele possa ser colocado em uso” (MASSCHELEIN e SIMONS, 2018, p. 42), além disso, também o afasta

do seu uso habitual, não mais sagrado ou ocupado por um significativo específico, e, portanto, algo no mundo que é, ao mesmo tempo, acessível a todos e sujeito à (re)apropriação de significado. É algo, nesse sentido geral (não religioso), que foi corrompido ou expropriado: em outras palavras, algo que se tornou público (MASSCHELEIN; SIMONS, 2018, p. 39).

Por isso propõe-se trabalhar com o conceito de *experiência* e utilizar as análises realizadas pelo pensador catalão Jorge Larrosa, que afirma que “antes del surgimiento de la ciencia moderna, el saber de experiencia es aquel que se adquiere ‘en el modo en que uno va respondiendo a lo que le va pasando a lo largo de la vida y el que va conformando lo que uno

es'¹² (LARROSA, 2003, p. 34). Um dos principais pontos da questão é a falta de regularidades (no sentido de *experimento*) porque para o autor a experiência “...no remite a lo que pasa en general, sino a lo que le pasa a alguien en singular, y eso que a uno le pasa es indisociable de la forma en que lo expresa, en que lo describe... la experiencia es algo dinámico, en constante construcción y reconstrucción; está estrechamente ligado al relato y la narración”¹³ (PIERELA, 2014, p. 21). A experiência, na definição de Larrosa:

não é uma realidade, uma coisa, um fato, não é fácil de definir nem de identificar, não pode ser objetivada, não pode ser produzida... A experiência é algo que (nos) acontece e que às vezes treme, ou vibra, algo que nos faz pensar, algo que nos faz sofrer ou gozar, algo que luta pela expressão...”. (LARROSA, 2017, p. 10)

Sendo que a experiência é “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca...”. (LARROSA, 2017, p. 18) são este “tocar” o que as *conversas* pretendem colocar em comum. Dito de outra forma, não se pretende dizer, nem saber o que um lar de acolhimento é na verdade, nem o que institucionalmente pretende que os acolhidos sejam, mas “do sentido ou do sem-sentido do que... acontece” aos sujeitos e suas histórias (LARROSA, 2017, p. 32). As conversas também pretendem colocar essas experiências singulares e impossíveis de serem repetidas, que não podem separar-se do indivíduo, como vozes ativas, dando hierarquia a esses sentidos, considerado que

a experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (LARROSA, 2017, p. 25).

Principalmente o excesso de informação e de opinião impedem (junto à vertigem do mundo atual) a necessária interrupção do que neste trabalho chama-se de conversar. Ao conversar com sujeitos que “expostos” à travessia de ter passado pelos lares de acolhimento

¹² “antes do surgimento da ciência moderna, o conhecimento experiencial é aquele que é adquirido ‘na maneira como se responde ao que lhe acontece ao longo da vida e que molda o que se é’ (LARROSA, 2003, p. 34, tradução própria)

¹³ “...não se refere ao que acontece em geral, mas ao que acontece a alguém no singular, e o que acontece a alguém é inseparável do modo como o expressamos, como o descrevemos... a experiência é algo dinâmico, em constante construção e reconstrução; está intimamente ligado à história e à narração” (PIERELA, 2014, p. 21, tradução própria)

tem-se como propósito compartilhar um tipo de saber que não é o da informação, mas que busca uma qualidade existencial:

no saber da experiência não se trata da verdade do que são as coisas, mas do sentido ou sem-sentido do que nos acontece... é um saber particular, subjetivo, relativo, contingente, pessoal. Se a experiência não é o que acontece, mas o que nos acontece, duas pessoas, ainda que enfrentem o mesmo acontecimento, não fazem a mesma experiência... o saber da experiência não pode separar-se do indivíduo concreto que encarna (LARROSA, 2017, p. 32)

Assim, o par experiência/sentido pode permitir pensar e explorar a História Pública por outra forma de conhecimento e com outra textura, diferente da difundida na racionalidade neoliberal predominante na atualidade. Desta forma, reivindicar a experiência supõe dignificar tudo o que o tecnicismo despreza e rechaçam: a subjetividade, a incerteza, a provisoriedade, o corpo, a fugacidade, a finitude, a vida... (LARROSA, 2017, p. 40). Tentar encontrar essas palavras, esses relatos da experiência não é um desafio menor nem simples, não por acaso o célebre texto de Walter Benjamin, intitulado “O narrador”, finaliza com as seguintes palavras: “...é como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências” (BENJAMIN, 1987, p. 198). Essa “pobreza da experiência” da época moderna que diagnostica Benjamin gera uma voz abstrata que nunca *treme* e que de certo modo nos deixa “ímpunes ao falar do outro e imunes quando o outro nos fala” (SKLIAR, apud LARROSA, 2017, p. 82).

A proposta é que as conversas permitam *colher memórias* dando-lhes existência pública (CHAUI, 2023, p. 12). O que as torna públicas é o pensamento compartilhado e atento que, como falamos anteriormente, aqui denominamos de conversa. Uma forma artesanal de comunicação que não busca transmitir “o ‘em si’ do acontecido, ela o tece até atingir uma forma boa. Investe sobre o objeto e o transforma”. (BOSI, 2023, p. 91) e onde não há uma preocupação com a

a veracidade dos relatos nem interessada em medi-los. Não está preocupada em fornecer modelos de pesquisa nem em obedecer aos modelos existentes. Fala na reciprocidade e no intercambio de lugares dos sujeitos e do objeto, de al modo que o sujeito investigador, tornando-se veículo da memória dos ‘objetos’ investigados, vê-se diante de sujeitos para os quais e com os quais se dispões trabalhar”. BOSI, 2023, p. 25.

Assim, as conversas que realizadas procuram uma aproximação caleidoscópica a *temas sensíveis* “envolvendo vivências em passados traumáticos, ou de passados que não passaram” e poder tornar público as lembranças nas quais as “emoções invadiram os

depoimentos” (GOMES, 2020, p. 8). E foram precisamente estas emoções ligadas a sofrimentos que outorgam potencialidade ao fluxo das narrativas que permitem ao historiador/a público ouvir e aprender e ao leitor ler e aprender com a experiência dos outros. Dessa forma, na sessão seguinte transcreve-se os diálogos colhidos sobre a permanência, o trabalho e a recepção das crianças nos lares de acolhimento da cidade de Campo Mourão e são ricos pelo que dizem e muito mais por como dizem (GOMES, 2020b, p. 186): “a informação nova está, na verdade, na forma pela qual o relato dimensiona e faz emergir um acontecimento, dando contextualidade às escolhas realizadas, e cor e movimento aos personagens do relato” (GOMES, 2020b, 186).

3.1 Caleidoscópio de experiências nos lares de acolhimento e adoção

A experiência nos abrigos de acolhimento institucional compreende a participação de diversas pessoas e de um processo delicado que envolve o trabalho com os sentimentos, as histórias de vida e as vontades desses sujeitos. Assim, como fora explicado, a pesquisa optou por trabalhar de forma a respeitar essas singularidades. Por este motivo, a maneira utilizada para colher as memórias a serem apresentadas neste capítulo foram conversações das quais serão transcritos trechos coletados ao longo da pesquisa, respeitando a individualidade de cada jeito de se expressar. Participaram das conversas seis pessoas, dentre as quais funcionárias das instituições de acolhimento e do SAIJ (Serviço Auxiliar da Infância e da Juventude), uma adotante, uma adotada e uma moradora que frequentou o lar até os dezoito anos.

Ao usar a ideia de *caleidoscópio* tentar refletir sobre o assunto e suas diversas miradas e suas diversas tensões sempre em movimento. Pensando as conversas como um “trânsito complexo das relações, estabelece-se a qualquer momento novo processo do pensar”. Onde cada narrativa possui “ruptura e continuidade e uma não anula a outra permitindo à leitura uma infinidade de outros possíveis... labirinto de irresolutos problemas que habitam como fantasmas históricos. (OLIVEIRA, 2012, p. 34). Permitindo infinitas combinações, as conversas apresentam as experiências como relações em movimento e que nunca podem ser definitivamente “apropriadas” nem “fixadas”.

Para manter a tonalidade de uma conversa que não busca puramente informar, mas compartilhar uma experiência, optamos por fazer a troca de pessoas discursivas. Dessa forma, a partir de então, para apresentar e comentar os relatos, utilizamos a primeira pessoa do plural e não mais a terceira pessoa do singular, justamente buscando a coerência com a *maneira* que

escolhemos. Além disso, a linguagem empregada pelos participantes do diálogo não foi alterada, de modo que desvios da norma culta podem ser visualizados ao longo das transcrições, sem que isso prejudique o entendimento ou diminua o valor do que foi relatado porque “lembrar não é reviver, mas refazer”. E para isto a confiança e a possibilidade de falar “de verdade” são elementos centrais da conversa como experiência profunda: “você começa declarando que não está preocupada com a veracidade dos relatos nem interessada em medi-los. Não está preocupada em fornecer modelos de pesquisa nem em obedecer aos modelos existentes...” (CHAUI, 2023, p. 25).

Nosso diálogo com os abrigos de acolhimento institucional objetivou tecer um intercâmbio que permita conhecer um pouco da história desses espaços e a forma como eles veem o processo de acolhimento. Assim, os membros dessas instituições puderam relatar suas experiências que envolve a manutenção desses espaços. Dessa forma, o primeiro diálogo apresentado será com o Serviço Auxiliar da Infância e da Juventude – SAIJ.

3.1.1 Serviço Auxiliar da Infância e da Juventude – SAIJ: “é a construção de um laço”.

Para dar início aos diálogos, optamos pela conversa com o Serviço Auxiliar da Infância e da Juventude – SAIJ, e esta se deu por tentar criar um percurso que vá do mais genérico, ao mais específico. Assim, tem-se o diálogo com o SAIJ, a conversa com os abrigos de acolhimento institucional e, por fim, a conversa com uma adotante e uma adotada, que são diálogos que envolvem mais questões emocionais, enquanto os primeiros se pautam em assuntos mais institucionais.

O SAIJ - Serviço Auxiliar da Infância e da Juventude, é um departamento que trabalha em conjunto com a Vara de Família, Infância e Juventude. Ele é responsável por fazer o primeiro atendimento de acolha das crianças e adolescentes que são encaminhados para o serviço, bem como no auxílio dos processos criminais que envolvem crianças, atuando junto com a vara criminal.

A conversa com o SAIJ teve início com a descrição do corpo de funcionários do serviço auxiliar prestado dentro da Vara da Infância e da Juventude e a apresentação das psicólogas que aceitaram realizar o depoimento para o nosso trabalho. O serviço atende a comarca de Campo Mourão e três cidades vizinhas, Luiziana, Farol e Janiópolis. Conforme informado, o serviço por elas prestado serve como referência aos demais, visto que algumas vezes elas precisam dar suporte aos demais:

A comarca de Campo Mourão é muito ativa não que isso... que isso assim toda comarca devia ser ativa, mas a gente já teve que fazer contato com outros lugares em que as coisas não acontecem sabe... que é assim um desrespeito com todos né com as pessoas que estão esperando as crianças, com essas famílias que estão esperando aí para acontecer...

A formação do Serviço de Auxílio é composta, assim, por duas psicólogas e uma assistente social e nossa conversa se deu com ambas as psicólogas que já estão no Serviço há onze anos. Além de atuarem na parte de adoção, elas também atuam em alguns casos da vara criminal, colhendo o depoimento de crianças vítimas ou testemunhas de violência. O primeiro ponto tratado por ela na conversa foi o processo de adoção, que se inicia com um curso ofertado pelo estado, com a duração de aproximadamente seis encontros virtuais que visam a preparar os pretendentes para a adoção. Sobre isso, elas atestam

Nós estamos aqui há 11 anos e tem essa Divisão das classes dos processos né... Nós atendemos todas as classes e especificamente a questão da adoção. Existem os processos de adoção e existem os processos de habilitação para adoção, que é quando os pretendentes chegam até a secretaria com a intenção de se habilitar para adoção. Existe um Cadastro Nacional de Adoção e passam por a gente, passa por um processo, né, o casal, os pretendentes passam por um processo de avaliação dentro desse processo. Então, o processo chega para nós e a gente faz normalmente entrevistas, visita domiciliar... essa é a nossa parte né. Nesses 11 anos aí, tiveram algumas mudanças nos requisitos e foi incluído um curso que é o Curso de Preparação para Adoção, que agora é promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e é feito online. Então, todos os pretendentes têm que passar por esse curso, é um curso que tem encontros, são normalmente seis encontros, seis encontros feitos online. Tem toda uma formação né, informações adicionais, palestras, tem relatos, também, de adoções né, as pessoas dão seus depoimentos falam sobre as dificuldades que tiveram, enfim, como que tá a adoção 10 anos depois ou a pessoa que foi adotada, como que foi a sua vida, isso enriquece bastante para quem tá pensando, né, iniciando aí nessa caminhada, né tira bastante dúvida sobre o processo.

Como informado, elas reforçaram a ideia de que o curso tem como objetivo sanar dúvidas dos pretendentes à adoção e, principalmente, suscitar a reflexão sobre a maternidade e a paternidade. Um dos principais questionamentos dos adotantes, como elas comentam, é sobre a adoção tardia, entender como essas crianças se inserem nas famílias adotantes. Um dos papéis das psicólogas, assim, é levar esses adotantes a entender a carga emocional e, até mesmo física, que ser pai e mãe acarreta, conforme elas disseram:

Principalmente questão de adoção tardia né traz bastante relato e tira dúvidas sobre o processo, mesmo porque as pessoas chegam com muitas dúvidas, né... quem não é do meio e não tem nem ideia de como funciona um

processo, né, então é bem interessante, porque as pessoas, os pretendentes saem de lá já com uma visão do que realmente vai acontecer. Então, assim, uma entrevista, duas entrevistas que a gente faz não consegue passar toda essa carga de informações, então o curso é bem importante, bem relevante, porque as pessoas saem bastante instruídas de lá, com informações precisas do processo também. Eu acho que uma coisa importante, também, que tanto na nossa entrevista quanto no curso a gente faz, é suscitar a reflexão mesmo, porque, assim, tem coisas que você tem que ter requisitos e tal, mas tem coisa que a gente tem que pedir para que você pense, como, que pai e mãe que você pode ser né. O que que você espera da sua maternidade né, da sua paternidade, e se você entende que pode ter dificuldades, que ser pai e ser mãe é viver em dificuldades, é desafio mesmo. A gente traz bastante essa discussão também né... que não é porque tem uma noção, que não vai ter algum problema, da mesma forma que a família pode ter problema. Mas é isso, tem muita coisa que fica, que você precisa inclusive, assim, a gente tem sido bem criteriosa na habilitação para adoção, porque a gente percebeu ao longo da nossa caminhada, também, que, se você não entender o que que é um filho real, lá na frente você vai se frustrar, criança vai se frustrar, vai trazer sofrimento para todo mundo. Assim, essa dificuldade lá quando já é seu filho né... e a gente precisa ser criterioso, então as pessoas precisam refletir sobre isso, pois já houve negativa de habilitação porque a pessoa não refletiu, não consegue entender a complexidade da adoção né...

Podemos notar que um dos principais objetivos das psicólogas dentro do processo é conscientizar a família sobre as dificuldades de se criar um filho, pois, assim como um filho biológico, os filhos adotivos precisam de paciência, atenção e cuidado. A fala delas demonstra a preocupação em trabalhar com esses quesitos para aprovar os pretendentes para a fila de adoção, de modo a preservar os pais, mas principalmente as crianças, de futuras frustrações. Além disso, outro ponto importante que elas avaliam para poder aprovar os pretendentes é se há o alinhamento de expectativas do casal. Assim, durante as entrevistas, elas buscam saber se a vontade de adotar partiu de apenas um dos pretendentes, e o outro acatou só para agradar ao parceiro ou se é uma vontade conjunta, um projeto de ambos.

Quando questionadas sobre o tipo de público que procura o serviço de adoção, elas disseram que é um público bem diverso. A maioria dos casais busca o serviço devido à problemas para engravidar. No entanto, há casais em que um dos dois já possui filhos e o outro não, e recorrem à adoção como uma solução. Há também aqueles casais que sequer tentaram engravidar e já procuram a adoção, normalmente por já terem casos na família e já entenderem como funciona o processo. Assim, segundo elas, os tipos de públicos e as motivações que levam a buscar a adoção são bem diversificados.

Outro ponto importante da conversa foi a quantidade de adotantes e de crianças que chegam aos abrigos de acolhimento institucional. Questionadas se houve um aumento durante a pandemia, elas explicaram que as adoções mantiveram o número, já que não há uma média

específica, pois é um assunto muito particular. Contudo, foi relatado um aumento no número de crianças recolhidas durante a pandemia, como apresentam:

O que houve na pandemia foi porque as crianças ficaram fora da escola e os pais tiveram muito mais dificuldade de lidar, né, com cuidado e, às vezes, estavam trabalhando, então as situações de negligência aumentaram, nesse sentido. Faz sentido ter mais crianças lá né agora mais habilitações e a gente volta e a gente volta para aquela situação que é bem comentada né que tem muito mais pretendente do que crianças né disponíveis. Tem muito mais gente querendo ser pai do que crianças disponíveis, porque não necessariamente são as crianças desejadas, né... então assim, as crianças que estão acolhidas não são, necessariamente, as mais desejadas né, que são os bebês de zero a 2 anos, saudáveis. Normalmente, como a gente falou anteriormente, as crianças têm um processo né, e, muitas vezes, esse processo de avaliação da família biológica demora um tempo, e a gente precisa avaliar se vai voltar para essa família. Muitas das crianças que estiveram lá no lar estão lá e acabam voltando para família, porque a família demonstra interesse em retomar os cuidados aí, às vezes, tem que fazer um tratamento e o tratamento é demorado. Então a gente tem que aguardar... daí a criança fica um período no lar e acaba voltando para família biológica né.

Nessa conversa, elas mencionaram, também, um pouco do processo que as crianças enfrentam até chegarem aos abrigos de acolhimento. Esse comentário desencadeou a rememoração de casos anteriores pelas psicólogas, que destacaram o quão marcante é trabalhar com esse tipo de processo. Segundo elas, ao mesmo tempo em que, por um lado é um processo que envolve muito amor, é também um processo que envolve sofrimento:

Você lembra de um caso, lembra de outro, porque as histórias de adoção são sempre muito marcantes né... A gente fala assim, as pessoas que procuram e se habilitam para serem pais, elas têm histórias de muito sofrimento e de e um amor guardado para ser oferecido. Elas já são pais sem filhos né... eu costumo falar... então a gente se comove, a gente se enxerga ali também. E por outro lado, as histórias das crianças que passaram por alguma situação de violência também, isso também é marcante, isso também mexe com a gente né... toda criança tem o direito né de ser criada num lar que a deseje, que ame, que mostre o caminho né da forma mais feliz possível. (trecho suprimido) A gente trabalha com casos muito difíceis em geral né, situações de guarda que tem sempre sofrimentos né... Enfim, situações de violência que não necessariamente vão para acolhimento né, mas que são situações de risco e tal, e a adoção, apesar de ter esses momentos de sofrimento, é a construção de um laço né, então eu falo assim, ela às vezes é um alívio, é um alento que a gente tem, porque você sofre de ver tanto sofrimento, tanta falta, tanta ausência de pais ou mães que que não se importam assim às vezes né.

Apesar de ser um trabalho burocrático, pois envolve a seleção de pretendentes para a adoção e a qualificação desses para receber as crianças; é um trabalho que envolve, também, a

parte sentimental. As psicólogas lidam com histórias de vida, em ambos os lados do processo, e devem dar o melhor direcionamento para cada uma, priorizando o bem-estar das crianças. Assim como esse trabalho desenvolvido pelo órgão judicial, há também o trabalho que os abrigos de acolhimento institucional mantêm. Nesses espaços, as crianças permanecem enquanto os direcionamentos sobre a guarda são tomados, assim, elas podem voltar para a família biológica ou ficarem à espera de uma família adotante.

Os abrigos que participaram da conversa para esta pesquisa foram os abrigos de acolhimento Mão Cooperadora e o Lar Dona Jacira, que serão apresentados na respectiva ordem. Ambos os abrigos são sediados em Campo Mourão e no primeiro quem participou da conversa foi a psicóloga da instituição, enquanto no segundo foi a mantenedora.

3.1.2 Lar de Acolhimento Mão Cooperadora: “mas em relação a relatos, assim...”

Conversamos com duas funcionárias da instituição “Mão Cooperadora”, que atuam como psicóloga e assistente social no local. A instituição atua no acolhimento de crianças e adolescentes do sexo masculino de 12 a 18 anos e sua equipe é composta por um assistente social, um psicólogo, quatro educadores e os demais membros que atuam na manutenção do abrigo, cuidando dos acolhidos.

As funcionárias do Lar de Acolhimento Mão Cooperadora focalizaram em contar como se deu o surgimento da Mão Cooperadora em Campo Mourão:

Ana: Conforme a lei do Marco regulatório de 2014 instituiu que para que haja o serviço de acolhimento tipificado nas cidades tem que ter equipe mínima né... Então, pelo menos um psicólogo, assistente social, né, que daí seria eu e a Mirian. De acordo com CONANDA e o marco regulatório, né, é a equipe mínima. O histórico da entidade é... Aqui tá, [ai eu vou achar que tá todo bagunçado] a gente tem o PPP, mas em relação a relatos, assim, a gente sabe que surgiu por meio da igreja de Deus, que é a nossa mantenedora né [até hoje todo o valor é a igreja]. A gente hoje trabalha mais com recursos públicos né, mas a ideia do trabalho é... com os adolescentes e crianças surgiu dos membros da igreja. então a princípio era um trabalho voluntário né para trabalhar com essa população vulnerável. Aí... em Curitiba existe a Mão Cooperadora também, só que lá é escola, o nosso segmento de abrigo é só aqui conosco. A gente tem em Curitiba e as outras demais são 11 unidades de Mão Cooperadora [mas todas as outras é... são escolas só aqui que é instituição de abrigo] de acolhimento é aqui só. Ai também tem um Centro de Especialidades né, no Nordeste. Mas essa aqui, a ideia Central é prestar serviço de acolhimento, de forma a diminuir a vulnerabilidade dos meninos. [O público são meninos?] Aqui em Campo Mourão é... No começo atendia até maiores de idade né... atendia, crianças, adolescentes e adultos...

aí depois o serviço foi descentralizado, porque daí ficou o Lar Mirian ficou atendendo as meninas, as crianças e as meninas e nós ficamos atendendo os meninos. Os meninos de 11, 12 anos de idade até os 18 anos.

Tatiana: Até 11 anos eles ficam no Lar Miriã aí de 12 a 18 ficam aqui com vocês?

Ana: É, então, o Pastor Rubens disse pra gente que foi mais um acordo entre os lares, por essa questão de demanda mesmo né... porque as crianças, às vezes, ficavam aqui, às vezes, ficavam lá, daí para organizar ficou misto até 11 anos lá e depois vem para cá só os meninos e as meninas continuam lá.

Esse foi o comentário tecido pelas responsáveis acerca da parte legal e da distribuição dos meninos que frequentam o abrigo. Além disso, nós questionamos sobre a quantidade de adolescentes que atualmente estão presentes no abrigo, ao que foi mencionado serem sete, porém a capacidade é para dezesseis. Com esse número de atendimentos, a equipe técnica se compõe a seguinte, como foi mencionado:

Ana: Nós somos em nove. Nove hoje. [Nove funcionários], é... uma psicóloga, uma assistência social quatro educadores, cozinheira, coordenador e administrativo. [Uma cozinheira?] É... [um coordenador?] é... [e um auxiliar administrativo?], é... um auxiliar administrativo. É a equipe mínima, como rege a norma. 20 adolescentes um cuidador. Na verdade, a cada 20 acolhidos é uma equipe, para cada 20 acolhidos. Se a gente tivesse mais que 20, nós teríamos que duplicar, dobrar o a quantidade.

Retornando ao surgimento do abrigo, pedimos para as psicólogas falarem um pouco sobre o surgimento da Mão Cooperadora de Campo Mourão:

Tatiana: Vocês sabem quando surgiu aqui?

Ana: Em Campo Mourão foi em 93

Tatiana: Hum ah faz tempo e com quem? Algum nome da igreja?

Ana: É o Pastor Lúcio. Ele tinha o Lar Ágape, aí quando acabou o lar Ágape foi fundido os dois os lares. Deixou de ser lar Ágape e passou a existir o Lar Mirã e Mão Cooperadora, e o Pastor Rubens que é o coordenador aqui. [Ele era educador?] seminarista no lar Ágape e ele continuou. Aí ele começou a princípio como educador né, monitor que começou como seminarista mesmo... não mas ele ficou um tempo de monitor aí depois que ele se tornou coordenador [do Lar Ágape no caso]. Era o Reverendo Richa que cuidava, só que ele era mais no formato de orfanato mesmo né [sim] aí aqui, já começou aqui, daí foi bem nessa mudança mesmo do Estatuto da Criança e do Adolescente né, Constituição Magna, daí quando muda esse formato do serviço mudou os serviços também daí passa a ser outros abrigos.

Corroborando com o verificado na conversação, foi analisado o Plano Político Pedagógico do Abrigo de Acolhimento Institucional Mão Cooperadora, o qual apresentava que inicialmente tratava-se de Organização Não Governamental (ONG), que tinha trabalho

humanitário e social de seu fundador o Pastor Lúcio, onde o mesmo juntamente com os membros da igreja de Deus, contribuíram na mudança de histórias invisíveis na sociedade, as quais tiveram o apoio da prefeitura municipal de Campo Mourão/Paraná. Desde então o público atendido são adolescentes do sexo masculino que tiveram seus direitos essenciais violados (abandono, abuso sexual, violência doméstica, afastamento temporário da família).

Desta forma, o abrigo está há mais de 30 anos no município de Campo Mourão tendo atendido mais de 200 crianças e adolescentes durante esses anos. Desde a sua criação até o momento quem administra a instituição é o Pastor Lúcio, promovendo campanhas de arrecadações para custear os gastos extraordinários da instituição e melhor acolhimento dos adoslecentes.

3.1.3 Espaço Dona Jacira: “um grão de feijão com amor”

O espaço denominado pelo público “Lar Dona Jacira” é um espaço de acolhimento histórico fundada pela própria Jacira, que iniciou o trabalho enquanto ainda atuava como enfermeira da Policlínica, onde auxiliava na maternidade. Ela sempre teve uma sensibilidade muito grande para o assunto, pois quando começou a trabalhar os casos de abandono de crianças no hospital após ficarem doentes era muito elevado, especialmente pela população com menos poder aquisitivo, muitos dos quais trabalhavam na roça. O primeiro ponto abordado é uma reflexão sobre o que seria a adoção, principalmente para desmistificar que a adoção é apenas uma forma de melhorar as condições econômicas da criança:

Jacira: adoção tem dois lados tem um bom e tem lado negativo. O lado bom é simples de você assimilar, é que você vai ter uma condição de vida melhor, você vai ter condição de estudar, de ser alguém na vida, de se sobressair e crescer como pessoa... que a pessoa que adota uma criança é porque já tem o poder aquisitivo melhor, né, do que o que ela nasceu, das suas raízes, né, eu digo. Agora vamos virar moeda... O outro lado, o lado da moeda você vai ser um filho ou você vai ser um número dentro da casa? Ou você foi adotado porque eles queriam um filho, ou porque eles queriam um criado mais tarde? Que tipo de adoção e que tipo de sentimentos as pessoas têm...

Eu: Nossa que profundo, sim excelente!

Jacira: Porque é muito melhor, às vezes, repartir um grão de feijão com amor, do que você vivendo uma mansão de ouro e não ser considerado pelo amor de ninguém ser maltratado. Então ele é um bichinho estranho, porque eu trabalhei em hospital e a gente via muito isso, né... casais que os filhos já eram grandes, e, naquela época, você para comprar roupas de bebê, não tinha, você tinha que mandar fazer, porque aquela época era muito difícil comprar roupa feita, roupa pronta. Hoje você vai, escolhe, você compra já.

Naquela época, nem tecidos quase tinha, tinha que ir nas casas de tecido e mandava fazer e roupa de bebê também, não tinha roupa de bebê.

Desencadeado por essa reflexão, ela continua comentando como muitas mulheres viam a adoção antigamente:

Teve muitas mulheres que adotaram o filho nessa época e eu tive o prazer de cuidar de uma criança que foi adotada. Uma mãe, assim, ela chegou no hospital com o neném com 6 dias, já desidratado. Ela achou que era uma boneca, né, que aquela bonequinha não comia né... Vou pegar a veia daquela criança, deu o que fazer porque não tinha mais, estava sabe, assim, a linguinha sequinha já que ela tava porque não sabia dar mamar sabe... Vamos pegar a veia do bebê, quem diz de conseguir pegar. Daí chegou os filhos dela né, dois, um casal mais adulto já. Eu falei: “Nossa, mas são seus filhos?”, e ela respondeu: “Essa é minha filha”, eu digo: “terceiro, né?”, ela disse: “não, filha, essa aí, esse é filho de criação”. Gente porque eu não uso esse termo (filho de criação) aqui na minha casa é que são todos os meus filhos.

Eu: O dia que eu conversei com a senhora, pelo telefone, a senhora falou isso mesmo, são meus filhos, vem passar o Natal comigo.

Jacira: Então... aqui foi para mim foi o maior choque que eu senti, eu digo: “são filho de que? é de criação?”, eu digo “é de porco? é de cachorro?”, eu digo porque quando eu morava na roça, que a minha mãe disse vai tratar das criação, né... a gente dá comida para o porco, a vaca. Aí não aguentei sem falar, porque uma coisa que é muito chocante, você vê uma pessoa adotar uma criança para embelezar igual boneca, é não... você acha que aquela criança não tem sentimento, mas se criar a vida inteira ouvindo essa palavra de criação machuca... Pois ela é chula né...

Ela narra, então a trajetória de como iniciou seu trabalho com as crianças

Quando eu comecei a trabalhar, no hospital, daí as famílias vinham né em 71/72 por aí... ele que daí aquelas crianças vinham desidratadas, que assim, chegava no Hospital você tinha que secar uma veia para poder pegar, porque se não, você não conseguia... você pegava assim, ficava parado por não tinha mais água no corpo, o olho tava parado assim sabe... daí você ia colocando água destilada para poder ajudar, pra não secar o olho. As mães, a maioria era analfabeta, daí o médico passava a receita elas levavam aquela criança de alta, eles acampavam, que a maior parte era filho de boia-fria, que aquela época não tinha máquinas, era trabalho braçal... elas acampavam na roça né, em péssima condição, no rancho com aquelas crianças. Daí eles não tinham acesso à vacina nenhuma daí dava pneumonia daí, dava bronquite.

E continua contando:

E aí a partir daí foram surgindo as crianças
aí essas mulheres internavam os filhos e voltaram para roça outras moravam distante que nem Altamira para vir de lá aqui quantos quilômetros era, era

barro tinha que ter, sabe, aquelas correntes você não conheceu corrente de carro assim tinha que pôr aquilo pra poder andar na estrada. Daí o patrão trazia essa criança internava daí o dia que ele voltava na fazenda ele levava essa criança, a criança ficava as vezes 2, 3 meses de alta esperando o patrão que mora lá em São Paulo vim buscar e ficavam ali no hospital. Eles vinham desnutrido, vinha fazer uma cirurgia. As vezes a mãe vinha visitar uma, duas vezes porque não tinha condição, às vezes quando demorava aparecer aquela mãe que a gente já tinha medo que ela tinha abandonado o filho nós ia pegar no endereço e ia atrás. Uma vez eu lembro que eu fui atrás. Nisso eu já trabalhava com o Dr. Serafin, aquela criança internou com meningite, essa mãe deixou e foi embora e ficou um mês e essa mulher não apareceu... ninguém para ver essa criança. daí eu peguei o endereço o doutor disse, vocês têm que achar essa mulher, porque ela deve ter abandonado essa criança. A menininha já tava boazinha tudo né, daí eu peguei o endereço no Domingo e fui atrás encontrei ela... nas biboca que tinha pra lá, cheguei no Ranchinho daí conversei com a vizinha e perguntei a dona daqui, “Ah ela tá na roça”, eu digo porque ela tem uma menina no hospital, “Ah ela me falou mesmo mas você acha ela só 10 horas da noite, ela chega 10 horas e sai quatro horas da manhã.

Segundo ela, após esses casos foi que ela decidiu trabalhar pelas crianças, conforme narra:

Então nem tudo que acontece com a vida das pessoas é por maldade, é por necessidade então, e esse é o meu trabalho daí... eu dediquei a minha vida quase toda a cuidar desse tipo de criança né, as mães deixavam o filho comigo, a gente medicava, e quando estava bonzinho e ia embora assim.

Eu: Aí a senhora trazia para sua casa?

Jacira: Aqui elas me autorizavam trazia ai depois elas mesmo traziam os filhos aqui. Depois o juiz ficou sabendo ele pegava as crianças e me trazia para mim, com a guarda.

Eu: Então isso que eu queria saber como que funciona essa questão com o juiz?

Jacira: O juiz trazia as crianças, eu pego a guarda, o juiz me dá a guarda provisória até essa criança ficar bem daí melhora aí vai embora [aí ele coloca na fila de adoção?] não né agora não porque não tem mais esse tipo de clima. Antigamente tinha. As vezes eu tinha três quatro recém-nascido que eu ficava com eles, para ver se era doente para fazer os exames que a família que vai adotar normalmente pede né e daí ele pedia eu ficava com aquela criança até que a mãe viesse para adotar, para conhecer.

Eu: E essa parceria com o juiz acontece desde que ano mais ou menos?

Jacira: Ah minha filha faz muitos anos. Eu já trabalhava no hospital já e eu deixei de trabalhar eu já tinha 32 anos eu tinha direito em 28 anos porque eu trabalhei a maior parte à noite, pra poder cuidar das minhas crianças de dia. então trabalhava à noite daí eu chegava em casa eu limpava toda a casa e minha irmã ia dando banho nas crianças e eu já ia limpando o chão e jogando a roupa lá para o fundo. quando. Eu saía para fora, eu lavava roupa aqueles tempos era fralda só na mão né é de pano, as fraldas descartáveis se tivessem também a gente não tinha acesso, então usava fralda de pano. Daí eu lavava toda a roupa, deixava estendido daí eu tomava meu banho daí ia deitar

Apesar das dificuldades, ela sempre procurou melhorar as condições de vida das crianças que atendia em sua casa. Inicialmente, ela sustentava a casa com seu salário de enfermeira e uma pensão que recebia por seu pai ser militar. Quando começou a cuidar das crianças, ela morava em outra residência, no entanto necessitava de mais espaço para ficar com as crianças e relatou como se deu a compra do local em que residem atualmente. Ela conta que o atual espaço foi conseguido quando soube que uma vizinha ia se mudar e ia deixar a casa para as duas filhas, então ela propôs uma troca, já que elas queriam uma residência menor e a Jacira precisava de espaço. No entanto, a casa estava em péssimas condições e foi por meio da ideia de um colega, de fazer uma campanha para arrecadar dinheiro que, em 2001, Dona Jacira conseguiu o lar em que atualmente reside com os filhos.

O lar é composto por uma cozinheira, uma funcionária que lava roupa e ajuda na faxina, uma atendente e uma babá. Sobre a questão financeira, como já deitei, ela mantém a casa com a aposentadoria, a pensão dela e da irmã e o auxílio de algumas instituições que somados não chegam a dois mil. O lar Dona Jacira não é registrado como uma instituição governamental e não possui CNPJ, pois ela afirma que, por serem todos seus filhos, ela ainda continua os recebendo em sua casa, mesmo depois desses terem constituído suas próprias famílias.

Por fim, nós perguntamos sobre a relação que ela mantém com as crianças, Dona Jacira conta que atendeu mais de 100 crianças ao longo dos anos que mantém o abrigo. Esses sempre fizeram parte de sua família e mantiveram o contato:

Jacira: Eu tenho aqueles que vêm me visitar, tem aqueles que já são distantes, que já foram embora. Tem aqueles que eu recuperei e foram embora para casa dos pais e de vez em quando aparece. Um dia eu tava limpando a calçada ali, chegou um senhorzinho magrinho, bateu ali eu fui atender ele, ele pediu “você sabe onde mora a Dona Jacira?”, eu falei “eu sei”, quando eu olhei falei ele me conhece, “Ô mãe”, fazia 20 tantos anos que eu não via ele, daí ele tava diferente judiado pela vida né... ele tava morando lá em Tocantins, daí ele veio pra cá e veio me ver.

Tatiana: Foram mais de 50 então? mais ou menos?

Jacira: que passou pela minha casa foi muito mais, muito mais, muito. Agora que ficou morando muito mais tempo comigo, esses são casados e a gente não perdeu o vínculo né

Tatiana: eu posso colocar mais de 100 pessoas passaram?

Jacira: mais de cem, pode colocar.

Saindo da parte burocrática do processo de adoção com o Serviço Auxiliar da Infância e da Juventude e a Mão Cooperadora e do trabalho de apoio realizado por Dona Jacira, nossa pesquisa buscou o relato de sujeitos que vivenciaram esse processo. O olhar daqueles que

participara de cada etapa, que sentiram as emoções e angústias de esperar em uma fila, passar pelos estágios de avaliação e posteriormente lidar com o processo de adaptação, permite-nos ter uma real dimensão do que é a legislação colocada em prática.

3.1.4 Crizielli: “Não, desistir não”.

A professora universitária, Crizielli, atualmente viúva e mãe de quatro filhos, duas meninas e dois meninos, compartilhou sua experiência de passar pelas etapas do processo de adoção. Entre 2012 e 2015 foi a duração para concretar a adoção de suas duas filhas meninas que atualmente já tem nove anos juntos em família. Ela começou seu relato contando a motivação que levou ela e o marido a decidirem pela adoção:

Crizielli: Na realidade, é... a vontade da adoção foi do meu marido, ele sempre teve essa vontade né, e, assim, logo depois que a gente casou, que a gente estava conversando da questão dos filhos, de quantos filhos nós teríamos, ele concretizou para mim essa vontade e ali na nossa conversa eu aceitei essa ideia dele né, e ali a gente começou a pensar na estrutura da nossa família a partir da adoção.

Pesquisadora: Uhum... olha só que bonito... já fiz uma frase bonita com essa aí hein, “pensou na estrutura da família por meio da adoção”.

Crizielli: Sim, porque eu tenho quatro filhos, desses quatro dois são adotivos.

Pesquisadora: Olha só.

Crizielli: Né... então assim, por isso que eu falei da questão da estrutura da família. Então, assim, o que aconteceu é, como nós podíamos ter filhos, nós chegamos a seguinte decisão de que nós teríamos os nossos filhos primeiro, para depois entrar com o processo de adoção. Então, qual que era a ideia? a ideia é que a gente sempre teve a ideia de, no mínimo duas/dois filhos, então a ideia era que, a partir dos dois que nós tivéssemos, nós entraríamos com o processo de adoção, até para saber escolher o sexo. A ideia era se tivéssemos duas meninas, adotariamos um menino. Se fossem dois meninos, adotariamos uma menina, se fosse um casal, deixaríamos em aberto. Então, a ideia partiu dessa questão dos nossos filhos, de completar a família.

Já no início do diálogo foi possível notar como a questão da adoção já se fazia presente enquanto parte da constituição familiar do casal. Para eles, a adoção surgiu como processo tão natural quanto a própria ideia de uma gravidez. Devido a isso, a temática do aumento familiar por meio de uma adoção foi trabalhada com os dois filhos do casal, que aceitaram e, principalmente, incorporaram a ideia, participando e aguardando pela chegada da irmã.

Inicialmente, a ideia do casal era adotar apenas uma menina, mas quando deram entrada no processo, foram informados de que quando a família aceitava adotar irmão o processo era menos demorado. Além disso, com a professora relata, por já ter tido a experiência de passar pela gravidez, eles optaram por crianças já com mais idade, uma forma também de acelerar o processo, já que a maior procura por crianças para a adoção é de meninas ainda bebês. Sobre esse período, Crizielli conta:

Até teve um período ali que, assim, a ideia meio que adormeceu né, daí um dia, meu marido olhando no jornal, lendo o jornal da cidade, ele viu que estavam abertas as inscrições pro curso de adoção. E aí a ideia nasceu novamente. Daí nós fomos atrás para fazer o curso. A partir do curso, a gente começou a providenciar documentação para essa adoção e, de início, como nós tínhamos dois meninos, nós íamos adotar uma menina, né. Aí, assim, lendo sobre, nós descobrimos que demorava muito o processo de adoção para bebês né, porque é muito difícil você ter na fila bebês e meninas, que é o público mais procurado. Então, assim, como nós já tínhamos, eu já tinha passado pelo processo de gravidez, amamentação, enfim né... Aí nós abrimos para que a criança fosse maior. Na conversa com os meus filhos, o meu menino mais velho fez o pedido que ele não gostaria de deixar de ser o filho mais velho, então o nosso parâmetro de idade foi a idade dele [E o caçula?] naquela época, ele não fez questão... No início, até ele deu uma relutada ali, mas depois ele falou para mim que não me se importava 'eu posso deixar de ser o mais novo, o que vir tá bom né'. Então daí foi aí ao longo dos anos, fizemos o curso, passamos pela entrevista, e aí pra documentação tá pronta levou mais menos um ano.

Tatiana: Após o curso?

Crizielli: Isso... É que foi mais ou menos junto ali. Nós conseguimos fazer bem rápido o levantamento da documentação, não foi muito difícil. E aí depois desse um ano, dentro de mais um ano, a gente teve o contato da assistente social e da psicóloga conosco passando pelas entrevistas, aí concretizou mais um ano e aí nós esperamos mais um ano. [Olha só. Sempre com acompanhamento?] É, assim, o acompanhamento foi só no início ali pra entrevista, aí depois que a gente fez as entrevistas daí um dia o pessoal do fórum ligou para nós avisando que estava tudo certo e que a partir daquele dia nós estaríamos entrando na fila de adoção. Aí durante o processo, na conversa das psicólogas, assim, eu também já tinha feito essas leituras e elas na época confirmaram para nós que a gente tivesse interesse, que se nós adotássemos irmãs, seria mais rápido.

Ainda no que se refere ao processo de adoção, a professora foi questionada se em algum instante pensou em desistir, já que do momento em que iniciaram o curso de adoção, até conseguir trazer as meninas para casa foram cerca de três anos. Nesses três anos, ela conta que apesar da demora, ela sempre soube que daria certo e sempre manteve a confiança

Crizielli: Não, desistir não. A gente estava muito tranquilo e muito firme com a ideia da adoção, né. Assim, nós somos uma família muito religiosa, ele era muito religioso, eu também sou... Hoje, eu sou viúva, meu marido

morreu num acidente há quase 3 anos e meio, né, então nós, é... ele era de uma família muito religiosa, então assim, eu vejo que todo o processo ele aconteceu dentro do que Deus queria para nós e nós tivemos muitas percepções e muita concretização de coisas que foram acontecendo, que foi demonstrando.

Assim como ela relata, Crizielli perdeu o marido em um acidente de carro, quando voltava com a família de Curitiba. Ela, o marido e os quatro filhos estavam no carro no momento do acidente. O marido veio a falecer e ela e a filha, a mais velha das que foram adotadas, acabaram se machucando e precisaram passar por procedimentos cirúrgicos. Conforme ela relata, apesar da perda do marido, a família se uniu ainda mais, principalmente, os quatro filhos. Quando questionada sobre a relação dos meninos com a ideia da adoção, ela revelou que os meninos sempre aceitaram e apoiaram a ideia de terem irmãs adotadas e que, inclusive, eles participaram de todo o processo.

Crizielli: Os quatro. As crianças a todo momento acompanharam todo o processo. Elas (as psicólogas) não fizeram entrevista com as crianças, mas tudo que ia acontecendo a gente ia relatando para eles, a gente ia contando, ia colocando para eles o que estava acontecendo para não ser uma surpresa, e para eles estarem consciente da ideia da irmã né, do irmão, enfim o que viria naquele momento ali.

Sobre o desenrolar legal do processo, Crizielli relatou que depois do curso para adoção, levou quase um ano para que a documentação para dar entrada na fila de espera para adoção ficasse pronta. Após a entrada dos papéis para a adoção, a família realizou as entrevistas com a assistente social e com a psicóloga para entrar na fila de adoção, totalizando mais um ano de espera até que fossem chamados para conhecer um casal de criança em outra cidade. Ao fazerem a entrevista, eles foram informados de que o perfil não era compatível com o casal de irmãos, muito provavelmente porque já tinham expressado a vontade de adotar somente meninas.

Depois de mais um período de espera, eles foram chamados pela assistente social de Cascavel novamente para conhecer um as duas irmãs que estavam no abrigo. Inicialmente a interação entre a família e as crianças foi feita por meio virtual, com cartas e fotos enviadas por WhatsApp, até que eles decidiram ficar com as crianças definitivamente. Por um pedido da menina mais velha, não houve visita das crianças à família antes da busca definitiva, que ocorreu no dia 11 de outubro, uma data que Crizielli traz bem marcada em suas lembranças.

No dia de buscar as meninas, a professora conta que a família ficou esperando em uma sala, até que as meninas chegaram

Crizielli: Aí elas levaram as meninas para uma outra sala, trocaram as meninas e ali, depois, elas levaram nós pra a sala do juiz. Na sala do juiz, existia uma antessala com sofá, assim, bem bonito, bem legal, e ali eles colocaram nós. Depois elas trouxeram as meninas. Então assim, a Luísa, ela já reconheceu logo de cara o meu marido enquanto pai, então a hora que ela chegou na porta, ela o viu de frente para ela, olhou para ele e gritou papai e correu no colo dele. Naquele momento acabou tudo. Daí ela já subiu no colo dele, já ficou com ele no colo. O Joshua, acho que era o Joshua, que ficou junto com ele e aí nisso a Adriana entrou, daí a Adriana acabou se direcionando para mim, né, daí eu e o Adriel ficamos ali com a Adriana. Demos os brinquedos, conversamos com elas, ficamos ali pelo menos uns 40 minutos junto né. E daí depois, o juiz nos chamou pra sala dele, nós assinamos a documentação de guarda temporária e ali nós trouxemos as crianças para casa, daí as psicólogas fotografaram tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, tudo da porta da sala do juiz até a chegada no carro.

Depois desse momento, a família, agora já com quatro filhos, retornou para a casa para dar início ao processo de adaptação. Seguindo o conselho das psicólogas, a família preparou uma recepção para as meninas, com balões e bolo, para que eles pudessem celebrar o momento. Sobre a primeira semana, Crizielli recorda que foi uma semana em que choveu muito, quase a semana toda, e isso fez com que a família tivesse de ficar em casa, proporcionando a oportunidade de se conhecer melhor e criarem laços afetivos. No início, ela conta que a mais velha era bem quieta e mal saía do quarto, enquanto a mais nova, que na época tinha por volta de três anos, passava pela fase de birra.

Mesmo com todas as dificuldades de adaptação, nós destacamos um trecho marcante do diálogo em que ela foi questionada sobre o processo de adaptação e se aquilo foi do jeito que ela imaginava que seria quando deu entrada no processo:

então assim, não é um processo fácil né, não é um processo fácil. Porque eu vejo assim, durante as entrevistas, a psicóloga perguntava para mim assim, o que que você imagina que vai ser, como você imagina que vai ser, e aí eu falava para ela: eu não quero imaginar. Eu falei eu não vou imaginar, não vou ter expectativa. Eu não quero criar expectativas, eu quero viver o momento, eu não quero jogar isso para elas né. Então eu falei assim, eu não tô sonhando, eu não tô criando expectativas, o que vier a gente vai trabalhar e aí depois de ter falado, ela foi acompanhando nós durante 30 dias por telefone. Ela me ligava praticamente todos os dias e aí, ao final dos 30 dias, ela chamou nós para irmos para lá, para conversar pessoalmente, para ver as meninas. Elas chamaram as meninas na sala a parte e nós ficamos numa outra sala e aí ela perguntou para nós se nós queríamos, qual que seria a nossa decisão, se nós queríamos prorrogar a guarda temporária ou se nós queríamos pedir a guarda definitiva, o que que nós queríamos fazer. E ali a gente falou: não, a partir de agora eu quero a guarda definitiva, se eu posso pedir. Porque assim, e a gente sempre entrou consciente, no sentido assim, eu falava para ela, é como ter um filho natural, filho natural você não

devolve né, então o filho adotivo que vir, você não devolve. Até porque nós sabíamos o que estava vindo, porque ela nos apresentou as crianças, né, então eu falei, a gente não devolve. A partir daquele dia, nós pedimos a guarda definitiva, ela conversou com as meninas, a Adriana estava morrendo de medo de ter que ficar lá né, porque ela, nós também, não entendíamos do processo e nós também não sabíamos direito o que estaríamos fazendo lá, porque eles não contam muito, você não vai preparado.

Aqui, vale ressaltar como o casal estava consciente sobre a decisão que haviam tomado desde o princípio do processo, até porque, quando o casal decide adotar, não é somente os dois que são envolvidos no processo, a criança também sente as apreensões de se adaptar a um lar novo e a ansiedade de saber se será aceita ou não. Assim, a ciência dos pais em saber que as crianças são seres humanos em desenvolvimento, que terão dificuldades e que precisarão de apoio, independente de serem biológicas ou adotadas, é essencial para que o processo não se torne traumático para a criança.

Depois dessa última visita para oficializar o pedido de guarda definitiva, as meninas foram oficialmente registradas como filhas do casal. Quando isso ocorre, as crianças recebem novas certidões de nascimento, com o nome e o sobrenome dado pela família adotiva. No caso de Crizielli, ela relatou que nunca pensou em alterar o nome das crianças, pois como já tinham mais idade, não havia motivo para força-las a ter outro nome:

Crizielli: Agora, eu aqui, nós, também já tínhamos muito claro isso, que viria com o nome delas até pela própria idade delas. Eu pensava: eu vou ter uma criança de 8 anos, que a vida inteira se chamou Adriana, e aí ela vem pra minha casa e eu vou falar que o nome dela não é mais Adriana.

Além disso, a mãe conta que no dia em que as certidões novas chegaram na casa da família, a Adriana, que é a filha mais velha, preencheu uma página assinando seu nome e sobrenome, um ato muito emblemático por sinalizar a aquisição dessa nova identidade. Até então, os familiares notaram que a menina não retinha muitas coisas do passado, o que foi interpretado pela mãe como uma estratégia de defesa, para se privar do sofrimento da separação, uma questão que ela trabalhou muito com a filha nos meses seguintes à chegada.

Nota-se assim, que, por mais acolhedores e por melhor que seja o trabalho realizado pelos Lares de Acolhimento, as crianças têm suas questões pessoais, principalmente a ansiedade e a apreensão em saber se um dia serão escolhidas para pertencer a uma família. Mesmo que cada experiência nesses locais seja única, a importância do acolhimento afetivo feito pelos trabalhadores e pela família é essencial para que as crianças consigam se desenvolver sem maiores problemas, causados pela separação.

3.1.5 Polleana: “muita intensidade e normalmente quando as crianças vão para ali elas são vulnerável”.

O outro diálogo que tivemos foi com uma ex-acolhida do Lar Mirian. Polleana relata a experiência de sua passagem pelo lar de acolhimento quando tinha cerca de 10 anos de idade. Como o objetivo da conversa era conhecer sobre a passagem pelo lar, os motivos que a levaram a ser encaminhada para o local e o processo de guarda que ocorreu posteriormente não foram discutidos como uma forma de preservar a privacidade da participante.

Como já era uma criança um pouco mais velha Polleana conta que já tinha mais entendimento do que estava acontecendo e dos motivos que haviam culminado em seu envio para o lar de acolhimento. Ela alega que sua experiência com o lar foi positiva, que as funcionárias do local, as quais ela chama de “tias” sempre fizeram de tudo para que as crianças pudessem ser bem atendidas enquanto passavam por ali:

Polleana: Tá, a minha experiência, que eu tive lá, foi uma experiência boa. Assim, as tias sempre foram umas pessoas que acolheram muito a gente, sempre. A gente, um cuidava do outro, sempre. Quem era mais velho, normalmente, cuidava do mais pequeno e assim a gente ia levando. Claro que não é um... né, um ambiente, uma família, uma coisa assim; mas elas tentam, porque é muita criança. Então elas, né, a gente mesmo, às vezes a mãe e o pai, que tem um ou dois filhos, às vezes, sente falta de dar alguma coisa, talvez, aí queria acolher mais meu filho, queria poder dar algumas coisas mais para meu filho. Imagina elas, que às vezes são uma ou duas para cuidar de uma demanda bem grande de crianças, e às vezes tem crianças menores que precisa de um cuidado maior e tudo mais. Mas assim, a minha experiência lá foi uma experiência, assim, que eu posso dizer, foi muito boa. Sempre me senti muito acolhida, sempre gostei muito das tias lá do Lar né, que a gente sempre chamava elas de tia, né. Então sempre, assim, a minha experiência lá foi muito boa sabe sempre fui muito bem acolhida.

Tatiana: Inclusive tem contato com o pessoal de lá até hoje?

Polleana: Aham... até hoje a gente tem contato. A gente conversa né, eles sempre falam que se precisar de alguma coisa, eles sempre vão estar lá. Então assim, é claro que cada um vive uma experiência diferente né, são tempos diferentes, cada tempo de uma pessoa, cada tempo muda, passa outras pessoas lá, mas assim no tempo que eu passei lá, sempre, foi um tempo, assim, foram pessoas muito acolhedoras que me davam carinho. Sempre eles tentavam fazer coisas pra gente poder, né, tipo... ter contato que a gente não pode ter muito contato com as outras pessoas, né... mas sempre quando podia ter um projeto social alguém ia lá levar alguma coisa, brinquedo, né, ou até mesmo fazer brincadeira com a gente, pra gente se sentir mais acolhido. Assim, eu sempre vi que elas se preocupavam com essa parte, né... porque a criança, ela tá ali, então, ela sente falta, né, de um carinho, então eu achava isso muito, muito legal também, assim, da parte deles.

Nesse trecho do diálogo com Pollena, é possível notar como ela destaca a singularidade da experiência de cada um com o lar de acolhimento. Ela destaca também o esforço das funcionárias em fazer com que as crianças tivessem as melhores experiências possíveis, que não lhes faltasse afeto e interação com pessoas. Mesmo que essa experiência com terceiros fosse restrita, é possível notar, pelo depoimento de Polleana, como as funcionárias do lar de acolhimento priorizavam esse trato mais humanizado com as crianças.

Além das cuidadoras, a equipe de apoio dos lares conta com profissionais para cuidar do psicológico das crianças que estão ali. Durante o tempo que as crianças passam no lar, elas são amparadas por uma equipe de apoio, que conta com psicóloga e assistente social.

Tatiana: Que bom Polle, então as experiências que você teve foram saudáveis, você tinha acompanhamento com psicólogo ou outras assistências?

Polleana: Aham tem acompanhamento com psicólogo, atividades né que eles colocam sempre a gente para fazer né, então sempre a gente tava tendo um acompanhamento. Claro que eu também, quando eu passei por lá eu já era uma criança maior.

Tatiana: É isso que iria perguntar.

Polleana: Eu tinha autonomia, que eu sempre fui tipo assim sempre muito pra frente né. A minha opinião foi forte, fui uma pessoa que sempre falei muito então sempre consegui argumentar com as pessoas, vamos dizer assim né nunca foi uma pessoa quietinha, mais na minha, porque eu acho que isso também né faz ser diferente a experiência de pessoas para pessoas. Então é como eu já era mais velha né já tinha um conhecimento. Então já tinha mais uma experiência, assim então, sempre talvez por isso talvez tenha sido uma experiência mais tranquila pela maturidade.

Um apontamento interessante é que ela sempre destaca o fato de já ter ido para o abrigo com mais idade, o que lhe proporcionava mais maturidade para entender o que estava se passando naquele momento. Além disso, isso lhe garantia mais autonomia nas tarefas diárias, de modo que já conseguia se cuidar melhor sem apoio das cuidadoras. Conforme a legislação, um cuidador é designado para cada 10 crianças, tendo o número reduzido em caso de crianças com necessidades específicas. Dessa forma, apesar de não ser um número relativamente alto, as cuidadoras ficam impossibilitadas de dispensar a mesma atenção que a criança receberia no seio familiar.

Quando questionada se houve algum momento que lhe gerou uma boa memória, algo que gostava muito de fazer enquanto esteve lá, ela relata:

Polleana: Ah tipo assim um momento que eu achava muito gostoso lá tipo assim é sempre a tipo assim na hora que a gente ia fazer refeição que sempre normalmente era um horário que todos sentavam na mesa entendeu. Sempre eles tiveram esse cuidado de preparar isso entendeu, de tá todo mundo junto ou tentar né, porque às vezes uns estudavam alguns horários diferentes, mas tentava estar todo mundo junto né. E momentos de às vezes passeios que eles né tentavam levar a gente então eles sempre tentaram fazer de tudo para que a gente se sentisse menos inferior né, acuado menos. Porque é um ambiente né que você tá totalmente vulnerável né, um ambiente que não é seu então você sente vulnerável por mais independente, da força que você teve, você tá numa coisa que não é sua né, [estranho né]. Estranho aquilo que você é estranho você é no começo você fica você se sente um pouco tipo ah onde que eu tô? com quem eu tô? Né, quem são essas pessoas? Porque né assim [é adaptação né], da desconfiança de um processo né.

Nessa fala, ao mesmo tempo em que ela apresenta o momento que ela mais gostava, é também apresentada a percepção dela, enquanto ex-integrante, de como as crianças se sentem em relação ao ocorrido. Aqui é interessante regatar a atitude narrada por Crizielli sobre como Adriana chegou. A menina não quis interagir pessoalmente com a família antes de que eles tivessem a certeza que buscariam elas em definitivo e, mesmo depois de um mês com a família, o retorno ao lar lhe causou medo, receio pela incerteza do que aconteceria.

Dessa forma, notamos uma constante nesses relatos, o medo frente ao incerto. Por esse motivo o acompanhamento de psicólogos e assistente sociais, bem como o preparo de toda a equipe para lidar com os sentimentos dessas crianças é de extrema importância para que elas possam crescer saudáveis psicologicamente. O trabalho com as lembranças é indispensável para entender o processo de separação e possibilitar que isso não lhes cause problemas futuros.

Por fim, Polleana nos relatou um pouco mais sobre a relação que ainda mantém com as cuidadoras do lar:

Tatiana: Nossa e reconhecem tudo porque imagino né você era uma criança né

Polleana: É, ah não esquece né porque tipo assim querendo ou não por mais que seja às vezes pouco tempo ali às vezes cria um vínculo né a intensidade né como que é muita intensidade e normalmente quando as crianças vão para ali elas tão vulnerável, elas tão tipo assim né às vezes carentes de afeto, de carinho, de isso de aquilo, então ali acaba sendo né. Com o tempo a criança vai criando aquela, tipo assim, aquela intimidade né. Podendo né ter até mais carinho por elas assim né. E você vai acostumando né com o tempo sim tá acostumando.

Tatiana: Legal Polle! Tem assim alguma outra coisa que você queira comentar do espaço, esse processo que você passou. Na verdade, não acabou sendo adoção né acabou sendo uma guarda né? Teve algo assim que te marcou do processo do momento que você saiu do Lar e foi pro passou por todo esse processo de guarda

Além do relato de Polleana, nós também conversamos com outra ex-moradora de um lar de acolhimento, Maria, que destacou seu processo de saída do abrigo e a importância do apoio recebido nesse processo.

3.1.6 Maria: “me acompanhou para comprar uma geladeira um fogão as coisas, sabe?”

A conversa com Maria teve início com o interesse em saber um pouco mais sobre a experiência dela com o lar de acolhimento, buscando saber qual lar ela frequentou e por quanto tempo foi sua estadia. Sobre isso ela responde:

Maria: Eu lembro que eu fui pro Lar Ágape na época que tinha eu fui com seis aninhos aí eu saí com 12, porque eu fiquei entre o lar e entre a casa dos meus pais, eu ia e vinha. Aí com 12 anos eu sei que fui definitivo pro Lar Mirian, aí eu fiquei lá até meus 18 anos, mas o período que eu fiquei lá se eu não me engano foi 2002 sabe, aí fiquei até 2017. Eu gostava de lá, gostava da tia Eva, da tia Soraia, gostava da tia Odete, tinha bastante tia, é que agora eu não lembro bem os nomes. Mas tudo eu gostei sabe, a gente era bem tratado, bom eu não tenho muito o que falar porque eu ia para lá e eu era quietinha então não tinha tanto. Assim, é isso, a gente ajudava no dia a dia quando era para fazer as coisas a gente fazia, todo mundo ia se ajudando, sabe.

Já nessa primeira fala, Maria faz questão de destacar que o lar realmente proporcionava acolhimento, principalmente por meio das funcionárias. Esse é um fato importante de chamarmos a atenção, principalmente, devido ao estereótipo dos lares como locais de violência e abandono, que se formaram devido ao histórico dessas instituições. Ainda nessa questão de ter o lar como um local de boas lembranças, Maria destaca a presença de voluntários que levavam presentes e faziam recreações com as crianças em épocas comemorativas, algo de extrema significação para essas crianças.

Tatiana: Uhum entendi e tem alguma memória assim que você lembra, de algum momento que você gostava de quando estava no lar? Algo que te marcou?

Maria: Quando eu era pequena, eu não lembro tanto, quando eu era pequena entre os 12 lá para 15 anos porque eu não fazia quase nada, eu ia pra escola voltava, mas eu gostava quando era a época de Natal, a Páscoa, as coisas que as pessoas vinham lá ver a gente e levava uma lembrança sabe. Aí dos meus 15 anos para cima, até meus 18, eu fiz jovem aprendiz então não tinha tanto tempo lá no lar. Eu ia pra escola, trabalhava, e voltava, era essa a rotina.

Como comentado, Maria teve sua estadia definitiva no Lar Miriã já com uma idade mais avançada e, como mencionado, as preferências de adoção são por crianças mais jovens. Dessa forma, ela permaneceu no lar até atingir a maioridade e experienciou os processos de emancipação que os lares propõem para que os jovens possam sair de lá com uma vida já mais estabilizada. Um dos programas que visa facilitar essa transição é o Jovem Aprendiz. O programa é uma importante ferramenta para inserção dos jovens no mercado de trabalho, proporcionando-lhes experiência profissional e qualificação. Ele foi regulamentado pela Lei da Aprendizagem, Lei nº 10.097/2000 (BRASIL, 2000) e pelo Decreto nº 5.598/2005, proporcionando oportunidades de trabalho e qualificação profissional para jovens entre 14 e 24 anos.

Assim, além da participação no programa, Maria teve ajuda das cuidadoras e funcionárias do lar para que pudesse fazer sua transição do lar para a própria casa de forma mais tranquila, já que ela não pôde contar com a ajuda da família, como relata:

Tatiana: E depois que você saiu do lar para onde você foi Maria?

Maria: Quando eu fiz 18 anos, como eu estava trabalhando no Jovem Aprendiz e o lar me ajudou, o lar me ajudou a achar uma casa, me ajudou a achar uma casa e eu sei que a Soraia me acompanhou para comprar uma geladeira um fogão as coisas, sabe? Daí quando faz 18 anos sai, mas a maioria das crianças dos Adolescentes tem algum parente e eu não tive porque minha mãe morreu tinha 12 anos, meu pai morreu já tinha 19 e os meus parentes eu não conheço, então o lar me ajudou nessa parte sabe, mãe, mesmo assim depois ajudando a no possível.

E para finalizar, nós questionamos mais uma vez se havia algo que Maria não gostava em relação a morar no lar de acolhimento. No entanto, a única experiência negativa que ela se recorda do lar é relacionada à ausência de sua família nas datas festivas.

Tatiana: E você lembra de algo a mais assim no lar que te marcou, alguma outra experiência que você queira relatar, se teve algum momento que você não gostou, algo assim?

Maria: Não, todas as vezes que eu fiquei lá eu gostei. É que a única coisa que eu não gostava às vezes é quando chegava Natal e Ano Novo porque daí as crianças ou adolescente ia pra casa dos parentes e eu cheguei a ficar umas três vezes só eu e as tias. Mas aí teve uma vez, ó não sei se é porque ela gostava bastando de mim, mas eu lembro da tia Eva eu sempre ia pra casa dela final de semana. E essa é a única coisa que eu não gostei do Lar sabe, que às vezes eu ficava lá não sozinha, que eu falo sozinha adolescente, outras era de boa eles ajudavam, sabe? quando precisava sim.

Como se pode perceber, por meio das experiências relatadas por Maria, a estadia no lar lhe proporcionou muitos momentos de conforto emocional, principalmente pelo apoio recebido quando completou a maioridade. Assim, apesar da imagem negativa que ainda perdura no imaginário popular, as crianças que crescem nos lares são bem-acolhidas pelos trabalhadores, que fazem o possível para lhes dar uma infância digna.

Foram realizados contatos posteriormente a esta conversação com Maria para dar continuidade na partilha de histórias que esta apresentou no primeiro contato. Ocorre que devido aos afazeres maternos de cuidados que a parte exerce de forma exclusiva, não foi possível continuar a conversa, pois os filhos estavam adoentados solicitavam a sua atenção naquele instante. Em outro momento agendado para dar continuidade a parte não pode comparecer e depois não manifestou mais interesse em dar sequência aos assuntos, pois já havia apresentado de forma resumida o que gostaria de partilhar.

3.1.7 Fernando e Priscila: “então a gente fazia tudo em silêncio”.

O relato de Fernando e Priscila apresenta como que foi a experiência de ambos no lar de acolhimento. Fernando, hoje com 43 anos e casado com Priscila, um pouco mais nova que ele, conta que se conheceram quando moravam no lar de acolhimento *Ágape*. No lar, as crianças eram divididas entre meninos, que moravam de um lado e meninas que moravam de outro. Além disso, um dos focos do que conta Fernando é a configuração do lugar, pois o lar possuía regras rígidas sobre os horários de alimentação, o comportamento das crianças era estritamente monitorado e era exigida a participação nos cultos religiosos

O primeiro a contar sua experiência é Fernando, que foi morar no lar já adolescente, com quase 13 anos e saiu quando completou 18. A principal motivação que o levou ao abrigo foi a perda do pai, que era alcoólatra e a falta de condições da mãe de cuidar dos três filhos:

Fernando: Então, na verdade eu sou de uma família de três irmãos no caso eu e mais dois, do segundo casamento da minha mãe. O meu pai era alcoólatra, era um momento bem triste lá e enfim ele era aposentado e o dinheiro “malemá” dava para viver. Com a morte dele, antes dele morrer, o fórum levou a gente pro Lar Dom Bosco, que era ainda no lar Paraná, um Casarão de madeira e lá ficamos por um bom tempo e daí voltamos para casa. Meu pai morreu, a minha mãe não tinha como cuidar da gente, com três criança pequena e o Lar Bosco tinha uma faixa de idade para pegar e tinha o Lar Mirian que estava iniciando, mas o Lar Dom Bosco tinha uma faixa de idade que ele estavam não pegando, e tinha outra possibilidade no Lar *Ágape* aí onde que daí a gente foi pro Lar *Ágape* os três.

Sobre a configuração do lar, ele comenta:

Fernando: O Lar Agape era um lar Cristão Evangélico onde tinha um segmento para você ir na igreja. Tinha várias situações evangélicas que você tinha que fazer, tinha um seminário e não tinha cerca, você poderia fugir a qualquer momento e eu sempre fugia porque a ideia sempre foi voltar, porque a minha mãe ficou sozinha nesse período. Então eu sempre tentava voltar para minha casa para ajudar minha mãe, mas o Fórum via que depois de uma semana eu e a minha mãe estávamos passando fome de novo, aí o Fórum pegava nós, eu no caso, levava pro lar de novo e lá eu ficava mais um ano talvez 6 meses, 8 meses e fugia de novo sempre para cuidar da minha mãe. E sempre foi essa história de não dar certo e acabava passando fome. Aí uma das vezes que eu fugi, eu acho que eu já tinha uns 16 anos, 15 anos. aí o lar achou melhor não me pegar mais. Aí já existia o Conselho Tutelar, porque antes não existia Conselho Tutelar, a gente era levado pelas pessoas do Fórum que nos orientavam. Já no Conselho Tutelar eu pedi pra coordenadora (falecida) Rosemara e a tia Velmar também falecida, e eles foram lá e fizeram uma reunião comigo e eu pedi pelo amor de Deus para voltar pro Lar Agape que eu não ia fugir mais e que eles me deixassem porque eles já estavam cansados disso aí com muito custo eles autorizaram eu voltar pro Lar Agape, aí não fugi mais.

Nessa passagem, Fernando conta sobre as fugas que realizou, visto que a ideia de deixar sua mãe sozinha e passando dificuldades não lhe parecia correto. Isso se deu, praticamente, por todo o período que passou no Lar, até que com 18 anos ele pôde começar a trabalhar e sair do Lar quando quisesse para visitar a mãe:

Fernando: Com 18 anos continuei no lar, só que daí eu fui desligado do orfanato, aí eu fui morar no Instituto que a gente falava do outro lado e lá eu morei até os 21 anos. Mas daí dos 18 era liberado, eu saía a hora que eu quisesse depois da noite e eu tinha toda a liberdade de uma pessoa com 18 anos. Então eu saía pra cidade, eu ia na casa da minha mãe às vezes, pousava na mãe, voltava cedo para trabalhar, mas eu fiquei no lar e no instituto trabalhando até os 21 anos. Com 21 anos, eu resolvi sair, mas não saí porque daí eu arrumei emprego fora e eu vinha todo sábado trabalhar na casa da tia Velma então fiquei mais uns 4 anos, de 21 aos 26, 25 anos envolvido até desligar totalmente.

Apesar de ser um lugar em que ambos tiveram uma educação boa e muita disciplina, Fernando chama a atenção para o fato de que a comida e as relações ali eram muito regradas. Por esse motivo, ele e outros moradores do lar juntavam caixas de papelão que trocavam em uma venda próxima para que pudessem ter dinheiro e comprar guloseimas para comer, já que isso não era fornecido pelo abrigo:

Fernando: Eu escapava da escola dominical e corria lá vender as caixas de ovo que juntava e o dinheiro, principalmente, eu comprava açúcar e coisas gostosas, bolacha de doce, essas coisas que nós não tínhamos. Mas o açúcar era essencial porque o açúcar eu fazia chá de erva cidreira, muito com rabo quente pras noites, para nós ali, e se a gente guardasse bolacha a gente comia, porque a gente passava fome. E daí e a gente passava fome porque era tudo horário marcado, um exemplo: almoço era meio dia, café da manhã, 7 horas, janta 18 horas, então imagina 18 horas janta, 21 horas tinha que dormir, só que a gente ficava conversando quietinho, a mãe da casa apagava todas as luzes, apagava todas as luzes do quarto. A gente não dormia, aquele monte de criança no quarto e daí a gente inventava essas coisas quietinho pra mãe da casa não ouvir, porque senão ela vinha, batia, brigava e fazia dormir. Então a gente fazia tudo em silêncio, tudo uma coisa assim e lembro eu rapidamente, eu era muito de consertar as coisas, eu consertava liquidificador, ferro, e eu sempre fui de consertar rádio e um dos Rádios que eu o consertei pegava uma novela na Band, eu assistia, ouvia, a Pantanal nessa época, então a gente sabia tudo que acontecia porque não tinha televisão.

A mãe social, mãe da casa, como Fernando comenta, era a mulher responsável por cuidar do alojamento das crianças. Ela cuidava para que os meninos tivessem uma boa educação, respeitassem o que era ensinado pela religião e respeitassem os horários estabelecidos pelo abrigo. Nesse trecho, ainda, ficou destacado que as crianças recebiam a alimentação básica, mas guloseimas só estavam presentes quando eles juntavam dinheiro para compra, ou quando algum familiar ou voluntário levava para eles, como contam:

Fernando: Porque todo final de semana lá, no domingo, a gente podia ter visita se tinha parente que quisesse ir lá visitar podia ir, era livre. Podia ir, levar coisa que quisesse, inclusive tinha o seu Gerson, pai de uma dessas crianças lá que era interno e ele levava bala, eles davam bala para todo mundo e nós não tínhamos, quer dizer, tinha e não queria, sequer um tio, nada, que ia lá e a gente esperava, é isso que eu ia falar, fica essa angústia né. Era muito triste, até hoje assim falando com você me dá me dá uma alegria, mas dá um aperto lá atrás no coração, porque a gente era muito inocente mesmo, a gente precisava daquela visita. Para ter uma ideia o Lucas, ele que foi para lá ele não tinha nenhum ano ele era bebezinho, Luquinha.

Priscila: O Luquinhas, aham

Fernando: Uma época foi uma família lá e levou umas coisas de comer lá tudo, não sei se não foi dado, o que que aconteceu, teve alguma coisa que foi levado lá de dia e que ele viu e ele queria... nossa, ele quase morreu. Ele já era maior na época né, mas deu nó nas tripas dele, a gente teve que fazer cirurgia, ele não morreu por Deus.

Tatiana: Olha o tão sensível que é esses momentos né.

Fernando: Tanto que a gente tem uma amiga né e ela falou a um tempo atrás, faz tempo que eu não vejo ela, mas a gente conversava, ela falava: “nossa, na época que a gente morava no Lar Ágape, eu tinha tanta vontade de tomar iogurte que hoje minha bala favorita é iogurte, até hoje”.

Ademais, ainda no contexto de receber visitas, o casal comenta sobre as datas comemorativas que passavam no Lar, mais especificamente sobre o Natal. Um fato que eles destacam é que a comemoração do Natal ocorria um ou dois dias antes da data oficializada, visto que os funcionários do abrigo retornavam para suas famílias do dia 25. Esse acontecimento ficou marcado na memória de ambos, pois eles comentam que o dia 25 era um dia triste, já que se viam sozinhos no lar:

Fernando: Então eles faziam para nós no dia 23, nós fazia o Natal, Natal é carne assada. Fazia tudo como se fosse o Natal, então a gente cresceu com aquilo, daí no Natal de verdade não tinha para nós, aí nós íamos pescar, nós íamos na represa, a gente ficava sozinho. A gente ficava sozinho porque daí os funcionários iam pras famílias então a gente cresceu sem o dia 25 que para nós não importa mais o dia 25. Mas assim, a gente tenta passar era algo que naquele momento não era legal, na época era Natal a gente só queria Natal e chegava no dia 25 a gente não tinha. Só falar disso a Priscila chora, não tem como. É porque realmente cativa a gente demais né, então é uma das coisas que a gente sofre muito, sofreu muito sabe. O aniversário eles faziam cada um mês ou dois meses, ajuntava todo mundo e fazia uma festa só no dia do nosso aniversário, fevereiro e março era um aniversário, todos a festa para todo mundo, todos que nasceram naquele mês. Tinha todo mundo, ganhava presente sim, mas daí fazia no dia mas o dia do aniversário um ou outro lembrava, muitas vezes nem lembrava na correria e a gente também não costumava.

Sobre o aniversário, podemos perceber que não havia a individualização das crianças, todos comemoravam de forma conjunta em um único dia. Por um lado, a realização da comemoração e a aprendizagem sobre dividir as coisas pode ser destacado, por outro, a falta de valorização individual e do sentimento de ser especial, pelo menos em um único dia, o de seu aniversário, também é marcante. Por esse motivo, o casal fez questão de comentar que, atualmente, com os quatro filhos, eles fazem questão de comemorar o aniversário de cada um exatamente no dia em que ocorre, independente de ser dia de trabalho ou não.

A questão dos filhos é outro ponto que Fernando e Priscila destacam. Como ele comenta, os namoros entre os moradores do abrigo costumavam ocorrer, porém eles eram escondidos, pois os coordenadores não permitiam. Nesses namoros, eles comentam que o assunto e a vontade de ter filhos era muito presente, muitas vezes era até mesmo a causa da aproximação entre ele: “A gente era que queria a gente sonhava demais assim sabe, a gente mais queria o filho do que a relação em si, porque para nós a gente queria aquela construção de família só que era a gente tinha muita pouca idade”.

Já mais velho, Fernando conta que retornou para o lar, mas dessa vez como funcionário. Sabendo da situação de sua família, a coordenadora cedeu uma casa para que pudesse morar com eles e, também permitiu que todos se alimentassem no Lar.

Fernando: Então eu não queria comer lá o dia inteiro, não queria comer lá embaixo, que a gente falava lá embaixo no lar, porque eu não achava injusto os meus lá comendo comida precária né. E foi aí onde que a Rose bateu de frente, ela falou não, então todo mundo vai vir comer aqui, aí toda a minha família comia no lar só que em troca disso eu dava minha vida pro lar né eu trabalhava.

Já para Priscila, a estadia começo quando ainda era bem jovem, por volta de seus 6 anos. Como ela relata, ela foi encaminhada para o lar após a morte de sua mãe, visto que a avó não tinha condições de cuidar dela e de seus 3 irmãos:

Priscila: A gente era aí quatro. Daí aconteceu que a minha mãe faleceu, só que antes da minha mãe falecer, meu pai já tinha “cascado o cabelo” de casa né, então a gente ficava com ela [avó] e a minha mãe vivia pros botecos com meu tio que tocava em bar né. Às vezes, a gente ficava na casa sozinhos, sem luz, nós quatro, eu então com menos de cinco anos né, se eu fui para o lar com seis, eu tinha cinco quando ela morreu. Porque daí ficou nós quatro com a minha avó, a minha avó já tinha um filho com problema na cabeça né, então ela não tinha condições de ficar com nós quatro. Quando minha mãe morreu ela tinha 28 anos, e meu pai já tinha se mandado né muito antes de casa. E daí a minha avó que ia nos cultos que o pessoal lá do Ágape, dava ali na Vila em Tropical, eles faziam escola dominical, então a minha avó ia e levava a gente entendeu, aí numa dessas ela comentou que a mãe tinha morrido e que ela não tinha condições de ficar com nós quatro. Ela sabia que era orfanato lá né, e daí o pessoal conversou com o pessoal do fórum, mas não tinha porque na época, naquela época era muita criança, então não tinha era 60, 70 crianças.

Não tinha mais lugar para criança também no Lar Ágape, o salão, as beliche que ficava nós não era sala, era salão, porque era grande né, as beliche ficava no salão porque não cabia nos quartos de tanta criança que tinha. Então o que eles fizeram foi: “olha a gente não pode, daí a gente pode levar dois”, aí minha vó falou, “não se for para levar dois para um lar e dois pro outro eu não quero, vão ficar os quatro comigo” né. Daí até foi o pastor Elias né, a gente chama ele de Tio Elias hoje, né conversou lá tudo e falou pra minha avó: “a gente leva as duas meninas que é mais arriscada deixar com a senhora e depois a gente tenta para levar os dois meninos”. Aí que foi que eu e a minha irmã, aí passou acho que uns dois meses, daí eles conseguiram levar meus dois irmãos, entendeu. E daí ficou nós quatro lá e ficamos. Os meus irmãos fugiam muito, como Fernando, e para eles era mais perto ainda que era perto das Andorinhas a casa da avó.

Esse foi um pouco da trajetória de Fernando e Priscila no Lar Ágape. De modo geral, tanto ele quanto Priscila consideram que o tempo lá foi muito positivo para seu

desenvolvimento, mesmo sendo um local cujas regras de comportamento eram extremamente rígidas. Para eles, essa rigidez serviu como um alicerce na educação que tiveram e que hoje transmitem para os próprios filhos

Fernando aproveita, ainda, para fazer comentários sobre a mudança de legislação que presenciou quando estava trabalhando no Lar. Segundo ele, o regime de estadia provisória foi prejudicial aos abrigos, pois não possibilitava um trabalho duradouro na educação das crianças que entravam sob essa forma e poderia, até mesmo, prejudicar a educação das outras que lá estavam de forma definitiva:

Fernando: E agora nessa geração que mudou o que se tornou Lar Provisório já tinha essas drogas também mas tinha craque, êxtase, enfim esse mundo de coisas aí o que que acontece, você estava fazendo um trabalho com uma criança lá de 6 anos, trabalhando com a criança, doutrinando ela dentro da palavra de Deus: é isso, isso é certo, isso é errado, aí o Conselho Tutelar pegava uma criança numa balada e trazia, pro lar, essa criança vinha pro lar, muitas vezes, com contatos de telefone, drogas e trazia essa droga para dentro do Lar. Aí aquela criança que estava sendo trabalhada há 6 anos que já estava pura, ela começava a se envolver, usar drogas por causa dessas influências que estava vindo. Elas fugiam, porque o lar, até hoje, hoje foi desativado há muito tempo, e hoje tem outros acolhimentos de drogados e alcóolatrás, mas ainda não existe porteira lá, é tudo aberto até hoje, a ideia é você foge a hora que você quiser então as crianças saíam muito. Daí nesse período, eu já funcionário, a gente teve muita dificuldade. E violências grandes tipo crianças com arma de fogo, com facas a ponto de ferir a gente já adulto, então no meu ponto de vista deveria continuar aquele tipo de acolhimento que a criança ela tinha uma formação, não acadêmica, mas uma formação pós acadêmica para se formar, mas ali ela tinha toda uma estrutura familiar ela tinha uma mãe, que era funcionária, uma mãe social.

E volta a afirmar seu posicionamento:

Fernando: Então é essa visão que eu tenho, aí as mães que era Social da nossa época, que já nessa época eu como funcionário elas começou a pegar criança com 13 anos que foi criado desde pequenininho aí de repente a polícia chegava com uma criança de 13, 14 anos tinha uma vida inteira vivida, estragou todo trabalho que essa mãe fez dessa criança, daí já entrou a lei que não podia bater nas crianças que naquela época né, a gente apanhou muito lá, a gente apanhou muito na nossa época, assim só que nada apanhar porque não merecia entendeu. Então todas as surras que eu levava existia um ritual, vamos colocar assim, fazia uma reunião semanal aí a mãe da casa falava tudo que o a pessoa fez de bagunça e tudo mais, eles debatiam entre adultos da diretoria e eles articulavam que aquela criança merecia levar 20 varadas, 30. Eu era um que toda a semana estava lá com as 30, é eu apanhava muito porque eu era muito difícil.

De modo geral, percebemos que as regras de convivência no lar eram datadas da época anterior aos novos decretos sobre o acolhimento institucional. No entanto, mesmo sendo um espaço em que eles eram educados com violência física, para ambos a experiência foi positiva, pois consideram a formação que receberam digna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Seu talento de narrar lhe vem da experiência;
sua lição, ele extraiu da própria dor;
sua dignidade é a de conta-la até o fim, sem medo”.
BOSI, 2023, p. 94

A história da adoção, que remonta desde os tempos antigos até o período moderno e, pode-se dizer, pós-moderno, desempenhou um papel significativo na estruturação das sociedades ao longo dos séculos. Desde sua utilidade inicial para garantir a continuidade das linhagens familiares até sua função contemporânea de proteger e cuidar das crianças em situações de vulnerabilidade, a adoção tem sido um reflexo das mudanças culturais, religiosas e legais que moldaram as concepções de família e parentalidade.

Mesmo que de forma não oficializada perante a lei, criar filhos de outras pessoas, seja pela morte dos pais, seja por esses terem abandonado seus filhos era uma prática comum. Relatos sobre tais feitos podem ser encontrados na Escritura Sagrada, como a história do profeta Moisés, que foi encontrado em um cesto pela filha do faraó Seti, que o adotou posteriormente.

No que tange ao desenvolvimento legal das práticas adotivas, os códigos legais antigos, como o Código de Hamurabi, estabeleceram os alicerces para a regulamentação da adoção, mostrando como as noções de parentalidade e herança variaram ao longo do tempo e em diferentes contextos culturais. Apesar de durante a Idade Média o Cristianismo desencorajar a prática adotiva em favor da manutenção da linhagem biológica, a adoção nunca desapareceu e cada vez mais as leis foram a favor da igualdade entre filhos biológicos e adotivos.

Já no Brasil, a adoção atravessou séculos de transformações legislativas e sociais, refletindo os valores e necessidades de cada época. Nos tempos coloniais, as crianças desamparadas eram acolhidas por parentes ou instituições religiosas, um ato que se dava principalmente por meio da “roda dos expostos”. O acolhimento, todavia, não se preocupava em fornecer tratamento adequado para as crianças, de modo que muitas das que eram entregues nas Santa Casas de Misericórdia não sobreviviam.

O século XX trouxe leis que buscaram garantir o direito das crianças à convivência familiar segura e amorosa. Em 1916, com o Código Civil, a adoção foi formalmente instituída, porém com requisitos rigorosos que limitavam seu alcance. Ao longo desse século,

todavia, diversas mudanças legais ampliaram o acesso à adoção, culminando na Constituição Federal de 1988, que reconheceu a igualdade de direitos entre filhos biológicos e adotados.

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 representou um marco na proteção integral das crianças, estabelecendo regras mais claras e procedimentos mais ágeis para o processo adotivo. Posteriormente, já no século XXI, a Lei Nacional de Adoção, Lei 12.010/09, instituída em 2009, simplificou e fortaleceu ainda mais o sistema, garantindo a prioridade ao interesse das crianças e adolescentes.

Com essas leis, foram criados os Lares de Acolhimento, instituições de abrigo para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social ou física. Esses lares marcaram, também, uma mudança no tratamento ao menor abandonado, visto que nas instituições que existiam anteriormente eram superlotadas e carregavam consigo o estigma da violência. Esses lares de acolhimento, dessa forma, embasados por legislações específicas, buscam não apenas oferecer moradia e cuidados básicos, mas também preservar os vínculos familiares, promover a reintegração familiar sempre que possível e preparar os acolhidos para uma eventual adoção ou inserção em uma nova família.

A importância das legislações atualizadas na área da adoção não pode ser subestimada. As leis e regulamentos que governam o processo de adoção são fundamentais para garantir que o procedimento seja justo, seguro e eficaz, atendendo às necessidades das crianças e das famílias adotivas. Primeiramente, legislações atualizadas asseguram que os processos de adoção reflitam as melhores práticas e conhecimentos mais recentes sobre a proteção e o bem-estar das crianças. À medida que a sociedade evolui, novas informações sobre o desenvolvimento infantil, psicologia e dinâmicas familiares surgem, e as leis precisam ser adaptadas para incorporar essas descobertas. Isso significa que as leis podem refletir melhores estratégias para promover a estabilidade emocional e o desenvolvimento saudável das crianças adotivas.

Além disso, legislações atualizadas ajudam a resolver problemas que surgem com o tempo e que podem não ter sido previstos nas leis mais antigas. Questões como a diversidade familiar, a inclusão de diferentes estruturas familiares e a necessidade de garantir que todos os aspectos da adoção sejam realizados de forma ética e transparente são frequentemente abordadas em novas regulamentações. Isso ajuda a prevenir fraudes, abusos e negligências, protegendo tanto as crianças quanto os pais adotivos.

Outra dimensão importante é a proteção dos direitos das crianças. Leis atualizadas podem fortalecer as garantias de que os direitos das crianças são respeitados durante todo o

processo de adoção. Isso inclui assegurar que as crianças tenham acesso a um ambiente familiar que atenda às suas necessidades, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e que seu bem-estar seja uma prioridade.

De forma mais específica, o desenvolvimento histórico de Campo Mourão e a fundação dos abrigos de acolhimento institucional para crianças e adolescentes na cidade estão intrinsecamente ligados aos desafios enfrentados pelas famílias pioneiras e à evolução socioeconômica da região. Assim, existem na cidade lares que se instalaram desde quase a fundação do município, como no caso da Tia Jacira. Além disso A Casa-lar Infantil Miriã e o abrigo Mão Cooperadora surgiram para oferecer um espaço seguro e acolhedor para crianças e adolescentes em situação de risco, cumprindo não apenas uma função legal, mas também um papel fundamental na promoção do bem-estar e na busca pela reintegração familiar ou adoção.

A trajetória desses abrigos evidencia a importância do apoio da comunidade, das igrejas e das instituições governamentais na manutenção e no funcionamento dessas iniciativas. Assim, é fundamental reconhecer o papel crucial desempenhado pelos abrigos de acolhimento institucional na proteção e no amparo das crianças e adolescentes em Campo Mourão. Essas instituições não apenas oferecem abrigo temporário, mas também trabalham na perspectiva de possibilitar um retorno saudável ao convívio familiar ou à inserção em uma nova família, promovendo assim o desenvolvimento integral e o bem-estar desses jovens.

As memórias de pessoas que passaram por lares de acolhimento e processos de adoção são muito mais do que relatos pessoais; elas são testemunhos vivos de experiências profundamente significativas e frequentemente desafiadoras. A escuta atenta e o acolhimento dessas histórias são fundamentais para entender e apoiar melhor essas pessoas, bem como para promover mudanças positivas nas práticas de acolhimento e adoção.

Escutar as memórias de quem passou por lares de acolhimento e adoção é uma forma poderosa de validação. Essas experiências moldaram quem essas pessoas são hoje, e reconhecer isso é essencial para sua autoaceitação e bem-estar. O ato de ouvir com empatia e respeito permite que essas pessoas se sintam vistas e valorizadas, e não apenas como indivíduos que passaram por um processo, mas como pessoas com histórias únicas e importantes.

Ao escutarmos as memórias desses indivíduos, ganhamos uma compreensão mais profunda dos desafios e triunfos que enfrentaram. Cada relato oferece insights sobre a complexidade emocional e psicológica envolvida no processo de acolhimento e adoção. Essa

compreensão é crucial para desenvolver práticas mais eficazes e sensíveis, tanto nos sistemas de acolhimento quanto nas abordagens de apoio pós-adoção. Além disso, a empatia gerada pelo ato de ouvir pode contribuir para uma sociedade mais inclusiva e compreensiva.

A partir das memórias compartilhadas, é possível identificar padrões, desafios comuns e áreas de necessidade que podem não ser evidentes apenas através de dados e relatórios. Esses relatos podem informar políticas e práticas, ajudando a criar sistemas mais adaptados às reais necessidades de crianças e adolescentes em acolhimento e suas famílias adotivas. Ouvir essas histórias pode, portanto, ser um catalisador para mudanças significativas e melhorias no sistema de acolhimento e adoção.

Quando permitimos acolher por meio da escuta as pessoas que passaram por lares de acolhimento e adoção, também estamos fortalecendo a rede de apoio e comunidade ao redor delas. Compartilhar experiências cria uma sensação de pertencimento e conexão, e permite que indivíduos com histórias semelhantes se unam e se apoiem mutuamente. Essa rede pode proporcionar suporte emocional e prático valioso, promovendo um ambiente de compreensão e solidariedade.

Escutar e acolher essas memórias também tem o potencial de promover a resiliência e o empoderamento. Ao dar espaço para que essas pessoas compartilhem suas histórias, estamos também proporcionando um meio para que elas reflitam sobre suas experiências e reconheçam sua força e crescimento pessoal. Esse processo de narrar e ouvir pode ser uma parte importante da cura e da construção de identidade, ajudando essas pessoas a se reconectar com seu próprio poder e potencial.

Além disso, outro ponto crucial desta pesquisa foi entender como as crianças que se encontram nos lares lidam com o processo de escolarização, já que apesar das garantias legais, as condições sociais e emocionais dessas crianças muitas vezes são negligenciadas, afetando seu desenvolvimento acadêmico e pessoal.

Além de proporcionar educação formal, a escola serve como um ambiente de segurança e estabilidade em meio a mudanças e incertezas. No entanto, os estigmas e preconceitos enfrentados por esses alunos dentro do ambiente escolar destacam a necessidade urgente de sensibilização e formação adequada dos profissionais da educação. Assim, a colaboração entre escolas, lares de acolhimento e famílias biológicas ou adotivas é essencial para garantir o bem-estar e o sucesso acadêmico dessas crianças, visto que para que o processo de aprendizagem ocorra, a criança deve se sentir acolhida e respeitada.

O acolhimento é uma necessidade vital para todos os seres humanos, e para crianças e adolescentes em lares de acolhimento, essa necessidade assume uma importância ainda mais

crucial. Crianças e adolescentes enfrentam desafios emocionais e psicológicos significativos devido às circunstâncias de sua vida, como o afastamento de suas famílias biológicas e a adaptação a um novo ambiente. Nesse contexto, o papel dos professores e da escola vai além da simples transmissão de conhecimento; eles se tornam peças chave no processo de recuperação e desenvolvimento desses alunos.

Para muitas crianças e adolescentes em lares de acolhimento, a escola pode representar um refúgio de estabilidade e previsibilidade em meio a um mundo muitas vezes caótico. O ambiente escolar oferece uma rotina estruturada, o que pode ajudar a reduzir a ansiedade e criar um senso de normalidade. É fundamental que os professores e a equipe escolar compreendam o impacto emocional que essas crianças podem estar enfrentando e, por isso, devem se esforçar para criar um ambiente acolhedor e seguro.

Os professores desempenham um papel crucial no processo de acolhimento ao demonstrar empatia e sensibilidade para com a situação desses alunos. A capacidade de reconhecer e validar os sentimentos e experiências dessas crianças pode ajudar a construir uma relação de confiança. Essa relação é essencial para que os alunos se sintam aceitos e valorizados, o que pode, por sua vez, contribuir para um melhor desempenho acadêmico e emocional.

Além do suporte emocional, é importante que as escolas ofereçam apoio psicopedagógico. Muitas vezes, crianças e adolescentes em lares de acolhimento podem apresentar dificuldades acadêmicas ou comportamentais devido ao estresse emocional. Programas de intervenção e acompanhamento psicopedagógico podem ajudar a identificar e superar essas dificuldades, oferecendo ferramentas e estratégias para enfrentar desafios acadêmicos e sociais.

Outro aspecto importante do acolhimento escolar é a colaboração com as famílias de acolhimento. A comunicação aberta e constante entre a escola e os responsáveis pelas crianças e adolescentes pode facilitar uma abordagem mais integrada e eficaz para apoiar esses alunos. Além disso, envolver as famílias de acolhimento no processo educacional pode ajudar a reforçar a importância da educação e criar um suporte adicional para os alunos fora do ambiente escolar.

A promoção da educação socioemocional é essencial para ajudar crianças e adolescentes a desenvolverem habilidades para lidar com suas emoções e relacionamentos. Programas que ensinam competências sociais e emocionais podem ser particularmente benéficos para jovens em lares de acolhimento, proporcionando-lhes ferramentas para enfrentar os desafios da vida de forma mais resiliente e adaptativa.

O presente artigo, nesse sentido, buscou apresentar relatos da minha atuação como profissional de educação com crianças em contexto de acolhimento institucional e das funcionárias e ex-moradoras dos lares de colhimento da cidade, de modo a recuperar uma memória que, muitas vezes, é apagada ou recebe uma importância inferior à memória da criação biológica. Dessa forma, conhecer um pouco mais das experiências de quem passou por esses lares pode ajudar a desconstruir o estereótipo dos lares como espaços de tristeza, abandono e violência, já que para muitas crianças a ida para o lar é uma chance de recomeço.

Portanto, acolher e integrar essas memórias e histórias não é apenas uma questão de justiça e empatia, mas também uma prática estratégica para a melhoria contínua dos serviços de acolhimento e adoção. Ao ouvir e aprender com todos os envolvidos, podemos construir um sistema mais eficiente, mais inclusivo e mais sensível às necessidades reais de crianças e adolescentes, assegurando que cada indivíduo, seja ele um jovem acolhido ou um trabalhador do setor, receba o apoio e o reconhecimento que merece.

Essa abordagem integrada e reflexiva nos aproxima de um futuro onde o sistema de acolhimento e adoção não apenas reage às necessidades, mas também se antecipa a elas, criando um ambiente mais compassivo e equitativo para todos. Em última análise, é o compromisso com a escuta atenta e a valorização das experiências humanas que impulsiona a transformação positiva e sustentável na vida de cada criança e adolescente assim como dos profissionais envolvidos.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história: destruição da experiência e origem da história**. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2005.
- ALBA RICO, Santiago. **La ciudad intangible. Ensayo sobre el fin del neolítico**. Instituto cubano del libro. La Habana, 2004.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **História pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”**. XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH. Natal, 2013.
- ANDRADE, Everaldo Paiva. ALMEIDA, Juniele Rabêlo. **Trajetórias docentes e História Pública: a construção de um acervo com narrativas de professores**. Em Almeida, Juniele Rabêlo e Meneses, Sônia (org.). São Paulo, Letra e voz, 2018.
- ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.
- ASSAMAN, Aleida. **Espaços da recordação**. Tradução de Paulo Soethe. São Paulo: Editora Unicamp, 2011.
- AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **A criança no novo Direito de Família**. In Direitos Fundamentais do Direito de Família. Coord. Belmiro Welter e Rolf Hanssen Madaleno. Porto Alegre: Livraria Do Advogado Editora, 2004, p. 279.
- BEVILACQUA Clovis – **Adopção - Soluções Práticas de Direito (Pareceres)**. Rio de Janeiro: Correa Bastos, 1923
- BÍBLIA. Gênesis. In: **Bíblia Sagrada**. Tradução de Fernando. 3ª Edição. Rio de Janeiro - RJ: Editora NVI, 2023.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. Lembranças de velhos. 20ed. São Paulo, Companhia das letras. 2023.
- BOUZON, Emanuel. **O código de Hammurabi**. Introdução, tradução do texto cuneiforme e comentários. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BRASIL. **Código de Menores de 1979**. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16697.htm. Acesso em 02/12/2022
- BRASIL. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1990. Brasília: Senado Federal, 2021.
- BRASIL [Lei Federal nº 12.010, de 03 de agosto de 2009] **Lei geral de adoção**. 2009. Brasília: Senado Federal, 2021

BRASIL. Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Disponível em: http://ww.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112594.htm. Acesso em 15/01/2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Cartilha apresenta o panorama da adoção no Brasil**. [Brasília]: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 27 jul. 2020. Atualizado em 01 nov. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/julho/cartilha-apresenta-o-panorama-da-adocao-no-brasil>. Acesso em: 30 mar. 2024

CAMBIOTTI, D. Jesús Riosalido. La adopción en derecho islâmico. Disponível em: <<http://www.derechofamilia.com/trabajo/kfaleh.pdf>>. Acesso em: 20 dez 2022.

CAMPO MOURÃO. A história de Campo Mourão. Disponível em: <https://campomourao.atende.net/cidadao/pagina/a-historia-de-campo-mourao>. Acesso em 20/04/2023

CARDOSO, C. T. G. **Judiciário e a Escola**: qual o papel da escola em casos de crianças acolhidas e adotadas? Londrina. 27 ago. 2019. 22 slides. Apresentação em Power-point.

CHAUÍ, Marilena. **Apresentação**: os trabalhos da memória. Em BOSI, Ecléa. Memória e sociedade. Lembranças de velhos. 20ed. São Paulo, Companhia das letras. 2023.

CNJ — CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Encontros e desencontros da adoção no Brasil: uma análise do Cadastro Nacional de Adoção do Conselho Nacional de Justiça. Brasília: CNJ, 2013.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História social das crianças no Brasil**. 6ªed. São Paulo: Contexto, 2007.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidade. Autêntica Editora, 2017.

DUSSEL, Inés. **La educación y la memoria**. Notas sobre la política de la transmisión. UNLPam, La Pampa. Anclajes 6.6, 2002.

ESPÓSITO, Roberto. **Instituição**. Belo Horizonte: Autêntica. 2023.

FÁVERO, E. T. et al. (Org.). **Famílias e medida de proteção abrigo — realidade social, sentimentos, anseios e perspectivas**. Em: _____. Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam. São Paulo: Paulus, 2008.

FONSECA, Renato Luiz da Silva; KELLY, Roberta Ecleide de Oliveira Gomes. **Acolhimento institucional**: dos caminhos da história ao relato de experiência de atendimento de crianças e adolescentes na construção e perspectiva da autonomia. Acolhimento em Rede, [S. l.], p. 1-26, 2016. Disponível em: <https://www.fazendohistoria.org.br/s/ArtigoRenato.pdf>. Acesso em: 23 out. 2018.

FRISCH, Michael. **From a Shared Authority to the Digital Kitchen, and Back**. Philadelphia, PA: The Pew Center for Arts and Heritage, 2016.

GALDINO, Dário. **Nova Descoberta. Recortes dos Territórios e Territorialidade em um Bairro da Cidade do Recife**. 2010. Disponível em: <http://www.webartigos.com> Acesso em 08 de abr de 2023.

GHIRARDI, M. L. de A. M. **Devolução de crianças adotadas: um estudo psicanalítico**. São Paulo: Primavera Editorial, 2015.

GOMES, Ângela de Castro. **Apresentação**. Em GOMES, Ângela de Castro (org.). *História oral e historiografia: questões sensíveis*. São Paulo, Letra e Voz, 2020 a.

GOMES, Ângela de Castro. **História oral, historiadores e temas sensíveis: um giro no parafuso**. Em GOMES, Ângela de Castro (org.). *História oral e historiografia: questões sensíveis*. São Paulo, Letra e Voz, 2020 b.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, volume 6: direito de família**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país: durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823**. Brasil: Editora Nacional, 1956.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. Editora Revista dos Tribunais LTDA: São Paulo, 1994.

OLIVEIRA, Hudson Mandotti de. **Dussel no caleidoscópio da filosofia contemporânea: origem, originalidade e problemas da Filosofia da Educação**. Dissertação em Filosofia. São Paulo, PUC, 2012.

JORGE, Dilce Rizzo. **Histórico e Aspectos Legais da Adoção no Brasil**. In: **Rev Bras Enferm**. v. 28, nº. 2 Abr-Jun 1975. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-716719750002000003>. Acesso em: 30 abr. 2024.

KOHAN, Walter. **Em defesa de uma defesa: elogio de uma vida feita escola**. Em LARROSA, Jorge. *Elogio da escola*. Belo Horizonte, Autentica, 2017.

LARROSA, Jorge. **Tremores**. Escritos sobre a experiência. Belo Horizonte. 1a Ed. 3a reimp. Autêntica. 2017.

LARROSA, Jorge. **Elogio da escola**. Belo Horizonte, Autentica, 2017a.

LARROSA, Jorge. RECHIA, Karen. **P de Professor**. São Carlos. Pedro e João editores, 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: editora da Unicamp, 2003.

MARCHIORI, Marlene. **História e memória**. São Caetano do Sul, SP: ed. Difusão. 2013.

LE BOTERF, Guy. **Pesquisa participante**. Propostas e reflexões metodológicas. Em RODRIGUES BRANDÃO, Carlos (org). Repensando a pesquisa participante. São Paulo Editora Brasiliense, 1987.

LÔBO, Paulo. **Famílias**. SP: Saraiva, 2008, p. 247.

MACHADO, Vanessa R. A atual política de acolhimento institucional à luz do estatuto da criança e do adolescente. **Revista de Serviço Social**, v. 13, nº 2. Londrina, 201. p. 143-169. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10431/9121>. Acesso em: 18 de junho de 2023.

MALERBA, 2017 MALERBA, Jurandir. **Os historiadores e seus públicos**: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História* 37 (74): 135- 54, 2017.

MARCHANT, Matias. **Memória e Infância**: Reflexões sobre o Acolhimento Institucional. *Clínica & Cultura*, Sergipe, v. 8, n. 2, p. 95 – 107, 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/clinicaecultura/article/view/14908>. Acesso em: 5 de julho de 2023.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A criança abandonada na história de Portugal e do Brasil**. Em: VENÂNCIO, Renato Pinto (org.). Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil: Séculos XIII-XX. São Paulo: Alameda/Editora PUC Minas, 2010. p. 23.

MASSCHELEIN, Jan. **Pongamos em marcha**. Em MASSCHELEIN, Jan. SIMONS, Marteen. Mensajes e-ducativos desde tierra de nadie. Barcelona, Laertes, 2016.

MAUAD; ALMEIDA; SANTHIAGO, 2016). MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA. Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo [Org.]. **História pública no Brasil**: Sentidos e itinerários. 1. ed. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil: Direito de Família**. São Paulo- Saraiva, 2005.

MORENO, Gilmar Lupion; SUDARIO, Maria Vitória Braga. Criança, escola e acolhimento institucional: a escola como espaço de socialização. **Revista Teias**, v. 23, n. 68, p. 29 – 41, 2022. DOI: 10.12957/teias.2022.60916. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/60916>. Acesso em: 11 abr. 2024.

NAEGELE, C. J. **History and Influence of Law Code of Manu**. 2008. 261 f.. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas) – Golden Gate University School of Law, San Francisco, 2008.

NAKAMURA, Carlos Renato. **Criança e adolescente**: sujeito ou objeto da adoção. *Serviço Soc. Soc.*, São Paulo, n. 134, p. 179-197, 2019

NAZARIO, Roseli. A infância das crianças pequenas no contexto de acolhimento institucional: narrativas de meninas e meninos na casa(lar). 2014. 260 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/129345/329235.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 jun. 2021.

NORA, Pierre. **Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux**. Paris : Gallimard, 1984. Vol 1. (Tradução na Revista Projeto História. N° 10 História & Cultura. São Paulo, PUC-SP – Programa de Pós Graduação em História, dezembro de 1993.

ONOFRE, Gisele Ramos; SERRA, Elpídio. A colonização de Campo Mourão – Paraná: os conflitos rurais e os primeiros mecanismos de acesso à terra. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2005. p. 10954 – 10968. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiarural/12.pdf>. Acesso em 21/04/2023.

PEITER, C. **Adoção** — vínculos e rupturas: do abrigo à família adotiva. São Paulo: Zagodoni, 2011.

PESSOA, Davi. **Apresentação**: Vita nova. Em ESPÓSITO, Roberto. Instituição. Belo Horizonte: Autêntica. 2023.

PIRELLA, Maria Paula. **La autoridad en la Universidad**. Vínculos y experiencias entre estudiantes, profesores y saberes. Buenos Aires, Paidós, 2014.

PINTO, Souza A. - **Gênese e desenvolvimento histórico do Instituto da Adoção**. Estudos Sociais e Jurídicos, 3.º opúsculo, Recife, Imprensa Industrial, s/d.

PORTUGAL. **Ordenações Filipinas**, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1985

RIBEIRO, Paulo Hermano Soares; SANTOS, Vivian Cristina Maria; SOUZA, Ionete de Magalhães. **Nova Lei de Adoção comentada**. 2. ed. Leme: J. H. Mizuno, 2012.

RICOEUR, Paul. **A memória**. A história. O esquecimento. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**. Direito de Família. Volume 6. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

RODRIGUES BRANDÃO, Carlos (org). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo Editora Brasiliense, 1987.

ROVAI, Marta. **Publicizar sem simplificar**: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sonia (Org.). História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

SANTHIAGO, Ricardo. **Duas palavras, muitos significados**. Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. Em: MAUD, Ana Maria; RABELO, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo. História Pública no Brasil: sentidos e itinerários. São Paulo, Letra e voz, 2016.

SANTHIAGO, Ricardo. **Pode-se falar de uma história pública brasileira?** In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). Que história pública queremos? / What public do we want?. São Paulo: Letra e Voz, 2018a.

SANTIAGO, Ricardo. **Comunidades de escuta e compartilhamento:** História Pública, história oral e situações educacionais. Em Almeida, Juniele Rabêlo e Meneses, Sônia (org.). São Paulo, Letra e voz, 2018b.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado:** Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SELIGMANN-SILVA. Márcio. **História, memória, literatura:** o testemunho na era das catástrofes. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

SOUZA, Fabiana. **O Direito à Convivência Familiar: pensando as contradições, limites e potencialidades dos processos de adoção de adolescentes brasileiros após a implementação da lei nº /2009.** TCC (Graduação em Serviço social) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Disponível em: [O Direito À Convivência Familiar: pensando as contradições, limites e potencialidades dos processos de adoção de adolescentes brasileiros após a implementação da Lei nº 12.010/2009 \(uff.br\)](https://repositorio.ufrj.br/bitstream/handle/10088/2009/1/O_Direito_A_Convivencia_Familiar_pensando_as_contradicoes_limites_e_potencialidades_dos_processos_de_adocao_de_adolescentes_brasileiros_apos_a_implementacao_da_Lei_n_12.010_2009_uff.br) Acesso em: 27/04/2023.

TEIXEIRA, Carolina Terribile Escola e Instituição de Acolhimento: Articulações necessárias para a acessibilidade de estudantes com deficiência. **Dissertação de Mestrado.** Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Santa Maria. Pp. 136. Santa Maria – RS, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/7279/TEIXEIRA%2c%20CAROLINA%20TERRIBILE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 de abril de 2024.

VALERIO LÓPEZ, Maximiliano. **Acontecimento e experiência no trabalho filosófico com crianças.** Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

VERONESE, Josiane Rose; PETRY, João Felipe Corrêa. **Adoção internacional e Mercosul:** aspectos jurídicos e sociais. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Transcrição conversa SAIJ - Serviço Auxiliar da Infância e da Juventude – SAI (responsáveis pelo contato adotante e adotado)

Tatiana: Meninas eu queria se puderem me falar o nome de vocês e como que vocês trabalham, vocês me explicaram um pouquinho como se dividem com essa sala, que são em três psicólogas, digo duas psicólogas e uma assistente social né?

Ana: Duas psicólogas, uma assistente. Eu sou a Ana Carolina, nós duas somos psicólogas há quase 11 anos, já estamos completando aqui 11 anos no serviço auxiliar da Juventude né que é o setor de psicologia e serviço social dentro da Vara de infância e juventude e vara de família. A gente também atua em alguns casos na vara criminal né fazendo o depoimento especial das Crianças vítimas ou testemunhas de violência, o que você quer saber a atuação dentro da adoção isso?

Tatiana: Sim pode ser em específico, quanto tempo que vocês vêm atendendo?

Ana: Nós estamos aqui há 11 anos e tem essa Divisão das classes dos processos né, nós atendemos todas as classes né e especificamente a questão da adoção. Existem os processos de adoção e existem os processos de habilitação para adoção né que é quando os pretendentes chegam até a secretaria com a intenção de se habilitar para adoção. Existe um Cadastro Nacional de Adoção e passam por a gente, passa por um processo né, o casal, os pretendentes passam por um processo de avaliação dentro desse processo. Então o processo chega para nós a gente faz normalmente entrevistas, visita domiciliar essa é a nossa parte né. Nesses 11 anos aí tiveram algumas mudanças nos requisitos e foi incluído um curso que é o curso de preparação produção que ele agora ele é promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e é feito online. Então todos os pretendentes tem que passar por esse curso é um curso que tem encontros, são normalmente seis encontros, seis encontros são feitos online. Tem toda uma formação né informações adicionais, palestra assim, tem relatos também de adoções né, as pessoas dão seus depoimentos falam sobre as dificuldades que tiveram enfim como que tá a adoção 10 anos depois ou a pessoa que foi adotada, como que foi a sua vida, isso enriquece bastante para quem tá pensando né com esse iniciando aí nessa caminhada né tira bastante dúvida sobre o processo.

Tatiana: Sim e desmistifica também muita coisa né? Realidade né, real mesmo.

Ana: Principalmente questão de adoção tardia né traz bastante relato e tira dúvidas sobre o processo mesmo porque as pessoas chegam com muitas dúvidas né quem não é do meio e não tem nem ideia de como que funciona um processo né então é bem interessante porque a pessoas os pretendentes saem de lá já com uma visão do que realmente vai acontecer. Então assim uma entrevista, duas entrevistas que a gente faz a gente não consegue passar toda essa carga de informações então o curso é bem importante bem relevante porque e as pessoas saem bastante instruídas de lá informações precisas do processo também. Eu acho que uma coisa importante também que tanto na nossa entrevista quanto no curso a gente faz é assim é suscitar reflexão mesmo, porque assim e tem coisas que você tem que ter requisitos e tal, mas além tem coisa que a gente tem que pedir para que você pense como que que pai mãe que você pode ser né. O que que você espera da sua maternidade né da sua paternidade e se você entende que pode ter dificuldades que ser pai e ser mãe é viver em dificuldades é desafio mesológico né. A gente traz bastante essa discussão também né que não é porque tem uma noção que não vai ter algum problema da mesma forma que a família ter problema. Mas é isso tem muita coisa que fica que você precisa inclusive assim a gente tem sido bem criteriosa assim na habilitação para adoção porque a gente percebeu ao longo da nossa caminhada também que se você não entender o que que é um filho real lá na frente você vai se frustrar, criança vai se frustrar, vai trazer sofrimento para todo mundo né, e é isso que a gente não quer né, infelizmente já existiram alguns casos, bem poucos casos assim né, mas já existiram casos. Assim essa dificuldade lá quando já é seu filho né, e a gente precisa ser criterioso então as pessoas precisam refletir sobre isso pois já houve negativa de habilitação porque a pessoa não refletiu, não consegue entender a complexidade da adoção né, então tudo isso né nesse processo aí de habilitação ainda né.

Tatiana: E assim vocês encontram um público em específico ou ainda é um público diverso? Assim é um público mais dos 30 aos 40? É um público jovem?

Ana: Acho que é um público diverso mesmo, já teve a gente que já atendeu assim pessoas mais jovens pessoas e mais velhas que não conseguiram ter filhos biologicamente e casais em novos casamentos né, então às vezes um dos dois tem filhos outro não, às vezes não tem e tem essa vontade. Porque a gente nas nossas entrevistas a gente vê realmente se está alinhado essas expectativas se realmente os dois querem mesmo se é uma coisa genuína dos dois ou se não vamos lá porque é seu sonho. Então assim a gente tem que avaliar isso que é muito importante lá na frente né como que daí vai lidar com essa expectativa ou frustração lá na frente né. Então e tem pessoas que desistem ou a maioria continua nesse processo de habilitação já teve desistências assim são pontuais. Assim as reflexões eu acho que não é uma

existência, mas com o tempo às vezes tem esse mito né que a adoção demora né, na verdade são várias assim pra adoção demorar ou não né. É o que eu falo é muito particular, mas assim já teve situações que a pessoa fala ah eu e agora eu estou velha, não quero mais acho que é às vezes o casal já não é mais um casal, e aí já desistiu por causa disso né tiveram desistência assim mas não nesse período da regressão assim né mais pra frente. E a maioria vem assim com essa vontade de constituir uma família pessoas que não tem filhos biológicos, então já teve já teve pretendentes que teve filhos e querem adoção, tem pretendentes que no meio do processo eles têm um filho biológico e persistem também.

Tatiana: Eu vejo, procuro matérias a respeito né e aparece muito isso.

Ana: É porque assim e via de regra a pessoa procura adoção quando ela já não já teve casos que a pessoa nem entrou ela buscou adoção porque já era um projeto de vida, já tem na família, já entende como como natural uma vida de buscar procurar um filho né mas via de regra as pessoas que procuram elas têm alguma dificuldade para serem pais biológicos né então a maioria das histórias sempre traz assim dificuldades e frustrações, então são muitas tentativas né, intervenções médicas e tal né e perdeu a gestação que muitas engravidam durante o processo ou muito com a gente aqui é então e daí as pessoas mesmo com o projeto da adoção elas continuam tentando, então assim tem várias histórias são várias histórias que a gente sabe que eles continuam nessa busca ou até mesmo continuam às vezes com tentativa de inseminação né no procedimento, ou a pessoa relaxa nesse sentido tira toda pressão tira exatamente e na verdade isso é legítimo porque você buscar adoção é você buscar um filho né sim e aí assim alguns pretendentes desistem da adoção porque já atingiram o objetivo outros persistem também né, normalmente é bem difícil engravidar. Então quer uma família numerosa, quer irmãos né sim e mais filhos.

Tatiana: Sim depende daí de cada caso, e o pessoal é um pessoal assim daqui de Campo Mourão ou tem bastante gente da região da comarca que vem até aqui ?

Ana: A gente aqui a Comarca de Campo Mourão né ela embarca Campo Mourão, Luiziana, Farol e de Janiópolis então dessas quatro cidades a gente acompanha. O público maior é daqui né mas de vez em quando tem independente outro de outra de outra dessas quatro cidades dessas três cidades as crianças assim que vocês que vocês tem. Assim todos os processos de acolhimento institucional a gente a gente faz o estudo acompanha o caso né na verdade isso é uma das questões assim o processo de adoção integralmente é feito judicialmente tudo que for fora daqui tá fora da legalidade, então assim desde o processo de habilitação das pessoas que querem ir para adoção e o processo do pedido de providências que vai se tornar a destituição do Poder familiar né da criança que vai se tornar a também acontece

aqui e aí depois a gente cruza esses dados aí para iniciar a construção dessa família via de regra os acolhimentos institucionais eles precisam pertencer à comarca né. Precisa ter uma justificativa muito forte para crianças de fora por quê Porque assim quando a criança é acolhida ela passou por uma situação de violência né e mas ainda existe a possibilidade dela voltar pra família, então assim vão ser feitos encaminhamentos a rede proteção e aí se inicia o vínculo né a vinculação para ela voltar pra família né então assim se você tiver fora isso é prejudicado né e aí quando não tem possibilidade para isso aí se inicia o processo de destituição do poder familiar. Daí a família já não tem mais acesso àquela criança né e tem a suspensão tal e mas via de regra as crianças tem que ser daqui da Comarca. (Parte suprimida)

Tatiana: Assim então eu acho pode ser nesse sentido nesse sentido e eu queria ver com vocês assim esses últimos anos teve aumento na procura na habilitação de possíveis pretendentes habilitação para adoção? teve maior procura ou não?

Ana: Aumento eu acho que não, não senti aumento eu acho que assim nada é constante assim né porque não tem como a gente sei lá enfim a pessoa tem o desejo ela procura no momento dela né então não tem uma média.

Tatiana: Eu lembro que como eu visitei o lar né as meninas comentaram que no período da

pandemia teve muitas crianças que foram acolhidas né então só para ver se às vezes teve algum aumento também?

Ana: É o que houve na pandemia porque as crianças ficaram fora da escola e os pais tiveram muito mais dificuldade de lidar né com cuidado e às vezes estavam trabalhando então as situações de negligência aumentaram nesse sentido. Faz sentido ter mais crianças lá né agora mais habilitações e a gente volta e a gente volta para aquela situação que é bem comentada né que tem muito mais pretendente do que crianças né disponíveis. Tem muito mais gente querendo ser pai do que crianças disponíveis porque não necessariamente são as crianças desejadas né então assim as crianças que estão acolhidas não são necessariamente as mais desejados né, que são os bebês de zero a 2 anos, saudáveis. Normalmente como a gente falou anteriormente as tem um processo né e muitas vezes esse processo de avaliação da família biológico ele demora um tempo e a gente precisa avaliar vai voltar para essa família porque muitas das crianças que estiveram lá no lar estão lá e acabam voltando pra família porque a família demonstra interesse em retomar cuidados aí às vezes tem que fazer um tratamento o tratamento é demorado. Então a gente tem que aguardar então daí a criança fica um período no e acaba voltando pra família biológica né.

Tatiana: Tem tudo isso também sim, meninas olham assim as informações que eu estava procurando eram essas muitas, vocês já responderam nas próprias falas e a última coisa que eu queria perguntar para vocês é se fizeram algum curso para trabalharem nessa área? Ou vocês prestaram concurso e estão aqui? Como que funciona?

Ana: É nossa entrada foi por concurso eu acho que sobre adoção nós fizemos curso a eu acho que é uma das áreas de atuação assim né, então a gente vai estudando, a gente tem bastante referência né literatura a experiência ajuda bastante assim sabe né a gente vai falando sobre o tema. Você lembra de um caso lembra de outro porque as histórias de adoção são sempre muito marcantes né a gente fala assim as pessoas que procuram e se habilitam né para serem pais elas assim têm histórias de muito sofrimento e de e um amor guardado para ser oferecido né. Elas já são pais sem filhos né, eu costumo falar então a gente se comove a gente se enxerga ali também né e a por outro lado das histórias das crianças que passaram por alguma situação de violência também né, isso também é marcante isso também mexe com a gente né toda criança tem o direito né de ser criada num lar que a deseje que ame que mostre o caminho né da forma mais feliz assim possível né então a gente identifica muito e enfim é um tema muito marcante assim pra gente né com bastante. A gente trabalha com casos muito difíceis em geral né situações de guarda que tem sempre sofrimentos né, enfim situações de violência que não necessariamente vão para acolhimento né mas que são situações de risco e tal e a adoção apesar de ter esses momentos de sofrimento é a construção de um laço né então eu falo assim ela às vezes é um alívio que a gente, é um alento que a gente tem porque você né de ver tanto sofrimento, tanta falta, tanta ausência de pais ou mães que que não se importam assim às vezes né.

Tatiana: Na adoção é bonito você ver a construção sabe dessa relação aí de pais e filhos e vocês fazem a participação em tudo porque é com a criança e é com o casal é todo tem tudo isso né praticamente vocês estão construindo isso para tudo acontecer para que todo é para que tudo isso seja concretizado, depois de adotado vocês acompanham também a família tem um período mais ou menos que vocês ficam ou não?

Ana: O processo de adoção é um processo que demora 90 dias né para finalizar assim e a gente tem os requisitos para fazer essa avaliação que chama estágio de convivência né até que seja deferida a adoção mas assim o processo termina né arquiva mas a gente tá sempre aqui à disposição muitas pessoas a gente se coloca né à disposição a porque as pessoas buscam né pode ter alguma dificuldade às vezes quer mostrar criança como tá desenvolvendo, a gente quer saber também como cresceu, como tá né, então a gente mantém esse contato porque é bem importante para as famílias né e para a gente acaba sendo uma referência assim

porque você imagina né você inicia a entrevista aqui daí continua acompanhando, faz o curso e vem saber como é que tá a colocação tá vai passando o tempo continua sendo a referência então. Então no papel acaba mas às vezes eles vêm tirar dúvidas aí a gente reforça né tudo que a gente já orientou também são problemas de família né eles vem se orientar aqui com a gente né, é o suporte né que foi ali onde eles construíram essa base que ali e se for necessário algum encaminhamento a gente pode assim a gente sugere que a pessoa seria importante com acompanhamento psicológico, alguma questão de saúde também né a gente recomenda ou questões enfim que a gente observar e a gente pode orientar né a pessoa para que a partir dali possa seguir buscar

Tatiana: Meninas olha muito obrigada, fiquei encantada com a fala de vocês. Vocês contribuíram bastante assim com que e essa questão legal né tudo visto tudo mais mas a gente vê pelo outro lado vendo vocês falando assim parece que vocês fazem assim vamos fazer uma ar rogada nisso aqui vamos resolver isso de uma forma mais amena, menos sofrida achei muito bonita a forma com que vocês passaram essas informações agradeço né que nem eu falei isso aqui é essa gravação é para é para estudo mesmo serão utilizados nomes fictícios né ou só nem as iniciais que eu nem peguei o nome mas é vai contribuir bastante pro meu trabalho agora eu vou pegar os outros dados mas agradeço muito o auxílio disponibilidade (trecho suprimido). O que eu quero é assim é poder apresentar um trabalho para desmistificar mesmo e a gente precisa disso. Tem muita gente que fala assim, ai mas adoção demora tanto mas adoção é tão burocrática e na verdade assim a burocracia ela é necessária para que não porque assim são pessoas que a gente a justiça vai entregar um filho para essa pessoa não pode ser qualquer pessoa, produto entendeu então assim existe a burocracia existe né a demora existe por várias questões né que é a questão. Ah quem é a criança que você quer quem é a criança que está disponível então assim vamos entender se essa maternidade não pode ser realizada de outra forma enfim são várias outras questões então assim é só falando pensando refletindo por isso que a gente vai desmistificar e entender a adoção real né sim e é isso o que eu pretendo sabe produzir algo que que outros possam se embasar que outros consigam ver e que seja algo real sabe.

Ana: Eu ouvi de colegas mas aqui em Campo Morão fazem a comarca é muito ativa não que isso que isso assim toda comarca devia ser ativa mas a gente já teve que fazer contato com outros lugares em que as coisas não acontecem sabe que é assim um desrespeito com todos né com as pessoas que estão esperando as crianças com essas famílias que estão esperando aí para acontecer esses mitos (trecho suprimido). Não sei se vocês sabem sabe que existe um programa de apadrinhamento ele participa (Juiz da Vara de Família) isso ele é não

sei se a ele é o coordenador do programa né então ele tem um papel social diferente nas crianças e conhecem ele as crianças meu tio juiz, juiz tio e isso é bem importante assim diferencial.

Tatiana: É sim, sim. Só uma última pergunta o apadrinhamento vocês acompanham?

Ana: A gente faz parte do cadastro assim então a gente faz como é essa entrevista de preparação para entender o que é o programa. Quais as possibilidades, qual a motivação de entrar no apadrinhamento a gente fala muito sobre as diferenças do apadrinhamento e da e da adoção né. É que não é um caminho para adoção é muito importante, eu tô acompanhando acho que é o primeiro casal agora que eles iniciaram como padrinhos né foi até fez o atendimento com eles para padrinhos e agora despertou o desejo deles de serem pais por adoção, então agora eles vão migrar pra adoção aí para isso eles iniciaram todo o processo documentação entrevista visitas o curso tudo isso eles vão fazer e eles vão cessar o vínculo de padrinhos porque a gente conversou bastante sobre isso eu falei é uma outra expectativa que você tem agora com essas crianças então é melhor que você não tenha contato agora porque agora vocês têm que focar no desejo de serem pais né. E então assim a gente acompanha esse cadastro e se eles tiverem alguma dúvida enquanto exerce né o apadrinhamento e já aconteceu assim algumas questões eles vêm falar com a gente né, a gente fala assim o vínculo que a gente tem com as crianças é diferente dos padrinhos, então assim é muito mais fácil as crianças se abrirem com eles né estando na casa deles, jantando com eles, brincando com eles, assim, então a gente precisa ser essa referência também e já aconteceu dos padrinhos falarem olha fulana tá reclamando disso ou tá falando tá carente nesse sentido e a gente vai pensando junto com a família, enfim é tentar ver se é, aí o pessoal do Lar acompanha também os pretendentes que eles têm um contato mais próximo assim quando eles estão exercendo mesmo sabe eles é que sabem onde as crianças vão com quem elas vão ai, que qual dia tal criança vai no tal quadrinho então é uma questão fica critério do Lar. Tem alguns quadrinhos que são específicos da uma criança só, criança não adolescente, por exemplo né então daí também eles vão manejando essa convivência como é que acontece né, e aí a gente faz de vez em quando assim algumas reuniões para avaliar se tem alguma questão ou se indo bem apadrinhamento, e essa é nossa atuação no apadrinhamento.

Tatiana: Muito bons meninas, muito obrigada, não vou delongar vocês também mais.

APÊNDICE B

Transcrição conversa Mão Cooperadora (Lar que acolhe meninos de 12 a 18 anos no município de Campo Mourão)

Tatiana: Então aqui eu vou iniciar a gravação. E então Ana como eu falei eu estou fazendo mestrado, finalizando o mestrado em história pública aí estou trabalhando sobre os lares de acolhimento e o processo de adoção, não só o histórico no Brasil mas também no mundo. Então estou fazendo uma retrospectiva também na América Latina países como Argentina Uruguai e Brasil, tive que delimitar meus espaços aí eu quis colocar sobre Campo Mourão né porque estou fazendo o programa aqui vamos relatar daqui também. Então assim por isso que eu quis colocar mais informações sobre aqui e aí o que eu queria saber a respeito do histórico do Lar, como ele surgiu? Quais são as entidades que iniciaram, se puderem explicar um pouco.

Ana: Então eu tô como técnica aqui desde 2017 então tem 6 anos né.

Miria: Eh

Tatiana: Você é psicóloga?

Ana: Sim uhum. Conforme a lei do Marco regulatório de 2014 instituiu que para que haja o serviço de acolhimento tipificado nas cidades tenha que ter equipe mínima né então pelo menos um psicólogo assistente social né que da seria eu e a Miria.

Tatiana: Uhum. A Miria assistente social? Então tem um psicólogo e um assistente social?

Ana: Isso que de acordo com com o marco regulatório é o é a equipe mínima. O histórico da entidade eh aqui tá, ai eu vou achar que tá todo bagunçado a gente tem o PPP mas em relação a relatos assim a gente sabe que surgiu por meio da igreja de Deus.

Tatiana: Uhum

Ana: que é a nossa mantenedora né até hoje todo o valor é a igreja. A gente hoje trabalha mais com recursos públicos né mas a ideia do trabalho é com os adolescentes e crianças surgiu dos membros da igreja então a princípio era um trabalho voluntário né para trabalhar com essa população vulnerável. Aí em Curitiba existe a mão cooperadora também só que lá é escola o nosso segmento de abrigo é só aqui a gente e tem eh com conosco em Curitiba e as outras demais são 11 unidades ah de uma cooperadora mas todas as outras são escolas só que institui só é abrigo de acolhimento é aqui. Ai também tem um Centro de Especialidades né no nordeste. Mas essa a ideia Central é prestar serviço de acolhimento de forma a diminuir a

vulnerabilidade dos menores, o público são meninos aqui em Campo Mourão. No começo atendia até maiores de idade né atendia, crianças adolescentes e adultos aí depois que o serviço foi descentralizado porque daí ficou o Lar Mirian atendendo as meninas as crianças e os meninos e nós as crianças e as meninas e nós ficamos atendendo os meninos. Os meninos de 11, 12 anos de idade ate os 18 anos.

Tatiana: Até 11 anos eles ficam no Lar Miriã aí de 12 a 18 ficam aqui com vocês?

Ana: É então o Pastor Rubens disse pra gente que foi mais um acordo entre os lares por essa questão de organizar mesmo né porque as crianças às vezes ficava aqui às vezes ficava lá daí para organizar ficou misto até 11 anos lá e depois vem para cá só os meninos a as meninas continuam lá.

Tatiana: Hoje atualmente consta com quantos adolescentes?

Ana: Aqui a gente tá com sete, mas a nossa capacidade é 16. Então aí é seria isso ela, foi um projeto da igreja que se tornou uma OSC e agora é OSC né, organização da sociedade civil.

Tatiana: Sim, e quantos funcionários além de vocês que são a equipe técnica?

Ana: Nós somos em nove. Nove hoje. Nove funcionários, é uma psicóloga, uma assistência social quatro educadores, cozinheira, coordenador e administrativo. Uma cozinheira e um coordenador é administrativo e um auxiliar administrativo, e um auxiliar administrativo é equipe mínima como rege a norma. 20 adolescentes um cuidador.

Tatiana: Uhum

Ana: Aí na verdade a cada 20 acolhidos é uma equipe, para cada 20 acolhidos. Se a gente tivesse mais que 20 nós seria teríamos que duplicar, dobrar o a quantidade.

Tatiana: Vocês sabem quando surgiu aqui essa Campo Mourão?

Ana: foi em 93

Tatiana: Hum ah faz tempo e com quem? Algum nome da igreja?

Ana: É o Pastor Lúcio.

Tatiana: Pastor Lúcio

Ana: O Pastor Lúcio ele tinha o Lar Ágape, aí quando acabou o lar Ágape foi fundado os dois os lares. Deixou de ser lar Ágape e passou a existir o Lar Miran e Mão Cooperadora, e o Pastor Rubens que é o coordenador aqui. Ele era educador, seminarista no lar Ágape e ele continuou. Aí ele começou a princípio como educador né, monitor que começou como seminarista mesmo não mas ele ficou um tempo de monitor aí depois que ele se tornou coordenador do Lar Ágape no caso. Que era o Reverendo Richa de que cuidava só que ele era mais no formato de orfanato mesmo né sim aí aqui já começou aqui daí foi bem nessa

mudança mesmo do Estatuto da Criança e do Adolescente né, Constituição Magna, daí quando muda esse formato do serviço mudou os serviços também daí passa a ser outros abrigos, e aí por isso que foi um acordo interno dividiram com o Lar Mirian e aqui .

Tatiana: Ah legal, bacana meninas era mais isso mesmo que eu estava procurando de informações que tipo (parte suprimida da gravação).

Transcrição Conversa Lar Jacira – (Mantenedora do Lar Jacira)

Jacira: ela tá fazendo e daí ela estava fazendo uma pesquisa sobre os lares também o meu que você achou mais fácil e ela estudava em Maringá olha só ele veio fazer aqui em Campo Mourão e daí veio falar sobre adoção era uma um estudo acadêmico o que você acho melhor, que eu achei que era assim que era que não tinha que fazer tanta pesquisa porque era uma coisa mais simples.

Tatiana: Gente do céu eu tô apanhando com o tema.

Jacira: Ah ela estava te entrevistando adoção tem dois lados tem uma bom e tem lado negativo o lado bom é simples de você assimilar é que você vai ver uma condição de vida melhor você vai ter condição de estudar de ser alguém na vida desse sobressair e crescer como pessoa que a pessoa que adota uma criança porque já tem o poder aquisitivo melhor né do que a utilização das suas raízes né eu digo agora vamos virar moeda o outro lado o lado da moeda você vai ser um filho. Ou você vai ser um número dentro da casa ou você foi adotado porque eles queriam um filho ou porque eles queriam um criado mais tarde. Que tipo de adoção e que tipo de sentimentos as pessoas têm.

Tatiana: Nossa que profundo, sim excelente!

Jacira: Porque é muito melhor às vezes repartir um grão de feijão com amor do que você vivendo uma mansão de ouro e não ser considerado pelo amor de ninguém ser mais ter tudo e não tem nada então ele é um bichinho estranho porque eu trabalhei em hospital e a gente via muito isso né casais que os filhos mas já eram grandes, e naquela época você para comprar roupas de bebê não tinha você tinha que mandar fazer porque aquela época era muito difícil comprar roupa feita roupa pronta. Hoje você vai escolhe você compra já. Naquela época nem tecidos quase tinha, tinha que ir nas casas de tecido e mandava fazer e roupa de bebê também não tinha roupa de bebê. Então daí quando essas Mulheres foram tendo um poder aquisitivo melhor do que os filhos tão grandes então nossa eu queria comprar aquele aquele bebezinho, aquele bebê, aquele bercinho, aquelas roupinhas chique sabe sim, aquelas bolsinhas aquelas sacolinhas.

Jacira: Teve muitas mulheres que adotaram o filho nessa época e eu tive o prazer de cuidar de uma criança que foi adotada. Uma mãe assim ela chegou no hospital com o neném com 6 dias desde já achou que era uma boneca né que aquela bonequinha não comia né, É sério vou pegar a veia daquela criança deu que ver porque não tinha mais, estava sabe assim a linguinha sequinha já que ela tava porque não sabia dar mamar sabe totalmente, vamos pegar

a veia do bebê quem diz de conseguir pegar. Daí chegou os filhos dela né dois um casal mas adulto já eu falei: “Nossa mas são seus filhos”, e ela respondeu: “Essa é minha filha”, eu digo: “terceiro né”, ela disse: “não filha essa aí, esse é filho de criação”. Gente porque eu não uso esse termo (filho de criação) aqui na minha casa é que são todos os meus filhos.

Tatiana: O dia que eu conversei com a senhora pelo telefone a senhora falou isso mesmo são meus filhos vem passar o Natal comigo.

Jacira: Então aqui foi para mim foi o maior choque que eu senti eu digo são filho de que é de criação, eu digo é de porco é de cachorro, eu digo porque quando eu morava na roça que a minha mãe disse ela vai tratar das criação na agenda da comida para o povo com a vaca. Aí não aguentei sem falar porque uma coisa que é muito chocante você vê uma pessoa adotar uma criança para embelezar igual boneca e não você acha que aquela criança não tem sentimento, mas se criar a vida inteira ouvindo essa palavra de criação. Pois ela é chula né.

Tatiana: Nossa que pesado, e aí o que que ela disse?

Jacira: Eu disse amor tão grande no seu filho que você não tem noção, gente é um filho seu é seu filho, ninguém é obrigado a ter uma atitude dessa, mas já que você teve então você tem que aceitar no teu filho é teu filho

Tatiana:Nossa que impactante

Jacira: E como tem minha filha, hoje nem tanto porque as pessoas já são mais esclarecidas às vezes nem sente amor. (Ruídos externos)

Jacira: Ah é aqui mesmo, Deus te abençoe

Tatiana: Oi tudo bem? (cumprimento ao filho da Jacira)

Jacira: Com a mãe dele né, da idade física, amanhã a vó vai buscar passa o dia todo comigo. Eu não preciso servir porque até, amanhã eu tô morta (referindo-se ao assunto com seu filho). Essas crianças e agora são diferentes né nossa Ligar para todo mundo aí mora um perto para cima ali da tancredo ali perto do Copacabana, para cima então na rodovia que ele mora no prédio também ali no sol vermelho, sim acho que é lá mesmo então é um prédio em baixo eles alugam.

Tatiana: Então assim se eu não for te atrapalhar eu quero ser o mais breve porque eu sei que a senhora tem um monte de coisa para fazer. Eu posso gravar as nossas as nossas falas? São utilizadas apenas para fim acadêmico tá então assim são para constituir um artigo que isso tudo der certo eu quero publicar relatando sobre o processo dos lares na formação do povo brasileiro por meio das leis que surgiram lei de adoção está tudo da Criança e do Adolescente Constituição Federal então assim eu gostaria de fazer tudo um processo histórico jurídico também e poder trazer esses relatos de pessoas como a senhora que acolhe né

crianças acolhem adolescentes em situações de vulnerabilidade a maior parte né. Gostaria se puder contasse como iniciou o seu trabalho de acolhimento.;

Jacira: Assim olha filha isso,foi quando eu comecei a trabalhar no hospital aquela época hospital Policlínica, na Policlínica Doutora Serafim, enfermeira olha só depois que eu já trabalhava foi que eu fiz o curso nessa época nessa época você fazia você aprender a trabalhar com o próprio dono do hospital, tua avó deve lembrar do Dr Garcia 40 anos foi embora daqui, então ele que era o antigo dono da Policlínica, daí vendeu para o Dr Mário e daí a doutora Rosália veio, a primeira pediatra de Campo Mourão. Doutor Serafin veio daí que foi fundado o Sindicato do Trabalhador que ele tinha sindicato aquela época. Daí vem aquele povo, aquelas mulheres da roça, aquele velho monte de filho em casa. E daí porque tinha sindicato de hospital era credenciado pelo sindicato minha filha aquelas mulheres e um parindo cansando de fazer parto de mulher que ganhava os neném dentro das próprias calças assim dentro de Kombi, material dentro e aí ia fazer o partos na estrada que elas vem até numa altura e daí pariu. Fiz o parto de uma mulher que tem 22 filhos.

Tatiana: minha avó teve 11.

Jacira: Teve 22 filhos mas quando ele veio para minha casa ele veio com 40 dias hoje eu pago um colégio particular para aprender numa escola pública ele não aprende ele alimentou proporciona até cinco anos. Ele não falava porque ele tinha uma flacidez muscular até hoje ele tem, daí até e tinha uma fissura palatina ele não podia engolir pela boca até fazer essa cirurgia por causa daquela flacidez e do tamanho dele ele tinha que operar bem fechar depois de maiorzinha né da alimentar por som quando ele tinha bronquite quando atacava o bronquite você tinha que fazer um tampão aqui em volta da sonda porque isso aí é tudo alimento com buraco meu ele dormia ele refluxo vai ele dormir assim eu passava uma faixa aqui assim eu fazia que nem o saquinho sabe fazer um saquinho com ele dentro de alcinha e já tava lá em cima no berço e como ele era todo molinha cabeça dele caía aqui ele ficava meio cansada né porque não respirava. Daí eu arrumava um travesseirinho assim sabe só que e quando devia doce só que assim sabe daí para poder firmar a cabeça ele foi abandonado ele não foi abandonado que a família não tem o que aconteceu não tem condições de cuidar dele hoje ele fala ele fez a cirurgia dela a doutora Carla quer ter foi o primeiro paciente da Doutora Carla comprou um uma cadeirinha da Barbie para poder dar atendimento porque tudo quanto era lugar ficava Grande para ele ficar bem acomodadinho e hoje ele faz tratamento para crescer. Ainda estuda, onde ele estuda na escola conexão

Tatiana: Que legal conseguiu lá pra ele.

Jacira: Eu consegui pagando né, um desconto né e porque ele não aprende porque ele tem uma deficiência auditiva grave deu a perda de ouvido de 80%,

Grande, então ele usa aparelho ele tem dificuldade para falar. E daí se ele senta no canto aqui também não confunde o barulho né ele tem que sentar na frente na segunda, cadeira não pode ser muito na frente também por causa de é aquele bem discreto. Ele tem aquele bagulho que da nos dentes dele, nasceu assim daí usava aparelho nos dentes aquele aparelho que abre assim então e o aparelho no ouvido os meninos mexeu muito com ele por causa disso e ele falava mal e veio ficar nervoso daí depois da Conexão, não é fácil porque isso quer dizer, porque é caro, você tem que pagar uma van porque nem sempre eu tenho tempo de levar. A senhora que dirige e busca todos está em Rondonópolis, ela vem embora para cá porque a mãe dela mora comigo é viúva mora com nós aqui também é uma das suas três irmãs que trabalham juntos, nós três velhas aqui dentro de casa. A prova de que não precisa de um homem, daí ela mora naquela parte.

Tatiana: Aí é tudo de você? tudo isso é uma casa? é tudo seu é de vocês três, das três irmãs? Tem a senhora que tem quantos anos?

Jacira: Eu tenho 78

Tatiana: Eu posso escrever seu nome completo seja como que é seu nome? Tem 78, aí tem a sua irmã de 82 anos e a outra irmã.

Jacira: Derrame que ela teve no olho (referindo-se a irmã)

Tatiana: Essa sempre estive com a senhora, nunca casou?

Jacira: Toda a vida nós nunca nos separamos.

Tatiana: A senhora também nunca casou?

Jacira: Eu casei, eu fui casada só pelo religioso aquela época que para casar no civil tinha 22 anos né quando eu fiz 22 anos já era viúva.

Tatiana: Nossa e a senhora casou com quantos anos?

Jacira: eu casei com 17, e com 22 era viúva.

Tatiana: E teve filhos com filhos a partir de quando?

Jacira: Isso aí eu nem comento essa parte da minha vida.

Tatiana: Ai desculpa

Jacira: Por causa das minhas crianças, então porque daí eu tenho crianças que que tenho adotivos mas que eles nem sabem que são.

Tatiana: Nossa eu tô admirada com a senhora é sério. Que trabalho encantador nossa que trabalho assim admirável. Eu queria saber assim então surgiu em 1969? A senhora foi acolhendo aqui?

Jacira: Quando eu comecei a trabalhar no hospital daí as famílias vinham né em 71/72 por aí ele que daí aquelas crianças viu desidratada que você chegar no Hospital você tinha que secar uma veia para poder pegar continua se não conseguir você pegava assim ficar parado por você não tinha mais água no corpo o olho tava parado assim sabe daí você colocando algo bem destilada para poder ajudar. Aí vendo essas situações, que a senhora nessa situação, as mães a maioria eram analfabeta daí o médico passava a receita elas levavam aquela criança de alta, acampavam, que a maior parte era filho de filho de bóia fria que aquela época não tinha máquinas, é trabalho braçal elas acampavam nas roça né e péssimas condição no rancho com aquelas crianças. Daí eles não tinham acesso a vacina nenhuma daí dava pneumonia daí, fora daí dava bronquite tudo dava. Nossa o tanto de criança que tinha época que você não sabia tudo, que acostumei ficar um tempão aqui do lado tudo por não ter cuidados e depois que veio a vacina daí é hoje dá mas é muito difícil dar uma doença dessa paradas infantis. Nossa mas era tudo isso então aquelas crianças virem quando as mães falavam: “Ah meu filho deu Sarampo”, aquele sarampo preto sério um pouco preto que elas diziam era aquele Sarampo que dava, não pneumonia, era derrame pleural. Daí as crianças vomitavam o sangue, nem existe mais isso né, mas antigamente ele fazia chegar você já fazia o raio-x e já funcionava. Gente do céu, muita coisa muita coisa hoje eu vejo a gente vai no hospital eles não fazem mais esse tipo de atendimento para passar uma uma sonda numa criança a maioria das pessoas que trabalha no Hospital não sabe, médico, daí médico também tem uns que também não sabe nunca teve contato. A gente trabalhava porque o Doutor Garcia no sábado de fazer a reunião da parte da manhã e à tarde todos os sábados ele fazia essa reunião e passar esse tipo de conhecimento para gente formação mesmo era uma formação é porque você entrava no hospital você não sabia o que que a maioria sabe ler. O que que existia para você fazer um curso, você tinha que ir para o Rio, São Paulo, já em Curitiba existe sim mas a maioria das pessoas que trabalhavam né, então você tinha que aprender e a gente aprende era ali era por estágio como seria hoje ,o estágio ali vocês faziam o intensivo. Só por Deus pro hospital, quantas emergências chegaram e você tinha que não podia te chamar. Não claro que não entubar paciente intubava ajudava entubar hoje só anestesista é meio era muito diferente mesmo muita coisa alterou. E aí a partir daí foram surgindo as crianças aí essas mulheres internavam assim e voltaram para nós outras moravam distante que nem Altamira para vir de lá aqui quantos quilômetros era Barro tinha que sabe aquelas correntes você não conheceu corrente de carro assim no sítio. No sítio tinha que por aqui o patrão trazia essa criança internava daí o dia que ele voltava na fazenda ele levava essa criança, 23 meses de alta esperando o patrimônio em São Paulo vim buscar e ficavam ali no hospital. No hospital fazia

uma cirurgia mas a mãe vinha visitar uma duas vezes porque não tinha condição, às vezes quando demorava aparecer aquela mãe que a gente já tinha medo que ela tinha abandonado o filho podia pegar no endereço e ia atrás. Uma vez eu lembro que eu fui atrás dele isso já trabalhava com o Dr Serafin, aquela criança internou com meningite, essa mãe deixou e foi embora e ficou um mês e essa mulher não apareceu ninguém para ver essa criança e era como isso mesmo daí eu peguei o endereço do terceiro tem que achar essa mulher porque ela deve ter abandonado essa criança. A menininha já tava boazinha tudo né, daí eu peguei o endereço no Domingo e fui atrás encontrei ela nas biboca que tinha empanar, cheguei no Ranchinho daí conversei com a vizinha perguntei a dona daqui, “Ah ela tá na roça”, eu digo porque ela tem, “Ah ela me falou mesmo mas você acha ela só 10 horas da noite, ela chega 10 horas e sai quatro horas da manhã.

Tatiana: Nossa!

Jacira: Ela e os menininhos dela né que tava com menininha não eu ela me falou mesmo porque ele é sozinho o marido dela é acamado deu derrame ele não levanta não fala ele fica ele tá fechado, um homem novo mas bem tava, bem desvia ela que trabalha para sustentar, ela vai todo dia para roça né eu voltei daí quando foi 10 horas eu fui pedir para o senhor da minha igreja da gente foi lá gente mas pensa a miséria você vê 10 horas ela chegou. Ela tinha duas fogueiras lá no quintal uma para esquentar água para o banho que não tinha banheiro e outra para cozinhar o feijão fogueira para jantar e fazer o almoço para levar para roça que hora que essa mulher dormia gente, a gente tava criticando ela, por ela não ir visitar o filho que tava doente, mas ela não tinha amigos, eu não vou porque eu sei que ela tá bem cuidado, e se eu for eu perco o dia de serviço e meu patrão, e ela precisava alimentar.

Tatiana: Que história.

Jacira: Então nem tudo que acontece com a vida das pessoas é por maldade sim é por necessidade então, e esse é o meu trabalho daí eu dediquei a minha vida quase toda cuidado esse tipo de criança né, as mães deixavam quando estava brava a situação e quando estava bonzinho e ia embora assim.

Tatiana: Aí a senhora trazia para sua casa?

Jacira: Aqui elas me autorizavam trazem depois elas mesmo traziam os filhos aqui. Depois o juiz ficou sabendo ele pegava as crianças e trazia para mim, com a guarda.

Tatiana: Então isso que eu queria saber como que funciona essa questão com o juiz?

Jacira: O juiz trazia as crianças, eu pego a guarda, você o pega te dá a guarda provisória até essa criança ficar bem daí melhora aí vai embora aí ele coloca na

finalização não né agora não porque não tem mais esse tipo de clima antigamente. Eu tinha às vezes três quatro recém-nascido que eu ficava com eles, para ver se era doente para fazer os exames que a família que vai adotar normalmente pede né e daí ele pedia eu ficava com aquela criança até que a mãe viesse para adotar, para conhecer.

Tatiana: E essa parceria com o juiz acontece desde que ano mais ou menos?

Jacira: Ah minha filha faz muito tempo. Eu trabalhava no hospital já e eu deixei de trabalhar eu já tinha 32 anos eu tinha direito em 28 anos porque eu trabalhei a maior parte à noite então trabalhava à noite daí eu chegava em casa eu limpava toda a casa e minha irmã ia dando banho nas crianças e eu já ia limpando o chão e jogando a roupa lá para o fundo quando. Eu saía para fora, lavava roupa aqueles tempo era fralda só na mão né é de pano, as fraldas descartável se tivesse também a gente não tinha acesso, então usava fralda de pano. Daí eu lavava toda a roupa, deixava estendido daí eu tomava meu banho daí ia deitar e daí quando eu estava estudando para fazer auxiliar dele dá para fazer a faculdade a minha o meu curso técnico de enfermagem porque eu queria me aposentar na categoria né se eu não quisesse eu ir eu ia trabalhar a vida inteira e não ia com a maioria daquela época não se aposentou não quis fazer o curso né que daí a gente tentou até trazer o sindicato da enfermagem para cá porque não tinha também. Daí até que a gente conseguiu trazer, e daí eu estudava em eu deitava daí dormi um pouco levantava fazendo dever de escola eu tô assim choque e eu costume também daqui do pessoal daqui tudo você que faz.

Tatiana: E sempre tinha alguém que lhe ajudava?

Jacira: No começo eu não tinha, é muito difícil porque eu eu trabalhava e vivia com meu salário. Eu recebo um benefício que é do meu pai tanto eu como a minha irmã meu pai era militar ai como nunca usou no civil eu tinha direito. Tinha direito olha só até hoje daí foi começar defasar aquele salário foi chegou uma época que não dava nada sabe nem um dia conversando no banco daí eu comprei uma casa precisava reformar a casa fazer buraco daí eu troquei que era melhor que eu morava casa de madeira. Daí tá, eu tinha uma criancinha tudo pequenininho e daí um dia eu falei qualquer coisa Isabel com Isabel já aposentou nem sei onde ela mora mais só lembra que a Isabel para tomar conta da minha conta do banco, eu conversei com ela e falei né que o salário foi defasando entendi daí eu falei ela disse mas eu vou eu vou telefonar lá. Então eu tinha um menino que era bastante doentes às vezes tomava um leite caro eu não recebia Leite porque essa Alvinho não dava leite que agora dá remédio também eles não davam tinha que comprar e veio pegar comprar uma farmácia pagava quero pagava no outro e assim foi minha vida toda foi assim. Daí quando a Isabel ligou para o Rio Grande do Sul e conseguiu daí um dia eu fui pagar minha luz pegar

meu extrato ele monta de dinheiro eu falei tem coisa errada aqui Isabel esse dinheiro não é meu elas, dá notícia o dinheiro seu veio e foi regularizado você vai ganhar tanto com a mesma coisa, nossa Deus é bom né! Ah mas eu cheguei filha mas eu reformei aquela casa eu já levei um fogão novo para mim ali mesmo poderosa [Risadas].

Tatiana: Então a senhora aí a senhora aposentou minha aposentadoria é uma mixaria é o salário mínimo é um pouco mais do salário mínimo, ano ai 2012. Ah não faz muito tempo não. E a senhora Trabalhou até 2012?

Jacira: Me aposentei lá no Policlínica e trabalhei no Bom Jesus esses dois no hospital eu trabalhei 32 anos, eu trabalhei no Bom Jesus até quando ele fechou e daí ficou só como consultório né deixou a parte hospitalar.

Tatiana: E quando a senhora veio para essa casa?

Jacira: Não tinha espaço eu queria espaço para, as crianças, a minha vizinha falou ah minha filha está vendendo a casa porque vai embora vai embora para você ver onde que ela ia e a filha vai ficar na casa tá dividindo a casa que a casa é grande com as duas sim e vai embora não quer trocar porque a minha casa ela tinha duas partes por uma porta no meio tá dividindo pronto uma bancada. Já pensou louca dispensa vamos fazer jogada daí eu vim conhecer a casa dela daí vim aqui mas tudo essa parte aqui te abandonou de gosto de uma é uma área de serviço que tinha uma caixa d'água ali vazando água era uma lama que tudo liberado porque essa casa aqui ela é tijolo, sentado então é forte assim que é bom, a altura dela ele é o forro dela é lá em cima eu baixei um tanto assim um pouco. Daí foi conversei com a dona da casa só dividir não precisa desmanchar a parede e tá pronto e ali eu já tinha reformado daí a minha irmã veio fez essa faxina. O Cristóvão disse vamos fazer uma campanha daí você conserta a casa, vamos fazer esse negócio foi quando 2001 aqui já faz 22 anos e o Dr Rui, sei que foi bastante gente ajudou daí eu troquei a minha casa lá pela casa elas aceitaram e a reforma eu ganhei.

Tatiana: Deve ter ficado feliz!

Jacira: Nossa senhora, muito tempo né aí eles fizeram tudo essa parte aqui de

baixo hum daí ficou a lavanderia lá embaixo, e um quartinho de despejo e eu fiquei aqui daí quando as crianças foram crescendo eu precisava de tipo colocar cama nos quartos sim e era berçário dos alunos da mulher do doutor do seu Nelson Teodoro a, Sônia peça ela então daí ela tava dando um curso e tinha essa tarefa dos alunos o projeto de cama e eles me reformar. A gente tem um quarto de casal agora as meninas que se criaram comigo porque já são casadas quando ganha neném fica aqui experiência que não importa aqui é o quê aqui é um quarto das meninas também né. Tudo isso não dá para comprar tão bonito

vocês fizeram mesmo nossa que a gente vai ter no banheiro Rosa para guardar o inverno verão né aquela nossa cozinheira sim tudo bem tudo bem perdido. É aqui que eu faço minhas então é uma vida dedicada doação os quartos são cinco quartos então mais ou menos olha aqui tem até para pincel porque teve essa que eu tinha nem bom que estudava no colégio sair no microondas.

Tatiana: Quantas pessoas trabalham aqui funcionários?

Jacira: Quem servia o que uma cozinheira, a moça ali que lava roupa e ajudando a faxina aqui dentro, e uma atendente das crianças, uma babá e elas trabalham com horário. Cada uma tem horário diferente que a letra sete acompanhando neném no hospital daí a gente tá fazendo o horário dela. Ela entra 5 horas e sai 10 ah essa da noite.

Tatiana: É coisa heim!! Atualmente a senhora tá com quantos filhos?

Jacira: Aqui todos são especiais esse não é tão especial é esse que eu falo que vai lá no Conexão

Tatiana: A senhora recebe algum auxílio de instituição ou empresa?

Jacira: Colacril ela me passa R\$500,00 por mês para medicação que eu tenho que comprar, é lógico que eu gasto mais né, já faz mais de um ano que ajudam, é aqui pertinho né. A Cristófolis ela me repassa um salário mínimo todo todo mês R\$1.212,00, e faz tempo. Faz muitos anos mais ou menos uns 10 anos não é bem mais, já vai fazer quase 15 anos. Eu só pago décimo terceiro e férias porque esse aí de todas elas sempre paga né.

Tatiana: Porque a senhora tem um CNPJ de empresa?

Jacira: Não é registro não tem nada nada eu nunca quis fazer porque eu como aqui a minha filha que são casadas já se criar aqui comigo e são casadas vem me visitar vem aqui na minha casa também elas ganham neném, e como que eu vou dizer não eu não posso atender vocês porque eu tenho CNPJ e ao governo que me paga eu não posso ter nenhum da minha família aqui, entende é complicado. Então eu nunca quis fazer isso porque, você não manda mais na tua casa ia poder trocar de carro você gente eu pegar aquele menino que tá no sofá eu o carreguei quatro anos nas costas daqui lá no Caíque do outro lado da cidade porque eu não podia gastar com circular eu não tinha carro, eu fui eu fui nas costas

Tatiana:Tô chocada.

Jacira: Já vejo que eu levava dois fazer fisioterapia daí tinha um quer um professor aqui ele era de educação física trabalhado Dom Bosco eu tava no ponto circular só que daí eu não aguentava entrar na circular com os dois junto nas costas e outro na cama daí ele pegava empurrava na bunda [Risadas]. É verdade tudo isso aí eu já fiz na minha vida do céu.

Tatiana: Nossa eu tô sem palavras, encantada com a sua história de vida e o seu Trabalho.

Jacira: Tudo isso eu já passei então você vê, eu vou registrar minha casa, é lógico que eu gostaria de ganhar mais, pois eu vou ter mais sossego porque eu não vou ter que estar dividindo os Tostão, e nem reformando roupa usada muitas vezes que é isso que eu faço desmanchando toalha de banho que as pessoas me dão para fazer luva para dar banho nas crianças. Eu faço isso, paninho para dar banho porque você tem que ter um paninho macio eu não posso comprar novo porque é uma coisa que pode ser usado eu ganho eu desmancho tudo e faço. Olha eu tô assim então é o Laís me ajuda. Recebo ajuda com doação de na Páscoa, no dia da criança, Natal, presente com as crianças todo ano eles me trazem Dia das Crianças, o presente deles é garantido, Natal também entendi a doutora Tânia, Doutor Ederson, nossa é sua abençoada para mim verdade e tem mais alguém que às vezes auxilia de alguma forma ou desconto com o mercado algo assim eu recebo doação esporádica né fazer uma pessoa chega me dar duzentão, ou então em mercadoria e cesta básica que às vezes deixa. Ai graças a Deus a Maçonaria de Maringá também tem pessoas que me ajuda

Maringá fixo ou não é fixo mas quando eu preciso de fralda de tem meses que eles me mandam todo mesmo um pouquinho né Mas depende muito da direção do clube né.

Tatiana: Entendi então eles trocam por ano se encanta por outro tipo de trabalho né?

Jacira: Sim que eu faço assim a pessoa me doou todo mês graças a Deus se ele parou de me dar uma doação eu não vou atrás porque eu sei que alguma coisa aconteceu com a vida dele [Música] ou ele achou outra pessoa que precisa mais do que eu então a gente tem que ter educação para respeitar a vontade do próximo e ele tem que dar aquilo que o coração dele pede ele deixou de doar porque às vezes aconteceu alguma coisa na vida dele que ele não tá tendo dinheiro não tá tendo condição. Porque eu acho um horror muitas instituição que fico fazendo as pessoas engolir mas a pessoa não tem condição e eles ficam insistindo e telefonando gente se ele não foi é porque ele não tá tendo ou porque ele achou outro mais necessitado. Graças a Deus que ele me trouxe até o tempo né foi providência então porque se você faz um trabalho que você se dedica ele nunca vai faltar quem te ajuda. Eu já tive época que eu não tinha o leite e eu tinha uma criança que usava o leite em casa eu cheguei em casa do serviço a minha irmã falou olha o último leite eu dei para eles agora cedo e eu tinha cinco na mamadeira eu tinha que dar conta do leite né lavei toda a minha roupa pensando na onda de roupa o dinheiro eu não tinha .Já devia, já tinha pegado vale no hospital um monte daí eu vou ver se você conseguir em algum mercado uma farmácia que me venda no final do mês. Eu tinha atendido uma criança há muito tempo atrás que é uma pessoa bem de situação tinha

vindo passar uns dias em aqui na nas Cataratas iriam conhecer e a menina pegou uma infecção daí ficou doente e a mulher não quis internar no hospital tempo suficiente, então ela queria uma enfermeira para acompanhar o tratamento da menina lá durante o dia para hidratar para ele poder viajar. No outro dia a doutora Rosário que foi quem atendeu a criança, mandou eu acompanhar o paciente daí eu fiquei mas sei lá né daí que era o meu plantão no hospital com a paciente né com a menina daí quando foi de manhã, os pais queriam me pagar eu digo não eu já ganho para fazer esse trabalho, se o senhor deve alguma coisa o senhor tem que pagar para minha patroa eu recebo por mês, e esse foi o meu plantão. Então eu recebi meu plantão daí eu vim embora, quando eu cheguei que eu já cheguei atrasada as crianças estavam tudo na porta me esperando mãe você atrasou, sabe tudo o horário que eu chegava né daí eu contei não a mãe tava atendendo o neném por isso que atrasou. Eles vieram me trazer em casa né daí passou um tempão e ele me perguntou das crianças que eu tivesse tanto né uns 11 daí eu comentei com ele né digo não são crianças que eu cuido né daí eu fui embora nunca mais os vi. Quando foi um dia esse dia eu tava no ponto circular pegando circular pensando muito que eu vou buscar esse leite que eu já devo tanto né mas vou ter que dar conta, vou ter que achar o leite né comprar em algum lugar. Daí passou gritando ô dona você não sabe que mora uma enfermeira por nome Jacira, aqui para baixo, é que eu tô com duas caixas de leite aí que eu trouxe para as crianças dela e eu não tô achando a casa dela. Olha só se você faz uma coisa por amor as coisas acontecem, eu nunca passei necessidade assim de dizer hoje eu não sei o que pôr no prato com as crianças, nunca, nunca, graças a Deus.

Tatiana: Que bom! E no período da pandemia como foi esse processo?

Jacira: Nossa e na pandemia, ainda bem que teve uma alma bondosa que me ajudou porque senão não ia ser fácil bastante questão financeira ou a questão de medo durante 10 meses que para mim foi difícil. Ele me ajudava com uma quantia para armazém, para mim nossa, a senhora compre em determinado supermercado Bom eu faço assim no mais barato você não tem como mas a maior parte eu

compro no Carreira que sempre vai fazer um desconto.

Tatiana: Ai que bom Jacira, mas hoje o que mantém seria então, a colaboração da Colacril, Cristófolis, a sua aposentadoria e a das suas irmãs?

Jacira: Lions ajuda quando podem, eles me trazem sabonete, produtos de higiene pras meninas, pasta de dente de limpeza também agora nessa pandemia

minha filha o que a gente gastou de álcool e de Qboa, meu Deus do céu.

Tatiana: Teve alguém que se contaminou aqui?

Jacira: Não não, só que minha funcionaria que teve mas agora já no final que ela fez, porque a gente tem um pedacinho de terra que eu consegui, assim era dos parentes nossos, herança. Mas sabe aquelas herança que é tão pouco você nem se incomoda de mexer com saudade de despesa e daí foi ficando foi ficando ficando aí quando foi agora faz o que os quatro anos que eu tive que assinar que ficaria porque eles iam embora e ia ficar torto ia perder né daí eu comprei o pavio direito que eles tinham da parte de benefício. Quando começou a pandemia o Doutor Rui falou Jacira o mais certo é ir pro sítio, pois visita toda hora todo dia as pessoas e daí como que tem graça uma pessoa chega na tua casa e dizer assim pode entrar e com as crianças eles não têm residência, se o vírus entrar aqui dentro não vai sobrar ninguém, porque o que não é velho é doente [Risos]

Mas é verdade, lá no lar dos velhos que morreu né.

Tatiana: Quem que é esse Doutor Rui?

Jacira: É um advogado.

Tatiana: Ele auxilia a senhora sempre ?

Jacira: É coisa que eu preciso, porque tem coisa que você recebe você não sabe o que que é né negócio de ler minha filha você é muito mamadeira. Sempre recebe que as crianças ficam comigo mas sempre tem aquelas orientação, graças a Deus ele nunca me cobrou. Ele a Ivone para mim. E aí na pandemia ele falou assim por que que você não vai para o sítio daí o que eu fiz, eu fui com as crianças porque acho que uns dois meses lá mas é muito sofrido que a casa é menor, não é adaptada, então os quartos já são menor né a gente ficou dois meses lá porque a gente achou que passava em dois meses a pandemia né.

Tatiana: Acho que muita gente pensou.

Jacira: Quanta gente viu que a coisa não tinha acabado que não ia acabar mais Ah vamos embora para casa e vê as pessoas também já estavam mais consciente não visitar né já é verdade é porque no começo eles não tinham consiste o povo morrer mesmo.

Tatiana: Nesse período a senhora continuou com os funcionários?

Jacira: Sim, aquele banheiro lá embaixo tomava um banho sem higienizavam para depois subir para poder entrar com máscara sempre com todos no dia que nenhum problema

Tatiana: Só pra eu registrar aqui, quantos filhos a senhora tem se a senhora puder falar?

Jacira: Eu tenho aqueles que vem me visitar tem, aqueles que já são distante que já foram embora tem aqueles que eu recuperei e foram embora para casa dos pais e vez em quando aparece. Um dia já tava limpando a calçada ali chegou um senhorzinho magrinho bateu ali eu fui atender ele Dona Jacira, quando eu olhei falei ele me conhece, “Ô mãe”, fazia

20 tantos anos que eu não vi ele, daí ele é diferente judiado pela vida né eles amor ele nem Tocantins mais de 50 então mais ou menos que passou pela minha casa foi muito mais muito mais muito. Agora que ficou morando muito mais tempo comigo, esses são casados e a gente não perdeu o Victor, eu posso colocar mais de 100 pessoas passaram bem.

Tatiana: Mais de 100 passaram, e todos a senhora considera como filhos.

Jacira: É os que ficaram mais tempo porque eu o meu objetivo nunca foi tirar filho de ninguém o meu objetivo era dar condição que vamos pegar os tiros de volta e poder criar sim porque mesmo aqueles que ficaram comigo eu nunca deixei de levar eles passear na casa do pai da mãe nas férias de visita que ele ia ser meu menino as férias agora de Dezembro ele passou o Natal comigo e foi para lá e ficou com a sua primeiro de ano ele conhece os pais os pais dele visitar

eles também já fazem parte da minha família daí ele vem almoço comigo, passamos o dia. Olha que negócio é uma família bem pobrezinha. Mas sabe aquela pessoa trabalhadora que nunca venceu na vida são eles sabem trabalhar na roça mandioca agora com esse negócio de máquinas tem quase não tem serviço né mas são analfabetos tanto ao pai com a mãe então meu menino agora nas férias né ele lê-se mais não lê mal porque também tem dificuldade né daí ele foi Mãe a senhora já pensou mãe a minha mãe foi no médico me pegou um remédio e daí não sabia nem como que ia tomar ela não sabe ler mãe e nem meu pai também o meu pai e minha mãe não sabe ler por isso filho que você tem que estudar porque um dia você vai ter que cuidar do seu pai da sua mãe. Ele diz daí minha mãe teve lá no vizinho para ficar vizinho ler a receita, já pensou mas não sabe ler. Então os pais sabem que aqui é o melhor lugar para ele é que com as dificuldades. Daí eu passo isso para os meus filhos a gente tem que viver conforme o que a gente pode Graças a Deus que tem.

Tatiana: Sim

Jacira: Ensino que você tem que viver conforme você ganha porque você nunca vai ser feliz na vida, porque sempre que o outro tem que você valoriza nunca valoriza aquilo que Deus te deu, sim tudo que vem de Deus vem de graça e o que vem do mundo é caro e que destrói.

Tatiana: Sábias palavras, verdade.

Jacira: Porque tudo que ele vem de Deus é de graça sim, só que a pessoa valoriza só aquilo que custa dinheiro antes dele ver a qualidade ele já quer saber do preço se ele vai encontrar ele fala nossa que bonita.

Tatiana: Eu sou o contrário sabe como que eu falo eu falo, nossa eu paguei super barato eu, só penso que eu tenho prazer em pagar barato nas coisas.

Jacira: Teve um dos meus meninos no primeiro casamento dele ele casou-se com uma bailarina eu cansei de falar para ele se casar não ia não é por causa da profissão dela né porque ela era filha única ela não fazia nada dentro de casa, era só ela de menina e tinha os filhos homem né então a mãe paparicava a filha né aí não sabia fazer nada e isso eu falei para o meu filho, você tem que arrumar uma mulher cresceu, como que você vai ter uma mulher dentro da tua casa que que você tem que ter uma empregada vida inteira a mulher não sabe esquentar uma janta a mulher não sabe fazer um bife não sabe fazer nenhuma batata frita né. Na realidade não é para isso eu digo porque hoje em dia todas faz isso porque mulher tem que saber e o dia que ela tiver um filho Deus vai ter que pagar uma babá e uma cozinheira e uma lavadeira porque quem vai cozinhar e você vai aguentar, eu tinha certeza mas orientou ele encheu o carro de roupa suja e aquela época tinha umas seis meninas tudo solteira em casa, ai coitado chegar com aquela trouxa só o que me faltava gente mas aquilo para mim essa geração, que nem rico porque o rico mesmo ele dentro de casa ele gosta de comer uma comida caseira e a mulher tem que saber fazer alguma coisa que seria isso você parece as baronesa.

Tatiana: Pois é, enfim Dona Jacira desculpa eu tô o seu tempo eu já pulei o horário que eu falei para o senhora é tranquila eu só queria perguntar mais umas coisas a senhora tem fotos de antigamente de como que era a construção da antiga casa ou como que era antes da reforma aqui.

Jacira: Não tem.

Demais parte da gravação foi corrompida.

APÊNDICE D

Transcrição conversa Crizielli

Tatiana: Então tá bom professora iniciei aqui a gravação e eu gostaria se a professora pudesse comentar comigo e como via a adoção Antes de iniciar o Processo, né antes de ir atrás do processo adotivo, de Despertar esse interesse, como a professora conseguia observar a adoção com olhares externos não com um olhar assim de interesse de imediato.

Crizielli: Assim ó de verdade eu sempre só ouvia relatos, eu nunca pensei na adoção então eu nunca tive assim um conhecimento, eu conhecia pessoas que tinham histórias né, aqui mesmo na faculdade que eu trabalho tinha uma outra professora que ela teve também um processo de adoção então assim eu sabia das histórias dela mas eram as histórias até que não como eram pessoas mais velhas não tinha esse trâmite legal que teve o meu né então assim eu só fui ter assim ou pesquisar ou ir atrás e ter um conhecimento sobre o processo adotivo a partir do momento que eu e meu marido tivemos a ideia da adoção, daí sim,

daí eu fui atrás fui ler busquei alguns relatos alguns livros sobre internet né aí eu fui conhecendo, mas antigamente assim também todos os relatos que chegaram a mim não tinham esse processo legal que o meu teve.

Tatiana: Uhum. Então porque eram de histórias mais antigas né, de legislações passadas mesmo né isso. E qual foi assim a motivação inicial do casal em procurar o processo adotivo?

Crizielli: Na realidade é a vontade da adoção foi do meu marido, ele sempre teve essa vontade né e assim logo depois que a gente casou que a gente estava conversando da questão dos filhos de quantos filhos nós teríamos ele concretizou para mim essa vontade e ali na nossa conversa eu aceitei essa ideia

dele né, e ali a gente começou a pensar na estrutura da nossa família a partir da adoção.

Tatiana: Uhum olha só já fiz uma frase bonita com essa aí hein, pensou na estrutura da família por meio da adoção.

Crizielli: Sim porque eu tenho quatro filhos, desses quatro dois são adotivos.

Tatiana: Olha só.

Crizielli: Né, então assim, por isso que eu falei da questão da estrutura da família então assim o que que aconteceu é como nós podíamos ter filhos, nós chegamos a seguinte decisão de que nós teríamos os nossos filhos primeiro para depois entrar com o processo de

adoção. Então qual que era a ideia, a ideia é que a gente sempre teve a ideia de no mínimo duas/dois filhos, então a ideia é a partir dos dois que nós tivéssemos nós entraríamos com o processo de adoção até para saber escolher o sexo então. A ideia era duas meninas, partiu dessa questão dos nossos filhos de completar a família.

Tatiana: Uhum, que bonito eu gostei muito dessa frase pensar na estrutura familiar já contando com a adoção. E aí você teve os dois primeiros então?

Crizielli: Isso daí eu tive dois meninos, isso e daí assim que nós tivemos os dois meninos começamos a pensar no processo de adoção. Até teve um período ali que assim a ideia meio que adormeceu né daí um dia meu marido olhando no jornal lendo o jornal da cidade ele viu que estavam abertas as inscrições pro curso de adoção. E aí a ideia nasceu novamente e daí nós fomos atrás para fazer o curso e aí a partir do curso a gente começou a providenciar documentação para essa adoção e de início como nós tínhamos dois meninos nós íamos adotar uma menina né aí assim lendo sobre nós, nós descobrimos que demorava-se muito o processo de adoção para bebês né porque é muito difícil você ter na fila bebês e meninas, que é o público mais procurado então assim como nós já tínhamos eu já tinha passado pelo processo de gravidez amamentação enfim né, aí nós abrimos para que a criança fosse maior. Na conversa com os meus filhos o meu menino mais velho ele fez o pedido que ele não gostaria de deixar de ser o filho mais velho, então o nosso parâmetro de idade foi a idade dele que era quando nós começamos com o processo ele deveria ter ali eu acredito que nós levamos mais ou menos 3 anos né, então ele estava ali com seus sete para 8 anos mais ou menos né, com sete aninhos ali porque quando o processo de adoção se concretizou ele já estava com 9 anos. Porque daí a minha menina mais velha tinha oito na época, então sempre o limite foi a idade dele. E o caçula daquela época ele não fez questão ele início até ele deu uma relutada ali, mas depois assim ele falou não para mim não me importa eu posso deixar de ser o mais novo o que vir tá bom né. Então daí foi aí ao longo dos anos fomos fazer, fizemos o curso, passamos pelo entregamos toda entrevista, e aí pra documentação tá pronta levou mais menos um ano.

Tatiana: Após o curso isso?

Crizielli: É que foi mais ou menos junto ali nós conseguimos fazer bem rápido ali o levantamento da documentação, não foi muito difícil. E aí depois desse um ano dentro de mais um ano a gente teve o contato da assistente social da psicóloga conosco passando pelas entrevistas, aí concretizou mais um ano e aí nós esperamos mais um ano. Olha sempre com acompanhamento é assim o acompanhamento foi só no início ali pra entrevista, tá aí depois que a gente fez

as entrevistas daí um dia o pessoal do fórum ligou para nós avisando que estava tudo certo e que a partir daquele dia nós estaríamos entrando na fila de adoção. Aí durante o processo na conversa das psicólogas assim eu também já tinha feito essas leituras e elas na época confirmaram para nós que a gente tivesse interesse de nós adotássemos irmãs, seria mais rápido.

Tatiana: Grupo de irmãos.

Crizielli: É seria mais rápido se nós aceitássemos uma irmã e nós acabamos fazendo isso daí a gente mudou o nosso perfil, o nosso perfil e aumentamos daí. Na época como a gente estava na fila ali né daí a gente já foi lá no fórum aumentou a idade da criança, e daí também ampliamos, que nós aceitaríamos irmã de menor idade, irmã mais nova e aí na época acho que a idade da criança estava ali entre 7, 8 anos ali eu não me lembro muito bem assim eu não sou muito boa de datas. Nossa Senhora faz tempo, assim já sim porque ela chegou com oito a minha mais velha está com 15.

Tatiana: É nada

Crizielli: Então assim 9,10, 11, 12, 13, 14, 15 então já são 7 anos.

Tatiana: Nossa colocar aqui. Foi em 2015 então.

Crizielli: Isso é o nosso forte não é conta a data. Eu lembro a data da busca delas foi 11 de outubro.

Tatiana: Tá e depois eu faço as contas aqui.

Crizielli: Isso depois você faz as contas

Tatiana: A legal professora que bacana e ela tinha oito isso?

Crizielli: E a pequenininha tinha três

Tatiana: Oh meu Deus!

Crizielli: Fiquei com um filho de nove, uma de oito, um de acho que ele tava com seis e uma de três.

Tatiana: Eita que agitou essa casa hein!

Crizielli: Sim

Tatiana: Deve ter sido bacana, que legal! Aí teu marido ficou feliz então com certeza ele sempre quis ter uma família grande.

Crizielli: Aí veio duas meninas para ter par, ter par para dançar, dançar certinho.

Tatiana: Que legal! E durante todo esse processo, a professora caracteriza assim foi um período assim conturbado? foi um período tranquilo? foi assim, teve momentos que pensou às vezes em desistir?

Crizielli: Não, olha desistir não, a gente estava muito tranquila e muito firme com a ideia da adoção né assim, nós somos uma família muito religiosa, assim ele era muito religioso. Eu também sou hoje, eu sou viúva, meu marido morreu num acidente há quase 3 anos e meio né então nós é ele era de uma família muito religiosa então assim eu vejo assim eu coloco que todo o processo ele aconteceu dentro do que Deus queria para nós e nós tivemos muitas percepções e muita concretização de coisas que foram acontecendo, que foi demonstrando. Assim um exemplo que eu vou te dar, primeiro contato das psicólogas com a primeira visita ela foi totalmente de surpresa. Então ela ligou para nós e falou eu estou indo na sua casa à tarde visitar, né então se ela não deu muita alternativa de vem amanhã não tinha essa que tiver a casa entra exatamente e daí assim eu estava fazendo meu doutorado, eu viajava para Santa Catarina na segunda-feira e naquela semana, naquele feriado deu uma chuva muito grande, foi uma chuva que derrubou algumas estradas no caminho para a região ali de Curitiba, Ponta Grossa, para aquelas regiões ali que o ônibus passava e eu acabei desistindo de ir sem saber que elas iriam ligar para nós.

Tatiana: Nossa, como que as coisa acontecem!

Crizielli: Exatamente eu acabei desistindo de ir porque eu fiquei com medo de ficar retida na estrada e não chegar a tempo pra aula então fiquei, entre ficar retida na estrada e não ir pra aula acabei ficando né. E aí elas acabaram ligando naquela segunda-feira para ir lá em casa, então assim um dos exemplos que eu tenho assim de que era para ser né, aí depois nós passamos por entrevista. Essa visita em casa teve entrevistas individual, teve mais uma entrevista coletivo de nós dois juntos lá no fórum né. Aí assim foi daí depois por coincidência a assistência social acabava nos encontrando durante na cidade sabe nós nunca tínhamos aqueles contatos com ela.

Tatiana: Que cidade que é professora?

Crizielli: Eu moro em Medianeira, isso, eu estudei em Maringá de Maringá aí daí agora eu resido em Medianeira, próxima Fóz do Iguaçu.

Tatiana: Sim, sei onde fica, meu carro estragou em Medianeira esse ano. Sou grata até hoje a um alemão que me atendeu lá.

Crizielli: É então assim esse foi um dos exemplos né teve um outro exemplo que eu cheguei do meu doutorado e era em Santa Catarine, aí eu ia de onde eu saía

daqui de Medianeira ia até Curitiba, de Curitiba eu pegava outro o ônibus ia para Itajaí e na chegada da rodoviária eu resolvi ir a pé até a universidade, no meio do caminho encontro uma rosa vermelha muito bonita e eu estava com uma mochila porque eu retornava assim já eu já estava no meu último ano ali né então eu só tinha um encontro com a minha orientadora,

eu tinha uma aula de manhã e aí eu fui pra aula né, encontrei aquela rosa, coloquei dentro da minha sacolinha com a mochila nas costas e fui, aí cheguei na universidade e eu assisti a aula daí uma hora que eu estava saindo, uma moça chegou para mim e falou assim você encontrou essa rosa eu falei sim eu encontrei essa rosa, ela falou então essa rosa é a Rosa da Santa Terezinha, o teu pedido vai ser atendido do céu.

Tatiana: Olha uma rosa aqui do lado, Santa Rita a minha.

Crizielli: Era vermelha daí ela falou assim, se você e você tá fazendo na época eu estava e ela não sabia, porque eu não tinha comentado eu não tinha muita afinidade com ela para comentar e realmente nós naquela época eu estava rezando e aqui na minha igreja a gente estava fazendo o que a gente chama do terço do Cerco de Jericó.

Tatiana: Sim, sim conheço

Crizielli: Então eu estava na intenção no Cerco do Jericó pra adoção, forte eu estava pondo a intenção, mas eu também não conhecia a Santa Terezinha do menino Jesus, eu não a conhecia, não conhecia a história dessa Santa. E aí eu olhei para ela conversando com ela, falou você tá fazendo Cerco? Eu falei tô. Falou então esse é um presente da Santa, o teu pedido vai se realizar. Ela falou para mim aí eu fui pra rodoviária liguei pro meu marido de lá falei para ele assim você pesquisa quem que é essa santa e contei para ele a história eu falei porque tá vindo né. Por causa da própria situação né e realmente depois foi quando as

psicólogas nos procuraram dois meses depois a psicóloga entrou em contato conosco. Nossa olha só você se prepara você se organiza exatamente, que a então foi muito, muito interessante. E aí nesses Encontros com essa daí passou a gente estava na fila de vez em quando eu encontrava assistente social ela dava um sorrisinho para nós, dava tchauzinho e um dia ela encontrou comigo ela falou Ai a gente tem na fila lá em Cascavel um casalzinho aí eu falei para ela ah mas casalzinho acho que aqui em casa não cabe porque eu já tenho dois meninos vai ficar meio complicado né e passou daí um dia ela resolveu uns dois não sei quanto tempo depois ela resolveu ligar de forma formal né lá em casa, ela ligou

eram umas 10 para 6 da tarde assim, marcou demais a situação ela ligou daí ela falou olha estou ligando para falar para você do casalzinho é o menino e tem a menina tem sete, o menino tem cinco alguma coisa assim. Aí ela falou você não

precisa me dar resposta agora, mas pensa na ideia e aí o meu marido e meus dois filhos estavam tomando café na cozinha daí eu cheguei e falei para eles olha era psicóloga conversei com assistente social, que me ligou para nós falando que existe um casalzinho lá em Cascavel que se nós não teríamos a intenção de tentar adotá-los. Aí o meu menino mais velho olhou para mim assim, olhou pro meu marido, ele falou olha eu acho que a gente podia tentar

porque eu acho que vai ser a única chance que a gente vai ter de ter um irmãozinho uma irmãzinha. E aí o meu menino mais novo falou, ah mãe a gente se ajeita a gente

pensa talvez eu fique com a menina mais velha, o Adriel fique com a mais nova depois quando elas chegarem sim quando elas chegarem a gente vê como é que a gente faz, ele falou para nós.

Tatiana: Sempre os quatro assim participando?

Crizielli: Os quatro tipo, as crianças momento, a todo momento eles acompanharam todo o processo elas não fizeram entrevista com as crianças mas tudo que ia acontecendo a gente ia relatando para eles a gente ia contando ia colocando para eles o que estava acontecendo para não ser uma surpresa e para eles estarem consciente da ideia da irmã né do irmão enfim o que que viria naquele momento ali. E aí nós acabamos procurando o pessoal na assistência social, no fórum e dissemos sim a aí ela falou que ia entrar em contato com Cascavel e que depois retornariam outro contato conosco aí ela entrou em contato conosco uma semana mais ou menos depois pedindo

pra gente ir para Cascavel.

Tatiana: Uhum

Crizielli: E aí ela marcou de uma data e nós fomos nessa data marcada chegando lá a psicóloga que nos atendeu ela era daqui de medianeira, ela tinha trocado de fórum, ela tinha feito uma permuta. Então ela nos conhecia assim né, e ali conversando ela chamou uma outra psicóloga que estava junto com ela fazendo o seu atendimento no meio da conversa chega mais uma psicóloga, mais uns 10 minutos depois chega mais uma então nós ficamos na sala com quatro psicólogos.

Tatiana: Eita pega

Crizielli: E aí o caszinho desapareceu, elas fizeram toda a entrevista conosco novamente, e aí a uma delas falou para nós assim eu vou deixar o perfil de vocês aqui e assim que for possível nós vamos entrar em contato com vocês e mandou nós embora simplesmente assim, tchau. E aqui nós ficamos remoendo toda aquela situação daí nós um dia resolvemos ligar lá uma semana depois, nós resolvemos ligar lá para entender o que tinha acontecido. Ai a psicóloga que nos atendeu ela falou, olha eu não posso conversar com vocês agora, ela falou mas quem vai ligar para vocês é Fulano daí vocês têm que aguardar a ligação do fulano então eu falei tá bom, então vamos aguardar na semana seguinte essa outra psicóloga liga para nós e pede para nós irmos para lá. E aí ela conversa com nós e fala olha realmente eu deixei em cima da mesa, para nós assim realmente o perfil de vocês não cabia né o caszinho mas eu tenho aqui e daí foi conversando com nós e foi nos apresentando as meninas .

Tatiana: Nossa

Crizielli: Melhor do que esperávamos, daí apresentou as fotos a história das meninas deixou nós um pouco um tempo sozinhos para pensar né e aí nós dissemos sim, estava perfeito né uma menina de oito uma outra de três aninhos na faixa ali né, encaixando perfeitamente e daí nós dissemos sim e aí ela falou então agora nós vamos começar todo o processo espera a gente entrar em contato com vocês e dali começou né. Daí ela pegou o nosso WhatsApp e dali ela começou a fazer contatos, ela pediu pra gente um dia ir lá levar um brinquedo, levamos uma cartinha, nós levamos aí ela fez uma outra conversa conosco lá, assinamos a documentação para dar início ao processo e ali nós começamos a fazer conversas por WhatsApp segundo elas a pedido da minha menina mais velha ela falou que ela não queria ficar fazendo visitas, a minha menina falou que ela gostaria que fosse buscar e que os pais fossem buscar de forma definitiva. Então ela tinha marcado um primeiro encontro no dia 10 no dia 10 e nós iríamos buscar ela definitivamente, no dia 11, nesse processo no dia 10 Ela desmarcou conosco e aí ela acabou só marcando pro dia 11 então assim nesse tempo ali de uns 4 meses aí nós fizemos muito vídeo as crianças fizeram vídeo se apresentando nós fizemos vídeo, fotos, montamos um álbum que a gente teve que levar lá para apresentar toda a família, para elas trabalharem quem que seria a família então do meu pai, dos avós, dos irmãos, da casa, do quarto, delas enfim né, então foi feito todo esse trabalho mais os vídeos que a gente mandou das crianças da casa enfim e aí foi ela fazia a cartinha, nós mandamos foto montávamos uma cartinha, mandamos a foto por WhatsApp ela fazia a cartinha dela de lá, e mandava por WhatsApp né, então assim daí ali foi construindo essa relação sim e aí no dia 11 nós buscamos elas definitivamente.

Tatiana: Que bonito professora, nossa aqui que olha só você disse sim não acabou que não deu e veio melhor do que imaginava.

Crizielli: Sim né é igual elas falaram que no processo ela comentando porque assim meu marido questionava bastante assim ele tinha sempre muita dúvida

muitas perguntas né. E daí um dia ele perguntou né daí ela falou, a gente olha a criança e a família tem que ser a família adequada da criança.

Tatiana: Uhum

Crizielli: É isso né então ela falou sempre a gente pensa na criança e ali nós nos encaixamos com eles assim e as meninas tinham entrado na fila para adoção fazia dois anos.

Tatiana: Nossa já fazia um tempo.

Crizielli: Então sim elas já estavam na fila dois anos e o processo nosso de adoção assim desde que a gente foi para lá foi muito rápido. Daí foi três a quatro meses, ali foi muito

rápido até porque elas eu acredito que elas tinham um pouco de pressa pela idade da Adriana. A Adriana ela chegou em outubro e quando foi em março ela já completou 9 anos entendeu.

Tatiana: Entendi

Crizielli: Então por muito pouco ali quase que ela entra na barreira do Adriel

Tatiana: Sim sim

Crizielli: Aí já não dá, então elas tinham um pouquinho de pressa também para não entrar ali naquela barreira do Adriel, né. Então mas assim, e elas foram muito bem aceitas as crianças estavam esperando assim elas muito ansiosos assim todos né, sim daí assim como eu trabalho na universidade, é Federal eu tive seis

meses de licença né, adotante meu marido na sequência ele tirou três meses e mais um mês de férias para poder estar junto as crianças então ele foi muito participativo nesse período de adaptação nesse período todo né.

Tatiana: Aham, e você então na época já era professora Universitária?

Crizielli: Já, na realidade o meu cargo aqui que é o TF nós temos o pedagogo como dois cargos, existe o pedagogo administrativo e existe o pedagogo professor no meu caso, o meu concurso é pedagogo administrativo.

Tatiana: Hum entendi

Crizielli: Mas eu também atuo na formação dos professores.

Tatiana: Ah é pedagogo, e o seu marido professora na época trabalhava com quê?

Crizielli: Ele também era professor aqui na UTF

Tatiana: Ah na UTF também, tá também eu estou colocando aqui porque eu preciso colocar o perfil, de professor Universitário também. Isso, nossa que bom que deu tudo heim, vocês dois estarem ali na mesma cidade.

Crizielli: Uhum é que daí assim, também assim nas épocas a gente foi trabalhando certas questões, eu passei em Campo Mourão na realidade Campo Mourão

Tatiana: Ah sim

Crizielli: E aí quando eles me chamaram a gente conseguiu fazer o processo de troca, aí que então daí nós negociamos porque a ideia era ou meu marido ia para lá junto comigo ou eu vinha para cá junto com ele em Medianeira, ele já estava em Medianeira e daí com nesse processo a gente conseguiu negociar e daí foi feita uma troca e aí eu vim para cá.

Tatiana: E vocês são da onde?

Crizielli: Ele é daqui da região, ele nasceu em Matelandia né, e eu sou de Cruzeiro Do Oeste.

Tatiana: Ah aqui para cima

Crizielii: Isso ali pra cima de Tapejara indo pra Umuarama, isso nós nos conhecemos em Maringá fazendo faculdade. Ele é formado em Geografia

Tatiana: Hmm, colocar aqui Geografia. Professora muito muito bonita a história muito linda assim acolher. Olha o testemunho da Fé então da rosa de Santa Teresinha, meu Deus do céu, é muito Deus agindo mesmo.

Crizielii: Sim e daí lá também assim pra gente buscar as crianças também foi muito interessante porque elas pediram para nós mandarmos roupa, no tamanho da roupa das crianças das meninas e pediram que nós levássemos uma peça de roupa para cada uma e um brinquedo. E aí nós chegamos mais cedo nós ficamos numa sala né nós quatro e nós estávamos, eu e os meninos, nós quatro ali mais o meu marido e ali eles deixaram nós por um tempão. Daí a gente viu, tinha uma janela na nossa sala que dava pra rua assim pra entrada do fora a gente viu as meninas chegando.

Tatiana: Aham

Crizielii: Aí elas levaram as meninas para uma outra sala trocaram as meninas e ali depois elas levaram nós pra sala do juiz na sala do juiz existia uma antessala com sofá assim bem bonito, bem legal, e ali eles colocaram nós e ali depois elas trouxeram as meninas então assim a Luísa ela já reconheceu logo de cara o meu marido enquanto pai, então a hora que ela chegou na porta ela viu de frente assim para ela olhou para ele e gritou papai e correu no colo dele.

Tatiana: Gente nossa ele deve ter.

Crizielii: Sim naquele momento acabou tudo e daí ela já subiu no colo dele já ficou com ele no colo, o Joshua acho que era o Joshua que ficou junto com ele e aí nisso a Adriana entrou daí a Adriana acabou se direcionando para mim, né daí eu e o Adriel ali ficamos com a Adriana demos os brinquedos conversamos com elas ficamos ali pelo menos uns 40 minutos ali junto né. E daí depois o juiz nos chamou pra sala dele nós assinamos a documentação de guarda temporária e ali nós trouxemos as crianças para casa, daí as psicólogas elas fotografaram

tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, tudo da porta da sala do juiz até a chegada no carro. Nós levamos a nossa máquina fotográfica e elas foram fotografando tudo então tem foto até de nós quatro, seis, assim caminhando na calçada sabe, bem foto capa de revista né, que sim daí que bom né ter esses registros, hoje ver tudo isso sim e aí elas orientaram que nós organizarmos a casa que tivéssemos como se fosse uma festa né, então eu organizei a casa com balão comprei um bolo coloquei na cortina assim fiz na cortina escrevi um seja bem vindas né, e ali daí

naquela semana choveu de terça-feira a sexta-feira, ficamos trancados nós 6 dentro de casa todos juntos né. E começamos a interação, a Luísa três anos uma personalidade super forte na época da pirraça né, que é época da criança que faz pirraça que se joga no chão que chora e tudo mais, a Adriana quietinha no cantinho dela né não saía de cima da cama nós só organizamos uma beliche porque daí ficou os meninos num quarto numa beliche, e as meninas no outro quarto com a beliche também e ali a gente começou a conversar com elas assistir filme ler livro criar rotina né. Elas pediram pra gente esperar pelo menos uns 30 dias a 40 dias para levar elas pra escola hum para que elas ficassem próximos de nós, saímos para comprar roupa depois porque elas vieram sem roupa só com dois vestidos assim que eram coisas muito pontuais um foi a vizinha que ela estava porque ali em Cascavel já tem família acolhedora, e aí a vizinha dessa família da casa acolhedora tinha feito um vestido para Adriana e ela quis trazer o vestido porque foi dado. Naquela semana para ela trazer junto com ela né, então ela trouxe aquele vestido trouxe umas duas ou três pecinhas de roupa, mas o básico a gente teve que comprar tudo, daí eu saí com elas para comprar roupa né, fomos um pouco conhecer escola. A escola recebeu elas super bem assim, daí assim uma das secretárias que ajudava ela, catou a Adriana levou a Adriana apresentou na sala do Adriel, apresentou na sala do Joshua, que era a irmã deles, que elas estavam chegando, que logo iria estudar na escola então assim elas foram bem acolhidas né, então assim não é um processo fácil né, não é um processo fácil, pôr no que eu vejo até assim durante muito durante as entrevistas a psicóloga perguntava para mim assim o que que você imagina que vai ser como você imagina que vai ser, e ai falava para ela assim eu não quero imaginar, eu falei eu não vou imaginar não vou ter expectativa exatamente eu não quero criar expectativas eu quero viver o momento, eu não quero jogar isso para elas né. Então eu falei assim, então eu não tô sonhando ,eu não tô criando expectativas sim o que vir a gente vai trabalhar e aí depois de ter falado, ela foi acompanhando nós durante 30 dias por telefone, ela me ligava praticamente todos os dias e aí ao final dos 30 dias ela chamou nós para irmos para lá até para conversar pessoalmente para ver as meninas daí elas chamaram as meninas na sala a parte e nós ficamos numa outra sala e aí ela perguntou para nós se nós queríamos qual que seria a nossa decisão se nós queríamos prorrogar a guarda temporária se nós queríamos pedir a guarda definitiva o que que nós queríamos fazer e ali a gente falou não a partir de agora eu quero a guarda definitiva se eu posso pedir. Né porque assim e a gente sempre entrou consciente, no sentido assim eu falava para ela é como ter um filho natural filho natural você não devolve né então, o filho adotivo que vir

você não devolve. Até porque nós sabíamos o que estava vindo porque ela nos apresentou as crianças, né então eu falei o filho a gente não devolve então a partir daquele dia nós pedimos a guarda definitiva, ela conversou com as meninas, a Adriana estava morrendo de medo de ter que ficar lá né porque ela também, nós também não entendíamos do processo e nós também não sabíamos direito o que estaríamos fazendo lá, gente foi um né sim para dar um retorno porque eles não contam muito você não vai preparado.

Tatiana: Exatamente né.

Crizielli: Muito menos elas né. Então ela estava muito preocupada se ela ia ficar lá que que ia acontecer com ela né, e daí ela se tranquilizou bastante né e a partir dali nós assinamos a documentação e pedimos o que que eles chamavam de guarda definitiva, e aí nós descobrimos que a guarda definitiva era certidão de de nascimento delas,

Tatiana: Emocionante né!

Crizielli: É aí a certidão de nascimento delas chegou por correio para nós olha só, ela chegou por correio para , aí eu fui buscar o correio era no final da tarde e aí eu chamei a Adriana falei Adriana olha o que que chegou para nós essa daqui é a tua certidão de nascimento. Li com ela né o nome dela o nome nosso, nosso nome daí ela ficou tão feliz assim, ela pegou e sentou a Luísa ela pegou aquela certidão de nascimento da Luísa e ela escreveu segurando a mão da Luísa uma página inteira Luísa Silveira Ostrovsky, depois ela trocou e escreveu o nome dela mais uma página, a partir da certidão de nascimento.

Tatiana: Assim concretizando para ela né aquilo né

Crizielli: Então assim eu falo, assim a nossa luta diferente de outros relatos que depois eu ouvi. A Luísa foi o padrão uma criança com personalidade forte que estava na época da pirraça né, e que teve que fazer todo um processo de adaptação, o processo de adaptação da Adriana foi diferente porque ela veio uma defasagem muito grande na escola, ela estava numa quarta série mas ela estava a nível de uma primeira série, ela não sabia ler ela não sabia escrever, tanto que foi por isso que o meu marido acabou tirando a licença dele, né para nós fazermos esse terminarmos esse acompanhamento e daí a gente começou a trabalhar com ela a ir atrás, pagar professora particular a fazer os reforços em casa até que foi a gente conseguiu recuperar ela.

Tatiana: Nossa

Crizielli: Né então ali dentro de um ano a gente conseguiu alfabetizar ela a gente conseguiu fazer com que ela se tornasse parte da família né, até na semana que

ela chegou foi muito interessante qual era a preocupação dela se nós íamos trocar o nome dela.

Tatiana: Isso que eu iria perguntar sobre os nomes

Crizielli: Agora eu aqui nós também já tínhamos muito claro isso, é a que eu viria com o nome delas até pela própria idade delas eu pensava eu vou ter uma criança de 8 anos que a vida inteira se chamou Adriana e aí ela vem pra minha casa e eu vou falar que o nome dela não é mais Adriana.

Tatiana: E você tem o filho Adrian, Adriel.

Crizielli: Adriel. Olha sim até quando a psicóloga foi contar pra nós né das crianças ela perguntou para mim, ela falou assim olha ficou muito legal, olha vocês tem um filho que chama Adriel né, e aí a menina se chama Adriana né, daí ela foi fazendo né, quando assim para apresentar então assim daí eu falei para ela não, eu falei você quer trocar de nome? ela olhou para mim e falou não, eu falei então teu nome é Adriana. Eu falei teu nome é Adriana e vai continuar sendo Adriana se você não quer trocar de nome, e ali ela se tranquilizou também né então assim é uma coisa que nós sentimos com ela pelo próprio história dela pelo próprio histórico dela ela tinha muita dificuldade de retenção do passado então assim ela podia passar 10 vezes pro mesmo lugar, mas ela não fazia questão de gravar que ela passou por aquele lugar ende

Tatiana: Uma defesa

Crizielli: Exatamente, e aí nós começamos trabalhar isso com ela, ó você já passou por aqui, você mora aqui é definitivo, nós vamos passear em tal lugar e ali a gente começou a firmar essas questão então assim a gente foi conhecendo ela, conhecendo os medos, conhecendo as dificuldades né. Até segunda-feira essa semana né, eu fui na escola do Joshua, na sala, na turma deles porque eles tinham que encontrar alguém para fazer uma entrevista e daí o Joshua me sugeriu para eu falar sobre adoção.

Tatiana: Nossa tá requisitada hein!

Crizielli: Sim então assim daí eu, daí eu comentei na escola dele eu falei assim é filho normal vem com dificuldade né a gente não tem filho normal vem com dificuldade de estudar, vem com problema assim como elas né. Eu nunca esperei uma perfeição né e eu acho que essa abertura que eu e ele nós tínhamos de não criar expectativas facilitou para nós né. E esse senso de que nós estávamos construindo uma família sim e todos eu achei muito bacana que todos participaram em todos os momentos, todos os momentos. O Adriel ele estava com tanta expectativa assim dessa questão que no dia que eles chamaram lá que nos apresentaram as fotos, a história das meninas né. Nós retornamos para casa minha sogra tinha ficado com os dois com as crianças e aí eu contei pro Adriel falei olha Adriel mostrei as fotos, meu marido também mostrou sentou junto nós mostramos as fotos para ele comentamos tal eles viram daí

o Adriel subiu na minha cama eu juro ele ficou 30 minutos fazendo a minha cama de cama elástica ele pulava, ele pulava naquela cama e ele falava eu vou ter uma irmãzinha eu vou ter uma irmãzinha, eu vou ter uma irmãzinha eu vou ter duas irmãzinhas eu vou ter duas irmãzinhas e ali ele saiu suado aquilo ali se escorria sabe de tão feliz que ele estava né. Tanto que ele se dá super bem com as meninas, então assim antes daí eu percebi no próprio processo de crescimento, no primeiro momento a Adriana ela tinha mais proximidade com o Joshua, do oitavo ano, ali no sétimo né que ela estava ela foi pro primeiro e o e o Joshua estava no oitavo agora que ela foi pro primeiro ano e o Adriel está no terceiro a proximidade é do Adriel com ela.

Tatiana: Como os dois estão mais adolescentes, interesses, amigos.

Crizielli: Exatamente, então ela agora ela tem mais proximidade com o Adriel, antes ela tinha mais proximidade com o Joshua porque por causa das relações da idade que o Adriel já tinha ido pro Ensino Médio né então deu uma distanciada ali aí agora está ao contrário ela tem mais proximidade com o Adriel por causa das amigas dos amigos dos namoradinhos.

Tatiana: É a fase e que bom que tem eles que um consegue entender o outro e você conseguiu assim os três praticamente quase que da mesma idade

Crizielli: Sim, eles se compreenderem também e assim o mês passado, o Adriel teve uma crise de ciúmes dela gigante porque ela estava paquerando um amigo dele mas ele brigou com amigo, ele brigou com ela, ele brigou com todos.

Tatiana: Eita pega não mexe com a minha irmã não.

Crizielli: A minha irmã não, olha só né. Ele fez ela bloquear ele no Instagram fez bloquear no WhatsApp que o negócio foi sério foi é porque acho que é primeiro é o primeiro contato ali que tá vindo da irmã dos outros se aproximando e ele sou homem da casa né. Eu sou homem da casa eu tenho que pôr os limites aqui senão esse vai cuidar da minha irmã, daqui uns dia vão vir visitar minhas irmãs e não vão vir ficar comigo, sei que aí ela ele conseguiu não deixar a coisa caminhar. Então olha hein mas foi muito interessante a situação sabe gente e eu descobri um dia assim eles estavam chegando da escola que eles eles moram em eles estudam em São Miguel, aí eles voltam de van né, eles vão e voltam de van daí o Joshua entrou porta dentro falando para ela assim mas o Adriel tá certíssimo ele, eu apoio ele totalmente daí eu olhei para eles era segunda-feira isso, daí eu olhei para eles assim falei o que que está acontecendo que o Adriel tá sendo apoiado? Aí ela falou mãe, o Adriel brigou com o amigo dele, falei mas por que que o Adriel brigou com o amigo dele? Porque eu estava conversando com o amigo dele e ele falou que eu não posso. E ali ela falou irmã dá trabalho para Adriel, agora sim e aí ela agora ela pega no pé dele também com relação né hora. E a

Luísa ficou o bebê assim exatamente, a Luísa ela como daí até o Adriel fala ele brinca, ele fala a Luísa vai ser a única que vai ter a chance de ter ser filha a única né porque ele fala que todo mundo vai embora para estudar para fazer faculdade, e daí a Luísa vai ficar sozinha comigo em casa ela fala só Luísa vai ter a chance de ser filha única,

Tatiana: Ai meu Deus do céu, mas enfim né, nossa assim criou uma relação bem boa, bem gostosa né bem de irmãos amigos né.

Crizielli: Exatamente né, então assim daí até depois a gente passou também pela pelo acidente do meu marido né foi 2019, foi no dia 20 de setembro de 2019. Nós estávamos em Curitiba num evento, passamos a semana toda estávamos no evento da PUC ali, e ali no retorno nosso carro capotou e na capotagem ele acabou falecendo.

Tatiana: Você também estava?

Crizielli: Todos nós, todos nós, nossa daí nesse acidente ele acabou morrendo e a Adriana ela acabou quebrando o joelho né, e daí ela quebrou o joelho e eu precisei, eu machuquei a lateral assim né do cinto me apertou daí na época durante todo o processo lá de socorro tal a gente acabou sendo levados para Ponta Grossa nós ficamos eu e ela no mesmo Hospital né junto com as crianças né, e daí ela teve que fazer duas cirurgias do joelho, ela fez uma emergencial. Foi numa sexta-feira isso e depois no domingo ela fez outra. É porque daí assim a primeira foi para estabilizar inicial na sexta-feira à tarde e daí na no domingo daí eles chamaram o médico especializado né um ortopedista pediatria para estar vendo o joelho dela, para estar mexendo tudo mais, e daí foi colocado que eles falam de dois fios de Kishner que colocou atravessado assim e mais um parafuso e eu no sábado de manhã fiz a minha porque como o cinto apertou ele foi abrindo todas as camadas internas da pele e aí estava, externamente não tinha nada mas internamente estava aberto né meu intestino ia sair para fora ali da lateral ali e aí o médico teve que fazer toda a costura ali daí nós ficamos internadas juntas na época no mesmo hospital e no mesmo quarto. Daí eu fiquei junto com ela né mas o bom assim que eu falo assim como a gente tinha muito contato nós íamos muito para Curitiba na época por causa das atividades que a gente tinha daí o pessoal de Curitiba de Ponta Grossa socorreu nós então assim nós somos muito amparados ali né, então assim o pessoal fez escala ficou com nós no hospital aí então assim daí foi todo, é daí foi eu falei foi muito muito bom eles deram muito suporte para nós né. Depois retornamos e começamos a seguir a vida ela levou um ano para recuperar o joelho porque entre recuperar e tirar os fios, conseguir daí aqui não tinha médicos especializados eu tive que começar a levar ela para Cascavel né, e tudo mais demorei para achar um médico

especializado lá, daí ficávamos por aqui daí a coisa não caminhava muito bem mas até quando eu encontrei lá daí dentro de um ano daí a gente conseguiu fazer a recuperação da perna dela, hoje ela tem a cicatriz só né e a gente faz o acompanhamento semestral. E está semestral agora do crescimento dela porque como rompeu os fios da fenda do crescimento no joelho pode ser que uma perna cresça mais que a outra a outra então a gente faz o acompanhamento

com uma médica especializada lá também daí ela falou se por acaso isso acontecer agora por enquanto palmilha tá resolvendo.

Tatiana: Ah sim.

Crizielli: Aí caso ela perceba que comece a dar uma diferença muito grande no desenvolvimento no crescimento dela daí ela destrói a outra Fenda do outro joelho para equiparar.

Tatiana: E daí agora só ficou a cicatriz né assim, e você?

Crizielli: No meu caso também não teve nada mais grave foi só esses a costura a cirurgia depois ficou tudo normal graças a Deus né, então assim daí agora superamos também todo esse processo essa dificuldade né e estamos seguindo vida, seguindo vida com muita força de viver muita vontade de continuar.

Tatiana: Isso, tem bastante agitação em casa também sim para ocupar a cabeça né professora?

Crizielli: Também sim e me ajudam demais né então assim porque eu mantive porque assim eu e o meu marido quando a gente foi pra faculdade nós éramos novos e imaturos né e também como é que eu vou dizer sem habilidades nenhuma então nós não sabíamos cozinhar direito não sabíamos fazer nada direito daí quando eles começaram a crescer a gente chegou num ponto da idade deles e a gente decidiu que a gente não ia ter mais empregada

Tatiana: Ah!

Crizielli: Que nós todos iríamos dividir as funções, as funções até hoje a gente manteve isso então assim, eles me ajudam na organização da casa, cada um é responsável por uma coisa a gente faz um rodízio ali né para eles para não cansar, para aprender também outras coisas então eles me ajudam nisso, então assim e cria responsabilidade, né possibilidade.

Tatiana: Minha mãe fez isso com nós também.

Crizielli: É então a gente fala, a gente até brincava daí tanto que o Adriel ele tem vontade ele tá tentando agora ele vai fazer vestibular, ele quer ver se faz engenharia da computação né, então ele tem a ideia de talvez ir embora para Curitiba, quer ver se faz

faculdade lá daí eu falo para ele pelo menos você vai estar pronto não vai morrer de fome, vai saber lavar a roupa.

Tatiana: Viu como foi bom esse estágio que você fez em casa.

Crizielli: Exatamente né, a gente sempre falava isso para ele, porque também assim nós temos uma condição boa temos mas não ao ponto de bancar uma casa com empregado né a gente sempre falava para ele você vai ter que se virar você vai ter que aprender se quiser ir né. E aí a gente foi construindo então assim todos eles ajudam muito, então assim eu vejo também que com a morte dele não sei se seria diferente mas a gente ficou bem unido. Então graças a Deus não teve revolta, a gente conseguiu levar bem eu acho que até pela própria fé que a gente tem né, então a gente conseguiu levar bem todo esse processo né. A única que a gente ainda que tá em processo de desenvolvimento um pouco porque é muito pequena e a Luísa, então a Luísa ela ainda tá com tá construindo esses sentimentos né.

Tatiana: Sim

Crizielli: Está tentando entender tudo isso né, até porque ela era pequenininha assim né, foi 3 anos atrás, ela estava com 7 anos então ela ainda tá amadurecendo tudo isso né, mas ela também tá indo bem. Ela tem o Adriel como o irmãozão dela, o irmão mais velho que de vez em quando judia dela, pega no pé, judia no sentido de fazer aquelas brincadeiras né de irmão é, e ela grita não

Adriel.

Tatiana: Que bonitinho!

Crizielli: Assim vai né daí estamos construindo a família, está indo graças a Deus.

Tatiana: Nossa que bonito, olha professora, eu fiz aqui várias perguntas/questões para seguir, seguir né essa questão de roteiro e todas foram

muito além das expectativas do que eu tinha colocado aqui. Ainda bem que eu estou gravando porque teve hora que eu parei aqui e fiquei ali.

Crizielli: E assim a gente durante todo o processo, como a gente também era de igreja e não só no sentido de ficar no banco nós éramos ministros nós éramos bem participativos, eu ainda sou, então assim a gente ficou muito conhecido ali dentro daquele processo né, a gente se destacou bastante então assim vira e mexe eu acabo falando, tendo que falar sobre. Teve uma época assim que os primeiros ministros que acompanhavam nossa vida, assim daí trocou de Padre Daí eles vinham apontavam para nós e falavam da nossa história.

Tatiana: Que bom que o seu marido conseguiu realizar esse sonho também né e vive viveu né esse tempo com essas meninas com as meninas.

Crizielli: Sim ele conseguiu né e igual eu falo assim facilitou muito o fato dele ser uma pessoa presente né, então assim isso nos ajudou muito a construir porque não ficou uma responsabilidade só minha né ou só dele né então isso ajudou muito e ele queria muito né, então para ele a própria construção desse laço né dessa relação de amor de pai e filhos né. Então porque eu vejo as famílias grandes é exatamente né, e eu vejo o amor ele se constrói pelo contato pela relação não é só sangue né tanto que as pessoas falam assim nossa como elas são parecidas com vocês, mas não tem nada a ver.

Tatiana: Mas diz que acaba aparecendo né, é assim eu já peguei uns relatos desse.

Crizielli: Acho que a gente que coloca na cabeça, não é que pega os três jeitos então por exemplo com nós o que aconteceu eu e o Adriel e a Adriana somos de pele mais morena, de cabelo preto, então assim e então assim tem aqueles traços básicos né cor de pele, cabelo aí o Joshua e a Luísa e o meu marido são mais loiros.

Tatiana: Ah!

Crizielli: Só assim, então depois eu até vou te mandar se você assim para você ver, depois eu te mandando o meu o Face o meu Instagram para você.

Tatiana: Tá eu quero ver

Crizielli: Até para te ajudar na tua pesquisa depois e se tiver mais alguma dúvida alguma coisa você queira me perguntar você pode ficar à vontade tá

Tatiana: Obrigada!

Crizielli: Eu já passei por isso eu fiz mestrado, fiz doutorado, sei como é que é né, então assim, e eles três eram mais loiros.

Tatiana: Olha só!

Crizielli: Então assim separou três e três, então assim não tem aquela de verdade mas ela pegou os três jeitos né então você vai olhar para ela e vai olhar vai ver algo parecido, ser algo mais próximo né, mas eu até Brincava com meu marido, eu falava assim quando a gente for escolher, a gente não pediu raça, a gente só queria uma menina de 8 anos que aceitávamos uma irmã, não colocou raça não nada, eu brincava com o meu marido assim porque eu falava para ele assim nós quatro somos tão diferentes, que qualquer um, índio que caí aqui dentro vai dar tudo beleza, vai falar que é daqui mesmo, vai falar que é né. Eu falava pra ele assim porque eu morena, cabelo preto né, da pele escura, ele loiro polonês, nada então, assim não tinha, era um Joshua saiu loiro, hoje ele tá com os cabelos cacheado assim, ele é um loiro com os cabelo cacheado então né. O Adriel é um moreno que lembra um índio, pelo jeitinho dele com os cabelo, tudo cacheado assim você vê que ele que ele tem. Então assim era, é muito muito diversificado nosso. Eu brincava com ele o que cair aqui encaixa, tá tudo certo, vai dá

tudo certo, falava pode vir o de cabelo enrolado, o indiozinho que a gente vai tá tudo OK. O nosso único critério foi esse, menina e com a idade de máximo até 8 anos. Tatiana: Vou anotar aqui

Crizielli: Porque eu também sabia assim né que quanto mais você refina mais difícil é. E aí eu falava para ele é a gente tem que estar aberto né, se você quer ter filho quer ser adotado. Então você tem que estar aberto, é isso.

Tatiana: É que nem eu estava fazendo a pesquisa e meu noivo estava junto comigo né, aí eu entrei lá no CNJ. lá onde mostra as tabelas tudo né, aí ele olhou para mim, Marcelo né, ele olhou para mim e falou assim mas não parece que a conta não fecha? tem mais pretendentes adoção do que crianças né, menores serem adotados, aí eu fui lá e mostrei pra ele lá onde refina a busca né, e olha por que vai para essa seleção né, do que do interesse da pessoa, mas enfim eu acho válido igual de qualquer forma né. Cada um tem as suas motivações iniciais.

Crizielli: Falei mas é por isso, eu acredito que o nosso processo mais rápido por causa disso.

Tatiana: O grupo de irmãos

Crizielli: Já facilita muito, sim né e nós estávamos muito abertos né a tudo né nesse sentido tirando ali a questão da menina para encaixar na família que foi o sexo o resto nós estávamos muito abertos né até a própria idade facilitou.

Tatiana: Sim sim

Crizielli: Né até a gente brinca assim que a Adriana e a Luísa elas não tinham muita proximidade mas a gente brinca que elas fizeram chicletinho ali para colar sabe, vai né, nesse sentido assim a gente brincava por quê eram muito é muito discrepante a idade e da realidade que elas vieram também né. Então assim as famílias acolhedoras que elas passavam eram famílias acolhedoras que tinham bastante crianças então tinham quatro seis crianças com elas então Adriana e a Luísa era muito bebê e ela também então assim não tinha aquele vínculo né tanto que a Adriana e a Luísa elas têm duas meias irmãs que elas não reconheciam como meias irmãs, que também estavam no processo adotivo. Porque foi assim elas foram acolhidas pois o tio delas de 15 anos foi pego pelo conselho tutelar pedindo no semáforo. Quando ele foi recolhido ele contou a situação dele ele vivia num bar a mãe dele numa casa a tia, a irmã dele que né, que é a mãe da Luísa morava numa casa que ficava de fundo as duas casas, faziam bunda de fundo e ele que cuidava da Luísa e da Adriana. Ele ia buscar a Adriana na creche ele trazia a Adriana da creche e aquelas crianças ali tinham. Mas foram mais crianças recolhidas junto com elas além do tio, esse menino de 15 anos, teve mais um irmão, teve a

Adriana e a Luísa e teve mais as duas outras irmãs dela, e mais umas duas ou três crianças que foram recolhidas ali na rua que estava num estado de abandono né.

Tatiana: E não teve o que fazer mesmo não? A mãe abriu mão?

Crizielli: Ah então ela falou que ela não queria, então o processo delas foi mais rápido por isso.

Tatiana: Ah tá entendi.

Crizielli: É assim e ainda eles deram uma forçados no primeiro, segundo ano e meio mais ou menos assim eles davam chance para ela sabe, vai arrumar um emprego vai fazer e ela falava que ela não queria, e aí ela abriu mão. Ela não sabia quem era o pai da Luísa porque elas são meia irmãs, elas não são irmãs por pai e mãe, todas elas eram meia irmã, só de mãe era sim, só o vínculo só era mãe. Ela não sabia quem era o pai das Adriana e não sabia quem era o pai da Luísa.

Tatiana: Ah de nenhuma das duas, nenhuma das duas então, elas real, elas ganharam um pai mesmo.

Crizielli: Aham, sim, e as outras irmãs dela ela sabia quem era o pai e o pai estava brigando pela custódia, mas ele também não tinha condição de cuidar. Daí tanto que depois um tempo, depois elas ligaram para nós procuraram nós pra gente bater foto da Adriana e da Luísa para mandar para as meninas que elas iam pra fila de adoção, elas iam ser adotadas acho que iam ser adotadas. E aí é o procedimento que eles fazem, que é o procedimento lá quando a criança é adotada eles montam um livro. O livro da vida é um caderno e aí eles colocam algumas fotos então veio nesse caderno da vida da Adriana e da Luísa foto delas bebês, as únicas que existiam e foto da família acolhedora foto das irmãs e elas pediram pra gente dar continuidade naquele livro. Mas a Luísa não tinha condição pela própria idade dela né ela não tinha noção né do que estava acontecendo e Adriana chegou num ponto que ela falou não quero mais e aí a gente guardou.

Tatiana: Sim, tem que respeitar o momento.

Crizielli: Na vontade dela às vezes era um ciclo que talvez que nem ela era maior, ela tinha os bloqueios chegou num ponto ela falou não quero fazer mais daí eu falei então tá a gente vai guardar guardei dentro de uma caixinha falei o dia que você quiser de volta está guardado.

APÊNDICE E

Transcrição conversa Polleana (Pessoa que passou pelo Lar Mirian e fila de adoção)

Tatiana: Ai iniciei a gravação Poli.

Polleana: Tá e a minha experiência que eu tive lá foi uma experiência boa assim. As tias sempre foram umas pessoas que acolheram e muito a gente. Sempre a gente um cuidava do outro, sempre quem era o mais velho normalmente cuidava do mais pequeno e assim a gente ia levando. Claro que não é um né um ambiente uma família uma coisa assim né mas ela tentam porque é muitas crianças então elas né é a gente mesmo às vezes a mãe e o pai que tem um dois filhos às vezes né sente falta de dar talvez ai queria acolher mais meu filho. Queria poder dar algumas coisas mais para meu filho, imagina elas que às vezes são uma ou duas para cuidar de uma demanda é bem grande de crianças e às vezes tem crianças menores que precisa de um cuidado maior tudo. Mas assim a minha experiência lá foi uma experiência assim que eu posso dizer foi muito boa, sempre me senti muito acolhida, sempre gostei muito das tias lá do Lar né que a gente sempre chamava elas de tia né. Então sempre assim a minha experiência ela foi muito boa sabe sempre fui muito bem acolhida.

Tatiana: Inclusive tem contato né com com o pessoal de lá até hoje?

Polleana: Aham até hoje a gente tem contato, a gente conversa né eles sempre falam que se precisar de alguma coisa eles sempre vão tá lá. Então assim é claro que cada um vive uma experiência diferente né é são tempos diferentes, cada tempo que uma pessoa é cada tempo. Muda passa outras pessoas lá mas assim no tempo que eu passei lá sempre foi um tempo, assim foram pessoas muito acolhedoras que me davam carinho. Sempre eles tentavam fazer coisas pra gente poder né tipo ter contato que a gente não pode ter muito contato com as outras pessoas né mas sempre quando podia ter um projeto social para alguém lá levar alguma coisa brinquedo né ou até mesmo fazer brincadeira com a gente pra gente se sentir mais acolhido assim eu sempre vi que ele se preocupavam com essa parte né. Porque a criança ela tá ali, então ela sente falta né de um carinho então eu achava isso muito muito legal também assim da parte deles.

Tatiana: Que bom Polle, então as experiências que você teve foram saudáveis, você tinha acompanhamento com psicólogo ou outras assistências?

Polleana: Aham tem acompanhamento com psicólogo, atividades né que eles colocam sempre a gente para fazer né, então sempre a gente tava tendo um acompanhamento. Claro que eu também, quando eu passei por lá eu já era uma criança maior.

Tatiana: É isso que iria perguntar.

Polleana: Eu tinha autonomia, que eu sempre fui tipo assim sempre muito pra frente né. A minha opinião foi forte, fui uma pessoa que sempre falei muito então sempre consegui argumentar com as pessoas, vamos dizer assim né nunca foi uma pessoa quietinha, mais na minha, porque eu acho que isso também né faz ser diferente a experiência de pessoas para pessoas. Então é como eu já era mais velha né já tinha um conhecimento. Então já tinha mais uma experiência, assim então, sempre talvez por isso talvez tenha sido uma experiência mais tranquila pela maturidade.

Tatiana: Quantos anos você tinha na época?

Polleana: Eu já tinha 9 anos para 10 anos.

Tatiana: Uhum

Polleana: Então é tipo assim, é pouca idade mas quando você precisa quando você amadurece muito cedo com 10 anos você já tipo assim você já é uma pessoa que consegue argumentar você consegue colocar seu posicionamento entendeu, por mais você ser nova mas eu já sempre tive muita facilidade para isso tipo assim para me impor, assim nunca né. Tem pessoas que é mais né fechadas, então como eu sempre fui mais pra frente, eu acredito que tipo assim isso também tem facilitado muito, mas eu sempre fui muito bem tipo assim muito bem acolhida lá pela tia sabe, sempre muito muito carinhosa. Claro que tem uma que você tem feição proximidade e é normal né entendi.

Tatiana: Você foi lá você sabia o que estava acontecendo? tinha consciência de que você ficaria por lá um tempo assim ou você não sabia o que que estava acontecendo naquele momento que você chegou?

Polleana: Então assim por eu ser um pouco maior né quando eu fui para lá então eu já tinha tipo assim não tinha totalmente né completamente hoje a visão que eu tenho do que tá né, hoje eu olhando e vendo o que estava acontecendo é uma coisa totalmente diferente, mas tipo assim lá eu tinha mais ou menos. Tipo assim totalmente noção não, mas eu sabia o que né. O que representava, o por que eu estava lá e tudo mais sabe.

Tatiana: Uhum. Entendi, você foi com seus irmãos Polle?

Polleana: É aham um tempo eu passei com todos os meus irmãos.

Tatiana: Ah entendi. Então assim você caracteriza que foi uma experiência assim diferente? Quanto tempo você ficou por lá Polle?

Polleana: Ah eu acho que a primeira vez que eu fui, porque eu fui duas vezes, a primeira vez que eu fui eu acho que eu ah eu não lembro porque, eu era bem novinha tinha

uns 10 anos eu acho. Eu acho que foi tipo assim uns meses mais ou menos assim uns 5 se meses, diz assim eu não lembro tempo exato sabe.

Tatiana: Aham, e você foi por momentos diferentes então para lá?

Polleana: Sim, aham .

Tatiana: Ah tá entendi.

Polleana: Aí uma primeira vez, mas assim num total uma primeira vez com seis meses, assim em média. Isso é que eu quando eu fui com todos os meus irmãos né.

Taiana: Hum entendi esse foi o momento assim que mais te marcou nesse espaço e tem algo assim alguma memória desse local ? Memória agradável que você gostaria de compartilhar? Algum momento?

Polleana: Ah tipo assim um momento que eu achava muito gostoso lá tipo assim é sempre a tipo assim na hora que a gente ia fazer refeição que sempre normalmente era um horário que todos sentavam na mesa entendeu. Sempre eles teve esse cuidado de preparar isso entendeu, de tá todo mundo junto ou tentar né, porque às vezes uns estudavam alguns horários diferentes mas tentava estar todo mundo junto né. E momentos de às vezes passeios que eles né tentavam levar a gente então eles sempre tentaram fazer de tudo para que a gente se sentisse menos inferior né, acuado menos. Porque é um ambiente né que você tá totalmente vulnerável né, um ambiente que não é seu então você sente vulnerável por mais independente, da força que você teve, você tá numa coisa que não é sua né, estranho né. Estranho aquilo que você é estranho você é no começo você fica você se sente um pouco tipo ah onde que eu tô? com quem eu tô? Né, quem são essas pessoas? Porque né assim é adaptação né, da desconfiança de um processo né.

Tatiana: Sim sim entendi Polle. Qual lar que você passou?

Polleana: No lar Mirian mesmo, então a tia que marcou foi essa tia Soraia. É na verdade assim todas as tias, a tia Soraia que é a coordenadora no lar né mas tipo assim, tem a tia Eva que eu amava né, a tia Ode são pessoas assim que até hoje as vezes a gente se encontra, a gente conversa porque elas conviviam muito com a gente.

Tatiana: Nossa e reconhecem tudo porque imagino né você era uma criança né
Polleana: É, ah não esquece né porque tipo assim querendo ou não por mais que seja às vezes pouco tempo ali às vezes cria um vínculo né a intensidade né como que é muita intensidade e normalmente quando as crianças vão para ali elas tão vulnerável, elas tão tipo assim né às vezes carentes de afeto, de carinho, de isso

de aquilo, então ali acaba sendo né. Com o tempo a criança vai criando aquela

tipo assim aquela intimidade né. Podendo né ter até mais carinho por elas assim né. E você vai acostumando né com o tempo sim tá acostumando.

Tatiana: Legal Polle! Tem assim alguma outra coisa que você queira comentar do espaço, esse processo que você passou. Na verdade não acabou sendo adoção né acabou sendo uma guarda né? Teve algo assim que te marcou do processo do momento que você saiu do Lar e foi pro passou por todo esse processo de guarda

Polleana: Uhum, foi acabou sendo guarda. Ah é esse tipo assim é sempre um processo muito complicado porque igual eu falei eu sempre fui uma pessoa que eu já é era maior então tipo assim eu já tinha entendimento, eu já tinha raízes muito forte entendeu, então tipo assim quando você é maior você traz mais coisas com você, então normalmente você acaba sendo mais resistente, você acaba sendo eh tipo assim mais, como que eu posso dizer, você acaba sendo tipo assim é você acaba criando uma proteção por você ser muito vulnerável. Então você acaba criando aquela proteção então eu acredito que tipo assim isso foi um processo para mim tentar tirar um pouco disso, tentar tipo você não precisa o tempo inteiro tá tipo assim, você não precisa o tempo inteiro se proteger, às vezes nem sempre todo mundo quer fazer tipo alguma coisa de mal para você, então eu acho que tipo essa foi uma coisa que uma lição e uma coisa que eu sempre levei para mim.

Tatiana: Ah que bonito você falar isso porque se tem muitos bloqueios né e acaba gerando um escudo realmente né, nós no nosso dia a dia a gente já faz né então ainda tendo experiências com pessoas diferentes que nem você comentou que foram duas vezes que você acabou indo então você tinha uma consciência de como que era então era mais um escudo seu também sendo formado. Polle deixa eu parar aqui a gravação só um minutinho, tem algo que você queira comentar mais assim você

Polleana: Assim mas eu posso dizer por mim que sempre eh sempre senti muito acolhida pelas tias são sempre foi pessoas que tipo assim você sempre me trataram muito bem sabe carinho e eu acho que isso faz a diferença quando você está lá, né sim tá ali naquela situação sim. Então eu tipo assim para mim foi uma coisa tipo assim, claro que não é né um lugar que você quer estar, em um lugar né que que você se sente ai nossa estou feliz 100% porque não é um lugar que ninguém quer estar entendeu, mas é tipo assim a tudo que eles podem fazer para eu sentir menos pior eles fizerem entendeu, eu acho que isso é muito importante muito válido né.

Tatiana: Uhum belezinha vou parar aqui.

APÊNDICE F

Transcrição conversa Maria

Tatiana: Aí Maria coloquei a gravação. Então como me apresentei eu sou a Tatiana, e esse é um trabalho de finalização do meu projeto do mestrado tá, que trabalha sobre os lares de acolhimento. Eu gostaria de ouvir, ter uma conversa

contigo a respeito de como foi a sua vivência no lar de acolhimento, qual o período que você ficou, quanto tempo você ficou, e qual foi o lar que você esteve

aqui em Campo Mourão, se você puder me contar um pouquinho, tá bom.

Maria: Eu lembro que eu fui pro Lar Ágape na época que tinha eu fui com seis aninhos aí eu saí com 12, porque eu fiquei entre o lar e entre a casa dos meus pais, eu ia e vinha. Aí com 12 anos eu sei que fui definitivo pro Lar Mirian, aí eu fiquei lá até meus 18 anos, mas o período que eu fiquei lá se eu não me engano foi 2002 sabe, aí fiquei até 2017. Eu gostava de lá, gostava da tia Eva, da tia Soraia, gostava da tia Odete, tinha bastante tia, é que agora eu não lembro bem os nomes. Mas tudo eu gostei sabe, a gente era bem tratado, bom eu não tenho muito o que falar porque eu ia para lá e eu era quietinha então não tinha tanto. Assim, é isso, a gente ajudava no dia a dia quando era para fazer as coisas a gente fazia, todo mundo ia se ajudando, sabe.

Tatiana: Sim, vocês tinha uma rotina?

Maria: Assim tinha hora para dormir, tinha hora para acordar, para se alimentar, é que nem a casa da gente tem hora para tudo, e a gente cada um tinha a sua função, vamos supor eu lavava a louça, a Poliana secava, outra pessoa guardava, ou limpava o chão, mas todo mundo ajudava sabe.

Tatiana: Uhum.

Maria: A gente só não cozinhava e não mexia na máquina, a gente fazia tudo aí.

Tatiana: É perigoso né Maria.

Maria: É porque eles não deixavam, mas fora isso todo mundo se ajudava. Os nossos quartos a gente que limpava né quando chegava da escola, as roupas a gente estendia, eu dobrava coisas que a gente faz assim no dia a dia da nossa casa que já tá acostumado né e tá acostumado.

Tatiana: E você foi sozinha? você tinha algum irmão lá? Irmã?

Maria: Não, eu fui sozinha, eu sou filha única então foi sempre eu sabe, e daí eu era sozinha.

Tatiana: Uhum entendi e tem alguma memória assim que você lembra, de algum momento que você gostava de quando estava no lar? Algo que te marcou?

Maria: Quando eu era pequena, eu não lembro tanto, quando eu era pequena entre os 12 lá para 15 anos porque eu não fazia quase nada, eu ia pra escola voltava, mas eu gostava quando era a época de Natal, a Páscoa, as coisas que as pessoas vinham lá ver a gente e levava uma lembrança sabe. Aí dos meus 15 anos para cima, até meus 18, eu fiz jovem aprendiz então não tinha tanto tempo lá no lar. Eu ia pra escola, trabalhava, e voltava, era essa a rotina.

Tatiana: Ai que bom você fez o jovem aprendiz.

Maria: Então fiz, mas antes quando eu estava com a Maria, já com a Maria e morando com Polle, eu estava fazendo, aí a gente teve desentendimento aí eu fui pro Lar e eu continuei com Jovem Aprendiz, então quando fiz uns 15 anos não fiquei tanto sabe no lar, mas era gostoso, eu lembro todo dia de lá.

Tatiana: É você tem boas memórias então do local, do espaço?

Maria: Eu gostava de lá.

Tatiana: E você continuou conversando com o pessoal que trabalhava lá ou perdeu o contato?

Maria: Assim eu tenho algumas tias, e a Polleana e a irmã no Facebook, mas assim conversar mesmo é mais ou menos um “oi tudo bem” a gente perdeu tanto contato sabe, mas eu tenho sim no Facebook.

Tatiana: E depois que você saiu do lar para onde você foi Maria?

Maria: Quando eu fiz 18 anos, como eu estava trabalhando no Jovem Aprendiz e o lar me ajudou, o lar me ajudou a achar uma casa, me ajudou a achar uma casa e eu sei que a Soraia me acompanhou para comprar uma geladeira um fogão as coisas sabe. Daí quando faz 18 anos sai, mas a maioria das crianças dos Adolescentes tem algum parente e eu não tive porque minha mãe morreu tinha 12 anos, meu pai morreu já tinha 19 e os meus parentes eu não conheço, então o lar me ajudou nessa parte sabe, mãe, mesmo assim depois ajudando a no possível.

Tatiana: Que legal, aí te ajudou a construir, sua, a mobiliar, toda essa parte, que bacana. Então você foi pro lar com 12 anos a primeira vez?

Maria: Fui dos 6 ao 12 anos aí no Lar Ágape, e pro Lar Mirian eu fiquei dos 12 ao 18 anos.

Tatiana: Ah belezinha, estou anotando aqui. Então olha você é a primeira que eu estou conversando que que foi pro Lar Ágape né, e poucas pessoas tiveram esse contato com o Lar Ágape, hoje que eu consegui. E o Lar Ágape ficava onde Maria?

Maria: A eu não sei te explicar é afastado aqui da cidade né.

Tatiana: É afastado da cidade é mais, eu não lembro o nome, eu tentei pegar

Localização, mas falaram que depois que eles fecharam o Lar Ágape, aí dividiram né, ficou Mão Cooperadora com os meninos né e o Lar Mirian com as meninas, mas é algo histórico ao município né, é algo que faz parte do processo

histórico do município. E hoje Maria você tem filhos, estou vendo

Maria: Aqui eu tenho esse que é o nenenzinho, eu tenho três meninos.

Tatiana: Três meninos.

Maria: Três meninos. Eu saí do Lar eu já casei e daí já veio também.

Tatiana: Ah é já constituiu família então.

Maria: Já.

Tatiana: Qual que é a idade deles?

Maria: Esse daqui tem dois, o Pedro Henrique tem seis e o Davi tem quatro.

Tatiana: Ô meu Deus do céu. Então a escadinha, um ajuda o outro, é uma escadinha, ai que legal. E você lembra de algo a mais assim no lar que te marcou, alguma outra experiência que você queira relatar, se teve algum momento que você não gostou, algo assim?

Maria: Não, todas as vezes que eu fiquei lá eu gostei. É que a única coisa que eu não gostava às vezes é quando chegava Natal e Ano Novo porque daí as crianças ou adolescente ia pra casa dos parentes e eu cheguei a ficar umas três vezes só eu e as tias. Mas aí teve uma vez, ó não sei se é porque ela gostava bastando de mim mas eu lembro da tia Eva eu sempre ia pra casa dela final de semana. E essa é a única coisa que eu não gostei do Lar sabe, que às vezes eu ficava lá não sozinha, que eu falo sozinha adolescente, outras era de boa eles ajudava sabe quando precisava sim.

Tatiana: Foi uma experiência e bem assim com memórias muito boas então para você né, tanto do Lar Ágape e do Lar Mirian.

Maria: Sim tanto as tias quanto a convivência sabe, as pessoas elas são bem gente boa, ajuda a gente bastante, eu gostei dos dois.

Tatiana: Ah que bom Maria, muito obrigada eu estou vendo ali, eu sei que você tem que fazer suas coisas aí. É o Enzo? Oi Enzo tudo bem? Oi? Oi? Maria gostaria de te agradecer pela sua colaboração tá. Obrigada por você estar contribuindo com o trabalho por ter me ouvido agora, esse horário com as crianças. Deus abençoe a sua vida que você tenha um caminho abençoado né que você colha só memórias muito boas, tá bom.

APÊNDICE G

Transcrição conversa Fernando e Priscila

Tatiana: aqui eu coloquei a gravação então vocês me permitem essa gravação que nem eu falei para vocês ele apenas para estudos acadêmicos. Eu estou terminando a minha dissertação do mestrado então assim é muito importante para mim ouvir ter essa conversação com vocês aqui, ouvir um pouco da história de vocês. Como que foi no lar a experiência de vocês nos lares de acolhimento, vocês que estiveram em lares diferentes e hoje constitui um matrimônio com filhos e tudo mais se puderem um pouquinho relatar para mim como que foi essa experiência, agradeceria

Fernando: Beleza

Priscila: Beleza

Fernando: Então, na verdade eu sou de uma família de três irmãos no caso eu e mais dois é do segundo casamento da minha mãe o meu pai era uma alcoólatra era um momento bem triste lá e enfim ele era aposentado o dinheiro “malemá” dava para viver. Com a morte dele antes dele morrer o fórum levou a gente Pro Lar Dom Bosco que era ainda no lar Paraná uma um Casarão de madeira e lá com ficamos um bom tempo lá e daí voltamos para casa. Ainda o meu pai vivo mas o um lar bem complicado a estrutura muito abalada. Tem uma lembrança dos Vicentino que ajudava muito e no lar Dom Bosco os padres das igrejas mandava as hóstias pra gente comer então era motivo de alegria lá daí com essa volta para casa ficou aquele perturbação tal um tempo. Meu pai morreu a minha mãe não tinha como cuidar da gente com três criança pequena e o Lar Bosco ele tinha uma faixa de idade para pegar e tinha o Lar Mirian que estava iniciando mas o Lar Dombosco tinha uma faixa de idade que ele estavam não pegando, e tinha outra possibilidade no Lar Agape aí onde que daí a gente foi pro Lar Agape os três. O meu irmão do meio demorou, o conselho não existia Conselho Tutelar o Fórum na época pegava aí ficou eu e meu irmão pequeno lá a gente morou lá o meu irmão foi com quatro, oito anos se eu não me engano e saiu de lá depois dos 18. Você lembra o ano mais ou menos eu não recordo?

Priscila: É

Fernando: Então eu fui se não me engano com 12 anos para 13. Eu sou de 1981

Tatiana: Uhum.

Fernando: Então para 13 anos , 81 95 93 não menos fazendo um favor que

eu lembro que a copa de 94 eu estava lá ah então foi 92 a 93 a copa de 92 acredito entre 92 e 93. Aí só que depois pegaram o meu terceiro irmão do meio, que foi o terceiro aí para lá aí eu ficava fugindo de lá. O Lar Agape era um lar Cristão Evangélico onde tinha um segmento para você ir na igreja. Tinha várias situações evangélicas que você tinha que fazer, tinha um seminário e não tinha cerca você poderia fugir a qualquer momento e eu sempre fugia porque a ideia sempre foi voltar porque a minha mãe ficou sozinha nesse período, então sempre era voltar para minha casa para ajudar minha mãe mas o Fórum via que depois de uma semana era eu e a minha mãe estávamos passando fome de novo aí o Fórum pegava nós, eu no caso, levava pro lar de novo e lá eu ficava mais um ano talvez 6 meses, 8 meses e fugia de novo sempre para cuidar da minha mãe. E sempre foi essa história de não dar certo e acabava passando fome. Aí uma das vezes que eu fugi, eu acho que eu já tinha uns 16 anos, 15 anos. aí o lar achou melhor não me pegar mais. Aí já existia o Conselho Tutelar, porque antes não existia Conselho Tutelar, a gente era pelas pessoas do Fórum que nos orientava aí já no conselho tutelar eu pedi pra coordenadora falecida Rosemara e a tia Velmar também falecida e eles foram lá e fizeram uma reunião comigo e eu pedi pelo amor de Deus para voltar pro Lar Agape que eu não ia fugir mais que eu não ia fugir mais e que eles me deixassem porque eles já estavam cansado disso aí com muito custo eles autorizaram eu voltar pro Lar Agape, aí não fugi mais. Aí só que daí já mudou porque com 16 anos e você poderia uma vez por mês visitar os familiares num domingo por mês e eu já fazia um curso de eletricista nessa época que a gente cruzava a cidade, um exemplo no Tropical a gente ia lá pra saída de farol no SENAI fazer curso Senai,

ganhou o curso lá. Ganhamos o curso lá na Ágape, uns três, quatro fizemos o curso, hoje só dois é eletricista até hoje. Eu e o Daniel, ai tinha o Florisvaldo e o e o Joel não seguiram. Outras coisas aí a gente é como era caminho da casa da

minha mãe então eu todo dia passava e voltava então tipo assim eu consegui ter um contato a mais com a minha mãe aí.

Priscila: Essa época que ele fazia o curso a gente começou a namorar, a gente namorava no lar.

Tatiana: Se conheceram o no Lar Agape?

Priscila: É aham,

Fernando: Desde quando na verdade depois ela vai contar a história dela mas quando eu cheguei ela já estava, só que ela era menor que eu e tal né é só que daí é tipo assim a gente só foi namorar depois que ela tava, você tinha 16 anos? Priscila: Você fazia o curso né, isso aham uns 3 anos.

Fernando: Depois mais ou menos aí então daí a gente namorava. Então tipo assim já tinha um escondido né. Não podia namorar, não podia namorar. Muitos sabiam, mas tipo assim era escondido né. E daí eu fazendo o curso então tipo assim eu ia mais na minha mãe então já teve mais facilidade aí eu passava a situação pro lar. Daí tinha o Oscar que era uma pessoa que trabalhava no lar, a gente fez uma amizade muito boa ele foi na casa da minha mãe reformou, ele fez um trabalho muito bom na casa da minha mãe. Então a gente teve muito contato com a minha mãe dos 16 aos 18 não morando com ela né. E tinha situações que o pessoal do Lar já confiava na gente então a gente já ia mais frequentemente sem poder sair que era 16 anos para cima uma vez por mês poderia. Eu acho é 16 anos e poderia ir pro curso, pro culto no sábado JEM do jovem, que para nós era uma vitória. Porque você só ficava lá fechado, claro 16 anos queria sair, lá então para nós foi uma beleza né, então daí a gente fazendo o curso e tal voltando, aí eu comecei a trabalhar e aprendi muita coisa no lar e

não quis sair daí. Com 18 anos continuei no lar, só que daí eu fui desligado do orfanato, aí eu fui morar no Instituto que a gente falava do outro lado e lá eu morei até os 21 anos. Mas daí dos 18 era liberado eu saí a hora que eu quisesse depois da noite e eu tinha toda a liberdade de uma pessoa com 18 anos. Uhum então eu saía pra cidade, eu ia na casa da minha mãe às vezes, pousava na mãe, voltava cedo para trabalhar, mas eu fiquei no lar e no instituto trabalhando até os 21 anos. Com 21 anos eu resolvi sair mas não saí porque daí eu arrumei emprego fora e eu vinha todo sábado trabalhar na casa da tia Velma então fiquei mais uns 4 anos, de 21 aos 26, 25 anos envolvido até desligar totalmente. Tinha a Velma ela era uma irmã do pastor Loyd que era o presidente americano pessoal que fundou o Lar Ágape, eram americanos. Vai ouvir a gente falando de tia Velma, pastor Loyd, pastor Ricardo, são todos fundaram lá entendeu. E então a gente tinha maior carinho, maior respeito até a gente se arrepende hoje que eles davam para nós o inglês fluente o inglês puro lá dos Estados Unidos né, só que era uma geração que a gente é. Um exemplo quando eu fiz o curso de eletricista era o Windows 98 a gente nem ligava para esse Windows 98 então a gente nem queria ele era lento, era verde, depois ficou um pouquinho colorido, mas enfim eu conversei com um professor que eu fiz serviço no Campus e fiz no integrado, ele é o professor de informática, ele fez Windows

98 ele falou que ele foi um dos que investiu na época né só que era uma época que ninguém acreditava, inglês mesmo a gente a gente cantava música sem saber o que que era que estava falando é, então a gente era uma geração muito fraca nesse sentido né. Então daí a gente perdeu muitas oportunidades na vida que estava na nossa mão então hoje a gente acredita eu acho legal quando uma família é rica e o filho continua a fortuna da família só que

hoje eu não acredito em você ser pobre e morrer pobre eu acho que as oportunidades você perde de ser rico entendeu. Então eu acho assim eu acredito que eu perdi muitas oportunidade de ser um professor de inglês de ter uma escola de inglês enfim talvez ter indo para os Estados Unidos, enfim mundos e mundos que eu perdi por eu não dar valor na informática no curso que eu fiz eu trabalhava com eh fazendo redes então era coisas dentro do computador a gente fazia uma eu fazia na época como se fosse para Coamo para Coamo se comunicar isso naquela época com Windows 91.

Tatiana: Uhum

Fernando: Então assim hoje eu vejo que a gente perdeu essa oportunidade e conversando com o professor tudo isso ele sabe ele é só professor porque ele ganha muito bem ele tá bem na onde ele tá mas ele poderia estar numa Coamo fazendo informática enfim num CDI de essas coisas de informática né ele até ele é ele é presidente dessa parte do integrado ah tipo assim, é Walter se eu não me engano, então mas o que acontece é com essa conversa com ele foi legal. Recentemente né, Prisila e eu falando com ele, ele falou assim “pô cara que pena que você não teve essa visão naquela época né”, então era uma visão ruim, então hoje a gente tenta passar hoje já com os filhos para eles terem essa

visão porque o mundo tecnológico veio para ficar né.

Tatiana: Sim.

Fernando: Voltando lá nos 25 lá

Tatiana: Só perguntar uma coisa, o Instituto era ali do lado do Lar Agape ou onde ficava o Instituto que você falou?

Fernando: Assim ele era como se fosse uma propriedade de vamos pôr aí três hectares, era oito hectares um exemplo, e daí no meio tinha um mato e do outro lado que do mato era o Instituto. Um lado era o orfanato e do outro lado era o instituto. Ficava no meio só que daí a nossa linguagem da época era do outro lado, mas do outro lado do mato que era o instituto. No Instituto ficava seminarista que era de fora, era dividido assim de todas as cidades daí lá era o Instituto lá de cá o orfanato entendeu onde ficava nós crianças que era quatro casas né. Normalmente era casa das meninas grande, casa das meninas pequenas, casa dos piá grande, casa dos piá pequenos, então e até na época aproveitando dos seminaristas tinha uma tal de nome, conhecida no mundo artístico é Cláudia Montenegro, é Cláudia Montenegro na época ela dava aula de inglês para nós né, ela falava muito bem então tipo assim hoje se procurar acha o nome dela ela, é bem famosa faz muito tempo que eu não sei dela é uma lembrança que a gente tem então ela dava aula de inglês para nós e a tutora dela era esposa do Ricardo que era filho do pastor Loyd. Pastor Ricardo filho do pastor Loyd que fundou, eles eram

americanos legítimos e ela é professora de inglês e já deu aulas aqui em Campo Mourão numas escolas de inglês bem de nome digamos assim, né ela era professora de inglês então ela passava muito para pra Cláudia, e a Cláudia dava aula para nós e ela também dava aula para nós. Mas então foi uma época que a gente não aproveitou mesmo né então foi época que a gente não aproveitou.

Tatiana: Então vocês tiveram assim acesso a cursos pode considerar, assim que a educação que lhes foi fornecida foi boa?

Fernando: É embora sempre nós, a gente sempre queria a nossa mãe, nossa família, isso foi um vazio muito grande. Saber que a gente podia passar fome, a gente queria passar fome com a minha mãe, é a gente queria ir só que em tese a tese foi acolhido, o acolhimento deles foi essencial para nossa formação.

Tatiana: Uhum

Fernando: Porque mesmo onde eu morava com a minha mãe, a maioria dos amigos meus hoje que estão vivo, a maioria morreu por alcoólatra ou drogas, hoje eles não têm nada na vida, tipo não tem estudo. Talvez é um pedreiro, não desmerecendo mas assim são pessoas que tem um vício por trás muito grande e não teve construção social sabe, teve um monte de filho de qualquer jeito. E a gente reclamava, a gente tinha que ir pra igreja a gente reclamava, a gente falava na cara deles, a gente estava na igreja porque a gente é obrigado, porque se não precisasse a gente não ia. Tinha rotina assim sim, domingo tinha horário de almoço, café, almoço e janta se perdeu o almoço perdeu a comida perdeu a comida ia pra horta comia fruta entende, mas perder a janta, perdeu. Aí existia muitas amizades né um exemplo eu estava trabalhando, não, quem trabalhava sempre guardava comida olha comida é tá trabalhando, então a gente trabalhava muito, a gente trabalhava demais, demais mesmo, mas que que acontece é as amizades. Porque ó, eu morava num quarto que teve momentos que tinha se todos diferente, era duas três beliches, teve momento de três beliches, então se tinha preto, era comum a gente chamar as pessoas de preto, quando era preto zaroio quando era zaroio, manco quando era manco, ruim de bola, então a gente cresceu desse jeito então tipo assim até hoje a gente tem muita dificuldade quando a gente tá na cidade é a gente porque para nós preto é uma pessoa normal comum é uma pessoa até abençoada, que se é difícil você ver um preto de dente ruim, é difícil um preto doente, então e a maioria dos Pretos são fortes principalmente homens né, tem uma estrutura óssea muito boa para trabalhar e tudo mais né então tipo assim a gente nunca teve esse problema né. E nós branquelos digamos assim sempre foi mais fraco né, eu sou marrom digamos. Assim, mas tinha amigos nossos que era Polaco então era nossa né, complicado e era tudo misturado.

Tatiana: Era tudo misturado meninos e as meninas?

Fernando: As meninas separadas, daí nas meninas também que depois a Priscila vai falar sobre isso né, mas na casa delas também tinha meninas negrinhas, meninas branquinhas, meninas enfim era de tudo meninas com muleta que tinha problemas de nascença, então a gente cresceu nesse meio e foi um meio que se eu pudesse eu voltava só que eu corrigi algumas coisas que hoje eu sei né. Então eu melhoraria algumas coisas é hoje com certeza a gente pode dizer que foi, acho que o melhor lugar que a gente poderia ter, melhor lugar, melhor lugar hoje a gente vê de volta para trás a gente vê muita coisa errada mas na época a gente não via então não gostava também por mais que a gente não via as coisas errada, a gente não queria estar lá né de maneira alguma, mas hoje a gente vê que foi melhor a gente ter vivido. Então só que teve duas fases né teve duas fases essa fase boa que a Priscila tá falando é a fase que a gente ficava 10 anos, 20 anos, teve crianças que entrou com recém-nascido e saiu depois dos 20 anos, então a gente construía uma família, a gente era como irmão, era como irmão porque sentimento, de embora eu tô casado com a minha irmã né, que ela era a minha irmã.

Tatiana: É ela era sua irmã então.

Fernando: Acabou cuidando muito que se tornou minha esposa mas assim a gente tinha um amor de irmão eu tinha um irmão de sangue, a Priscila os irmãos de sangue, sim porque seus irmãos continuaram no lar contigo, sim comigo morando lá em casas diferente porque a idade era compatível né. Mas a gente sempre estava se vendo, a gente fazia de uma casa para outra a gente fazia telefone sem fio, não é, telefone com fio né, com fio no copinho e a gente se comunicava tipo é 10 m de distância 12 metros, a gente ficava se falando à noite de janela a janela então a gente tinha essa vida legal né. Então uma situação que eu preciso falar que foi muito importante é essa fase que a Priscila colocou que a ela voltaria e foi uma fase melhor que a gente foi morar lá, essa fase foi a boa aí depois que a gente cresceu e saiu eu vou falar, e volto depois aqui. Aí eu eu fui morar com a minha mãe trabalhei e tal e tive a oportunidade de voltar a ser funcionário do Lar aí eu voltei a ser funcionário do Lar, eu era motorista eu era tratorista, cuidava monitor das crianças quando as mães saíam de férias, eu ficava cuidando dos meninos não das meninas, mas dos meninos então foi um período muito legal eu fiz amizade e tal, só que teve um período triste que foi o da legislação brasileira, ela aplicou que o Lar ele se tornou não mais um lar eh

de crianças assim ele era um lar provisório.

Tatiana: Uhum.

Fernando: Então no meu ponto de vista como interno, um ex-interno foi a pior coisa que o que o Fórum fez, é não sei o termo correto, mas é Fórum.

Tatiana: A legislação brasileira

Fernando: Fez foi virar as casas, hoje já nem existe mais mas se tornou provisório o que que era provisório uma criança que estava, já na nossa época que era interno se tinha maconha era cola de sapateiro e tiner.

Tatiana: Uhum

Fernando: Era droga da criança, sim, mas na rua né

Priscila: Aham, aham

Fernando: E agora nessa geração que mudou o que se tornou Lar Provisório já tinha essas drogas também mas tinha craque, êxtase, enfim esse mundo de coisas aí o que que acontece, você estava fazendo um trabalho com uma criança lá de 6 anos, trabalhando com a criança, doutrinando ela dentro da palavra de Deus é isso, isso é certo, isso é errado, aí o Conselho Tutelar pegava uma criança numa balada e trazia, pular essa criança vinha pular muitas vezes com contatos de telefone drogas e trazia essa droga para dentro do Lar aí aquela criança que estava sendo trabalhada há 6 anos que já estava pura, ela começava a se envolver, usar drogas por causa dessas influências que estava vindo. Elas fugiam porque o lar ele até hoje, hoje foi desativada há muito tempo, e hoje tem outros acolhimentos de drogados e alcóolatrás, mas ainda não existe porteira lá é tudo aberto até hoje a ideia é você foge a hora que você quiser então as crianças saíam muito então daí nesse período eu já funcionário a gente teve muita dificuldade. E violências grandes tipo crianças com arma de fogo com facas a ponto de ferir a gente já adulto, então no meu ponto de vista deveria continuar aquele tipo de acolhimento que a criança ela tinha uma formação não acadêmica mas uma formação pós acadêmico para se formar, mas ali ela tinha toda uma estrutura familiar ela tinha uma mãe, que era funcionária, uma mãe social. Uma mãe social que a gente chamava, que hoje eu tenho contato com a minha mãe social, eu tenho maior respeito por ela tem as divergências, as coisas erradas que ela fez, as coisas certas, hoje a gente conversa abertamente não discutimos, não brigamos, ela admite que muitas coisas ela fez errado também, hoje então a gente tem uma harmonia legal. Então daí essas mães continuaram sendo mães sociais, mas com essa mudança de caráter e do Conselho Tutelar que surgiu, o Conselho Tutelar que no meu ponto de vista foi a pior coisa que existiu, no meu ponto de vista, porque quando era o Fórum eu lembro da Angelina, a gente tinha uma conversa mais amigável, a polícia uma situação, mas hoje o conselho ficou uma coisa política. É uma coisa política, é uma coisa que existe a

votação lá, mas enfim não vou entrar nesses médios preso mas enfim e eu acho no meu ponto de vista, divisão de interno, ex interno né.

Tatiana: Uhum

Fernando: Então é essa visão que eu tenho, aí as mães que era Social da nossa época, que já nessa época eu como funcionário elas começou a pegar criança com 13 anos que foi criado desde pequenininho aí de repente a polícia chegava com uma criança de 13, 14 anos tinha uma vida inteira vivida, estragou todo trabalho que essa mãe fez dessa criança, daí já entrou a lei que não podia bater nas crianças que naquela época né, a gente apanhou muito lá, a gente apanhou muito na nossa época, assim só que nada apanhar porque não merecia entendeu. Então todas as surras que eu levava existia um ritual, vamos colocar assim, fazia uma reunião semanal aí a mãe da casa falava tudo que o a pessoa fez de bagunça e tudo mais eles debatiam entre adultos da diretoria e eles articulavam que aquela criança merecia levar 20 varadas, 30. Eu era um que toda a semana estava lá com as 30, é eu apanhava muito porque eu era muito difícil. Tudo que é certo é certo, então tipo assim na época que fugia, fugia, voltava, apanhava e cada fugida que dava quando voltava apanhava. Mas eu sabia que eu ia fugir e que eu iria apanhar então eu já esperava essa surra. Mas daí quando eu estava interno eu apanhava toda a semana porque eu brigava com todo mundo no sentido de eu não admitia que um amigo meu interno ali, a irmão mesmo não sendo de sangue apanhasse sem merecer, não foi ele que roubou e alguém acusou. E alguém vai bater nele então eu batia de frente na nossa época era uma época muito difícil era uma época a gente nunca passou fome mas já aconteceu de comer arroz e feijão a ponto de tá quase acabando o arroz e feijão então a gente lutava muito entre nós. A gente tomava um exemplo, a gente tomava chá todo dia um chá horrível, não era nem chá mate, era 81, não sei o que lá e eu fazia o chá aí a gente, acho que é importante falar isso que vai entender bem, o fruto maduro os primeiros japoneses dono ali eles a gente tinha a igreja perto ali, então a gente ajuntava ovo que a gente comia muito ovo então a gente juntava as caixinhas de ovo e a gente levava no Fruto Maduro para vender, mas o dono do fruto maduro não precisava de caixa de ovo ele comprava de nós para ajudar, aí já aconteceu dele comprar a caixa e o funcionário não

esperar a gente sair e já jogar no lixo.

Tatiana: Nossa

Fernando: Então mostrava, a gente já teve uma visão de comércio ali né e esses japoneses ali do Fruto Maduro, e não era só para um eles faziam para todos até para as meninas que entraram na jogada porque antes era só os meninos daí as meninas também. Ai isso não era algo do Lar, isso era algo meninos daqueles dias que a gente ia pra escola

dominical, escapava da escola dominical e corria lá vender as caixas e o dinheiro principalmente eu comprava açúcar e coisas gostosas, bolacha de doce, essas coisas que nós não tínhamos. Mas o açúcar era essencial porque o açúcar eu fazia chá de erva cidreira, muito com rabo quente pras noite, para nós ali, e se a gente guardasse bolacha a gente comia, porque a gente passava fome. Já vou explicar porquê e eu fazia o chá do outro dia para todo mundo tomar para ir pra escola aí quando eu não tinha erva cidreira, é porque a gente rapava todas as ervas cidreira, era as meninas, era os pia, então quando tinha uma folha lá tchau né. E daí a gente pegava o chá, fazia o chá para pro outro dia, as panelas de chá, duas grande aí o pó que era para jogar fora eu cozinhava de novo e a gente tinha açúcar daí a gente tomava um chá bem fraco duas vezes feito então era a nossa vida de noite em casa lá. E daí e a gente passava fome porque era tudo horário marcado, um exemplo almoço meio dia, café da manhã 7 horas, janta 6 horas, então imagina 6 horas janta, 9 horas tinha que dormir só que a gente ficava conversando quietinho, a mãe da casa apagava todas as luzes, apagava todas as luzes pro quarto, a gente não dormia aquele monte de criança no quarto e daí a gente inventava essas coisas quietinho pra mãe da casa não ouvir, porque senão ela vinha, batia, brigava e fazia dormir. Então a gente fazia tudo em silêncio, tudo uma coisa assim e lembro eu rapidamente eu era muito de consertar as coisas, eu consertava liquidificador ferro, e eu sempre fui de consertar rádio e um dos Rádios que eu o consertei pegava uma novela na Band, eu assistia, ouvia, a Pantanal nessa época, então a gente sabia tudo que acontecia porque não tinha televisão. Lá o pastor lá nas terça-feira ele trazia um filme de vídeo cassete para nos assistirmos ou levava nós na casa dele na casa dele mas um exemplo o Titanic que a gente assistiu duas ou três fitas quando era a cena lá do Jack lá no carro ele cortava, a gente só foi aprender aquela cena, quer dizer ver aquela cena depois de adulto praticamente, então eles tinham todo esse cuidado com a gente em questão de sexualidade, aquela questão de respeito tudo né. O Mamonas Assassina morreu a gente só foi saber quase muito tempo depois na nossa escola, quando a gente ia quando a gente escutava uma música que já era Mamonas Assassina e todo mundo já sabia a gente ia saber quem cantava.

Tatiana: Olha só.

Fernando: Então a gente era a gente, dentro da cidade a gente era muito para atrás, muito para trás na tecnologia da época. Na época era ruim mas hoje a gente vê que era bom.

Priscila: Era bom.

Fernando: Então muitas coisas assim, muitas coisas a gente ficou muito para trás. Assim então a qualidade que era de um, de um lar, que era pra vida toda né, então da como eu falei naquela mudança foi o que aconteceu mais ou menos. É nesse sentido que eu falo aí hoje

já não existe mais Lar Acolhedor, não existe mais, hoje tem o Dom Bosco, que o Dom Bosco é para mulheres, já mulheres com problemas de casa, que daí leva algum filho, alguma coisa assim tem até filhos né.

Tatiana: Sim, o lar Mirian.

Fernando: Em Campo Mourão ainda é muito raro, não acontece mais porque tem uma determinação e do Ministério da Juventude da Criança Adolescente que proíbe e hoje fizeram uma coisa mais errada ainda, você imagina um exemplo eu casado com a minha esposa, eu tenho um filho rebelde e eu e a minha esposa vamos para uma cidade sofremos acidente eu e ela morre o Conselho Tutelar hoje ele vai pesquisar a nossa família se eu tiver a minha mãe mesmo velhinha ou a Priscila o pai dela o conselho vai pegar essa criança ou tio aí vai determinando que fiquem, aí se comprovado que eles não podem ou não não tem como ficar, aí vai pro Lar depois, então mas como eu convivi com essa situação que você comentou, você não deixa de ter razão mas só no papel mas

na vida e na prática a gente participou de situações. Daí eu como funcionário já desde que a gente foi buscar a criança que o conselho estava obrigando uma avó aposentada sem nível nenhum de estudo ficar com uma criança rebelde de 13, 14 anos fazendo a vida da da avó teoricamente um um inferno, vamos colocar dessa maneira, e ele não podia ficar no Lar. Daí quando quando a polícia pegava ele em alguma festa, alguma coisa, a polícia levava pro Conselho Tutelar, fazia ir de volta para essa levava pra família, essa família. A não ser que hoje dessa data que eu tô falando com você mudou alguma legislação que depois de 14 anos com meu filho que eu tenho a gente não convive mais nesse meio. Talvez até tenha mudado.

Priscila: Talvez tenha.

Tatiana: Teve alteração em 2009 e teve uma alteração agora em 2017.

Fernando: É então daí a gente não participou. Uh, onde eu tava?

Tatiana: Você estava contando que você quando estava ali ...

Fernando: É quando a gente estava ali eu consigo até falar a data é, e tinha a

Mãe do Dougras, é o Dougras pequeno, hoje o Dougras tem sei que 21, 20 anos,

coloca 22 anos atrás, com certeza né, 22 anos atrás. Então com 22 anos atrás o rendimento o a o Conselho Tutelar seguia dessa maneira sim fazendo esse tipo no lar que se tornou provisório então eu convivi com esse desastre. A gente

viu perdendo, criança se perdendo no mundo por causa dessa rebeldia, até recentemente um menino que era da minha época que eu era funcionário, ele veio morar em Campo Mourão virou andarilho e recentemente se matou. Mataram ele né, moreninho lá que até tua irmã, o Bruno, nome Bruno, ele conviveu eu cuidei dele como monitor com os 12,13

anos dele, ele era bem rebelde e tal e já era essa geração de provisório aí ele não consertou porque ou seja na época que eu e a Priscila moramos era lugar que era rígido você tinha que cumprir. Você não era e se é para comer de colher todos comem de colher sabe e eu era um que lutava para todos comer de colher, aí de alguém comer de garfo né, todos é para comer de colher vamos comer de colher. Então a gente era muito rígido, assim sabe um exemplo vinha os filhos dos americanos no lar eles se comportava no Lar, embora eles tinham tênis da Nike camiseta de basquete e tudo mais mas se fosse para sentar na mesa comia de colher também. Então a gente sempre buscava dessa maneira então com essa alteração virou uma bagunça, então no meu ponto de vista as autoridades as políticas perdeu muitos jovens com essa mudança de ação.

Tatiana: Uhum

Fernando: E eu vi esse, um exemplo desse Bruno ele não se consertou depois dos 12 anos pra frente porque ele não estudava, daí bebeu ele virou alcoólatra, ele virou drogado. Eu não lembro porque morreu mas acho que foi espancamento, ainda acho que foi espancamento que ele morreu. É bem recente a morte desse rapaz aí gente,

Tatiana: Que tristeza!

Fernando: Então a gente sentiu, convivência, é muito triste e quem contou para nós foi a Sandra né que é a irmã da Priscila que conviveu com ele muito também no lar, hoje ela é assistente social. Então ela conviveu muito com essa situação mesmo ela trabalhava ali no Cras, é ali dentro do CRAS da prefeitura, não sei mas da mão cooperadora, ali para baixo que o negócio que tem da prefeitura.

Tatiana: Sim, sim conheço.

Fernando: Ah não aquele ali é um negócio para fazer cursos ali, ação social trabalha assim, mas do CRAS dentro da sessão social sim. Então ainda assim ali ela tinha bastante contato com Bruno. O Bruno que ele ia muito lá nas pessoas da rua.

Tatiana: Na casa de passagens

Fernando: Então, mas ele, é uma geração que eu falo com certeza em qualquer lugar se for preciso, perto de um juiz, que ele se foi o juiz que mudou essa regra, falar para esse juiz que ele errou porque o Bruno é um exemplo real. Tem inúmeros entendeu, mas o Bruno é uma geração que foi essa geração de lar provisório que se tornou uma situação que estragou o lar que existia e levou drogas e tudo mais para esse lar, prostituição. Porque daí as meninas temos exemplos na época que o Conselho Tutelar e o Fórum, não o Conselho Tutelar e a polícia pegava uma menina em prostituição e levava pro lar aonde tinha meninas que estavam se formando ainda, não tinham visto nem cena de beijo né, e essa menina se achava poderosa

contava cenas de relações adulta para essas meninas e muitas meninas que eram inocentes começou a gerar curiosidade e elas fugiam porque nunca teve cerca como eu falei. Então essas meninas que teve um aprendizado correto até uns 12, 13, 14 anos começou a fugir junto com essas meninas que vinha provisória.

Tatiana: Uhum

Fernando: Aí o Conselho Tutelar pegava elas em bordéis, casas, assim sabe aí ali rolava de tudo né aí essas meninas eh tem fatos dessas meninas que não sabia de nada ia para esses lugares daí voltava com a cabeça totalmente mudada até na maquiagem a gente até achava elas diferente porque a gente sempre tinha um segmento ali de crescimento que às vezes um batonzinho, talvez uma bola redonda na bochecha que era a época o pessoal usava, é então tipo assim até ali, mas de repente essas meninas ficavam dois, três, dias nesses lugares já vinha com o olho azul, com sombra essas, é esse meio aí que daí sabe cabelo diferente, unha preta, que não era normal então a gente via muito isso sabe. No nosso meio, meninos, isso ainda quando eu era interno né quando

eu era interno que estava saindo tinha essas possibilidades já começaram a levar né, já começaram a levar assim já quando estava dos 18, 17 anos assim para 18 já começou essas bagunças né Pri, já começou mas daí quando funcionário daí já era pior, daí a gente já era quase agredido. Tinha brigas de tiro, criança de 14, levava arma.

Tatiana: Então a sua visão assim enquanto interno foi muito boa, positiva, igual vocês classificaram foi a melhor possível, melhor experiência que vocês podiam ter para naquele momento.

Priscila: Isso e nós somos provas de um sonho daquele lugar hoje se tornou realidade é nossos quatro filhos, a nossa família formada, eu acho que se hoje tivesse o pastor vivo né Fernando, eu acho que para ele seria um orgulho nós, entendeu, a gente tá bem, tá trabalhando tem uma boa família, entendeu não ser né.

Fernando: Eu acredito que sim é o trabalho dele valeu a pena o esforço dele valeu a pena e nós temos muitas, então o legal do que eu tô falando para você e a Priscila comentando é a gente tem bastante experiências positivas mas eu vou falar para você que 98% são experiências da época que a gente morava porque para trás de mim era melhor ainda, porque daí eram pessoas que ficou muito tempo e quando saiu e eu cheguei eles voltavam um adulto e tinha aquela harmonia e teve fatos na época que a gente teve como se fosse irmão, pessoas que não morou com a gente, que eles viveu ali uma época mais complicada, iam a visitar depois já com famílias e tudo mais. Tem até um rapaz hoje que separou da mulher e tudo mais, mas enfim ele viveu uma vida muito boa com os princípios lá, hoje ele não vive que é

um direito dele também né não nada eterno né. Eu sempre busco com a minha esposa e com as crianças que a gente não busca

uma eternidade mas quanto mais longe possível melhor mas assim é a gente não se desviou e a gente tá com o mundo aqui na frente né então tem relatos assim um exemplo quando eu tinha 18 anos que eu saí do Lar eu fui numa danceteria que nossa porque nunca ia, era meu sonho ir lá porque o lugar era horrível mas era meu sonho, horrível porque o lar, os olhares do Ágape era horrível né, mas para mim era ótimo, dança, música e bebida enfim, seja o que

for eu não era de beber nunca, mas assim tá lá no meio agitando dançando né

as luzes lá vermelhas, tudo é cor, resumindo quando eu cheguei lá no meio da danceteria eu me senti sozinho no meio da multidão porque eu fiquei perdido, lá já não era mais o meu caminho, o que que eu fiz, eu saí de lá tinha pagado tudo conhecia muita gente fui num amigo meu de infância que era guarda na Casa da Cultura conversei com ele lá a noite inteira até os amigos meu passar na frente e ir embora. Mas assim eu notei que já não era mais o meu mundo.

Tatiana: Aquilo não cabia para você, você não cabia naquele espaço.

Fernando: É aquele espaço, até tentei, graças ao orfanato que na cabeça orfanato com aquela doutrina de lar acolhedor para você ficar anos e anos ali formando endo uma formação né. Não o que depois virou né, então tipo assim para nós a experiência hoje a nossa luta com os nossos filhos é eles não passar por isso não ir por parentes. Tem mais um exemplo eu tenho muitos parentes que eu não tenho contato porque quando eu precisei eles não me procuraram aí depois de adulto alguns até me procuraram, mas eu preferi se precisar de uma medula óssea, de um sangue, de alguma coisa, estamos aqui para beleza, mas convivência a gente não tem com esses parentes de sangue por causa disso porque. Porque todo final de semana lá no domingo a gente podia ter visita se tinha parente que quisesse ir lá visitar podia ir, era livre, podia ir levar coisa que quisesse, inclusive tinha o seu Gerson pai de uma dessas crianças lá que era interno levava bala, eles dava bala para todo mundo e nós não tínhamos, quer dizer tinha e não queria, sequer um tio, nada, que ia lá e a gente esperava a gente esperava, é isso que eu ia falar fica essa angústia né. Era muito triste até hoje assim falando com você me dá me dá uma alegria mas dá um aperto lá atrás no coração porque a gente era muito inocente mesmo, a gente precisava daquela visita. Para ter uma ideia o Lucas ele que foi para lá ele não tinha nenhum ano ele era bebezinho, Luquinha.

Priscila: O Luquinhas, aham

Fernando: Uma época foi uma família lá e levou coisas de comer lá tudo, não sei se não foi dado o que que aconteceu, teve alguma coisa que foi levado lá de dia que ele viu e ele queria viu, nossa quase morreu. Ele já era maior na época né, mas deu nó nas tripa dele lá gente teve que fazer cirurgia, ele não morreu por Deus, ele era por Deus.

Tatiana: Olha o tão sensível que é esses momentos né.

Fernando: Tanto que a gente tem uma amiga né e ela falou a um tempo atrás, faz tempo que eu não vejo ela, mas a gente conversava, ela falava nossa na época que a gente morava no Lar Ágape, eu tinha tanta vontade de tomar iogurte que hoje minha bala favorita é iogurte até hoje eu fala minha bala favorita é daquilo né, que hoje parece simples vamos lá comprar, hoje ela já até tem neto né. Tem Neto ela é da minha idade a menina dela teve filho agora recentemente. É que assim uma rápida situação, na nossa época de namoro a gente que queria muito ter filhos né e a gente teoricamente praticava, errado, tudo escondido, tudo escondido, não era nada assim mas e se pegasse apanhava então a gente queria ter filhos sabe era uma coisa que a gente buscava mesmo sabe, ter filhos. E essa menina que a gente comentou que hoje ela é vó, é um pouquinho depois ela teve filho, então esse filho ele é bem grande hoje né tem 25 anos.

Priscila: Uns 25 anos

Fernando: Na época que ela namorou o pai da criança eu e o Fernando namorava, e a gente namoro tipo, eles namoravam num lugar e a gente no outro junto, assim sabe escondido então numa das situações aconteceu dela engravidar e nós não só que a gente sempre queria.

Tatiana: E vocês eram os que queriam.

Fernando: A gente era que queria a gente sonhava demais assim sabe, a gente mais queria o filho do que a relação em si, porque para nós a gente queria aquela construção de família só que era a gente tinha muita pouca idade. Então tipo assim isso era com quantos anos, tinha eu acho que tinha 15, 16, 15, 16.

Priscila: Você né, eu ainda eu acho que tinha 14 pra 15 anos mas como a gente

falou tudo escondido, só que a estrutura se ali ficasse grávida ia ser um problema muito sério, porque criança não podia. Mais que eles ensinavam a gente assim a gente ia crescendo, a gente ia se conhecendo, ia conhecendo o corpo não tem como, tinha contato assim um namorinho ou outro.

Fernando: É por mais que a gente era afastado do mundo aqui fora, mas assim a gente tinha desejos tinha fantasias né, por isso que eu falo que eu cresci abordando, nunca criança ficar sentada no colo de adulto, respeitar bastante sabe. É nesse sentido que eu falo porque eu acho de pequena né aquele estímulo né sim menininha pequena se comportar, eu não tenho

filhas, mas se eu tivesse filhas uma menina e poderia usar uma sainha mas um shortinho por baixo, o shortinho por baixo é uma roupa decente então eu acho assim que são qualidades de um bom crescimento. Então tudo isso a gente também pegou lá no lar.

Tatiana: Sim de valores que vocês conheceram lá né do que foi apresentado para vocês.

Fernando: Porque é assim nada contra, mas criança dançando música, que na nossa época para você ter uma ideia era descendo na boquinha da garrafa você vê que ridículo você via crianças pequenininha dançando essa música e pai e mãe batendo palma e a gente já achava um absurdo. Porque imagina uma criança e essa geração que eu tô falando, nesse pedaço eram pessoas que começou a seduzir corpo né, é maquiagem de criança, não sou nada contra

a maquiagem, mas eu ia colocar muito para minha filha para ela buscar uma maquiagem adequada ou talvez esperar uma idade certa. Então tipo assim dentro de um conceito legal para ela ter uma visão legal né, então daí como tem só meninos acaba mudando muito as situações né mas mesmo os meninos a gente conversa muito e o que que um adulto deve fazer, o que um adulto não deve fazer, o que fazer se um adulto fizer coisas que não pode fazer. Então essas abordagens a gente coloca muito nos meninos porque nós tínhamos a mãe social só que nós se cuidava muito entre irmãos porque poderia ocorrer situações que a mãe social talvez duvidasse e tudo mais, então nós se ajuntava nos meninos e as meninas porque existia muitas situações. Um exemplo, um pastor veio lá de São Paulo mas assim muitas vezes naquela época a pessoa nome pastor o status era muito grande, como se essa pessoa não podia errar, não errava, ela não errava então se uma pessoa dessa fizesse alguma coisa obscena para nós, nós contávamos um pro outro e fazia um reboliço ali. Então entendeu, então nós se cuidávamos assim sabe isso então a gente cuidava muito porque o mundo que é mundo desde Sandor e Gorra lá como é que o nome Sodoma e gorra, sorra e comor, aquela cidade da Bíblia então perversos, coisas e tal sempre existiu né seja em religiões ou não em religiões. Então essa essa visão a gente sempre teve, então a gente sempre se cuidava entendeu então era mais um os meninos entre os meninos, e as meninas entre as meninas e se um pastor falar ou fizesse alguma coisa para uma menina, todas conversava e contava para os pia. A gente ia brigar, a gente ia se unia ali se unia. Então ninguém tirava farinha com a gente, apanhar todo mundo, todo mundo. Já aconteceu reunião que uma pessoa ia apanhar e era injusto todo mundo se levantou então ou bate em todo mundo ou não bate, aí todo mundo apanhou.

Tatiana: Olha

Fernando: Mas apanhou porque daí foi unidos, é tipo de seis um grupo de seis né a gente se levantou e só que a gente se levantou errado porque a gente não tinha noção de se levantar a gente se levantou xingando, brigando, então daí a gente apanhou por falta de educação. Eles batiam, o pastor batia lendo a Bíblia onde falava aquele quem ama corrige, ele chorava gente, ele chorava. Não era com vara como tava dizendo, ele mandava arrancar as varona lá e as vara, era vara mesmo vara de pessegueiro. Ele mandava nós arrancar, a gente buscava mais mole né, e nas reuniões ia com duas, três, calças, sabia que iria apanhar né. Ele sabia de tudo isso sabe, só que ele batia muito certo no lugar certo e doía pra caramba, mas assim ele sabia de tudo. Mas na verdade hoje a gente vê quando eu esqueci a calça virava roxo mesmo, ficava ponto de ser ruim para andar, já aconteceu tinha que ir para aula sentar.

Tatiana: E vocês frequentavam escolas diferentes?

Fernando: Assim não, frequentavam normal onde todo mundo ia.

Tatiana: Não mas vocês juntos estavam numa mesma escola?

Fernando: Na mesma escola, frequentava mesma escola então era a época mais fácil para namorar né.

Tatiana: É por isso que eu falei

Fernando: É então só que teve uma situação também que a gente sempre coloca, hoje os meus filhos eles têm os dentes maravilhosos sabe, maravilhosos. O Davi tirou o aparelho não tinha uma carie, 13 anos e nós com 12 anos talvez, dava para contar o dente que tinha, sim, então a gente é uma geração que não escovava dente eu fui aprender escovar os dentes lá na Ágape o pouco que tem é que eu conseguir lá na Ágape, salvar lá. Então são situações que a gente passou a nossa adolescência com dente podre e eles davam, eles davam escova eles davam, só que daí que nem na nossa casa era na casa dos meninos era 15, 16 dias para uma mãe. Vamos escovar o dente ela nem se a gente ia a gente não a queria passava orientação, passa lá e lava a boca, a gente não estava nem aí, não cuidou, então a gente sofreu muito na nossa adolescência com o dente podre sabe na frente dando risada foi triste sabe é algo não dá para comer uma rapadura não. A gente cuida muito sabe eu com 43 anos eu tenho cliente de 80 anos com dente perfeito então a gente vê que é uma geração boa. Daí o que que acontece só que eu queria colocar então daí a gente aprendeu isso, isso a gente trouxe pras nossas crianças o cuidado

realmente que deve ter. Vou falar pelo Davi, ele tá passando o a melhor fase dele onde foi a minha pior fase, eu dava risada com a boca na mão então foi horrível sabe foi horrível então eu tenho um trauma muito grande e depois que eu não tinha como cobrar da minha mãe que era minha mãe de verdade porque ela desde quando eu a conheci nunca teve dente e

o meu pai só tinha um só e podre. Um só e podre então a gente é de uma geração que não tinha uma adequação. Hoje os meus filhos, até perdoa a intimidade, hoje os meus filhos usam o banheiro tem uma higiene pessoal 100%. A Priscila como mãe cuida da casa 100%. A gente acha um absurdo que a gente ir principalmente em banheiro que a gente dá um valor muito grande né no sentido de higiene e tudo mais né então tipo assim a gente passou pros meninos um tanto, um exemplo. Um exemplo rápido quando os nossos filhos ainda hoje vão num banheiro público por mais que eles se limpam eles estão sujo e ele se sente sujo, não é verdade Priscila, ele sente tem que ter lenço umedecido no banheiro, lenço umedecido ou uma limpeza de água e sabão. Então tem que ter assim, então tipo assim tudo isso a gente conseguiu passar para eles também. Assim sabe mesmo o que a gente não tinha lá a gente tenta sabe, fazer bastante coisas não só em coisas boas coisas de comer assim mais é em tudo né. Por exemplo na higiene a educação, o respeito ao próximo, pessoas de mais velhas assim ó, ou pessoas mais simples que eles entendeu. Nunca desfaça né, nunca, nunca, nunca. Hoje até no centro tinha uma família perto do sítio que cresceu com a gente eles são pessoas muito simples e eles eram gordos na época a gente podia falar gordos, obesos, a gente hoje é obeso né, mas eles eram gordos e eles não tinham uma higiene pessoal a Tina e o nego né.

Priscila: É a Tina e o Nego são

Fernando: Mais ou menos da minha idade e eles sempre foram fedidos e a gente

soube disso só que hoje, eu hoje com a minha idade eu os abraço sem problema, eu não respiro adequadamente perto deles, mas eu não falo para eles, estou comentando com vocês aqui né. Mas assim eu os abraço no centro a gente cansou de ver eles na praça e cumprimentar como se fosse nossos irmãos e todo mundo via que eles são pessoas, a roupa mais limpa deles ainda é suja, porque são pessoas que convive com isso a vida inteira, e é tipo assim são pessoas que tem um amor um coração muito grande sabe, então eu não tenho problema nenhum de abraçar eles. Agora se longe deles me perguntar pra mim se são fedido, são fedido, eu levei eles uma época de carro dirigindo com uma família deles ficou doente, aí eu levei toda a família num carro, olha só foi Deus na causa essa viagem mas eu fui porque o amor era maior, a amizade é maior, eu gosto muito deles assim como na casa deles, o café deles era maravilhoso, a comida que eles faziam era maravilhosa, piso de chão fogão a lenha e uma comida simples, uma água talvez não muito limpa para fazer, mas a gente sempre brincava que a quentura, a fervura matava tudo, tudo, o que a gente só não gostava era dos bolinhos que você tinha que encarar na frente e o bolinho

era muitas vezes aquele bolinho simples que era pingado alguma coisa assim que chamava banhado, alguma coisa assim, e era muito forte porque como eles eram obesos eles

crianças cresceram comendo carne, carne muito gorda, gordura na comida, fritura. Então mas e nós morávamos no lar e a gente comia tudo sequinho tudo então a gente teve essas dificuldades, mas nada impediu né Priscila da gente crescer com eles assim. Sabe na verdade o que a gente faz com as crianças façam gente é quando a gente fala isso que a gente cuida higiene pessoal a gente tá tentando mostrar o outro lado nosso, que a gente entende, pessoas que muitas vezes não tem essa higiene pessoal. Hoje eu sou eletricitista na cidade de Campo Mourão

Tatiana: Sim

Fernando: E vai na Nacional, eletricitista que cheira sovaco uma semana, uma quadra antes, só que a gente não tem a autoridade de falar para aquela pessoa e jogar aquela roupa fora, porque a roupa ela curte, ela curte né então já fica fedendo. Então ele convive com aquilo, a gente conversa tudo mas a gente tem muitas lembranças do passado daí né, mas ainda hoje em Campo Mourão vai ele barbudo sabe, assim que não faz quando não cuida né. Agora aproveitando aí ó, pergunta para ela quem gasta mais na barba ou no cabelo dela?

Priscila: Ah é mais na barba que no cabelo mesmo se é negócio pra barba, muitos produtos pra barba.

Fernando: É que você não alisa a barba não, ela já quis fazer uma chapinha ou outra sério. Eu gasto mais com a barba do que o cabelo, o cabelo é que o cabelo é natural e tipo assim é um cabelo. Quanto é desde criança a gente ó, o Davi uma coisa rápida o Davi ele não pode desde bebezinho, nossa dois meses, três meses da vida dele ia pegar no cabelo da mãe. Mas a vida dele é e no meu passado eu sempre gostei de cabelo, é umas das coisas que mais gosto, isso a barba e do cabelo dela uma é uma das coisas da época de criança que eu sempre gostei, do cabelo dela, né. Então tipo assim é uma coisa que e sempre falo né quando eu vejo uma outra mulher com cabelo bonito, né falo perto dela e a gente fala numa natureza, no sentido de humanos né.

Tatiana: Sim do de você apreciar mesmo, você é bonito, é mais fácil nós apontarmos o feio do que o bonito né.

Fernando: Eu também sim, e quando a gente vê um jovem bonito um exemplo Davi com a questão de cuidado ou uma pessoa que não é meu filho eu falo com ela sem problema nenhum que pessoa bonita porque eu vivi uma adolescência feia, eu vivi uma adolescência que não foi bom para mim no sentido de não ter um dente adequado não ter uma roupa adequada, a gente é numa geração que um tênis a gente talvez ganhava esse tênis e que a pessoa usou torto e a gente tentava entortar do outro lado mas a gente usava torto, era muita doação, era muita doação. Então hoje graças a Deus os meninos a gente compra um tênis bom dura para caramba, assim sabe, claro que passa de um pro outro.

Tatiana: Claro, escadinha.

Fernando: São coisas assim que a gente valoriza demais né, então tipo assim a nossa vida falando com você e não falando com você não tem como não voltar lá no lar que nos acolheu aquela formação de lar. Só que teve coisas ruins também que a gente acaba não contando muito. Uma delas que dá para contar é o Natal e como era eles eram funcionários os americanos e tudo mais eles faziam o Natal para nós no lar dia 24 dia 23 ou dia 23.

Priscila: Dia 23 acontecia, normalmente dia 23.

Fernando: Mas aconteceu dia 24, aí o que acontece era dia 23, porque tinha pessoas que tinham que viajar daí era dia 23 para dar tempo de chegar no destino no dia 25, família né.

Priscila: É na família dos funcionários

Fernando: Então eles faziam para nós no dia 23, nós fazia o Carnaval, o Carnaval não misericórdia, Natal, Natal é carne assada é. Fazia tudo como se fosse o Natal, então a gente cresceu com aquilo daí no Natal de verdade não tinha para nós, aí nós íamos pescar, nós íamos na represa, a gente ficava sozinho. A gente ficava sozinho porque daí os funcionários iam pras famílias então a gente cresceu sem o dia 25 que para nós não importa mais o dia 25. Mas assim a gente tenta passar era algo que naquele momento era legal não na época era Natal a gente só queria Natal e chegava no dia 25 a gente não tinha. Só falar disso a Priscila chora não tem como. É porque realmente cativa a gente demais né, então é uma das coisas que a gente sofre muito, sofreu muito sabe. O aniversário eles faziam cada um mês ou dois meses ajuntava todo mundo e fazia uma festa só no dia do nosso aniversário, fevereiro e março era um aniversario, todos a festa para todo mundo, todos que nasceram naquele mês. Tinha todo mundo, ganhava presente sim, mas daí fazia no dia mas o dia do aniversário um ou outro lembrava, muitas vezes nem lembrava na correria e a gente também não costumava. As crianças lembravam, mas os adultos mesmo não, ou na escola talvez nem lembrava né que acontecia tal. Então são coisas assim pequenas né, daí um exemplo carnaval que eu acabei falando para nós era muito bom porque fazia acampamentos, nos acampamentos de for vir gente de fora que era acampamentos evangélicos né, então tipo assim vinha pessoas de fora, então a gente fazia amizades, conhecia outras pessoas, até surgia alguns namorinhos, alguma coisa assim. As meninas de olho nos meninos, os meninos tentando ver as meninas, aí dava briga porque a menina que era namorada de verdade a gente ficava de olho na outra menina então também acontecia. Mas era um momento muito feliz, fazia amizade então o carnaval para nós era bom, era um momento legal era um momento triste no mundo, mas bom para nós né. É tanto que hoje a gente não comemora assim não aquela festa, mas dia 25 a gente assa

carne a gente come bem. É não é dia 25, aniversário vai cair na segunda-feira na segunda-feira que aniversário então todo mundo ajunta. Aniversário do pai dela, tava aqui esses tempos morando, morreu agora né, mas o pai dela tava ali no dia do aniversário né, fazia bolo e era festa, era um dia. Não tem essa ah vou fazer, vou fazer no final de semana que vai ser melhor, mas meu aniversário vai ser na quarta não é na quarta-feira que não vai fazer festa, não tô nem aí, e cobrava muito os meninos sabem. Os meninos sabem é o dia do aniversário vai ser no dia.

Priscila: Meu Deus e daí o que aí o que acontece aí então esses momento triste para nós a gente traz não tem como não trazer sabe, é o Natal.

Fernando: Ah então e também para mim como pessoa quando eu morava com a minha mãe antes de vir pular a primeira vez no Lar Ágape, que o meu pai morreu amanhecer no dia do Natal, então no Natal o meu vizinho fazendo festa que é normal e a gente em luto e daí eu estava na minha madrinha, como era Natal eles chamaram a polícia em vez de chamar, ah eu não sei como era o órgão na época.

Tatiana: Era funerária

Fernando: Não tinha, eles fizeram alguma coisa errada chamaram a polícia e ele virou um indigente aí foi enterrado no mesmo dia. Tipo o meu pai no dia do Natal

ele foi enterrado 1 hora da tarde, meio-dia alguma coisa assim não foi velado não foi velado, e só que ele morreu em situações precárias. Ele morreu vomitando fígado e cirrose avançada, desintéria porque tinha comido tudo por dentro e na madrugada do Natal a uma semana antes a gente já estava queimando a pinga para queimar o álcool, aí a gente dava só o líquido para ele. Ele brigava com a gente o último desejo dele antes de fechar o olho foi um 1 litro de pinga, ele queria beber pinga e eu acho que a gente não deu, então daí foi o Natal assim sabe. Então daí foi dessa maneira aí como eu estava na minha madrinha a minha a minha mãe foi pra delegacia com meus irmãos e foram direto pro cemitério e daí eu nem fui no velório do meu pai. Aí quando eu fui pensando eu falei não, eu fico na minha madrinha, almoço, que agora nós quase não tínhamos comida em casa então essa madrinha, a Dona Solange, ela era como uma mãe para mim. Eu comia, bebia, mesmo os filhos dela achando ruim não tá nem aí comia, bebia, então hoje eu tenho uma convivência com toda a família e tal né. Com eles lá tenho ela como uma mãe para mim e tal e e quando eu pensei em ir no velório do meu pai não tinha, eu tinha 11 anos, quando ele morreu 11 anos e eu não tinha uma noção legal, uma formação de pensamentos, que eu deveria fazer como deveria fazer, um discernimento mesmo né uma criança. Aí quando eu fui pensar morreu, daí o Natal daí nem lembro o que que aconteceu mais, mas enfim para mim e por mais passado anos hoje eu não

tenho nem a imagem do meu pai, meu pai não tinha uma perna vivia brigando e tal era alcoólatra, assim só que eu não tenho a imagem mais dele. Com o passado do tempo só que é difícil o Natal que eu passo né que não lembra, que não lembra, então são coisas assim que mesmo lá no lar tanto é que daí lá no lar era uma visita que eu sabia que não ia ter. Então são coisas assim ruins que a gente passou e a gente passou sozinho sabe porque era uma época que você não tinha muito com quem recorrer.

Tatiana: Sim

Fernando: A Priscila tinha uma irmã mais velha, é essa irmã que é assistente social e daí só que ela recorria para uma amiga que é a Elita, então assim e questão de conversas e tudo mais ela ia mais pras Elita e nós como piá nós tínhamos nossos amigos, um exemplo Valdivino, que era assim, então a gente não tinha quem recorrer assim legal. Aquela família que hoje um exemplo nossos filhos, se der algum problema, lá esses tempos eles e a gente comprou bombinhas e eles foram soltar bombinhas. Eles iam muito aqui embaixo no bairro soltar bombinha, ali embaixo só que agora tem muita casa, e eles acabou soltando, são muito inocentes ainda pela idade que tem, na esquina aí um homem ficou bravo lá com um cachorrinho que ele tem na casa questão de sossego, barulho tal

Tatiana: Ah sim

Fernando: Porque é aí o homem veio correndo aqui brabo, dando freado de carro, parou aqui na frente, quem que é o pai dessas crianças? Sou eu! que que aconteceu? Ah teus filhos soltou bombinha lá e não sei o que se dentro da casa não educa lá fora vai educar, falei, rapaz eu não consegui achar ainda quem vai fazer isso se for você a gente vai resolver agora, porque eles foram lá, porque eu comprei a bombinha para eles, é mas tenho cachorro, você me perdoa. Não foi Davi? Você desculpa? tudo bem? Se você conversar eles não vão mais soltar

lá né. E eles iam porque o bairro estava em formação e tal né, hoje você não pode soltar nem aqui na rua, porque de cachorro né, então tipo assim tudo bem nada assim daí aconteceu aí hoje ele esses dias ele estava aqui com os cachorros dele na esquina, a gente estava aqui, então não existe aquela briga, matar, foi uma situação isolada né Pri. Ele ficou revoltado ele veio tirar satisfação ele teve a satisfação que merecia que os filhos têm pai, e que jamais ele ia bater por causa de uma atitude dos meninos, soltar bombinha lá né. O que tem que fazer soltou já né, é não fazer de novo e pedir desculpa né e não foram mais então. São coisas assim que a formação nossa hoje como pais, ir responsáveis a gente traz muito de lá assim sabe, então para nós assim a importância muito grande foi esse lar se eu pudesse se tornar uma autoridade e pudesse voltar eu faria tudo igual para ter aquele tipo de lar porque a gente vê muitas crianças, os meus filhos estudando nas escolas se perdendo por não ter esse

lar dessa maneira. E também vamos ser sincero né muitas vezes vai dos pais né, nós fizemos um projeto de ter quatro filhos, tem pessoas que não faz projeto, tem um dois, três, e continua né então pô, essa pessoa tem que talvez ela tem que pagar pelo crime que ela tá fazendo, porque daí realmente ela tá colocando crianças na sociedade, responsabilidade em educar e proporcionar um espaço. Então, mas com essa ideia que existe ainda hoje a gente vê que falta esse tipo de lar porque o lar acolheria porque também lá no nosso passado, um exemplo eu sou de uma família que a minha mãe teve três

filhos que foi pro lar, com meu pai, e uns três morreu, e o outro casamento ela teve um total de nove, hoje são cinco vivo, dois de outro casamento e nós três do casamento do meu pai. A Priscila é de uma de quatro irmãos.

Tatiana: Quatro irmãos

Fernando: Isso naquela época lá em 1980 entendeu, onde as situações também era difícil né mas hoje não é. Você ver uma família aí como nós assim né só que a nossa luta é constante, nossa vida com os nossos filhos é todo dia a gente vive para eles, eles sabem a gente não vive para nós mais, a gente vive para eles, para eles tudo que você aqui vê é para eles. O que você me perguntar aqui o que você tiver vendo aqui é para eles, até a moto é para eles. Eles sabem, é assim, mas é tudo para eles, a gente não consegue viver para nós mais, porque a gente quis isso. Um exemplo quando a gente precisar eles ajudam se quiser sim, mas a formação que a gente tá dando a gente acredita que eles vão nos ajudar. Mas a gente não tá buscando isso, a gente tem que fazer não é por isso eu vi eu não tenho problema nenhum em viver num asilo e saber que o meu filho tá bem. Claro não tem problema nenhum, mas assim eu eu não consigo me ver no asilo por causa da formação que eles estão tendo.

Tatiana: Vocês deram para isso

Fernando: Os nossos filhos eles vivem na nossa contabilidade e tem dinheiro na conta eles sabem, não tem, eles sabem, no mercado eles cresceram. Meus filhos, o Davi uma vez fez uma birra eu levei no Muffato, bati nele de cinta, tirei a cinta no estacionamento, bati nele, levei para dentro do mercado do mercado fiz ele chorar, engoliu o choro, nunca mais. E eles, o Felipe, os outros nunca fizeram isso, mas ele sempre sabe, aquele chocolate pode, aquele chocolate não pode. O Davi teve uma situação de uma não sei o que ele queria, leite condensado, não sei, um negócio doce, uma caixa de bombom, não sei, ele queria e não tinha noção, comeu tudo, fez mal, nunca mais. Então não chegou comer tudo na verdade, ridicou, ah você vai ridicar então você vai comer isso, eu fiquei com dó entendeu, mas ele comeu um tanto deu dor de barriga, nunca mais você vai fazer isso. Não lembro que que era e talvez não é errado, é errado mas que aprendeu, aprendeu. É porque assim em irmãos nada é deles é tudo

dos irmãos né. Mas ele tem uma bicicleta azul que ele cuida é dele, mas nós temos a autoridade de trocar bicicleta e cada um tem a sua bicicleta e por sinal cada um, o Davi a bicicleta era super boa e o Felipe comprou uma melhor que do Davi e o do Samuel foi melhor do que dos dois, mas todos eles estão cientes, foi acontecendo situações né, sim naquele momento que podia ou que era o melhor naquele momento era aquela, depois pode. Então tipo assim não que a gente pensou só, não, pensou no Davi é que foi evoluindo né. Então assim, mas eles sabem, então tudo isso a gente passa, para eles né e a coisas que acontecem muitas vezes até como casal a gente passa para eles, para eles estarem cientes do que que tá acontecendo. A gente não é pessoas de ficar brigando não, é porque a gente tá falando para você, mas assim a Priscila ela sabe até na onde ela vai, eu sei até na onde eu vou né, então assim.

Tatiana: Vocês se conhecem uma vida inteira né.

Fernando: Sim, ela sabe que como mulher ela é mais frágil que que a minha pessoa como homem, mas quando eu durmo eu sou mais fraco que ela. Então eu tenho que respeitar.

Tatiana: Gente do céu vi agora que eu estou aqui perdi a hora.

Fernando: Ela sabe que e não existe que é forte ou fraco porque por mais forte que eu sou, que ela quando acordado eu sou mais fraco que ela quando eu tô dormindo, então você imagina a importância de uma pessoa dormir do lado da outra né. É então eu sempre falo pros meninos né que se eu fosse um cara mau, para ela fazer uma mau comida que ela faz, que eu como sem pensar que tem veneno, você entendeu? então são coisas assim que a gente vai aprendendo com o passar dos anos e a gente passa pra eles essa convivência. A gente não passa como qualquer ser humano, os desafios são muito difíceis, a gente brigar é porque nós, a gente vive muito na pele a ferida aberta. Melhor sabe eu acho que o segredo do ser humano é não cicatrizar porque eu acho que a cicatrização te dá um uma noção que você tá curado eu acho que você nunca tá curado. Eu falo nesse sentido de convivência, então eu sempre posso cair, não ter dinheiro e ter que começar do zero de volta, falo pros meninos. Esses dias o Davi caiu aqui, lavando a calçada, foi brincar e caiu aí, o que que acontece se ele bate a cabeça ele pode ficar eu não posso não é abobado. É mas pode acontecer algum trauma algum traumatismo que pode gerar algo nesse sentido, ficar babando sem querer, não ter, não conseguir estudar com uma leve queda. Então a gente fala assim, filho cuida para não cair. Mas assim você não é o bonitão, um acidente que acontece a gente vê relatos na internet, uma menina que se queimou e um outro relato que o namorado ficou com ela toda deformada então isso é amor né. Como que o cara não vê aquela coisa feia que eu vi que é a menina deformada, aí tem a foto dela quando ela era bonita, aí quando ela sofreu acidente com buraco

no nariz ou dente enfim, o cara junto com ela ainda, aí você vê outros relatos. Muitas vezes escutei, esses dias na cidade que uma pessoa uma pessoa que se falar é conhecida na cidade, a mulher dele pegou câncer, eu conhecia essa mulher, uma mulher bonita ele largou dela tá com outra família, já tem filhos com outra família, mas largou da mulher porque pegou câncer, então tipo assim a nossa convivência, Deus abençoa que a gente não pega essas coisas, mas e se pegar então a gente tá preparado para viver dessa maneira entendeu.

Tatiana: É a construção sólida né de uma família que vai muito além de só prover né as necessidades básicas mas sim uma construção total né, de valores de ensinamentos de cuidados de respeito.

Fernando: É, então tudo isso a gente passa os nossos filhos, a gente ama cabelo, como a gente falou cabelo grande, mas se a mãe perde o cabelo né, então a gente sempre coloca a mãe, coloca eu como uma situação de risco a barba né, perde a barba né. Porque nossa gente, a gente tá vivendo né, esse mundo aí que pode mudar rapidamente né, então foi o que a gente comentou lá atrás para você a família hoje eu posso falar, nesse momento, nesse horário a gente tem uma família perfeita mas eu jamais posso falar até quando.

Tatiana: Sim.

Fernando: A gente espera que muito tempo né, mas a gente também não sabemos que vamos estar preparado tudo isso que eu tô falando para você é só viver isso para realmente né Pri.

Priscila: É, uma coisa que eu acho engraçada a gente sempre fala para eles né Fernando, tá querendo namorar, quer então como pastor ensinava a gente lá na casa, ó vai orar pela sua esposa ele falava lá no Lar Ágape, você quer namorar vai orar, pede para Deus preparar a sua esposa, muitos anos, muito longe você estudar e fazer tudo né mas vai pedindo a Deus. Nós já queríamos a cor de cabelo, o nome né, isso a gente sempre passa com meninos. É bacana gente, um dia vocês namora, então pede para Deus preparar uma mulher boa, bonita, uma decente principalmente. Gente que absurdo muitas vezes uma nora não falar com a sogra né e um casamento que era para ser uma construção de uma junção de famílias muitas vezes acaba distanciando né.

Fernando: Então não que eu não tive sogra né, mas não que sogra é ruim ou aquele enfim ela tá dando um filho que é dela, então já tem um problema sério ali né então mas assim tem que ter uma harmonia né, porque imagino.

Tatiana: Eu ia perguntar agora, vocês tiveram depois que vocês saíram, vocês procuraram alguém da família? Que nem você falou que tinha a sua mãe, você chegou a ter depois convivência com ela também?

Fernando: Sim, sim. É que assim é muito pouco tempo né por mais que foi bastante é muito pouco tempo assim sabe pra contar toda uma vida né.

Tatiana: Isso.

Fernando: Assim é fazendo a gente saiu um exemplo rapidamente eu saí do lar com uns 18 anos já fiz a carteira de habilitação, e trabalhei. Carpindo, carpindo rua, eu trabalhei pela prefeitura carpindo rua para poder tirar a carteira de habilitação em 24 vezes, aí tirei a carteira A e B. Aí eu fazia aqui no perto do cemitério, aí eu a menina me pegava ali, aí eu fazia aula, eu tomava banho meio de qualquer jeito num banheiro provisório ali no negócio da prefeitura, aí eu pegava nos dias de aula né, aí ela me pegava no dia ali, eu tomando banho daí ela pegava eu fazia a aula e ela fazia o trajeto para chegar perto do Antônio Teodoro que eu estudava lá, aí eu fazia o trajeto tendo aula de habilitação, já conversado com a autoescola. Aí ia para lá terminava a aula, ia correndo para chegar, começava às 7 chegava umas 20 para as 7, eu ia direto para a cozinha da escola a as merendeiras lá que a gente mesmo adulta chamava de tia ela fazia a minha comida fazia uma comida lá, sabia que eu ia chegar com fome, eu comia, corria pra aula no intervalo, antes voltava, ajudava elas pôr as panelas. Porque daí existia toda aquela ajuda ali sim, organização aquela amizade, na vida nada é de graça né, então eu que trocava gás, pegava as panela pesada, enfim estava ali, sempre ajudando né. aí comia lanche de novo aí muitas vezes e daí a aula acabava 22h30, 23h, se sobrava comida elas guardava para me levar embora para dar pra minha mãe, muitas vezes que não tinha nem comido ainda. E olha que já estava tirando habilitação, aí a minha mãe comia muitas vezes ou muitas vezes cansou de dormir só tinha um pouco de comida e ela falava que não estava com fome, mas era mentira só que eu tinha que comer porque eu tinha que trabalhar e tal. Mas foi assim, daí eu fiz a carteira, daí mudei vim trabalhar no Ágape, a Priscila dei um tempo. Aí eu trabalhava com a tia Velma que era no sábado, mas daí eu já não ia muito no lar né Pri, ainda tinha meus dois irmãos lá ainda né. Tinha meus dois irmãos só que daí eu já não conseguia ir muitas vezes lá né, por causa da rotina do dia. Na época nós já não namorava mais, não namorava mais, já não namorava mais aí eu peguei e entrei trabalhar né na rodoviária uma época e tal, daí a gente se distanciou. Aí a irmã dela teve filho, e daí vai entrar na parte que ela vai contar.

Priscila: Daí é Dudu que daí mas mesmo assim depois o Fernando aí morando com a mãe dele, depois voltou, foi trabalhar na Ágape. Conseguiu uma casa lá, levou a mãe dele para morar lá, entendeu daí que ela começou a viver melhor né Fernando.

Fernando: Porque eu era funcionário e a minha mãe foi morar comigo eles deram uma casa para nós lá e eu cuidava de um irmão, o meu irmão saiu da Ágape, aí

tinha namorado uma menina também que morou lá, não no meu período mas no período dele, teve um filho com ela, esse menino hoje tem 21 anos, por aí. Aí a menina era muito jovem, deixou o menino lá na nossa casa com 4 meses né.

Tatiana: 4 meses?

Fernando: É deixou o menino lá a gente não sabia, eu não sabia trocar fralda, porque a geração já era com fralda descartáveis, e eu não sabia que que era aquilo e a minha mãe tinha uma noção tal. Daí a gente foi aprender e tal, eu cuidei dele quando ele tinha 4 meses, é daí o Dougras me chamava de pai, aí todo mundo achava que era meu filho né, que cuidava dele de primeiro né, é eu cansava, eu cuidava dos dois daí né.

Tatiana: E da sua mãe?

Fernando: E da minha mãe. Aí eu levava, um exemplo, não tinha carro não tinha nada na época, o meu irmão dormindo e o meu sobrinho eu tinha era como filho na época né.

Tatiana: Aí vocês moravam lá ainda né?

Fernando: É ainda morava lá, antes de ir para Ágape, aí muitas vezes o menino doente eu pegava levava ele na chuva no médico, é foi uma vida bem complicada. Daí a gente com isso, nesse período a gente deu a oportunidade de eu ir trabalhar como funcionário. Eu trabalhava na Colacril aí a Rosaura falou que se tinha essa proposta, de eu trabalhar lá de motorista, e fazer de tudo como era, como eu já sabia né, aí eu aceitei. Aí eles deram uma casa para mim lá, aí fui com a minha família para lá, que era minha mãe, meu irmão e o meu

Sobrinho. Aí lá a gente mudou muito, melhorou muito, muito né Pri. Até tem um fato que a Rosemar ela era orientadora, eles faziam comida todo dia pras criança né e eu não comia lá não. Eu comia lá porque era funcionário, mas a minha família não comia.

Tatiana: Entendi

Fernando: Aí ela da cabeça dela ela achou melhor dar feijão pra minha mãe, para mim levar um pouco de feijão pra minha família lá, aí que tinha muito né, que tinha muito, era bastante, então um pouquinho de feijão não ia fazer falta e para minha mãe ia ser fazer todo dia e tudo mais lá tinha que fazer mesmo. Aí gerou umas conversas entre os funcionários é que tá ganhando feijão e não sei o quê, aí chamaram lá né, porque daí a gente conversou, aí eu optei para não ganhar feijão nada, a Rosemar bateu de frente falou vai ganhar e tal é justo e tal. Então são detalhezinhos assim sabe, mesmo depois de grande, mas a gente achava que era justo, de adulto se é justo ou não é se não é justo a maioria dos funcionários acha que não é justo, então a gente não quer, aí a Rosemar eu sou a orientadora, a coordenadora, e eu decido que eu vou dar esse feijão que não vai custar nada. Aí falou na frente de todos os funcionários, aí foi aberto resumindo depois acho que ela fez até eles vim comer lá. Aí eles

fizeram foi a coisa, foi tão porque era bem próximo ali não é longe, eu dava tanto de mim pro lugar que ela não teve problema de trazer meus três da família para comer junto.

Priscila: Porque sabiam que eles todos dependiam do Fernando, a mãe dele cozinhava, mas a mãe dele tinha muito problema né Fernando, mãe dele tomava remédio controlado, então ela dependia totalmente do Fernando e ainda assim ela cuidava do neto quando o Fernando não estava.

Fernando: Então eu não queria comer lá o dia inteiro, não queria comer lá embaixo, que a gente falava lá embaixo no lar porque eu não achava injusto os meus lá comendo comida precária né. E foi aí onde que a Rose bateu de frente, ela falou não, então todo mundo vai vir comer aqui, aí toda a minha família comia no lar só que em troca disso eu dava minha vida pro lar né eu trabalhava.

Priscila: E até hoje ele é assim, 24 horas, pensa que ele sai comer um pastel sozinho? nem pensar. Se alguém vai na casa de uma família trabalhar tudo, alguém oferece algo, ele pode tá morrendo de fome não pega, mas se você me dá eu levo embora, eu levo assim para todo mundo comer, é desse jeito sempre.

Fernando: Então daí a gente voltou, daí toda a família começou a comer lá.

Tatiana: Só vou avisar que eu tô aqui porque eu falei que eu ia chegar
Até tal horário e acho que estão esperando.

Fernando: Nesse período a Priscila ainda ela não tava lá, já ela tava na Vila. Agora não, na verdade porque aí esse período ela não tava mas você.

Tatiana: Ah você fica, mas já como adulto né.

Fernando: É já adulto, daí né, não porque quando eu fui para lá eu tinha eu 6 anos se eu não me engano. Eu até fui procurar mas não achei a foto, tá guardada a foto que eu era bem pequenininho de 1989. Você quer beber alguma coisa?

Tatiana: Não, não obrigada.

Priscila: Aí é de 1989 a foto até tem a data lá na foto né. Né que eles tiravam antigamente e tinha e foi na verdade, a gente era aí quatro. Daí aconteceu que a minha mãe faleceu, só que antes da minha mãe falecer, meu pai já tinha cascado o cabelo de casa né do então a gente ficava com ela e a minha mãe vivia pros botecos com meu tio que tocava em bar né. Às vezes a gente ficava na casa sozinhos sem luz nós quatro, eu então menos de 5 anos né, se eu fui para lar com seis, eu tinha cinco quando ela morreu. Porque daí ficou nós quatro com a minha avó, a minha avó já tinha um filho com problema na cabeça lá né, então ela não tinha condições de ficar com nós quatro. Quando minha mãe morreu né ela tinha 28 anos então e como meu pai já tinha se mandado né muito antes de casa. E daí a minha avó que ia nos

cultos, o pessoal lá do Ágape, dava ali na Vila em Tropical, eles faziam escola dominical, então a minha avó ia e levava a gente entendeu, aí numa dessas ela comentou que a mãe tinha morrido e que ela não tinha condições de ficar com nós quatro. Ela sabia que era orfanato lá né, e daí o pessoal conversou com o pessoal do fórum, mas não tinha porque na época, naquela época era muita criança, então não tinha era 60, 70 crianças. Tatiana: Aham

Priscila: Não tinha lugar para criança também no Lar Ágape, o salão, as beliche ficava nós não era sala, era salão, porque era grande né as beliche ficava no salão porque não cabia nos quartos de tanta criança que tinha. Então o que eles fizeram, olha a gente não pode, daí a gente pode levar dois, aí falou, não se for para levar dois para um lar e dois pro outro eu não quero, vão ficar os quatro comigo né. Daí até foi pastor Elias né, a gente chama ele de Tio Elias hoje, né conversou lá tudo e falou, ó falou pra minha avó a gente leva as duas meninas

que é mais arriscada deixar né com a senhora e depois a gente tenta para levar os dois meninos. Aí que foi que eu e a minha irmã, aí passou acho que uns dois meses, daí eles conseguiram levar meus dois irmãos, entendeu. E daí ficou nós quatro lá e ficamos. Os meus irmãos fugiam muito, como Fernando, e para eles era mais perto ainda que era perto das Andorinhas a casa da avó.

Tatiana: É, tá, tá, tá, era aqui do lado, claro

Fernando: Tanto é que a avó dela, a vó ia todo final de semana.

Priscila: É era ali na última rua do Tropical, perto daquelas chácara ali, um pouquinho para cá.

Tatiana: Ah eu sei.

Priscila: A sei, a vó ia mesmo que ela era bem velhinha, era todo domingo ela ia sabe.

Fernando: Aqui uma informação que ela não comentou, rápido, a avó dela era da Assembleia de Deus o tio dela cresceu na igreja cantando e se tornou músico do mundo e a mãe dela antes de morrer começou ir com o irmão dela tocar no mundo, aí onde ela bebia muito e morreu né.

Priscila: É ela foi um dia e simplesmente morreu, mas ela bebia muito, fumava muito, mesmo ela tendo 28 anos né era muito nova né.

Tatiana: Muito nova, aham.

Priscila: Então acabou, imagina também com quatro filhos, só ela, a gente vivia quando morava com ela a gente pedia na rua, então e não sabe nem é certo assim de falar, não morreu disso, não dá para falar não sabe exato como morreu, possivelmente um infarto. Mas ela é muito nova para ter infarto, era né, então tipo assim é uma coisa que ficou muito no ar né, talvez tinha droga naquela época né, a gente não sabe, porque ela simplesmente morreu

né. E daí que foi a gente acabou indo pro orfanato, eu fui eu e minha irmã, depois foi meus dois irmãos e então quando eu fui eu era desnutrida, eu tinha 6 anos eu pesava 15 Kg

Tatiana: Nossa 15 Kg!

Priscila: O meu irmão, meus dois irmãos que eram mais velhos eles achavam que eu ia morrer, que eu não ia viver. Ele falava, porque meu irmão ele falava, nossa a gente, eu jurava que o pintinho, ele era mais novo que o Elias, mas ele sempre foi mais esperto que o Elias porque o Elias era muito doente né, e então ele falou eu jurava, eu não acreditava que eu ia viver entendeu, eles achavam que eu ia morrer, que eu não ia aguentar. E então a gente era bem carente, daí quando a gente eu fui ,a gente foi para lá, minha irmã eu era mais novinha né, um cisco, um cisquinho, tanto que ganhei no apelido de pintinho, até hoje meu irmão chama de pintinho. Ou pintinho você está bem? tal coisa, aí ó pintinho.

Tatiana: Só que daí os quatro cresceram ficaram até os 18?

Priscila: Não, o meu irmão, os meus irmãos, pegou uma idade fugiram, daí não foram mais atrás, deixaram eles entendeu, eles ficaram morando com a minha avó.

Tatiana: Ah!!

Priscila: E eu e a minha irmã ficamos, tanto que é uma diferença bem grande entre eu e minha irmã e meus dois irmãos né Fernando. Tanto que um já faleceu, foi matado entendeu, o outro graças a Deus é vivo mas vive aqui numa pindainha né, tomara Deus que agora se ajeitou e então sempre eu e a minha irmã ajudando ele. Eles não pararam de quebrar cabeça né, sempre quebrar a cabeça mas não ficou lá no Lar Ágape. Fugiu, fugiu voltava, fugiu voltava e uma hora fugiu e não voltou mais né. E aí não estudou, não estudou, então isso que dificultou muito né. O Eliel também, o Eliel era muito esperto gente boa, mas nas fugidas que ele deu com 16,17 anos é, menos ainda eu acho, menos né, ele parou de estudar é então da parou acho que na quarta e quinta série os dois e não voltaram mais não. Sabe é então daí isso dificultou muito, é aquilo que a gente falou né.

Fernando: E tanto é, a gente, eu saí de lá é que eu cheguei atrasado lá, eu comecei passar de ano lá, tanto é que quando a Priscila estudava no Etanil ela era do quinto ano, quarto ano, e eu tava no terceiro, no segundo né.

Tatiana: Ah você tá, sei

Fernando: Ah daí, é sim porque tinha uma menina que você queria que eu namorasse

Priscila: Sei lá, não sei mais, já esqueci ai Fernando.

Fernando: Não é tudo que precisa é, daí era lá dentro né, e daí os primários, menores era para cá, eu era para cá, então eu comecei passar de ano mesmo tipo os terceira, quarta, quinta, quando eu entrei no Ágape. Porque o que acontece, eu sempre fui muito inteligente, só

que eu nunca fiquei até o final. Um exemplo, eu estudei no Dom Bosco meu primeiro ano eu reprovei, porque o que que acontecia, eu estudava, eu estudava até na hora do recreio, na hora do recreio eles traziam uma comida na sala a gente comia até se acabar, aí o pessoal saía pro recreio eu voltava pra sala e pulava a janela que era no estacionamento e fora da escola. Eu ia só para comer, então tipo assim eu reprovei. A professora eu lembro por Deus do céu, ela tinha uma blusa, uma bolsa de carregar livro cheia de furinho marrom, ela chorou e me reprovou, aí eu falei “ué então porque tá chorando”.

Tatiana: É porque ela precisava reprovar por causa de falta. Eu preciso reprovar então não chora, bravo, então sabe, mas não lembro mais dela, gostaria muito. Mas enfim, talvez na escola eu essa eu gostaria de voltar ver, talvez é viva se for viva tá bem velha. Aí fui pra Ágape, lá daí que lá que eu comecei passar de ano, questão de responsabilidade, compromisso todo dia na escola, ter alguém para estar te disciplinando. Na minha casa minha mãe era sossegada, meus irmãos e eu, a gente uma vez, o meu irmão foi para Paranavaí no negócio de esporte, essas coisas, ficou três dias, uma semana lá depois que ela foi ver, essa pia não vai voltar mesmo? aí que foi procurar as autoridades, então tipo assim não tinha aquele controle, a gente viveu, imagina hoje a gente não passa um dia longe das crianças. Rapaz, é a gente viveu um risco.

Tatiana: A minha mãe estava ligando agora.

Fernando: É a gente viveu um risco muito grande de abusos, muito grande grande, grande e é só Deus que não ocorreu é porque como te falei a minha mãe ela demorava dois, três dias para pensar que realmente não ia voltar.

Tatiana: Uhum

Fernando: Então esses dias gente, eu não perco meus meninos, meio-dia onde tá, como que tá, que que tá fazendo. Hoje eu não lembrava do treino lá de futebol eu perguntei na onde eu tava trabalhando, onde que você tá? porque ela tinha saído, que ela falou que foi levar um negócio na doutora lá então ela não estava em casa, mas daí os meninos, onde que tá, só pra gente se entender né.

Tatiana: Sim porque eu ia vim, daí demorou o serviço e daí não vim né. Aí depois que ela, que a gente conseguiu é ele foi entender que eu não estava em casa com os pia, com os dois menor. Porque eu mandei você já tá em casa? eu perguntei para ele é que eu falei pô ela não tá em casa então né e daí os meninos tá sozinho, então tá sozinho. O será que tá acontecendo, daí liguei chamada de vídeo e fiquei conversando com ela, achando que ela tava em casa, daí que ela falou que tava na cancha de futebol lá, e o Samuel o Thiago deitado no colo dela,

chamada de vídeo, aí que a gente se encaixou o que que tava acontecendo. O Davi tá na escola, então tá aqui, então tipo assim a gente tá sempre de olho né porque a gente sempre fala com a Priscila, muitas vezes 7 minutos, vou falar sete, mas 7 minutos pode mudar o mundo deles né, em 7 minutos pode acontecer tanta coisa sim, então a gente cuida muito. A gente quer que Deus abençoe que ele chega na uma idade que ele se cuida, quando ele falar pai deixa

comigo que daqui pra frente eu controlo, então é até ali que eu vou, porque senão é 18 anos, tô cuidando, é 18 anos quer sair fora da casa, legal, vai alugar tua casa, vai viver, mas não traz roupa pra mãe lavar não, vem nos horários, de comida em casa, assume as responsabilidades. Os meninos se eles saírem de casa eu mudo tudo em casa, eu troco os horários de alimentação para eles não pegar, eles sabem disso, as dificuldades, não tem máquina de lavar, lava no tanque ou trabalha para comprar uma máquina. Então tipo assim tudo isso eles vão precisar passar, precisa né, pessoas que não passam, que eles quando forem já tão feito, tão formado tudo, mas se precisar, vai passar. Então daí a Priscila teve então, daí ficou lá no lar, daí estudou.

Priscila: É os menino, então por isso que daí meus irmãos pararam né, os estudos, eu e a minha irmã continuamos né. Eu terminei daí peguei a idade certa na escola tudo né lá na Ágape, porque tinha, aqui era obrigado, não podia parar

Tatiana: Uhum

Priscila: Então e sempre fui uma boa aluna, nunca reprovei né. E só que assim, foi passando, chegou uma época que a minha irmã fez idade, tinha um namorado que era do Lar também e daí a minha irmã saiu, que 18 anos, saiu foi morar com a minha avó, foi namorar novinha, namorou novinha, o rapaz também, e daí quando saiu continuou porque daí o namorado dela, no caso o Roberto, ele não tinha pai, mãe, não tinha família nada, tinha só gente adotado enquanto ele saiu. Fernando: O irmão do Ivo, irmão do Ivo.

Tatiana: ah irmão do Ivo.

Fernando: Irmão do Ivo, é que o Ivo, na época era um separar é que a família do Ivo é uma bagunça é vários filhos e nem todos os pais é do mesmo pai é um rolo.

Tatiana: Ah entendi.

Fernando: O Ivo cresceu distante dele é uma confusão tanto é que o com irmã aqui, que não é irmã dele não é irmã do Ivo. Ah eles tem um monte de irmã.

Priscila: Quando ele saiu do Lar ele foi morar com a minha avó, o namorado dela o Roberto, e com os meus irmãos lá entendeu, ele não foi pra casa dos parente e a Sandra continuou lá indo no lar e ele foi lá. Ele foi com ela, não, ele que é mais velho, mas tem um

relato que era importante saber e o que acontece. Você completava 18 anos você ia para uma casa dos como que a gente falava “casa dos mais velho” não, eu não lembro o termo que a gente usava. O Ágape fez uma casa do outro lado, uma casa lá para quem completava 18 anos ia morar lá. Se trabalhasse e continuava trabalhando e tal né ou trabalhava dentro da Ágape. Sempre tinha serviço ou ia trabalhar fora fazer cursos né mas a Ágape ainda dava essa oportunidade para quem não completou 18 anos sumir. Sim né e eu também, eu não fui para essa casa eu fui pro Instituto que era perto de uma padaria lá tal né, eu fui morar lá. E já gente tinha essa casa acho que eu optei por não ir né que, são gerações diferentes que nem é o Roberto, o Luiz, Sandro o Leandro era uma geração que eu cheguei e eles estavam saindo. Mas quando eles estavam saindo, então quer dizer que eu tinha 14 e eles 18

Tatiana: Uhum 4 anos.

Priscila: Sim é uma geração diferente então a gente não tinha aquela convivência, era toda aquela convivência, tudo eles bate mais e toda aquela é antes dele morar com a minha avó, ele morou nessa casa já tinha mais de 18. É verdade isso, aí ele morou lá e a Sandra continuando no Ágape, aí eles resolveram morar com a vó.

Tatiana: E a gravidez da Sandra?

Priscila: Foi quando saiu, não, foi junto não. Não foi antes a gravidez da Sandra. Foi depois que ela saiu e ela foi morar com a minha vó também.

Tatiana: Ah então ela saiu

Priscila: Completou 18 aí ela foi morar com a vó e com o Roberto lá, aí engravidou é, daí engravidou, aí eu continuei lá na Ágape, casaram, alugou uma casa, uma outra casa, saiu da avó, aí alugou uma casa. É e foram morar junto né e eu continuei lá na Ágape, só que daí eu já estava com 16 para 17 anos quando ela casou lá, foi morar junto, aí logo ela teve o Du né, eu tinha 17. Aí a gente como a minha avó era muito velinha, não podia cuidar dela e a gente não tinha porque minha mãe faleceu, só eu e ela, tia não tinha, não existia mais nenhuma que queria cuidar, tanto que quando minha mãe morreu elas falavam para minha avó, a senhora vai cuidar dessas meninas? vão virar da vida, esses pia vão virar Marginal, não cuida dessas crianças. Sabe falando pra minha avó, o meu irmão, meus irmãos falavam, e que os tios falaram deram com a língua no dente, porque hoje os filhos delas todos sabe são desse jeito, uns morre outros tranqueira, e quem é descente?

Tatiana: Vocês

Priscila: E daí ela, minha irmã veio com tudo aí pediu lá na Ágape, será que eu não podia ir ajudar ela, que ela ia ter nenê né, precisava de cuidado. Aí como eu já estava com 17

anos eles deixavam eu ir, mas tinha que voltar né, eu ia ajudava ela voltava. Aí depois eu fui e não voltei mais, só que daí mesmo antes de ajudar

ela e chegou uma época que eu era a mais velha do Lar entendeu, então quando precisava, uma mãe social sair que a mais velha olhava a casa, não tinha nem tamanho, era mais velha dava na casa entendeu. Tinha que né coordenar né, supervisionando. Ah mas cuidado cheguei ser a mais pequena, a gente criou uma irmandade que era muito gostoso, as meninas sabe que quando uma tinha que ir embora mesmo antes da idade gente, era choro para tudo lado, porque foi como Fernando falou, a gente criava desde pequenininho, então a gente nossa

era muito apegada uma com a outra, mesmo não sendo irmã de verdade entendeu, carinho cuidado. A gente não acreditava que iria embora sabe, a gente chorava muito, era muito triste e até a mãe que cuidava delas era dona Sebastiana e essa Dona ela adotou uma menina por problemas familiares, Adriana né, aí essa menina ela se tornou uma amizade de todo mundo ali sabe, ela mesmo sendo filha da dona Sebastiana, sobrinha ela era da família.

Fernando: Então eu não estava lembrando, ela é sobrinha da Dona Sebastiana, é então daí se envolveu ali, ela tinha umas regalias por ser da sobrinha né tal, mas elas se tornou do Lar ali e tal e quando ela teve que ir embora com uns 13 anos né, foi um momento que até os meninos já de quem que gostava dela, não lembro sei que até o menino que gostava dela, foi algo bem triste assim sabe, até nós ali porque a gente tinha convivência seja irritando, brincando, né afeição né pela pessoa.

Tatiana: Isso aquela convivência do dia a dia né.

Fernando: Então quando tinha era triste para caramba sabe, era uma algo assim que era ruim, só que daí nesse período que a Priscila falou, que ela era adulta, eu tinha me afastado do lar, não estava mais é, eu estava com a minha mãe na correria de trabalhos. Eu vinha no lar ver ela às vezes, mas assim de vez em quando se encontrava na igreja.

Tatiana: Na igreja

Fernando: Sim, só que eu nunca me desliguei dela assim, ela se desligou de mim né, mas eu nunca me desliguei dela até, então daí até ela, é que você tem que falar né depois chega no período daí, tá daí você foi morar com menino, com a tua irmã.

Priscila: É daí é eu não voltei trabalhar lá né, eu acabei saindo e fui morar com a minha irmã para cuidar do Dudu, né aí logo ela já teve outro já, teve a Ana pertinho né e ajudei ela cuidar da Ana também, tanto que é como meu os filhos dela. Já tem 21, 22 anos, é meu Deus do céu, os meus são dela e os dela são meus. E daí fui morei com ela daí não voltei lá para Ágape, só voltei buscar minhas coisas mesmo né, mas assim foi logo que ela saiu para

mim. Foi um baque muito grande mesmo, eu já não sendo tão criança quando ela saiu sabe, e eu sabia que ela sempre ia na igreja então o ônibus passava ali na Vila pegando o pessoal que ia pra igreja e quando ela não ia tinha que engolir o choro para não chorar perto dos outros, porque eu já sentava no ônibus e cuidava do lugar dela, porque eu sabia que ela chegava ali, meu irmão também era bem mas sempre tinha um contato outro, mas não tinha telefones, era muito caro nessa época.

Tatiana: Aí sim gente era caríssimo.

Priscila: E a gente sempre foi muito apegado né tanto eu e ela como meus irmãos, era sempre os quatro. Até quando eu comprei meu telefone eu conseguia crédito eu fazia de conta que eu estava falando com alguém, nunca falando assim aí você foi trabalhar. Depois que sai de lá daí até arrumei um serviço outro trabalhei na fábrica e mesmo morando com ela, e tinha eu quando eu faltava terminar o terceiro ano, sabe estudando à noite, passei estudar à noite né e daí passei, terminei o terceiro ano tudo e aí sempre sarava um serviço ou outro aí né para mim era coisa de outro mundo, porque final de semana o povo colocava música alta sim, e como você consegue viver aqui gente, aquilo lá era coisa de outro mundo porque lá na Ágape a gente não tinha isso, meu Deus. Deu um trabalho pra gente acostumar com aquilo não é normal, primeiro isso não é normal nunca na vida, até os nossos rádios era baixo, jamais a gente tinha as nossas músicas a gente gostava né mas era tudo baixinho, quietinho uma coisa bem baixa. É mas assim sabe foi uma época acho que uma das melhores épocas mesmo, por mais que eles ensinavam certo tudo né, que não podia namorar a gente namorou na época, a gente enganava as tias da casa, Adriana mesmo né que a gente comentou dela a trancava as portas as duas portas, levava a chave pro quarto dela porque ela sabia que as meninas era terrível né, aí abrir a porta e daí nós falava hoje você deixa tu camiseta lá fora da escola né, aí todo mundo dormindo, todo mundo ia dormir ela tia lá no quarto da tia eu esqueci minha camiseta lá fora, pode dar a chave para me pegar e trazer aqui de volta, ela pegava a chave e abria uma porta e daí saí lá fora pegava camiseta ó tia chave aqui, ainda entrava com a camiseta na porta e a não voltava, voltava ver se estava, não às vezes estava às vezes ela voltava e pegava a porta aberta tem quer deixar a porta aberta sabe, mas a maioria das vezes ela não pegava deixava a porta aberta e como teve uma época que a gente já estava mais moça a gente levantava cedo a gente foi fazer café então a gente deixava mais tarde daí né. A tia ia pegar a chave pra fazer café, gente corria tranca por que a noite a gente cansava, era muito escuro, sítio né. Aí eu lembro que na época o Fernando tinha um relógio que acendia a luz e já tinha combinado e quem disse que enxergava o Fernando, Fernando só ascendia a luzinha a gente sabia, então nós também íamos lá na casa dos piás aí, os piás sabiam e cuidavam pra

mãe da casa não pegar a gente. A gente pulava a janela que abria assim e passava por dentro lá é e teve outras também que já pulou a janela muito. Assim que como a gente fala sempre né, errado, ah mas era o que tinha de momento né, tipo sim na aquele momento era esse o ápice. Então era uma coisa assim que foi uma foi uma educação muito boa que eles deram pra gente sabe e se apanhou foi, mas foi merecido, valeu a pena cada surra entendeu, eu não lembro de se eu apanhei alguma vez, se foi, foi por causa de namorado, mas de outro motivo eu não lembro de ter apanhado muito, porque eu era muito assim não briguenta mas eu buscava muito as coisas certas. Então porque até hoje a gente para para ver olhar para trás existia muita maldade também né Fernando, é por exemplo de adulto, é vamos hoje tem um culto lá e tal lá né e na casa dos outros né, e só de carro, vai que vai, leva, vem no colo do Tio para dirigir, meninas aprender dirigir e a gente adorava pegar no volante, e no colo do tio tinha pra dirigir, a inocência a gente não tinha, hoje a gente nossa a gente para, para pensar sabe, é triste e assim eu não julgo não. Minha irmã sente ainda muita raiva sabe, mas eu não julgo, hoje eu tenho amizade com pessoas que aconteceu isso sabe, muito bem, porque a gente assim, Deus é justo, Deus vai fazer justiça e por mais que eu era inocente criança. Às vezes acontecia, ah pega a toalha pro tio lá, como é que a gente vai entrar no banheiro, porque e quando a gente acontecia de ir na casa de alguém assim que morava lá por exemplo um casal, que trabalhava lá, pra gente era legal porque a gente comia coisas diferentes né, e assim mesmo sendo ali dentro é tudo próximo a gente gostava de ir lá às vezes, limpar a casa vai lá limpar a casa para tia e tinha os funcionários que moravam lá também entendeu.

Fernando: Tipo um casal de pastor lá ia limpar a casa deles a gente adorava e porque a gente acabava comendo coisas diferentes entendeu então pra gente, a gente tinha que tomar muito cuidado porque tinha relapso como, pega a toalha ali como que vai pegar a toalha se já tá pelado né, então são detalhezinhos assim que é que a gente vê isso agora né, antes a gente não tinha.

Priscila: É como uma camiseta com bolso né Fernando, o pastor chegava a gente tinha muita camiseta que tinha bolso né e imagina menina tudo novinha começou a ter peito né.

Fernando: É que na verdade, como era um lar, e de americano então vinha muita roupa americana, e lá é muito comum roupa de mulher parecer roupa de homem, é comum lá e daí muito com bolso na frente, aqui nos seios né.

Tatiana: Entendi.

Priscila: E daí o pessoal caramba, cadê o dinheiro no bolso, colocava a mão no bolso e fazia né, assim e na época a gente não levava, não tinha dinheiro não, mas a gente sentia que batia no peito da gente a gente né, imagina uma menina de 14 anos né, tá tudo novo tudo

crescendo. Então na época assim a gente porque a gente não como Fernando falou era só criança, a gente não via tanta maldade a gente começou a ver depois que começou a ir misturar as crianças né. E daí nós pra piorar falava, a gente apanhava mas a gente falava né e daí apanhava também, então tinha esses lados assim você entendeu. Assim sempre falo e não tiro o que eu falei para trás, e não tiro, mas assim e a gente conseguiu e filtrar o que era melhor sim, o melhor a gente pegou, agora as coisas ruins existiam, mas a gente tentava amenizar, passar, e eu acho que todos vão passar. Essa geração, seja a geração dos meus filhos, as meninas de agora então, elas têm que filtrar o que é bom, porque nem sempre é bom. Aos olhos do meu filho para conseguir ajudar ele vai ter momentos que eles vão ter que articular, o que é bom, o que é ruim e filtrar o que é bom sim né, então eu acho assim. Por isso que a gente na época às vezes a gente era inocente, mas às vezes a gente percebia e deixava quieta até porque era uma época que se a gente fosse falar ninguém ia se importar, porque aquele lá é o pastor, o status era maior né, então também não tinha muito, que não tinha com quem, entende. Como eu falei pra você né, então a gente não tinha um alicerce familiar por mais que eles demonstrava que gostavam, eles eram eles. Se gostasse que trabalhava de graça, começa por aí.

Fernando: Isso eu falava para eles quando vinha né nos períodos que eu estava bravo, eu falava ó se gosta trabalha de graça, se ama tanto, se ama tanto trabalha de graça, Jesus não fez, não cobrou nada de ninguém, então mediante o que eles pregavam né. Um exemplo a minha mãe de casa teve dois filhos, que ela veio mãe solteira, aí o lar acolheu os filhos cresceu ali dentro só que daí com isso tinha o Jean que era mais velho e o Alisson menor aí nós tomava chá todo dia, nós tomávamos Toddy uma vez por mês ou todo domingo, acho que no final de semana né, acho que todo domingo era Toddy, mas no meio da semana ele inventava uns bolos de chocolate catava o bolo levava pro quarto deles e comia, aí eu batia de frente, falou cara como que você me faz isso você pegou o nosso Toddy que a gente vai tomar, aí daí eles achavam dono porque eles eram funcionários e tudo mais né, aí onde era a minha rebeldia. Quando ia pra diretoria eu falava isso, apanhava mas falava ó que tá acontecendo. E aí todo mundo ia dormir, tinha janta 18h horas, volta e meia eles vinham na cozinha, que eles não tinham uma cozinha dentro do quarto, poderia ter mas não tinha, aí eles vinham no fogão fazer coisas diferentes e levava correndo pro quarto, nós já ficava falando, olha tá fazendo coisa gostosa para levar e nós com fome ou com rabo quente que era escondido né. Era com o rabo quente que é a resistência coloca na água e ferve, é rabo quente que a gente chama.

Tatiana: Sim, sim.

Fernando: Então a gente ou com o rabo quente fazendo chá velho e eles comendo do bom e do melhor, então nem era do bom e do melhor mas era bom

Tatiana: Sim, melhor do que o que vocês tinham ali, podia.

Fernando: Então daí isso tudo eu fazia, então eu apanhava demais porque eu falava porque eu mostrava o que eles não estavam vendo o que a diretoria né, aí para eles ficar de bem com a funcionária porque imagina se ela fala “Ah então eu vou embora desse lugar”, eles estavam ferrados porque nem todo mundo queria trabalhar daquele jeito.

Tatiana: Uhum.

Fernando: Mas assim e existia muitas regalias da funcionária com os filhos né, e a gente não aceitava, a gente principalmente eu brigava por todos da casa.

Tatiana: Por isso que aquela vez no feijão você preferiu já adulto já e ela estava junto né.

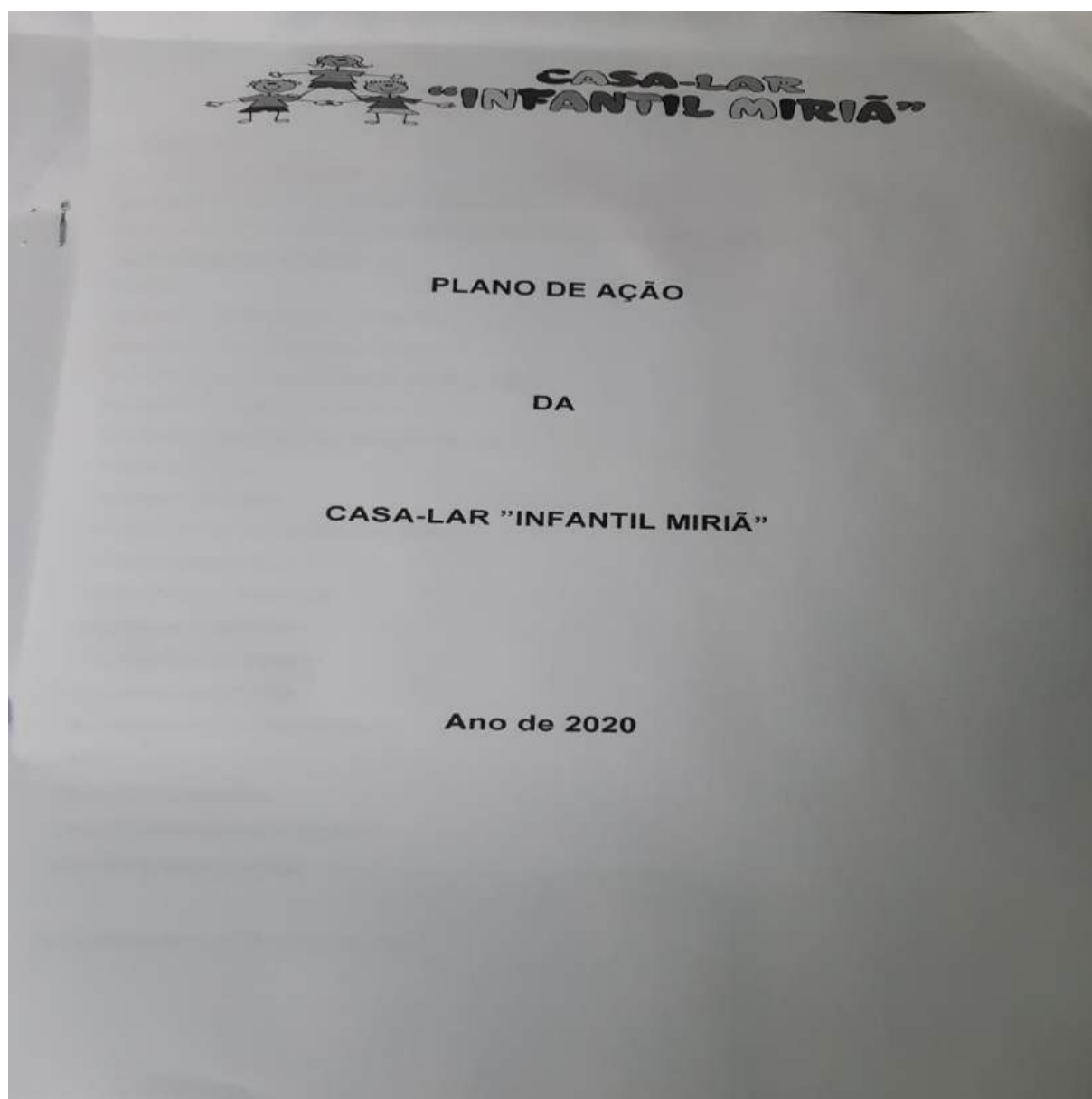
Fernando: Sim, essa mãe social, tava no adulto ainda sendo mãe social, ainda trabalhava lá, então hoje eu converso com ela, ela mora em Curitiba, mas isso que eu tô falando com você eu eu bato de frente com ela, eu não achava certo eu não achava certo de você fazer aquilo porque a única coisa que a gente tinha você pegava, agora eu te entendo hoje como adulto que você tinha direito como funcionária, você entendeu, porque ela trabalhava livre, então tipo assim hoje eu entendo melhor sabe, mas naquela época, capaz, era que ia ser dividido com todo mundo, imagina se eu não ou o bolo eles comiam lá e não dava pra gente, tipo assim então era um momento assim, hoje ela entende eu entendo ela, ela me entende né, mas assim foi um período que teve um tempo que a gente ficou meio afastado né, sem conversar, e nunca, nunca faltou nada, às vezes era arroz, feijão e alface, não faltava né, ou na janta ou no almoço e o café e o pão. Nós pias, a gente se virava mais, a gente matava um bicho, matava lagarto matava quati, fazia churrasco no mato. O Valdivino o Gevanildo era muito de pescar, fazia peixe nós ia lá pra horta, fazia escondido, tipo assim a gente se virava entendeu, pegava milho e trazia para nós fazer bolo escondido. As meninas é, então tipo assim a gente se virava sabe, porque daí tinha uma a mãe social na casa, tinha uma folga né, então ela a folga dela que nem nossa Dona Sebastiana, ela morava ali na Vila, ela ia lá pra casa do filho dela, ficava lá a tarde inteira, então nessa folga podia fazer, aproveitava fazer as coisas, eu sabia que estava voltando é, e as meninas nos ajudava muito também né elas faziam as coisas, levava pra gente. Um exemplo ia ter um evento na igreja, a gente a as meninas passava a nossa roupa, que a gente não sabe passar, não sabia e tal, então era todo aquele esquema. Tinha aquela fantasia legal assim sabe, então é por isso que eu falo, e teve coisas ruins, teve coisas erradas que a gente fez mas eu acho no meu ponto de vista que uma pessoa aqui fora é

uma convivência, é uma vida que teve também então lá não foi diferente, só que lá tinha um rigor. Um exemplo comida como a gente falou né. tinha os horários para comer então, e era uma época muito difícil também para comida né, falando naquela época, tinha muita, muita criança na rua que passava dificuldade para comer, ainda hoje. Um exemplo eu sou muito de tomar café, almoçar e jantar né, esses negócios no meio não vai, mas né pra não estragar o almoço né, mas é mais difícil é, então tem que cuidar muito assim, sabe porque lá era desse jeito né então tipo assim você tinha que seguir a regra né, então já cansou muitas vezes da gente e ou descuido muitas vezes você aí outra coisa você tinha uma semana na cozinha para um exemplo, eu lavava louça uma semana de todo mundo lavava louça outro, limpava o chão e a mesa no banheiro, tinha uma semana de cada, aí você tinha funções. Você podia trocar estava lá escala Fernando, banheiro é Fernando, a semana toda esse banheiro mas eu podia negociar com o Adriano, um exemplo, Adriano eu te dou o pão da semana para você lavar a o banheiro essa semana, ele lavava só que se ele não lavasse eu responderia, entendeu. Mas a gente negociava né, a gente negociava ficava sem pão de manhã, e ficava sem pão de manhã daí o que a gente aprendeu a consequência tudo na vida tem consequência né, então tipo assim é tudo foi um aprendizado, por mais radical que eles acham que ele foi, que eles foram para nós tudo teve um fundamento. Hoje tudo tem consequências entendeu é.

Parte suprimida a pedido das partes.

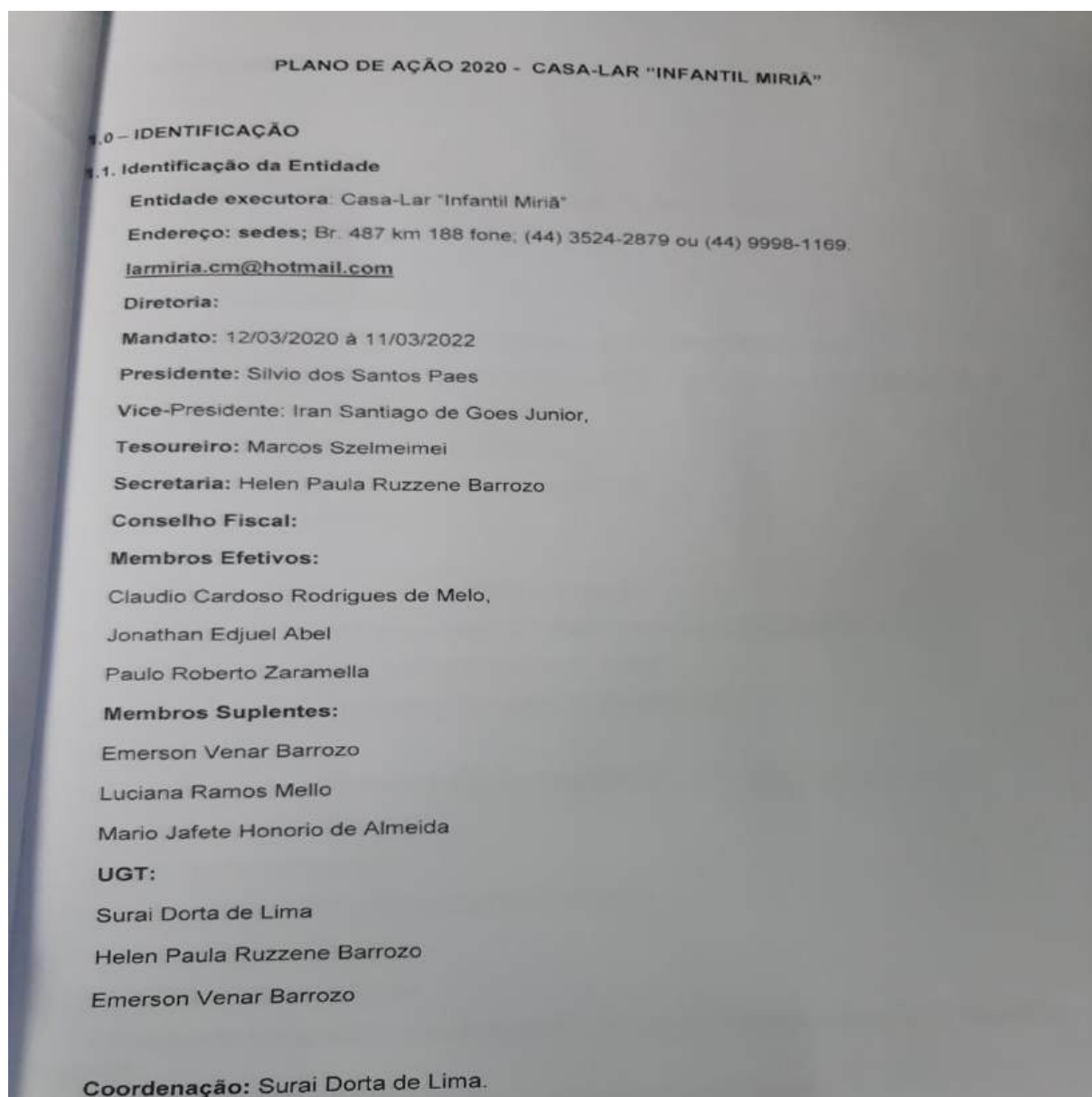
APÊNDICE H**Plano de Ação Casa-Lar Infantil Miriã – 2020**

Figura 1 - Plano de Ação da Casa-Lar Infantil Miriã



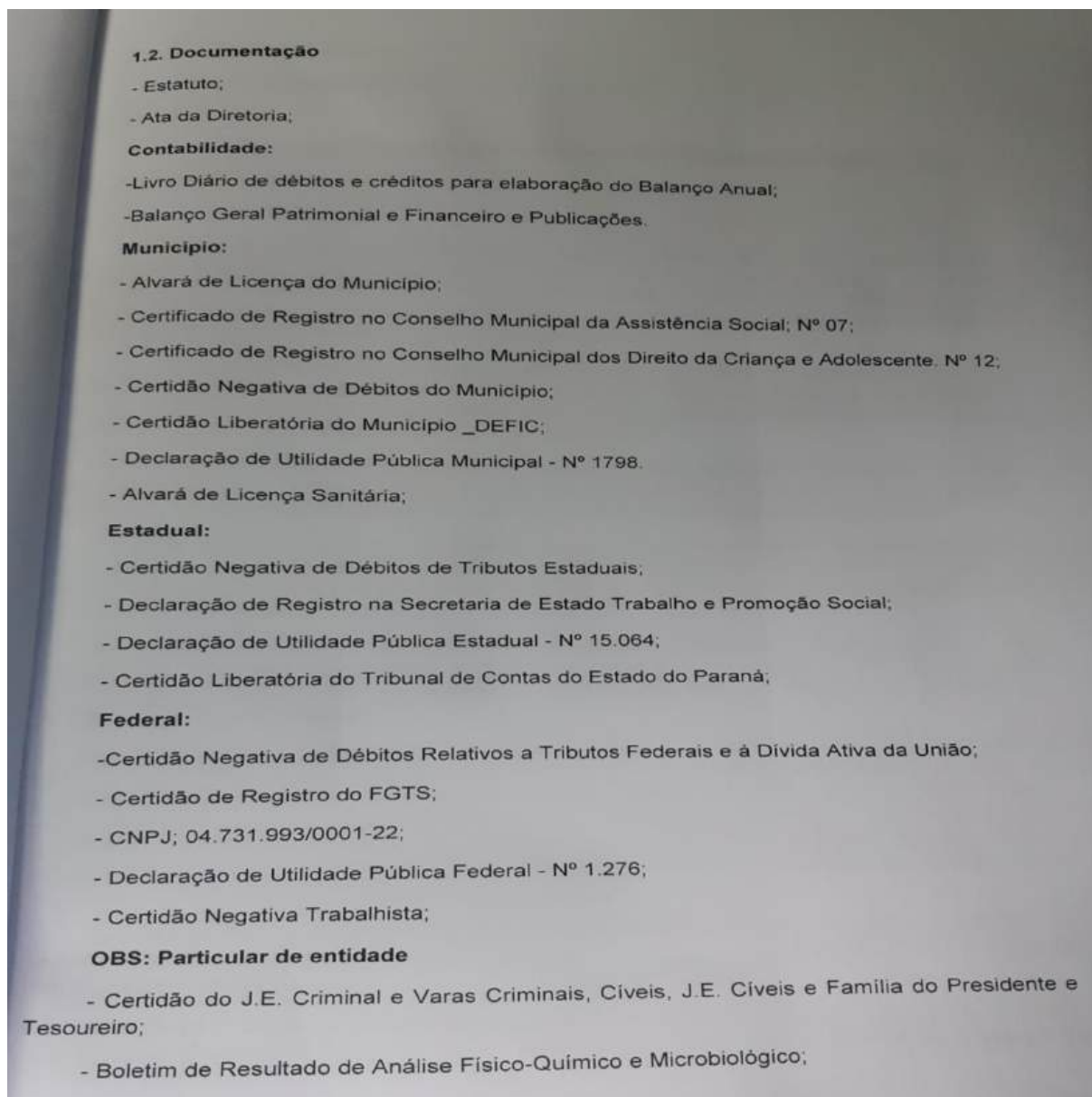
Fonte: Autora (2021)

Figura 2 - Plano de Ação da Casa-Lar Infantil Miriã



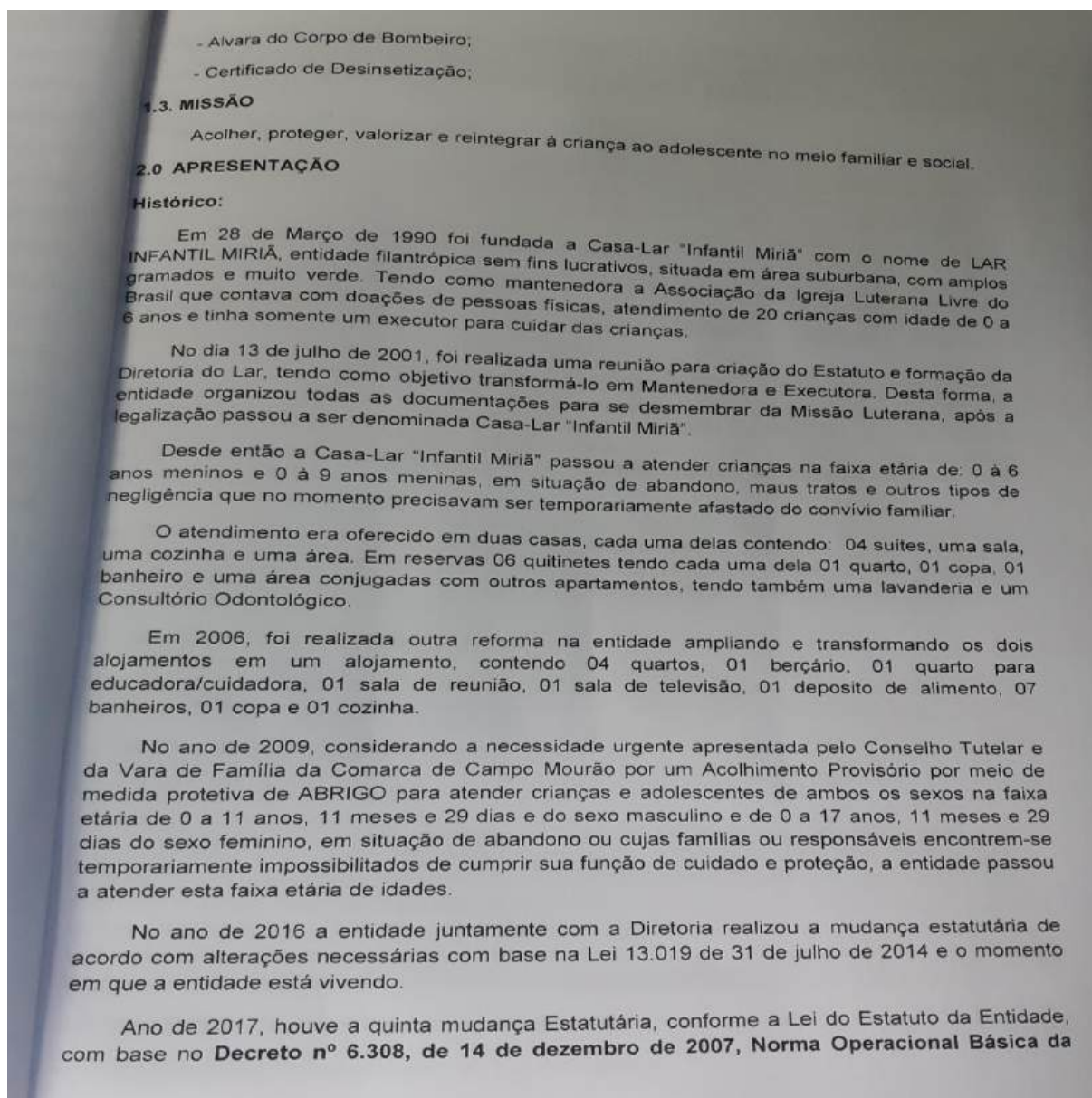
Fonte: Autora (2021)

Figura 3 - Plano de Ação da Casa-Lar Infantil Miriã



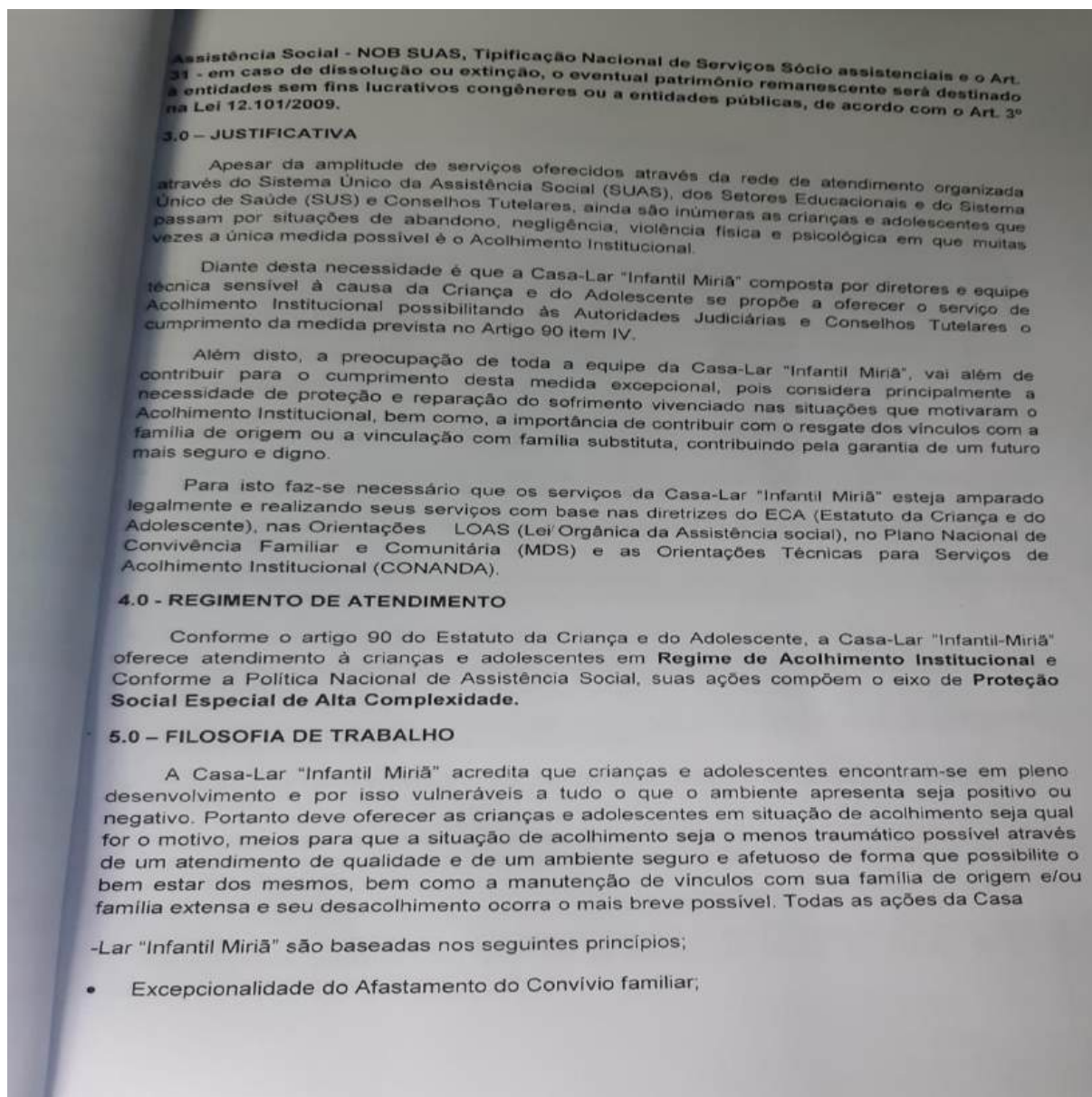
Fonte: Autora (2021)

Figura 4 - Plano de Ação da Casa-Lar Infantil Miriã



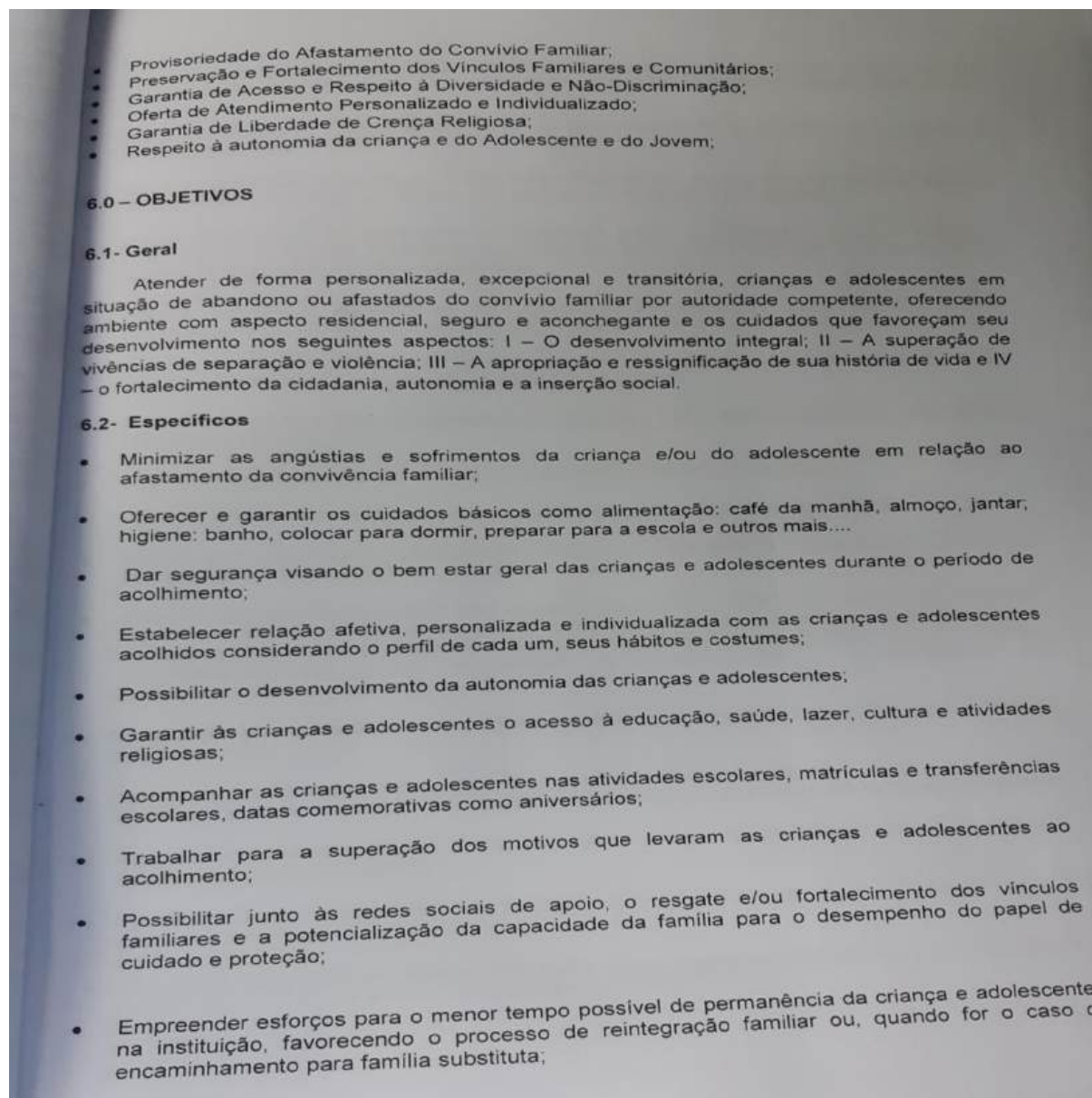
Fonte: Autora (2021)

Figura 5 - Plano de Ação da Casa-Lar Infantil Miriã



Fonte: Autora (2021)

Figura 6 - Plano de Ação da Casa-Lar Infantil Miriã



Fonte: Autora (2021)

Figura 7 - Plano de Ação da Casa-Lar Infantil Miriã

- Preparar a equipe de trabalho para o estabelecimento de vínculos saudáveis com as crianças e adolescentes durante o período de acolhimento bem como para seu gradativo desligamento;
- Elaborar, organizar e encaminhar todas as documentações necessárias das crianças e adolescentes e da entidade;
- Oferecer um ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade onde tenha um espaço que possibilite o convívio e brincadeiras;
- Ofertar atendimento personalizado em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local;
- Atender crianças e adolescentes com deficiência ou que vivam com HIV/AIDS, quando necessária, sendo assegurada por meio da articulação com a rede de serviços do município;
- Garantir um aspecto semelhante ao de uma residência, seguindo o padrão arquitetônico das demais residências da comunidade na qual estiver inserida;
- Realizar acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar;
- Capacitar e acompanhar os educadores/cuidadores e demais funcionários;
- Apoiar e acompanhar o trabalho desenvolvido pelos educadores/cuidadores;
- Manter organizada as informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias, na forma de prontuário individual;
- Elaborar, encaminhar e discutir com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios semestrais sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: i. possibilidades de reintegração familiar; ii. Necessidade de aplicação de novas medidas; ou, iii. Quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção;
- Preparar a criança / adolescente para o desligamento (em parceria com o educadora/cuidadora de referência);
- Mediação, em parceria com o educador/cuidador de referência, do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso;
- Organizar o ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente);
- Auxiliar à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da auto-estima e construção da identidade;
- Organizar fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida;

Fonte: Autora (2021)

Figura 8 - Plano de Ação da Casa-Lar Infantil Miriã

- Acompanhar os serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior deverá também participar deste acompanhamento;
- A coordenadora e a equipe técnica do abrigo, acompanhar e orientar os padrinhos do abrigo, como auxiliar à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da auto estima e construção da entidade.

7.0 - PÚBLICO ALVO

Crianças e adolescentes do sexo feminino na faixa etária de 00 a 17 anos e 11 meses e do sexo masculino na faixa etária de 00 a 11 e 11 meses, independente da cor, raça, religião/crenças, ou que apresentem doenças infecto-contagiosas, deficiência mental ou transtornos mentais.

8.0 - CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

A capacidade de atendimento da Casa-Lar "Infantil Miriã" é de 20 crianças e adolescentes conforme público alvo atendido.

8.1 - CRITÉRIOS DE ADMISSÃO, PERMANÊNCIA E DESACOLHIMENTO.

- ❖ **Para a admissão:** ser devidamente encaminhado pela Autoridade Judiciária, Conselho Tutelar de Campo Mourão ou outro município que firmar convênio com a instituição.
- ❖ **Permanência:** conforme Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 19 Parágrafo 2º "a permanência da criança e do adolescente em programa de Acolhimento Institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela Autoridade Judiciária". Porém, esforços devem ser empreendidos para viabilizar, no menor tempo possível, o retorno seguro ao convívio familiar, prioritariamente na família de origem e, excepcionalmente, em família substituta conforme capítulo III Seção III da mesma lei.
- ❖ **Para o desacolhimento:** quando for devidamente autorizado pela Autoridade Judiciária e representar condição mais favorável ao processo de desenvolvimento da criança, adolescente e seu melhor interesse.

9.0- RECURSOS

9.1- Humanos

RELAÇÕES DE FUNCIONÁRIOS DA CASA-LAR "INFANTIL MIRIÃ" 2020

01) NOME: Surai Dorta de Lima
Data de Nascimento: 17/05/64 SEXO: F
CPF: 740.640.379-87 RG: 3.731.894-9 Órgão Emissor: SSP UF: Pr
ESCOLARIDADE: Graduada FORMAÇÃO: Pedagoga
Capacitação: Visão Sistêmica Familiar
Data de Admissão: 25/06/2007

Fonte: Autora (2021)

Figura 9 - Plano de Ação da Casa-Lar Infantil Miriã

PROFISSÃO: Professora	VINCULO Lar Miriã	FUNÇÃO: Coordenadora
CARGA HORÁRIA TRABALHO: Segunda-feira à sexta-feira das 08 horas às 12 horas e 13h30 às 17h30		
02) NOME: Karen Renata Oliveira de Freitas		
Data de Nascimento: 06/07/1992		SEXO: F
CPF: 075.957.559-21	RG: 10.225.221-7	Orgão Emissor: SSP UF: Pr
Escolaridade: Pós-Graduada Psicologia do Trânsito. Formação: Psicologia e Pós-graduada em		
Capacitação: Especialização em atendimento EMDR		
Data de Admissão: 02/04/2012		
PROFISSÃO: Psicóloga	VINCULO: Lar Miriã	FUNÇÃO Psicóloga
CARGA HORÁRIA TRABALHO: Segunda-feira à quarta-feira das 08 horas à 12 horas e 13h30 às 18 horas Quinta-feira as 08 horas à 12h30		
03) NOME: Simone Louback		
Data de Nascimento: 08/11/1977		SEXO: F
CPF: 003.900.429-51	RG: 74019960	Orgão Emissor: SSP UF: Pr
Escolaridade: Graduada Formação: Serviço Social		
Capacitação:		
Data de Admissão: 08/02/2019		
PROFISSÃO: Assistente Social	VINCULO: Lar Miriã	FUNÇÃO Assistente Social
CARGA HORÁRIA TRABALHO: Segunda-feira à quarta-feira das 08 horas à 12 horas e 13h30 às 18 horas Quinta-feira as 08 horas à 12h30		

Fonte: Autora (2021)

Figura 10 - Plano de Ação da Casa-Lar Infantil Miriã

04) NOME: Marina Pereira Mori		
DATA DE NASCIMENTO: 02/12/72		SEXO: F
CPF: 695806339-53		RG: 5.507.646-4
Escolaridade: Graduada	Orgão Emissor: SSP UF: Pr.	
Capacitação: Prótese Dentário		Formação: Pedagoga
Data de Admissão: 01/10/2017		
PROFISSÃO	VINCULO	FUNÇÃO
Professora	Lar Miriã	Professora
CARGA HORÁRIA DE TRABALHO:		
Segunda-feira à sexta-feira das 14 horas às 17 horas		
05) NOME: Sueli Sodré de Andrade		
Data de Nascimento: 07/05/68		SEXO: F
CPF: 103.382.318-03		RG: 2.059.549-0
UF: Sp.	Orgão Emissor: SSP	
Escolaridade: Ensino Médio	Formação: /////	
Capacitação: Aperfeiçoamento para trabalhador Sócio Assistenciais; Baú do Conhecimento.		
Data de Admissão: 01/06/2013		
PROFISSÃO:	VINCULO:	FUNÇÃO:
Educadora/Cuidadora	Lar Miriã	Educadora/Cuidadora
CARGA HORÁRIA DE TRABALHO:		
Segunda-feira à sexta-feira das 08 horas às 17 horas		
06) NOME: Ionice Martins Souza		
Data de Nascimento: 09/11/65		SEXO: F
CPF: 036.495.739-54		RG: 4.113.809-2
Orgão Emissor: SSP UF: Pr.		
Escolaridade: 5ª ano	Formação: Curso de Casado para sempre e Curso de Tricô, Crochê, Ponto Cruz, Vagonite, Corte de Costura.	
Capacitação: /////		
Data de Admissão: 01/02/2018		

Fonte: Autora (2021)

Figura 11 - Plano de Ação da Casa-Lar Infantil Miriã

PROFISSÃO Educadora/Cuidadora	VINCULO Lar Miriã	FUNÇÃO Educadora/Cuidadora
CARGA HORÁRIA DE TRABALHO: Segunda-feira à sexta-feira das 08 horas às 17 horas		
07) NOME: Ana Lidia Santiago Medeiros		
Data de Nascimento: 10/05/1972		
CPF: 960.066.689-04	RG: 6.301.530-0	SEXO: F
Escolaridade: Ensino médio completo	Orgão Emissor/ UF: Pr.	
Data de Admissão: 24/01/2020		
PROFISSÃO: Educadora/Cuidadora	VINCULO: Lar Miriã	FUNÇÃO: Educadora/Cuidadora
CARGA HORÁRIA DE TRABALHO: Segunda-feira à sexta-feira das 8hs. às 17hs.		
08) NOME: Odete Terezinha Ferreira de Freitas		
Data de Nascimento: 07/04/72		
CPF: 021.122.409.00	RG: 596.829.-38	SEXO: F
Orgão Emissor: SSP UF: Pr		
Escolaridade: Ensino fundamental completo		
Formação: //////////////		
Capacitação: Aperfeiçoamento para trabalhador Sócio Assistenciais: Baú do Conhecimento.		
Data de Admissão: 10/06/2011		
PROFISSÃO Educadora/Cuidadora	VINCULO: Lar Miriã	FUNÇÃO: Educadora/Cuidadora
CARGA HORÁRIA DE TRABALHO: Segunda-feira à quinta-feira das 17 horas às 08 horas		
09) NOME: Eva Campos Croco		
DATA DE NASCIMENTO: 22/02/1970		
SEXO: F		

Fonte: Autora (2021)

Figura 12 - Plano de Ação da Casa-Lar Infantil Miriã

CPF: 0.4596744980 RG: 6.164.808-9 Orgão Emissor: SSP UF:Pr		
Escolaridade: Ensino fundamental Formação: //////////		
Capacitação: Aperfeiçoamento para trabalhador Sócio Assistenciais; Baú do Conhecimento.		
Data de Admissão: 01/12/2014		
PROFISSÃO	VINCULO	FUNÇÃO
Educadora/Cuidadora	Lar Miriã	Educadora/Cuidadora
CARGA HORÁRIA DE TRABALHO:		
Segunda-feira à quinta-feira das 17 horas às 08 horas		
10) NOME: Sonia Aparecida Tadioto		
DATA DE NASCIMENTO: 28/08/63 SEXO: F		
CPF: 481.192.299-91 RG: 2.251.219 pr. Orgão Emissor: SSP UF:Pr		
Escolaridade: Ensino Médio Formação: ////		
Capacitação: Baú do Conhecimento		
Data de Admissão: 014/12/2014		
PROFISSÃO	VINCULO	FUNÇÃO
Educadora/Cuidadora	Casa-Lar "Infantil Miriã"	Educadora/Cuidadora
CARGA HORÁRIA DE TRABALHO:		
Entrada: Sexta-feira às 17 horas		
Saída: Segunda-feira às 08 horas		
Feriados: 08 horas às 17 horas		
11) NOME: Vera Lucia Barbosa		
DATA DE NASCIMENTO: 10/01/1974 SEXO: F		
CPF: 019.493.569-81 RG: 67691741 Orgão Emissor: SSP UF:Pr		
Escolaridade: Ensino Médio Formação: ////		
Capacitação:		
Data de Admissão: 19/12/2019		
PROFISSÃO	VINCULO	FUNÇÃO
Educadora/Cuidadora		

Fonte: Autora (2021)

Figura 13 - Plano de Ação da Casa-Lar Infantil Miriã

Casa-Lar "Infantil Miriã"		Educadora/Cuidadora
CARGA HORÁRIA DE TRABALHO:		
Entrada: Sexta-feira às 17hs.		
Saída: Segunda-feira às 8hs.		
Feriados: 8hs às 17hs.		
12) NOME: Sofia Francisca Pereira		
DATA DE NASCIMENTO: 21/07/1999 SEXO: F		
CPF: 063.991.129-31 RG: 10.320.781-9 Orgão Emissor: SSP UF: Pr.		
Escolaridade: Cursando o curso de Pedagogia Formação: Cursando o curso de Pedagogia		
Capacitação: Língua Brasileira de Sinais - Libras		
Data de Admissão: 20/07/2020		
PROFISSÃO	VINCULO	FUNÇÃO
Formando em Professora	Lar Miriã	Auxiliar da Educadora/Cuidadora
CARGA HORÁRIA DE TRABALHO:		
Entrada: Sexta-feira às 17hs.		
Saída: Segunda-feira às 8hs.		
Feriados: 8hs às 17hs.		
13) NOME: Jonni Lynn Sliver		
DATA DE NASCIMENTO: 20/07/57 SEXO: F		
CPF 015.120.556/62 RG V079975-5 Orgão Emissor: SSP UF: Pr		
Escolaridade: Ensino Superior Formação: Teologia		
Capacitação: Estudo Bíblico		
Data de Admissão: 07/04/2011		
PROFISSÃO	VINCULO	FUNÇÃO
Teologia	Casa-Lar "Infantil Miriã"	Serviços Gerais
CARGA HORÁRIA TRABALHO:		
Segunda-feira à sexta-feira das 8hs. às 12hs e 13h30m às 17hs.		

Fonte: Autora (2021)

Figura 14 - Plano de Ação da Casa-Lar Infantil Miriã

CBS Cedida pelo Igreja Luterana Livre

9.2 - Físicos

Instalações para o Gerenciamento das ações e atenção especializada:

- 01 Escritório com banheiro e sala para recepção

Equipamentos		Mobiliário	
02	Computadores	01	Armário de 10 portas
02	Notebook	02	Armário de teto 10 portas divididas
01	Impressora/copiadora	02	Cadeiras recepção
01	Impressora	06	Cadeiras giratórias
02	Ventilador de mesa	02	Escritaninha conjugadas
		02	Escritaninha individual
- 01 Sala para o Serviço de Psicologia

Mobiliário	
01	Poltrona 02 lugares
01	Poltrona 01 lugar
01	Mesa para estudo de caso com 06 cadeiras
01	Estante de aço
- 01 Sala para Acompanhamento Escolar

Equipamentos		Mobiliário	
01	Ventilador de parede	01	Estante em MDF
01	Televisão	01	Jogo Infantil de Mesa com 04 cadeiras
01	Vídeo	01	Mesa branca MDF com 04 cadeiras
		02	Armários em MDF (azul)

Fonte: Autora (2021)

Figura 15 - Plano de Ação da Casa-Lar Infantil Miriã

		01	Armário em fórmica com duas portas (branco)
		01	Mesa de computador
		01	Escritaninha conjugada
• 01 Sala de Brinquedos infantil			
Equipamentos		Mobiliário	
		01	Armário embutidos ao redor da sala
		01	Estantes conjugada para livros e Contação de historia
Instalações da Casa Lar (Residência):			
• 01 cozinha			
Equipamentos		Mobiliário	
02	Geladeiras	01	Armário planejado
01	Freezer	02	Pia
01	Fogão de 06 bocas	01	Balcão
01	Fogão Industrial de 04 bocas		
01	Liquidificador Industrial		
01	Liquidificador doméstico		
01	Espremedor de Frutas Industrial		
01	Batedeira de Bolo		
01	Centrifuga de legumes e frutas		
01	Cilindro Industrial		
• 01 Depósito de Alimentos			
		Mobiliário	
02	Guarda-roupa		
02	Porta alimentos		

Fonte: Autora (2021)

Figura 16 - Plano de Ação da Casa-Lar Infantil Miriã

01 Copa

02	Mesas pequenas
----	----------------

Mobiliário	
01	Mesa em madeira com 12 cadeiras
01	Mesa Infantil com 08 cadeiras
01	Mesa de refeição para Bebê

- 01 Sala de Estar com Banheiro Social

Equipamentos		Mobiliário	
01	Televisão 29"	01	Jogo de Sofá
01	Ventilador de parede	01	Estante
		01	Mesa
- 04 suítes para as crianças e adolescentes cada um possuem:

Utensílios		Mobiliário	
01	Cesto de roupa	04	Camas Box
01	Varal móvel	02	Guarda roupa
01	Ventilador de Parede		
- 01 Berçário com banheiro suite

Equipamentos		Mobiliário	
01	Aquecedor	04	Berços
		02	Guarda roupa
		01	Cama de Solteiro
Utensílios			
01	Banheira	01	Um trocador com maleiro
01	Cesto de roupa		

Fonte: Autora (2021)

Figura 17 - Plano de Ação da Casa-Lar Infantil Miriã

01	Varal móvel		
• 01 Quarto para Educadoras/Cuidadora com Berços			
	Equipamento		Mobiliário
01	Ventilador de parede	01	Guarda pertence
		01	Armário (medicamento)
		02	Cama de Solteiro
		01	Criado mudo
		03	Berço
		01	Cercadinho de Bebê
		01	Banheira
• 01 Banheiros na área de proteção da porta de entrada			
• 01 Lavanderia com 3 repartições e banheiro			
	Equipamentos Lavanderia		Mobiliário
01	Máquina de Lavar roupas Industrial	01	Tanque 02 bocas
01	Máquina de lavar roupa completa	01	Mesa
01	Máquina de esfregar roupas	01	Armário de parede
01	Ferro de passar roupas		
01	Secadora de roupas		
	Mobiliário		
03	Varal móvel		
Sala de Almojarifado			
02 Guarda roupa			
02 Armário de Aço			
• 01 Parque Infantil em área coberta com 02 mesa fixada na parede e brinquedos;			
• 01 Parque Infantil em área aberta (02 balanços, casinha do gigante, trepa-trepa).			

Fonte: Autora (2021)

Figura 18 - Plano de Ação da Casa-Lar Infantil Miriã

Equipamentos:

- 01 Veículo Ford Ka;
- 01 Veículo FIAT Doblo;
- 01 Máquina de cortar grama
- 01 Carriola;
- 01 Rastelo;
- 01 Enxada.

O Lar Infantil usa um espaço da Missão Luterana no Campo de futebol e uma quadra esporte.

9.4 - Financeiros:

Fonte de Recursos da Instituição	
	2020
Governo Municipal;	R\$ 108.801,00
Governo Estadual;	R\$ 45.000,00
Governo Federal	R\$ 39.930,60
Imposto de Renda:	R\$ 120.000,00
Justiça Federal- Mercadoria	R\$ 20.000,00
Apadrinhamento - UNIMED	R\$ 12.000,00
Entidades Religiosas (Missão Luterana Livre)	R\$ 118.584,00
Doações diversas	R\$ 51.098,25
TOTAL	R\$ 515.411,85

Destinação dos recursos	
	2020
Vencimentos e Salários;	R\$ 284.968,00
Encargos sociais (FGTS e PIS);	R\$ 25.026,15
13º do Salário;	R\$ 20.894,00
Férias-Abono Pecuniário;	R\$ 6.964,70
Despesas tarifas de Banco:	R\$ 3.400,00
Seguro dos Veículo:	R\$ 5.600,00

Fonte: Autora (2021)

Figura 19 - Plano de Ação da Casa-Lar Infantil Miriã

Manutenção do veículo como Lavagem, troca de óleo e pneus;	R\$ 3.370,00
Despesas de análise da água e desintetização;	R\$ 680,00
Telefone;	R\$ 2.220,00
Energia;	R\$ 22.584,00
Manutenção de extintores;	R\$ 320,00
Combustível;	R\$ 10.800,00
Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica); Gás	R\$ 3.800,00
Gênero de Alimentação;	R\$ 42.000,00
Material de Limpeza e Produtos de Higienização;	R\$ 16.000,00
Material (Educativo) Pedagógico;	R\$ 3.000,00
Material de processamentos de dados;	R\$ 1.080,00
Uniformes, Tecidos e Aviamentos (Bolsa escolares);	R\$ 6.000,00
Material de cama mesa e banho;	R\$ 5.800,00
Medicamento;	R\$ 3.000,00
Consultas com especialistas	R\$ 7.200,00
Moveis: Armários e cadeiras giratórias	R\$ 5.890,00
Fogão e forno;	R\$ 2.180,00
Reposição Box dos banheiros;	R\$ 3.000,00
Ar Condicionado;	R\$ 5.024,00
Material de reparos no prédio.	R\$ 14.211,00
TOTAL:	R\$ 515.411,85

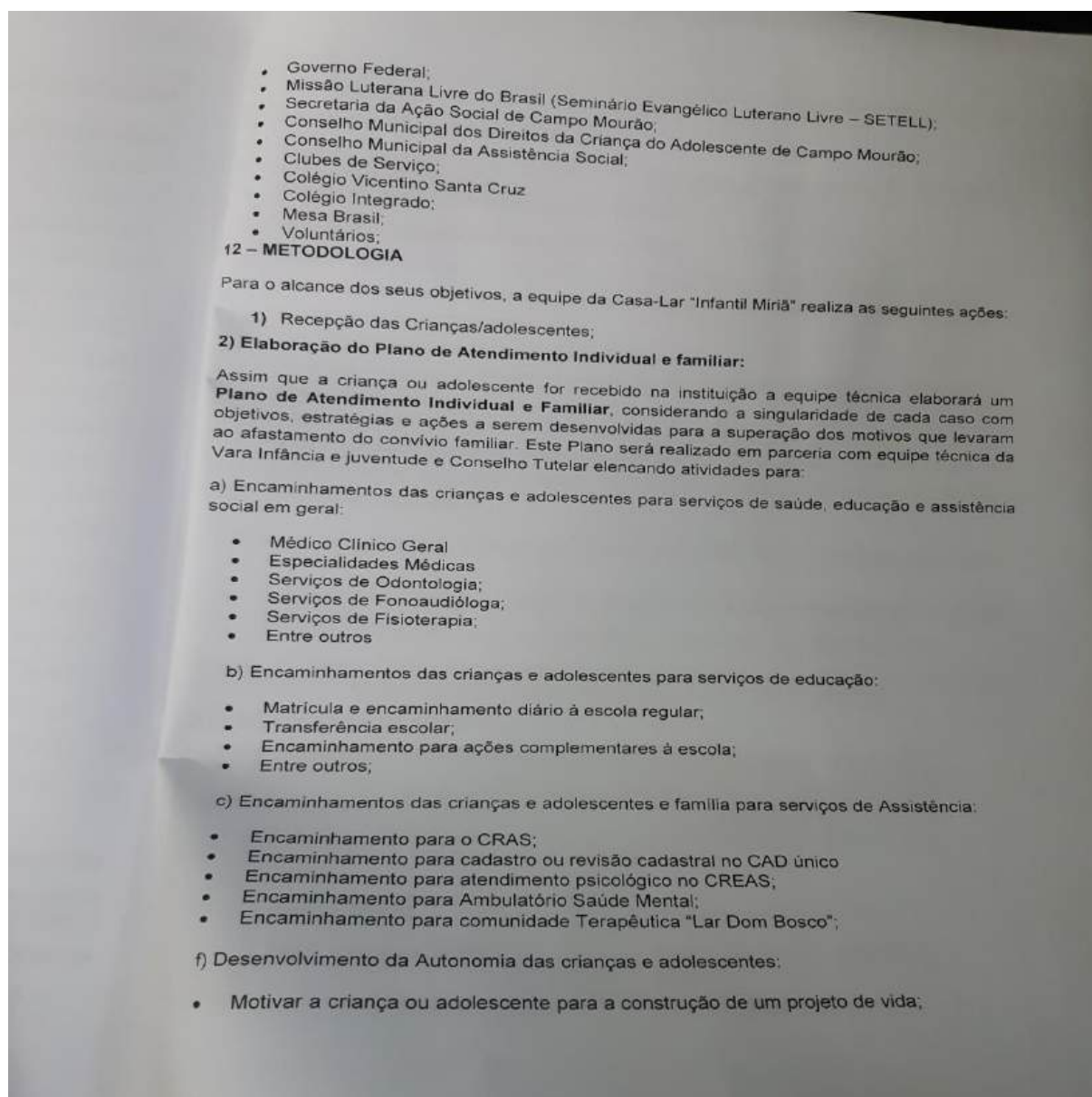
10. Abrangência Territorial
A Casa Lar Infantil Miriã atende a Comarca de Campo Mourão. Porém a maior parte do atendimento é oriunda do município de Campo Mourão.

11 - PARCEIROS ENVOLVIDOS

- Prefeitura Municipal de Campo Mourão;
- Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social;

Fonte: Autora (2021)

Figura 20 - Plano de Ação da Casa-Lar Infantil Miriã



Fonte: Autora (2021)

Figura 21 - Plano de Ação da Casa-Lar Infantil Miriã

Possibilitar na rotina diária a inserção em situações que contribuam para o desenvolvimento da sua autonomia;

g) Acompanhamento da Situação Escolar:

- Realizar acompanhamento e apoio nas atividades escolares através do atendimento pedagógico da instituição;
- Possibilitar apoio especializado quando necessário;

h) Preservação e fortalecimento da convivência familiar:

- Realizar acompanhamento da família em parceria com a rede para superação dos motivos que levaram ao acolhimento e para potencialização da capacidade da família nos cuidados e proteção da criança ou adolescente;
- Possibilitar a visita dos familiares à instituição;
- Possibilitar à família a gradativa participação nas atividades que envolvam a criança e o adolescente;
- Conforme o caso, possibilitar a visita da criança ou adolescente aos familiares;
- Conforme o caso, possibilitar que a criança passe os finais de semana no seu domicílio;
- Conforme o caso possibilitar o contato da criança ou do adolescente com família extensa e de pessoas significativas.

e) Encaminhamentos dos adolescentes a serviços que possibilitem a preparação para o mundo do trabalho;

- Encaminhar os adolescentes a partir de 14 anos para cursos de preparação para o mercado de trabalho;
- Encaminhar os adolescentes a partir de 14 anos para Programas de aprendizagem;

3) Envio de relatórios, pareceres, diagnósticos entre outras informações sugestões que contribuam com o poder judiciário para garantir o melhor interesse da criança e do adolescente.

13. CRONOGRAMA DE ATIVIDADE

PERÍODO DA MANHÃ de Segunda – feira à Sexta-feira			
Para Crianças que estudam neste Período		Para crianças que não estudam neste período	
6:00	Despertar e organizar para escola	7:30	Despertar
6:20	Café da Manhã	8:00	Café da Manhã
6:40	Pegar transporte escolar	8:30	Tarefa escolar e organizar os pertences

Fonte: Autora (2021)

Figura 22 - Plano de Ação da Casa-Lar Infantil Miriã

		10:00	Frutas após lazer
		11:00	Banho e preparo para escola
		11:30	Almoço
PERÍODO DA TARDE de Segunda – feira à Sexta-feira			
Para Crianças que não estudam neste Período		Para crianças que estudam neste período	
12:30	Almoço	12:20	Pegar transporte escolar.
13:00	Descanso		
14:00	Tarefa escolar e organizar os pertences		
15:30	Lanche após lazer		
18:00	Banho	18:00	Banho
19:00	Jantar	19:00	Jantar
21:00	Ceia	21:00	Ceia
21:30	Preparo para Repouso.	21:30	Preparo para repouso.
Sábado e Feriados			
8:00	Despertar		
8:30	Café da manhã		
9:00	Organizar os pertences		
10:00	Frutas após lazer		
12:00	Almoço		
13:00	Descanso e após tarefa de escola e brincadeiras		
15:30	Lanche da tarde após lazer		
18:00	Banho		
19:00	Jantar		
21:00	Ceia		
21:30	Preparo para repouso		

Fonte: Autora (2021)

Figura 23 - Plano de Ação da Casa-Lar Infantil Miriã

Tempo	Atividade
	Despertar
	Cafê da manhã
	Igreja – Culto Dominical
	Frutas e atividades livres
08:30	Almoço
12:00	Descanso e atividades livres
13:00	Lanche da tarde após lazer
15:30	Banho
18:00	Jantar
19:00	Ceia
21:00	Preparo para repouso

OBS: Dentro deste cronograma são adaptados os horários de atendimentos das Redes Municipais: Educação, Saúde, Assistente Social (CREAS), cursos e outros...

14. - AVALIAÇÃO

A avaliação do atendimento é realizada diariamente junto à equipe da instituição considerando indicadores como:

- Estado físico e psicológico da criança e do adolescente;
- As alterações no tipo de vínculos entre crianças e adolescentes com seus familiares;
- A superação dos motivos que levaram ao acolhimento;
- O nível de reincidência ao acolhimento;
- O nível de criança e adolescentes para Adoção e a permanência.
- O tempo de permanência no acolhimento;

14.1 Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizados em todas as etapas do plano: elaboração, execução, avaliação e monitoramento.

Os usuários são ouvidos diariamente através de atendimento com a equipe técnica e assim podem avaliar o atendimento e manifestar suas sugestões ou reclamações e da mesma forma os familiares podem manifestar seus anseios junto a equipe técnica de modo que possam reformular a metodologia para um melhor atendimento.

Campo Mourão, 22 abril de 2020.

Fonte: Autora (2021)

Fonte: Autora (2021)

APÊNDICE I

Projeto Político Pedagógico Mão Cooperadora 2023-2028

Figura 01 - Projeto Político Pedagógico Mão Cooperadora 2023-2028



A MÃO COOPERADORA

Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil

Rua São Paulo, 836 - CEP 87300 - 390 - Campo Mourão – PR

Fone (44) 3016-3466 - CNPJ: 77.372.183/0011-72

E-mail: obras-educacionais@hotmail.com

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
2023 – 2028

CAMPO MOURÃO
2023

1

Fonte: Autora (2021)

Figura 02 - Projeto Político Pedagógico Mão Cooperadora 2023-2028



A MÃO COOPERADORA
 Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil
 Rua São Paulo, 836 - CEP 87300 - 390 - Campo Mourão – PR
 Fone (44) 3016-3466 - CNPJ: 77.372.183/0011-72
 E-mail: obras-educacionais@hotmail.com

I.	Sumário	
I.	APRESENTAÇÃO.....	3
I.	I - OBRAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS DA IGREJA DE DEUS “MÃO COOPERADORA”.....	3
I.	II – OBRAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS DA IGREJA DE DEUS NO BRASIL – MÃO COOPERADORA, UNIDADE CAMPO MOURÃO.....	3
I.	III - HISTORICO DA INSTITUIÇÃO.....	5
II.	JUSTIFICATIVA.....	8
III.	OBJETIVOS	9
III.I.	- GERAL.....	9
III.II.	ESPECIFICO	9
IV.	CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO ALVO	10
IV.	META	10
IIIIV.	METODOLOGIA DE AÇÃO.....	11
V.	INSTRUMENTAÇÃO TÉCNICOS OPERATIVOS UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES NO QUE SE REFERE AO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL:	14
V.	1– Plano de Atendimento Individual – PIA	14
V.	2 – Estudo Diagnostico:.....	14
V.	3 – Acompanhamento da Família de Origem:	14
VI.	CRITÉRIOS DE ADMISSÃO:	15
VII.	CRITÉRIOS DE DESLIGAMENTO.....	16
VII. I	- Retorno para a família de origem.....	16
VII. II	- Colocação em Família substituta, nas modalidades de guarda e adoção	16
VII. III	– AUTONOMIA E PROTAGONISMO SOCIAL.....	16
VIII.	SISTEMÁTICA DE ATENDIMENTO:	18

Fonte: Autora (2021)

Figura 03 - Projeto Político Pedagógico Mão Cooperadora 2023-2028



A MÃO COOPERADORA
 Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil
 Rua São Paulo, 836 - CEP 87300 - 390 - Campo Mourão – PR
 Fone (44) 3016-3466 - CNPJ: 77.372.183/0011-72
 E-mail: obras-educacionais@hotmail.com

I. APRESENTAÇÃO

I. I - OBRAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS DA IGREJA DE DEUS "MÃO COOPERADORA".

As Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil, com sua sede situada à Rodovia BR 116, número 13.386 – Vila Fanny – Curitiba Paraná, é inscrita sob o CNPJ 77.372.183-0001/09 – Sua fundação ocorreu ano de 1976, através de pessoas comprometidas em suas mentes e corações com o bem estar das crianças brasileiras.

Foi com o intuito de contribuir para uma assistência de qualidade às nossas crianças que os pioneiros Hans Jurgen Pechmann (Alemanha) e pastores Nelson Junges e Edgar Henke (Brasil) tomaram para si a responsabilidade de fundar uma Entidade que pudesse atender os necessitados.

A primeira Unidade a ser criada foi Piraquara, na década de 70, estendendo-se para o Município de Curitiba nos anos 80, nos bairros de Uberaba, Lindóia e Campo Comprido, onde até hoje mantêm um trabalho de assistência social, evoluindo grandemente para o campo educacional.

I. II – OBRAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS DA IGREJA DE DEUS NO BRASIL – MÃO COOPERADORA, UNIDADE CAMPO MOURÃO.

Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil – Mão Cooperadora, unidade Campo Mourão – sito à Rua São Paulo, 836 – Centro, devidamente registrada nos órgãos competentes e reconhecida como Organização da Sociedade Civil – OSC.

Conforme estipula a lei 13019/2014 em seu artigo segundo:

“organização da sociedade civil: entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva”. (BRASIL, 2014).

Figura 04 - Projeto Político Pedagógico Mão Cooperadora 2023-2028



A MÃO COOPERADORA
 Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil
 Rua São Paulo, 836 - CEP 87300 - 390 - Campo Mourão – PR
 Fone (44) 3016-3466 - CNPJ: 77.372.183/0011-72
 E-mail: obras-educacionais@hotmail.com

A referida lei dispõe a respeito das organizações da sociedade civil que desenvolvem ações de interesse público e não tem o lucro como objetivo. Tais organizações atuam nas áreas de direitos humanos, saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia, desenvolvimento agrário, assistência social, moradia, entre outras, sendo indispensáveis à promoção e à defesa de direitos.

Registrada sobre o CNPJ 77.372.183/0011-72, o abrigo consta com inscrições nos Conselhos Municipais, e as certificações necessárias para seu funcionamento.

A presente OSC oferta acolhimento provisório para adolescentes, exclusivamente do sexo masculino afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva (ECA, art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. Para tanto requer-se que o presente abrigo seja também um espaço de caráter social e educativo, com profissionais qualificados, diante do desafio de lidar com diferentes histórias de vida. Dessa forma, se destaca a necessidade de uma conduta norteada por um Projeto Político Pedagógico, executado diretamente por esses profissionais que conhecem a complexidade da atuação e podem se desafiar diariamente a buscar sua melhor conduta junto aos usuários desse serviço.

O Projeto Político Pedagógico está previsto nas Orientações Técnicas do Serviço de Acolhimento e também exigido pelos Conselhos Municipais da criança e do adolescente e outros serviços da rede de proteção.

O abrigo institucional Mão Cooperadora, integra o Serviço de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), de natureza privada e pautado nos referenciais dos seguintes documentos: ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, 92, 93, 98 e 101) , Plano Nacional MDS, Orientações Técnicas: Serviço de acolhimento para Crianças e Adolescentes (CONANDA), embasado nas leis e legislação vigente no País, regulamentado nos princípios da Constituição Federal 1988, LOAS 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social e NOB SUAS - Norma Operacional Básica. O trabalho realizado busca interagir de maneira ética e responsável na busca da resolução dos problemas familiares, sociais ou estruturais que dão origem ao acolhimento, visando, sempre que possível, à reintegração à família/comunidade de origem ou extensa, seguindo as orientações legais, sempre objetivando o bem estar dos acolhidos. Somente quando da

Figura 05 - Projeto Político Pedagógico Mão Cooperadora 2023-2028



A MÃO COOPERADORA
 Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil
 Rua São Paulo, 836 - CEP 87300 - 390 - Campo Mourão – PR
 Fone (44) 3016-3466 - CNPJ: 77.372.183/0011-72
 E-mail: obras-educacionais@hotmail.com

impossibilidade do retorno deles às suas famílias, se articula em conjunto com o Juizado da Infância e Juventude e rede de atendimento, para colocação em família substituta.

“Conforme Estatuto da Criança e do Adolescente deve-se assegurar a “preservação dos vínculos familiares e a integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem” (artigos 92 e 100). Nesta hipótese, a lei determina que a colocação em família substituta se dê em definitivo, por meio da adoção ou, provisoriamente, via tutela ou guarda (artigos 28 a 52 do ECA), sempre por decisão judicial”. (BRASIL, 2009).

A capacidade para atendimento é de 16 adolescentes simultaneamente e 20 de maneira rotativa ou emergencial. O público atendido consiste em adolescentes com seus direitos fundamentais violados, sendo eles: Abuso sexual, violência doméstica, abandono, e necessidade de afastamento temporário da família. As admissões serão realizadas através de encaminhamentos do Conselho Tutelar e Poder Judiciário. Outra possibilidade de acolhimento está descrito no artigo 93 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

“As entidades que mantenham programas de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juizado da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade.” (BRASIL, 1990).

I. III - HISTORICO DA INSTITUIÇÃO

O Abrigo Mão Cooperadora cuja razão social é denominada como Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil, fundada em 23 de junho de 1993 atuando como filial, com a matriz localizada em Curitiba Pr, tendo como sua principal mantenedora a Igreja de Deus, sendo independente e autônoma.

Esta Organização Não Governamental (ONG), teve em seu projeto inicial na visão humanitária e social de seu fundador, Pastor Lucio, que era o pastor local da Igreja de Deus em Campo Mourão. Salienta-se sua marca da coragem e dedicação, que sem medir esforços juntamente com sua família e membros da igreja de Deus, contribuíram na transformação de tantas histórias de vidas que até então eram obsoletas e invisíveis a sociedade e sem qualquer recurso mobilizou toda a sociedade para a construção do projeto, contando ainda com o apoio da prefeitura municipal de Campo Mourão e dos membros da igreja local.

Figura 06 - Projeto Político Pedagógico Mão Cooperadora 2023-2028



A MÃO COOPERADORA
 Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil
 Rua São Paulo, 836 - CEP 87300 - 390 - Campo Mourão – PR
 Fone (44) 3016-3466 - CNPJ: 77.372.183/0011-72
 E-mail: obras-educacionais@hotmail.com

Através de doações e trabalho voluntário dos membros da igreja e comunidade, que formaram mutirões para a construção do prédio a obra não demorou para ficar pronta. Mesmo em processo de construção a instituição já recebia alta demanda de adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social, estes, encaminhados pelo Poder Judiciário e Conselho Tutelar, eram alojados provisoriamente em espaço cedido na casa Pastoral da Igreja de Deus. Nesse período ainda sem recursos dos convênios estabelecidos, a instituição contava essencialmente com o apoio da igreja e da comunidade local que através de doações de alimentos, roupas, calçados, cobertores e uma infinidade de outras necessidades eram supridas com a graça de Deus.

O abrigo teve sua inauguração oficial em abril de 1995 com um culto de ação de graças na Igreja de Deus no Brasil, contando com a presença de seus membros, de autoridades do poder executivo, legislativo e da comunidade geral. Foi um dia marcado por muita alegria e satisfação, e que por pouco não terminou em tragédia, pois conforme é historiado pelo coordenador atual (Rubens) um incêndio iniciou-se no andar superior do abrigo, onde um adolescente acolhido, utilizando-se de material explosivo (fósforo) e produto solvente utilizado para a limpeza de remoção de tinta do piso originou o fogo que rapidamente se propagou, atingindo o forro do corredor e outros cômodos, sendo rapidamente apagado, causando lesões e queimaduras em um adolescente necessitando hospitalização de emergência. Nessa ocasião, o presente adolescente permaneceu internado sob cuidados médico e acompanhado por um educador social, decidiu-se, então, seguir a programação de inauguração conforme planejado.

A partir do ano 2000, a Mão Cooperadora passou a receber um apoio fundamental da Igreja de Deus na Alemanha, ao apadrinhar financeiramente os adolescentes acolhidos, inclusive doando valores utilizados para a construção de uma casa pastoral e aquisição de um sítio que hoje é utilizado como área lazer dos adolescentes. Além das locações para captação de recurso próprio.

Em 2001 o Coordenador da entidade foi convidado com um grupo de pastores da igreja de Deus a uma viagem para Alemanha, onde explanou sobre o trabalho aqui realizado, trazendo um panorama social da comunidade, mostrando a realidade e as necessidades da

Figura 07 - Projeto Político Pedagógico Mão Cooperadora 2023-2028



A MÃO COOPERADORA
 Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil
 Rua São Paulo, 836 - CEP 87300 - 390 - Campo Mourão – PR
 Fone (44) 3016-3466 - CNPJ: 77.372.183/0011-72
 E-mail: obras-educacionais@hotmail.com

instituição, essa viagem foi um sucesso que garantiu o apoio e o fortalecimento do apadrinhamento financeiro.

Em 2003 a Mão Cooperadora além do acolhimento para adolescentes em situação de risco, passou a ofertar cursos de informática, violão e de mosaico a toda a comunidade carente próxima a instituição, teve nesse período um papel importante de colaborar com alguns policiais militares na sua atualização do sistema que passaria a ser a partir de então todo digitalizado.

Em 2004 a instituição recebeu a visita do presidente da Obra Social da Igreja de Deus da Alemanha, Pr Reinhard Berle que recebeu da entidade um projeto de reestruturação do prédio, elevando sua altura para um padrão mais adequado, colocação de manta térmica e a troca do telhado de telhas de Eternit para zinco, projeto esse que foi por ele encaminhado a mantenedora na Alemanha e em seguida aprovado e devidamente executado.

Em 2005-2010 com parceria do município de Campo Mourão, a Mão Cooperadora assumiu uma extensão do seu serviço já prestado ofertando gratuitamente a adolescentes carentes em contra turno escolar diversos outros cursos, como de panificação, artesanato, culinária, corte de cabelo, karatê, fanfarra, artes circenses e reforço escolar, formando muitos profissionais que ainda hoje estão atuando em sua área de formação nesta instituição.

Além dos recursos da mantenedora da Igreja de Deus na Alemanha, a Mão Cooperadora também firmou parcerias financeiras com o município de Campo Mourão e com os entes Estadual e Federal, além do recurso anual da destinação do Imposto de Renda, que por meio de uma grande campanha realizada em nossa cidade, e o apoio dos contribuintes no recolhimento deste recurso a instituição tem conseguido captar meios de manter-se e continuar o serviço de acolhimento, recurso esse, utilizados principalmente para o serviço de custeio, água, energia elétrica, material de consumo, mobilhas, materiais de expedientes, uniformes, cursos profissionalizantes e outros, tudo de forma transparente e com prestações de contas.

Ressalta-se ainda a participação e o apoio dos membros da Igreja de Deus, que sempre se prontificaram nas ações de captação de recursos, principalmente nos eventos promocionais, que de forma fundamental contribuíram para a realização de todo serviço prestado. Ações estas que, que foram de grande valia tanto para os adolescentes acolhidos

Figura 08 - Projeto Político Pedagógico Mão Cooperadora 2023-2028



A MÃO COOPERADORA

Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil
 Rua São Paulo, 836 - CEP 87300 - 390 - Campo Mourão – PR
 Fone (44) 3016-3466 - CNPJ: 77.372.183/0011-72
 E-mail: obras-educacionais@hotmail.com

quanto para suas famílias, destaca-se ainda a participação dos vários profissionais que aqui atuaram, além de vereadores e empresários que possibilitaram que o serviço fosse mantido e o público atendido de forma digna.

II. JUSTIFICATIVA

A Doutrina de Proteção Integral contida no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera que as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e pessoas em situação peculiar de desenvolvimento, garantindo o desenvolvimento integral (físico, mental, moral, espiritual e social) em condições de liberdade e dignidade. Constitui violação de direitos quando qualquer destes aspectos são ameaçados ou violados, onde o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê medidas de proteção.

Seguindo a orientação trazida pelo artigo 227 da Constituição Federal, as crianças e adolescentes terão tratamento especial e universal, compreendendo todos os direitos fundamentais. O estabelecimento e a utilização de programas em regime de acolhimento institucional estão previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 90, inciso IV, no artigo 101, inciso VII, onde o Acolhimento Institucional e o Acolhimento Familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo essa possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade. Art. 101 §1.

As crianças e adolescentes acolhidos precisam interagir com pessoas, e com um mundo externo acolhedor. O serviço precisa fazer parte da rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, fornecendo recursos para o enfrentamento de fatores negativos, oferecendo modelos positivos, segurança e proteção.

Neste sentido, o abrigo institucional Mão Cooperadora, fundamenta conforme estabelece o CONANDA a compreensão do adolescente sobre o presente processo vivido, de maneira segura, ofertando espaço físico adequado para sua acomodação. Busca-se promover a construção do vínculo de confiança, oportunizando espaço para que o adolescente possa se expressar de forma livre sobre sua história de vida, sentimentos e dúvidas sobre o afastamento de sua família. Esclarecendo que o acolhimento é organizado para proteção e garantia de direitos.

Figura 09 - Projeto Político Pedagógico Mão Cooperadora 2023-2028



A MÃO COOPERADORA
 Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil
 Rua São Paulo, 836 - CEP 87300 - 390 - Campo Mourão – PR
 Fone (44) 3016-3466 - CNPJ: 77.372.183/0011-72
 E-mail: obras-educacionais@hotmail.com

III. OBJETIVOS

III.I. – GERAL

Acolher e garantir proteção integral à adolescente, em situação de vulnerabilidade e risco social, em medida protetiva, interagindo de forma ética e responsável na busca de alternativas de resolução para as questões que motivaram o acolhimento e promover a reinserção familiar. Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia, sendo o principal ator em seu protagonismo social.

III.II. ESPECIFICOS

- O acolhimento institucional deverá cumprir com as obrigações do Art. 94 do Eca
- Prestar cuidados e garantir a proteção e o atendimento integral aos adolescentes;
- Promover hábitos e atitudes de autonomia e de interação social com as pessoas da comunidade.
- Promover a vivência num ambiente com rotinas estruturantes e regras de convivência de forma participativa, estabelecendo vínculo saudável entre a equipe e acolhidos.
- Preservar e fortalecer os vínculos familiares e comunitários;
- Garantir o acesso e respeito à diversidade e não discriminação;
- Oferecer atendimento personalizado e individualizado; a ação desenvolvia dentro do serviço de acolhimento devendo ser de qualidade, condizentes com os direitos e as necessidades físicas, psicológicas e sociais do adolescente, tendo respeito a individualização, com garantia de espaços privados, objetos pessoais e registros (até fotográficos) sobre a história de vida e desenvolvimento de cada adolescente.
- Garantia de liberdade de crença e religião;
- Elaborar plano de atendimento individual e familiar para cada adolescente em situação de acolhimento;
- Propiciar o acesso à saúde e a qualquer outra política de cuidado e proteção que se fizer necessária para o pleno desenvolvimento do adolescente.

Figura 10 - Projeto Político Pedagógico Mão Cooperadora 2023-2028



A MÃO COOPERADORA
 Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil
 Rua São Paulo, 836 - CEP 87300 - 390 - Campo Mourão – PR
 Fone (44) 3016-3466 - CNPJ: 77.372.183/0011-72
 E-mail: obras-educacionais@hotmail.com

- Garantir o acesso à escolarização e promover o desenvolvimento de competências relativas às necessidades escolares para todas as crianças e adolescentes atendidos;
- Promover aos acolhidos projetos de vida junto a suas famílias visando à reinserção familiar nuclear, extensa ou substituta.
- Respeito à autonomia dos adolescentes acolhidos devendo levar em consideração a sua opinião, garantia do direito à escuta e respeito às suas opiniões
- Manter o processo de capacitação permanente à equipe de trabalho com vistas a manter a qualidade do atendimento oferecido;
- Assegurar o processo de planejamento e discussão de casos de maneira sistemática na rotina das equipes de trabalho.
- Primar pela valorização pessoal e profissional de cada colaborador da Instituição.

IV. CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO ALVO

O público atendido consiste em adolescentes do sexo masculino com seus direitos fundamentais violados e situação de negligência, sendo elas: Abuso sexual, violência doméstica, abandono, e necessidade de afastamento temporário da família.

Conforme estipula o Estatuto da Criança e do adolescente no artigo 2º:

Considera-se criança, para os efeitos da Lei, a pessoa até doze (12) anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze (12) e dezoito (18) anos de idade.
 Parágrafo Único: Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito (18) e vinte e um (21) anos de idade.

Com a Lei 12.010 de 2009, chamada Lei da Adoção, fica incluído no Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art. 101 § 3º que crianças e adolescentes somente poderão ser encaminhadas para instituições de acolhimento por meio de uma Guia de Acolhimento, expedida pela Autoridade Judiciária.

IIV. META

Oferecer acolhimento personalizado e humanizado, através do atendimento as necessidades físicas e oferta de materiais básicos. Atendimento Psicossocial individual.

Figura 11 - Projeto Político Pedagógico Mão Cooperadora 2023-2028



A MÃO COOPERADORA
 Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil
 Rua São Paulo, 836 - CEP 87300 - 390 - Campo Mourão – PR
 Fone (44) 3016-3466 - CNPJ: 77.372.183/0011-72
 E-mail: obras-educacionais@hotmail.com

Oferecendo ambiente acolhedor e aconchegante, na perspectiva de um convívio saudável, trazendo aos acolhidos a garantia de seus direitos preservados enquanto o adolescente permanecer no abrigo.

Oferecer cuidado e proteção integral, principalmente no que tange cuidados específicos como integridade física, saúde, lazer entre outras coisas. Observando as necessidades corriqueiras, similar a vida em família, priorizando a participação e o acesso à educação, saúde, programações culturais, recreativas, esportivas e ocupacionais. Com acompanhamento diário no desenvolvimento do acolhido.

Desligamento gradativo do adolescente, trabalhando com atendimentos individualizados as questões relacionadas ao resgate da autoestima, para construção de novas possibilidades de relacionamento, seja para o retorno para família de origem ou família substituta, bem como o desligamento de jovens que necessitem de oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Todos os atendimentos serão acompanhados e trabalhados pela equipe técnica de forma diferenciada, conforme histórico particular de cada acolhido. Com vistas a reintegração ao convívio familiar, proporcionando participação efetiva tanto do adolescente como de seus familiares dispostos a solucionar os problemas causadores do acolhimento. Além de cursos profissionalizantes, através de parcerias com o poder público e rede de proteção. Fortalecendo a autonomia do adolescente estimulando seu desenvolvimento integral.

IIIIV. METODOLOGIA DE AÇÃO

O Acolhimento Institucional é medida provisória e excepcional, uma vez que se prolongado, distancia e esfaca os laços familiares, levando a sérias dificuldades na construção de novas relações sociais. Além de se tornar um momento crucial na vida do adolescente, pois seu universo familiar é substituído pelo serviço que o acolhe. Por isso há a necessidade de tornar este ambiente o mais acolhedor possível para que o adolescente sintasse protegido.

A dinâmica do trabalho buscará desenvolver o potencial do adolescente acolhido favorecendo a sua capacidade enquanto ser humano. Utilizando o exercício do diálogo e

Figura 12 - Projeto Político Pedagógico Mão Cooperadora 2023-2028



A MÃO COOPERADORA
Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil
Rua São Paulo, 836 - CEP 87300 - 390 - Campo Mourão – PR
Fone (44) 3016-3466 - CNPJ: 77.372.183/0011-72
E-mail: obras-educacionais@hotmail.com

questionamentos, levando-o a reflexão para transformar sua concepção, procurando uma consequente mudança em sua trajetória de vida.

Conhecer o funcionamento do serviço, identificando os vários níveis de relação entre profissionais e os recursos de que dispõem para investir efetivamente na reintegração familiar, deve estar claro a todos.

Para que seja obtido os resultados propostos, inicialmente é feito uma conversa individual entre o adolescente a equipe técnica, psicóloga e assistente social, para coleta de informações que ajudará na construção do Plano Individual de Atendimento (PIA).

A metodologia de ação se baseia em rotinas que fortalecem o adequado funcionamento do abrigo. Os educadores seguem rotinas de organização diária com os acolhidos (banhos, refeições entre outras demandas), sendo que o trabalho entre a equipe profissional ocorre por meio de comunicação interna, utilizando das ferramentas: caderno de recados, fichas diárias, diálogo entre as trocas de plantão, contato telefônico e aplicativos de mensagens eletrônicas, no qual diariamente constam as orientações a serem seguidas com os acolhidos e suas necessidades pontuais (medicação ou consulta médica).

O atendimento deverá ser realizado de forma singular e personalizado, levando-se em conta as necessidades afetivas e materiais inerentes a cada fase de desenvolvimento.

Esse atendimento deve proporcionar: Sentimento de pertencimento, valorização da auto-estima, fortalecimento das relações afetivas na instituição, ambiente acolhedor, espaço para as expressões da subjetividade, com objetos e vestuários individuais, organização adequada dos espaços físicos, com materiais próprios, equipamentos e instalações compatíveis com as necessidades apresentadas.

Sendo importante enfatizar a garantia do respeito à privacidade, mantendo em arquivos, dados a respeito da história social (motivos da institucionalização, contextualização da história familiar). Estabelecendo a melhor forma de contato do adolescente, sua família e a comunidade. Salienta-se que é primordial que o serviço de acolhimento esteja organizado de modo a possibilitar atendimento conjunto a grupos de irmãos.

Os adolescentes acolhidos devem participar da organização do cotidiano do serviço de acolhimento, por meio do desenvolvimento de atividades como: organização dos espaços de moradia, limpeza, programação de atividades recreativas, culturais e sociais.

Figura 13 - Projeto Político Pedagógico Mão Cooperadora 2023-2028



A MÃO COOPERADORA
 Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil
 Rua São Paulo, 836 - CEP 87300 - 390 - Campo Mourão – PR
 Fone (44) 3016-3466 - CNPJ: 77.372.183/0011-72
 E-mail: obras-educacionais@hotmail.com

Destaca-se ainda sobre as informações referentes a sua situação sociojurídica, que deve ser feita de forma técnica, através de equipe especializada, possibilitando ao acolhido participar das decisões referentes à sua vida.

Inclusive na preparação para o desligamento que deve ser prioridade do programa desde a entrada do adolescente na instituição, considerando que a permanência deve ser o mais breve possível, nessa lógica o serviço deverá trabalhar com a realidade social e familiar do adolescente fortalecendo a ideia de retorno ao lar, entendendo que o espaço institucional foi apenas um lugar provisório de apoio.

Atenção especial deve ser dada à preparação nos casos de desligamento de adolescentes que permanecem no serviço por um longo período. Tendo fortalecida a articulação com a Justiça e serviços de proteção social para garantir um planejamento conjunto, de modo a prevenir separações abruptas e permitir a avaliação do momento mais adequado para a ocorrência do desligamento.

De maneira geral, o processo de trabalho desta instituição de acolhimento, cerca-se a respeito das dinâmicas diárias que envolvem o acolhimento, compreendendo que trata-se de um momento delicado na vida do atendido, para tanto espera-se que o atendimento de acolhida seja realizado pela equipe técnica, porém em sua ausência, os educadores são orientados a proceder com os primeiros atendimentos, na apresentação da instituição, outros educadores e demais acolhidos, viabilizando alimento, banho e roupas apropriadas. Além de apresentar o quarto, mostra-se o armário onde seus pertences serão guardados.

Realizada a acolhida inicia-se o acompanhamento e monitoramento do atendimento que deverá ser realizado pela equipe técnica, que fará a escuta e viabilizará os encaminhamentos necessários, tais como: atendimentos médicos, escola e outros. Também é realizado contato com a rede, para se apropriar do caso. Se não houver suspensão de visitas, é realizado contato com a família para agendar a primeira visita e acolhida pela equipe técnica.

Após colhidas as informações viabiliza-se a construção dos documentos norteadores de cada processo, como exigido pelas legislações vigentes.

Figura 14 - Projeto Político Pedagógico Mão Cooperadora 2023-2028



A MÃO COOPERADORA
Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil
Rua São Paulo, 836 - CEP 87300 - 390 - Campo Mourão – PR
Fone (44) 3016-3466 - CNPJ: 77.372.183/0011-72
E-mail: obras-educacionais@hotmail.com

V. INSTRUMENTAÇÃO TÉCNICOS OPERATIVOS UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES NO QUE SE REFERE AO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL:

V. 1– Plano de Atendimento Individual – PIA

Após o acolhimento, a equipe técnica começa a coleta de dados, reuniões com a rede e familiares para elaboração do PIA. Esse é um instrumento utilizado para manter uma organização de cada caso, que contém os motivos que culminaram no afastamento do convívio familiar e todo detalhamento necessário, perspectivas de retorno ao convívio familiar, as intervenções que serão realizado em prol de restabelecimento de vínculos, atendimentos pela rede, dentre outros.

A elaboração do PIA é realizada em parceria com a rede de atendimento e, sempre que possível, mantém-se contato com a equipe profissional do Juizado da Infância e da Juventude e rede de proteção que atendem o adolescente e sua família.

O Plano Individual de Atendimento será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica e levará em consideração a opinião do adolescente e também do pais ou do responsável.

V. 2 – Estudo Diagnostico:

O estudo diagnóstico tem como objetivo subsidiar a decisão judiciária no sentido de reintegração à família de origem ou o afastamento definitivo com colocação em família substituta. O documento deve incluir a avaliação dos riscos que o adolescente estava submetido na companhia da família biológica e as condições para superação das violações de direitos.

Durante o período de acolhimento, a equipe técnica do programa deverá encaminhar relatórios para a Justiça da Infância e da Juventude com a periodicidade semestral, de modo a informar sobre a evolução da situação.

V. 3 – Acompanhamento da Família de Origem:

A sistemática de acompanhamento da situação familiar iniciada imediatamente após o acolhimento, é fundamental, pois, com o passar do tempo, as possibilidades de reintegração

Figura 15 - Projeto Político Pedagógico Mão Cooperadora 2023-2028



A MÃO COOPERADORA

Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil

Rua São Paulo, 836 - CEP 87300 - 390 - Campo Mourão – PR

Fone (44) 3016-3466 - CNPJ: 77.372.183/0011-72

E-mail: obras-educacionais@hotmail.com

familiar e adoção podem tornar-se mais difíceis. O prolongamento do afastamento do adolescente de sua família acaba enfraquecendo os vínculos com a família.

A intervenção profissional na etapa inicial do acompanhamento deve proporcionar, a conscientização por parte da família de origem dos motivos que levaram ao afastamento do adolescente e das consequências que podem ocorrer. Então de forma planejada com todos os envolvidos, buscar maneiras de superação da situação vivenciada. Inclusive na transparências das informações que o processo apresentar e decisões judiciais que ocorrerem.

O trabalho com as famílias é realizado, quando possível, através de: contatos telefônicos, aplicativos de mensagens eletrônicas, visitas domiciliares, orientações e quando visualizado uma possibilidade de retorno do adolescente para seu contexto familiar de origem ou extenso, é realizado o acompanhamento entre os familiares envolvidos em pequenos grupos.

O acompanhamento no período após reintegração familiar deverá ser objeto de acordo formal entre os serviços da rede de atendimento.

Nos casos em que forem esgotadas as possibilidades de reintegração familiar, a equipe técnica comunicará por intermédio de relatório à autoridade Judiciária, relatando a situação e propondo novas intervenções, a perspectiva de autonomia e protagonismo social, respeitando a história de vida de cada atendido.

VI. CRITÉRIOS DE ADMISSÃO:

Adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos, sexo masculino, com seus direitos fundamentais violados, sendo eles: Abuso sexual, violência doméstica, abandono, quando existir a necessidade de afastamento temporário da família, não apresentando na rede parental pessoas para acolhê-las, procurando sempre respeitar o direito a convivência familiar e comunitária.

As admissões serão realizadas através de encaminhamentos do Juizado da Infância e da Juventude e pelo Conselho Tutelar quando previamente autorizado pelo Juizado da Infância e da Juventude.

Outra possibilidade de acolhimento está descrito no artigo 93 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Figura 16 - Projeto Político Pedagógico Mão Cooperadora 2023-2028



A MÃO COOPERADORA
 Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil
 Rua São Paulo, 836 - CEP 87300 - 390 - Campo Mourão – PR
 Fone (44) 3016-3466 - CNPJ: 77.372.183/0011-72
 E-mail: obras-educacionais@hotmail.com

“As entidades que mantenham programas de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juizado da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade.” (BRASIL, 1990).

VII. CRITÉRIOS DE DESLIGAMENTO

O período de permanência no acolhimento institucional deverá ser breve, relativamente curto, que poderá durar horas, dias ou meses, mediante condições favoráveis de desligamento. Existem dois tipos de desligamento que devemos considerar:

VII. I - Retorno para a família de origem

O trabalho da equipe de profissionais está voltado para a reintegração dos vínculos familiares, assim as ações visam sempre o retorno do adolescente para sua família de origem.

VII. II - Colocação em Família substituta, nas modalidades de guarda e adoção

Quando esgotadas as possibilidades de retorno a família de origem, o adolescente será preparado para colocação em família substituta. Os procedimentos legais serão realizados pelo Juizado da Infância e da Juventude, sendo de responsabilidade técnica subsidiar e preparar o acolhido para a colocação em família substituta, tal procedimento deverá ser realizado de forma gradativa, fortalecendo a convivência familiar e comunitária com vistas ao desligamento do adolescente e inclusão em sua nova família de maneira sadia.

O desligamento será procedido pela Autoridade Judiciária Competente.

VIII. III – Autonomia e Protagonismo Social

Para o processo de desligamento, principalmente judicial, entre as medidas adotadas estão o plano de desligamento, feito pela equipe técnica, rede de proteção e judiciário. Pois quando esgotadas as medidas para reintegração familiar e limitadas chances para adoção, contando um prazo entre 6 meses, o abrigo inicia o processo de autonomia do adolescente.

Figura 17 - Projeto Político Pedagógico Mão Cooperadora 2023-2028



A MÃO COOPERADORA
 Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil
 Rua São Paulo, 836 - CEP 87300 - 390 - Campo Mourão – PR
 Fone (44) 3016-3466 - CNPJ: 77.372.183/0011-72
 E-mail: obras-educacionais@hotmail.com

Nesse momento busca-se através de parcerias ou apadrinhamentos investir no conhecimento e na profissionalização. Frequentar a escola, fazer cursos profissionalizantes, estágios, colocação no mercado de trabalho e ter um emprego remunerado ao sair do abrigo. Apoiar-lo em todo processo como a construção do currículo, apresentação nas entrevistas, acompanhamento do processo contratual. Auxiliar na educação financeira, no incentivo em poupar dinheiro, adquirir seus próprios pertences e etc.

Proporcionar rodas de conversas entre equipe e adolescente, conversas a respeito de sua construção social, seus medos, suas possibilidades e planejar futuro. Buscar soluções para seu desenvolvimento fora do abrigo principalmente com relação a moradia.

Manter o vínculo entre o acolhido e toda equipe profissional do abrigo, preservando a ideia de portas abertas, permitindo seu acesso sempre que precisar. Tendo este abrigo como referência.

X. RECURSOS EXISTENTES:

Pessoal:

- (1) Coordenador Geral
- (1) Assistente Administrativo
- (1) Assistente Social
- (1) Psicóloga
- (1) Cozinheira
- (4) Educadores/Cuidadores
- (1) Diarista

Infraestrutura:

- Estrutura física 250 m²
- Espaço externo para área de atividades livres
- Garagem
- Cozinha
- Refeitório
- Lavanderia
- Sala administrativa e recepção
- Sala de reunião
- Banheiros
- Sala de jogos/ Computador e Tv
- Dormitórios

Recursos:

- Próprio

Figura 18 - Projeto Político Pedagógico Mão Cooperadora 2023-2028



A MÃO COOPERADORA
 Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil
 Rua São Paulo, 836 - CEP 87300 - 390 - Campo Mourão – PR
 Fone (44) 3016-3466 - CNPJ: 77.372.183/0011-72
 E-mail: obras-educacionais@hotmail.com

Federal / Estadual / Municipal
 Imposto de Renda
 Convênios

XI. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

O processo de monitoramento e avaliação é feito através dos seguintes instrumentos:

Reuniões mensais da equipe de profissionais e educadores;

Contato diário com os educadores e adolescentes, acompanhando e intervindo na dinâmica do trabalho;

Reuniões de grupo com os adolescentes acolhidos, com o objetivo de ouvir propostas, reivindicações;

Reuniões de equipe para monitoramento da proposta pedagógica.

X. REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA:

BRASIL, Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.**

BRASIL, Lei Federal n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social.**

BRASIL, **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013.

BRASIL, **Orientações técnicas: Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.** 2 ed. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL, Lei Federal n. 13.019 de 31 de julho de 2014. **Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.**

GULASSA, Maria Lúcia Carr Ribeiro (org.). **Imaginar para encontrar a realidade: reflexões e propostas para o trabalho com jovens nos abrigos.** – São Paulo: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010.